CONFLUÊNCIA

REVISTA

DO

INSTITUTO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Per multiplum ad unum



ISSN 1415-7403
00022

N.º 22 - 2.º semestre de 2001 - Rio de Janeiro

CONFLUÊNCIA

ISSN 1415-7403

Per multiplum ad unum

"As armas e padrões portugueses postos em África, e em Ásia, e em tantas mil ilhas fora da repartiçam das três partes da terra, materiaes sam, e pode-as o tempo gastar: peró nã gastará doutrina, costumes, linguagem, que os portugueses nestas terras leixarem."

(JOÃO DE BARROS, *Diálogo em Louvor da Nossa Linguagem*)



N.º 22 – 2.º semestre de 2001 - Rio de Janeiro

LICEU LITERÁRIO PORTUGUÊS

CORPO DIRETIVO – 2001/2002

DIRETORIA

Presidente: Francisco Gomes da Costa
Vice-presidente: Henrique Loureiro Monteiro
1.º Secretário: Arnaldo de Figueiredo Guimarães
2.º Secretário: Francisco José Magalhães Ferreira
1.º Tesoureiro: Manuel Lopes da Costa
2.º Tesoureiro: Jorge Manuel Mendes Reis Costa
1.º Procurador: Carlos Eurico Soares Félix
2.º Procurador: Manuel José Vieira
Diretor Bibliotecária: Maximiano de Carvalho e Silva
Diretor Cultural: Carlos Alberto Soares dos Reis Martins
Diretor Escolar: Evanildo Cavalcante Bechara
Diretor de Divulgação: João Manuel Marcos Rodrigues Reino

CONSELHO DELIBERATIVO

Presidente: Manuel Paulino
1.º Secretário: Maria Lêda de Moraes Chini
2.º Secretário: Bernardino Alves dos Reis

CONSELHO FISCAL

Membros Efetivos: Albano da Rocha Ferreira
Ronaldo Rainho da Silva Carneiro
Antonio da Silva Correia

Suplentes: José Gomes da Silva
Paulo Valente da Silva
Carlos Jorge Airosa Branco

DIRETOR DO INSTITUTO DE ESTUDOS PORTUGUESES AFRÂNIO PEIXOTO

Acadêmica Rachel de Queiroz

DIRETOR DO INSTITUTO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Prof. Gládstone Chaves de Melo

DIRETOR DO INSTITUTO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA

Prof. Arno Wehling

DIRETOR DA REVISTA *CONFLUÊNCIA*

Prof. Evanildo Bechara

SUPERINTENDENTE

Albino Melo da Costa

SUMÁRIO

FOI UM SÁBIO E FOI UM SANTO
(Antônio Gomes da Costa) 9

GLÁDSTONE CHAVES DE MELO: O HOMEM E A OBRA
(Maximiano de Carvalho e Silva) 11

DEPOIMENTOS E DOCUMENTOS:

Um Depoimento Sobre Meu Pai
(Paulo de Tarso Chaves de Melo) 82

Gládstone Chaves de Melo e o nosso Instituto de Língua Portuguesa
(Evanildo Bechara) 84

O Caminho do Filólogo Gládstone Chaves de Melo
(Leodegário A. de Azevedo Filho) 86

Gládstone Chaves de Melo: um Brasileiro de Alma Portuguesa
(Aníbal Pinto de Castro) 89

Homilia da Missa de Corpo Presente a 8-12-2001
(Dom Justino de Almeida Bueno OSB) 92

Na Missa de 7º Dia
(Dom Irineu Penna OSB) 94

O Louvor do Filólogo:
Palavras de Serafim da Silva Neto 96

Duas Notícias Críticas de um Grande Livro:
Iniciação à Filologia Portuguesa.
(Ismael de Lima Coutinho) 99

Gládstone Chaves de Melo e o Bom Combate Pelo Ensino da Língua Portuguesa.
(Rosalvo do Valle) 102

Uma Nova Edição de *A Língua do Brasil*
(Rosalvo do Valle) 104

Ensaio de Estilística da Língua Portuguesa.
(Adriano da Gama Kury) 106

Atuação de Gládstone Chaves de Melo na Vida Pública:
Esboço de um retrato
(Gustavo Corção) 109

Manifesto Eleitoral na Sua Reeleição em 1954 110

Um Filólogo Desafia o Diabo
(Ledo Ivo) 113

GLÁDSTONE CHAVES DE MELO: SELEÇÃO DE TEXTOS
(Maximiano de Carvalho e Silva e Rosalvo do Valle)

A – Temas Religiosos e Educacionais
Um Livro Sobre a Missa 119
Caminho da Vida 120
Um Novo Livro Sobre o Ensino Secundário 121
Religião - Algo Sobre a Graça 123

B - Fidelidade às Origens e Lembranças dos Grandes Mestres
Mestre Augusto Magne 125
Sousa da Silveira, Professor 128
Sousa da Silveira, Patrono do Congresso Internacional de Filologia Portuguesa 130

C - Cultura Humanística e Cultura Política
Declaração de Princípios do Centro de Cultura Humanística 136
Considerações Sobre Democracia 137
Maritain e a Fé na Democracia 144

D - Frederico Ozanam: Defesa dos Pobres e Marginalizados
A Presença de Ozanam 155
Ozanam: Cultura e Erudição 161
Sobre "O Problema da Riqueza" 164

E - Temas Literários
O Silêncio de Santo Tomás no "Auto da Alma" 169
As Regras de Bem Viver em *Os Lusíadas* 172
Uma Interpretação do Episódio do "Velho do Restelo" 182
Pelo Repatriamento de *Os Lusíadas* 186
Vieira, os Textos e os Ladrões 191
Machado de Assis, Defensor do Homem 196
A Antigüidade Clássica na Obra de Machado de Assis 204

F - Filologia e Lingüística
Gramática em Crise 215
A Herança de Cândido de Figueiredo 218
Que Língua se Fala no Brasil? 223
Etimologia Popular 227
Lingüística, Filologia e Conhecimento da Língua 232
A Reintegração Galego-Portuguesa 237
O Autor e a Integrridade dos Seus Textos 247
Quem Deve Ensinar Literatura Brasileira? 250
O Problema da Tradução 253

CONFLUÊNCIA

REVISTA
DO
INSTITUTO DE LÍNGUA PORTUGUESA

LICEU LITERÁRIO PORTUGUÊS
Presidente: Francisco Gomes da Costa

CENTRO DE ESTUDOS LUSO-BRASILEIROS
Diretor: Antônio Gomes da Costa

DIRETORIA DO I.L.P.
Francisco Gomes da Costa (Presidente)
Gládstone Chaves de Melo (Vice-Presidente)
Maximiano de Carvalho e Silva
Evanildo Bechara
Antônio Basílio Rodrigues
Horácio Rolim de Freitas

CONSELHO CONSULTIVO
Adriano da Gama Kury
Amaury de Sá e Albuquerque
Carlos Eduardo Falcão Uchôa
Fernando Ozório
Jayr Calhau
Ricardo Cavaliere
Rosalvo do Valle
Walmírio Macedo

CONFLUÊNCIA
Diretor: Evanildo Bechara
Comissão de Redação:
Gládstone Chaves de Melo
Maximiano de Carvalho e Silva
Antônio Basílio Rodrigues
Horácio Rolim de Freitas

Produção Gráfica
Editora Lucerna
Cx. Postal 32054
CEP 21933-970 - Rio de Janeiro - RJ
Internet: www.lucerna.com.br

Pede-se permuta
Pídese canje
On demande l'échange
Si chiede lo scambio
We ask for exchange
Man bitte um Austausch

Endereço para correspondência:
Liceu Literário Português
Rua Senador Dantas, 118 - Centro
CEP 21031-201 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel.: (021) 220-5495 / 220-5445 - Fax: (021) 533-3044

A matéria da colaboração assinada é da responsabilidade dos autores.

Este número de *CONFLUÊNCIA* contou com o apoio especial da Secretaria de Estado da Cultura de Portugal, da Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras e da TAP – Air Portugal

NÚMERO EM HOMENAGEM A
GLÁDSTONE CHAVES DE MELO



GLÁDSTONE CHAVES DE MELO
(1917 – 2001)

N.º 22 – 2.º semestre de 2001 – Rio de Janeiro

N.º 22 – 2.º semestre de 2001 – Rio de Janeiro

FOI UM SÁBIO E FOI UM SANTO

Antônio Gomes da Costa

Não erraríamos em dizer que Gládstone Chaves de Melo foi um homem sábio que viveu em santidade. Durante muitos anos de convivência, ficamos sempre em dúvida sobre o que nele mais admirar: se a sua obra de escritor e os seus méritos de magistério, ou se as suas virtudes de líder católico e de servo de Deus.

Nas aulas e nas conferências, nos livros e nos artigos publicados, Gládstone Chaves de Melo desenvoleu um trabalho notável, que seguiu várias vertentes – da Lingüística à Crítica Textual – enquanto na sua práxis religiosa foi incansável no apostolado e inquebrantável na Fé. Colocá-lo, sob este aspecto, no mesmo plano de Alceu Amoroso Lima, de Gustavo Corção ou de Sobral Pinto não seria nenhum favor, embora a comparação lhe pudesse ferir a modéstia de mineiro da Campanha.

Neste número especial da *Confluência* vários amigos e especialistas sublinham a importância de sua Obra e realçam a sua atividade docente, a sua carreira universitária, as suas colaborações para jornais e revistas, o seu múnus junto à comunidade católica, a sua passagem pela política partidária, as suas reflexões evangélicas, a sua ação de educador ou os seus trabalhos sobre a Língua portuguesa e a Literatura brasileira.

A esses excelentes estudos sobre Gládstone Chaves de Melo – marcados pelo respeito de todos e pela saudade dos que com ele conviveram mais de perto – gostaríamos de acrescentar um curto depoimento que consubstancia nosso profundo reconhecimento por tudo aquilo que fez por Portugal e pela comunidade portuguesa do Brasil. E que foi muito.

Tendo exercido por duas vezes – a primeira, de 1962 a 1964 e a segunda, de 1972 a 1974 – cargo de Adido Cultural junto a Embaixada do Brasil em Lisboa, Gládstone Chaves de Melo não se limitou a exercer com zelo e entusiasmo as funções inerentes ao posto. Foi muito além disso: durante o tempo em que esteve em Portugal, ministrou diversos cursos e participou de encontros literários; difundiu o livro brasileiro por todo país: colaborou semanalmente no jornal *Diário de Notícias* com dezenas de artigos que versavam sobre a História e a Cultura brasileira; escreveu verbetes para o *Dicionário de Literatura* e para a *Enciclopédia Luso-Brasileira*; promoveu o

intercâmbio de intelectuais entre dois países; deu aulas na Universidade de Coimbra, fez conferências na do Porto e cursos na de Lisboa. Foi, indiscutivelmente, um dos melhores e mais ativos Adidos Culturais que o Brasil já mandou para Portugal.

Em relação à comunidade portuguesa do Brasil não podemos esquecer a sua permanente disponibilidade para colaborar nas atividades das associações voltadas para o ensino e a cultura. No Real Gabinete Português de Leitura, nos cursos ministrados pelo Centro de Estudos; na Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras, na organização de palestras do Centro Luso-Brasileiro de Cultura; e, principalmente, no Liceu Literário Português onde foi, juntamente com os Professores Evanildo Bechara, Maximiano de Carvalho e Silva, Antonio Basílio Rodrigues e Sílvio Elia, um dos responsáveis pela criação do Instituto de Língua Portuguesa – Gládstone Chaves de Melo nunca se cansou de dar aulas, de fazer conferências, de escrever artigos para a seção "Na Ponta da Língua" do semanário *O Mundo Português* ou para esta revista *Confluência*.

Mais do que devida é a nossa gratidão ao Mestre e mais do que merecidas foram as homenagens que recebeu: do Real Gabinete Português de Leitura, concedendo-lhe o galardão de Grande Benemérito, do Liceu Literário Português o título de Grande Benemérito Honorário e da Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras, a Medalha da Comunidade.

Gládstone Chaves de Melo foi um sábio com a auréola de santo. Está no céu e na memória dos brasileiros e de portugueses, para sempre.

GLÁDSTONE CHAVES DE MELO

O Homem e a Obra

Maximiano de Carvalho e Silva
UFF

1 – O HOMEM.

1.1 – DADOS BIOGRÁFICOS.

1.1.1 - Infância e juventude.

Gládstone Chaves de Melo nasceu na tradicional cidade de Campanha (Estado de Minas Gerais) em 12 de junho de 1917, filho de Maria de Lourdes e Joaquim Gabriel Chaves de Melo. Em sua terra natal passou a infância e juventude e fez os estudos primários e secundários, filiado à Igreja Católica, sob a influência do ambiente religioso e da formação familiar que tivera.

Dotado de rara inteligência e imenso desejo de saber, interessou-se pelos conhecimentos de Filosofia e de Teologia, que aprofundaria no correr dos anos com a leitura de obras dos melhores autores. Paralelamente, por inclinação natural, dedicou-se aos estudos clássicos e de língua portuguesa, a princípio sob a orientação de um grande mestre - o padre jesuíta, humanista e filólogo Augusto Magne [1], que conheceu em 1930 e o cativou "pela simplicidade, pela bondade e pela doçura", segundo as suas próprias palavras [2].

[1] De origem francesa, nascido em Marvejols, em 1887, Augusto Magne viera para o Brasil em 1904, ingressando em Campanha no noviciado da Companhia de Jesus, onde desenvolveu os primeiros estudos de nível superior. Ordenado sacerdote em 1922, notabilizou-se daí por diante como profundo conhecedor das letras clássicas (grego e latim) e de várias línguas modernas, e como pesquisador e autor de obras de fundamental importância no domínio dos Estudos Clássicos, da Filologia e Lingüística Românica e da Filologia e Lingüística Portuguesa. Faleceu no Rio de Janeiro a 21 de julho de 1966.

[2] V. na relação de escritos de Gládstone Chaves de Melo reunidos neste número de *Confluência* o artigo "Mestre Augusto Magne", datado de 7/7/1957, em que traduz a admiração e a gratidão ao seu insigne benfeitor.

Concluídos em Campanha os estudos básicos, transferiu a sua residência para a cidade de Belo Horizonte, com o propósito de se tornar aluno da Faculdade de Direito, em que cursou os primeiros anos. Razões de ordem pessoal o fizeram em 1936, já órfão de pai, mudar-se em definitivo para a cidade do Rio de Janeiro.

1.1.2 – Rio de Janeiro: primeiros anos.

Na então capital da República, estava à sua espera o Padre Magne, com cujo amparo pôde contar mais de uma vez. Passou a morar numa pensão junto ao Colégio Santo Inácio, onde teve como companheiro de quarto o Padre Hélder Câmara, que entre outras atividades exercia a de diretor da *Revista Brasileira de Pedagogia*, órgão oficial da Confederação Católica Brasileira de Educação. Para manter-se às próprias custas, e já sentindo a atração para o magistério, passou pelas experiências de dar aulas particulares e de prestar serviços de revisor tipográfico ao recém-criado Instituto Nacional do Livro.

Durante largo período teve contatos diretos com o Padre Magne, dele recebendo a orientação para os estudos que fazia e tendo acesso aos livros da sua rica biblioteca, o que muito facilitou a realização dos seus planos de pesquisa.

Tornando-se aluno da Faculdade Nacional de Direito, pôde concluir em 1938 o curso iniciado em Belo Horizonte. O diploma de bacharel então recebido não lhe seria de proveito prático, pelo fato de que nunca exerceria a profissão de advogado, mas sem dúvida lhe foram úteis os conhecimentos adquiridos da ciência do Direito, dos quais se valeria em não poucas oportunidades, ao longo da vida. [3]

Em junho de 1941, foi graças à indicação do Padre Magne, catedrático de Filologia Românica na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, criada dois anos antes, que recebeu o convite do Professor Sousa da Silveira para ser seu assistente na cadeira de Língua Portuguesa da referida Faculdade [4]. Desse modo, ao ter ensejo de atender amplamente à sua mais

[3] Como será dito no correr deste relato biográfico, foi na década de 50 e início da de 60, como vereador e deputado estadual, que Gládstone mais se serviu dos conhecimentos de Direito para dar pareceres nas câmaras legislativas de que fez parte.

[4] Tendo a Faculdade Nacional de Filosofia iniciado as suas atividades em 1939, Gládstone figura entre os mais antigos professores da instituição, hoje desdobrada em várias unidades – como a Faculdade de Letras - da atual Universidade Federal do Rio de Janeiro.

forte vocação – a do magistério, que não mais deixaria de exercer por toda a vida, e nas mais variadas circunstâncias – pôde contar com a segura direção e orientação do consagrado autor das *Lições de Português*, o grande renovador dos estudos de Filologia e Lingüística Portuguesa no Brasil, que o ajudou a livrar-se de preconceitos gramaticais, estilísticos e literários advindos de uma formação escolar à antiga [5].

Quando começou a carreira do magistério superior de Letras, ainda no verdor dos seus 24 anos de idade, Gládstone causou com o impressionante cabedal de conhecimentos que já acumulara a mais funda impressão ao sábio Professor Sousa da Silveira e aos alunos da Faculdade, sendo assim desde logo reconhecido como figura singular entre os professores da sua geração. Mereceu do catedrático a distinção de atuar com muita independência nas turmas que lhe eram confiadas, como as dos currículos de Letras Anglo-Germânicas e de Letras Clássicas, cujos alunos tiveram a primazia de ouvir muitas das preleções mais tarde reunidas em capítulos dos livros *A Língua do Brasil* (1946) e *Iniciação à Filologia Portuguesa* (1951).

A 23 de dezembro de 1941 casou-se com Cordélia de Paula Rodrigues, nascida no Rio de Janeiro, de origem cearense, com quem formaria uma família de 7 filhos, genro, noras, quinze netos e uma bisneta [6].

Nessa década de 40, facilitou-lhe o caminho de estudioso de letras clássicas e vernáculas o convívio estreito com o Padre Magne, com Sousa da Silveira, com Alceu Amoroso Lima e outros professores da Faculdade.

Por outro lado, ajudou-o a apurar os conhecimentos filosóficos, religiosos e doutrinários o fato de como católico fervoroso se ter tornado freqüentador habitual do Mosteiro de São Bento, ligando-se por laços muito fortes a algumas

[5] V. na relação dos escritos de Gládstone Chaves de Melo as páginas que escreveu sobre Sousa da Silveira (Rio de Janeiro, *1883 - †1967) – o professor e o filólogo, de quem se tornou um dos mais fiéis discípulos e devotado amigo.

[6] Cordélia era filha do antigo senador pelo Estado do Ceará Tomás de Paula Pessoa Rodrigues, que no fim da vida morou em companhia do casal, em residências no bairro de Laranjeiras. Chegou a ser aluna do Curso de Letras Clássicas da Faculdade Nacional de Filosofia, que abandonou por opção própria, para se dedicar inteiramente à família. Muito expressiva do sentimento religioso que unia o casal é a relação de nomes com que fez batizar os 7 filhos: Paulo de Tarso, Maria de Lourdes, Tomás de Aquino, Bernardo Gládstone, Maria Teresa, Maria da Glória e Agostinho.

das figuras mais conhecidas da comunidade beneditina [7]. A convite de Alceu Amoroso Lima, professor de Literatura Brasileira na FNF, ingressou no Centro Dom Vital, onde teve a oportunidade de encontros múltiplos com os principais líderes do laicato católico no Rio de Janeiro, e onde seria por longos anos redator-chefe da revista *A Ordem*, publicação da entidade, para a qual escreveu notáveis artigos sobre matéria filosófica, religiosa, lingüística e literária [8].

Ao mesmo tempo, profundamente tocado pelo sentimento de solidariedade às pessoas mais desvalidas da sociedade, e fiel aos princípios da doutrina social da Igreja, tornou-se um ardente seguidor das idéias de Frederico Ozanam [9] e integrante do grupo de vicentinos que prestavam assistência regular e direta aos pobres em favelas no bairro de Laranjeiras, em que fixara a sua residência. Somos testemunha, numa época em que o Rio de Janeiro não era a cidade com os perigos e a violência de hoje, do fervor com que Gládstone encarava as suas tarefas de vicentino, comparecendo às reuniões da associação na paróquia do Cristo Redentor ou subindo o morro próximo de sua casa para levar a moradores da favela o auxílio material que lhe fora possível amealhar [10].

[7] Entre os seus maiores amigos da comunidade, estavam o abade Dom Martinho Michler, o seu confessor Dom Bernardo Schuh, a quem ficou devendo extraordinário apoio em horas muito difíceis, e Dom Marcos Barbosa (já falecidos), e entre os vivos e no grupo dos mais antigos, Dom Lourenço de Almeida Prado, Dom Irineu Penna, e Dom Hildebrando Martins.

[8] Entre os leigos, eram figuras exponenciais no Centro Dom Vital, fundado em 1922 por Jackson de Figueiredo (*1891 - †1928), o Presidente da instituição Alceu Amoroso Lima (*1893 - †1983), e mais os militantes católicos e escritores Heráclito da Fontoura Sobral Pinto, Hamilton Nogueira, Perilo Gomes, Gustavo Corção, Sílvio Elia, Fábio Alves Ribeiro, José Fernando Carneiro, Alberto Borgerth, José Artur Rios, Alfredo Lage e inúmeros outros, muitos deles colaboradores assíduos da revista *A Ordem*.

[9] Gládstone foi no Brasil um dos mais importantes divulgadores do pensamento e da ação de Frederico Ozanam, sobre quem escreveu vários artigos na revista *A Ordem*, relacionados na bibliografia final deste estudo biobibliográfico, entre os quais "O Testemunho Cristão de Ozanam em Relação à Cultura" incluído no livro de muitos colaboradores *Missão do Intelectual* (Rio de Janeiro, Livraria Agir Editora, 1952, pp. 34-67). Num dos artigos – "A Presença de Ozanam", transcrito na coletânea de textos do final deste nosso ensaio – há um comovente testemunho das atividades dos vicentinos junto aos pobres e miseráveis, merecedor da mais atenta leitura e meditação.

[10] Estando de visita em seu apartamento, o víamos nos dias de reuniões da confraria vicentina interromper às 20 horas as nossas conversas e sair de casa para esses encontros com os companheiros de trabalho, que não dispensava de maneira alguma.

Do seu saber passou a dar provas a um público bem mais numeroso quando começou a expandir outra incoercível e extraordinária vocação, a de escritor, que cumpriu até os anos finais da vida Essa atividade principiou em 1937 com o artigo "Um Livro Sobre a Missa" publicado na *Revista Brasileira de Pedagogia* [11], e só terminaria em março de 2001, com o artigo "Algo Sobre a Graça", que culminou uma série de alta espiritualidade preparada para o periódico *Pelo Bem Comum*, de que se tornara constante colaborador [12]. Em 1939, pelas páginas da revista *Euclydes*, de que era Diretor o bibliógrafo Antônio Simões dos Reis, começaria a divulgar os resultados dos seus estudos filológicos, num dos quais já aparece o nome e a obra de Alphonsus de Guimaraens, uma das suas maiores devoções literárias. Datam dessa mesma época seus dois pequenos livros *Formulário Ortográfico* (1938) e *A Linguagem dos Livros Brasileiros de Literatura Infantil* (1940).

Daí por diante, seria chamado a colaborar em jornais e revistas do Rio de Janeiro (*Correio da Noite*, *FNF, Diário de Noticias*, *O Jornal*, *Jornal do Brasil*, *Correio da Manhã*, *A Ordem*, *Tribuna da Imprensa*, *Carta Mensal, Permanência*, *O Mundo Português*, *Confluência*) e de outras cidades (*Vozes*, de Petrópolis, *O Estado de São Paulo*, *Diário de Notícias*, de Lisboa, *Pelo Bem Comum*, impresso no Rio de Janeiro).

Dos anos finais da década de 40 aos do início da década de 50, Gládstone, com as atividades de que participava, conquistou grandes admiradores não só entre os seus pares como também entre os alunos da Faculdade. Firmou-se em tal período o seu prestígio como autor de livros de fundamental importância: *A Língua do Brasil* (1946), *Dicionários Portugueses* (1947), a edição crítica e comentado do romance *Iracem*a de José de Alencar, que trazia em apêndice o estudo *Alencar e a "Língua Brasileira"* (1948), *Iniciação à Filologia Portuguesa* (1951), *Conceito e Método da Filologia*, em colaboração com Serafim da Silva Neto (1952), *Novo Manual de Análise Sintática* (1954).

Se por um lado o que fazia recebia louvores dos leitores comuns, e também de grandes nomes do meio cultural brasileiro, por outro lado a franqueza e sinceridade com que em seus escritos manifestava convicções

[11] Essa *Revista*, órgão oficial da Confederação Católica Brasileira de Educação, tinha como Diretor o Padre Hélder Câmara (cf. ano IV. nº 36, vol. VII, de jul.-ago. 1937).

[12] Na coletânea referida na nota 7, também se transcrevem os primeiros e o último desses artigos. V. ainda na bibliografia final a relação completa dos artigos publicados entre os anos de 1992 e 2001 no periódico dirigido por Cláudio Braga, mais de 40 ao todo.

absolutas e opiniões bem fundamentadas tinha despertado contra ele a animosidade por parte dos que se sentiam atingidos pelas suas palavras e críticas às vezes bastante contundentes e discutíveis.

Em 1946, ao se submeter com menos de 30 anos de idade a provas públicas para a obtenção dos títulos de livre-docente e doutor em Língua Portuguesa pela Faculdade Nacional de Filosofia, perante banca examinadora constituída de ilustres figuras, mas de que não fizeram parte o Padre Magne e Sousa da Silveira, não lhe foi fácil contornar a hostilidade de um dos examinadores, que o detestava por várias razões, entre as quais não ter sido citada na tese apresentada (involuntariamente, e não de propósito, como se veio a comprovar) importante revelação de sua autoria. No clima de alta tensão que se formou, afinal tudo se concluiu com bom resultado graças principalmente à prudência e sensatez de dois outros examinadores ilustres, os professores Ismael de Lima Coutinho e Serafim da Silva Neto.

Não conseguindo dominar a tendência de exprimir com toda a clareza e rudeza o seu pensamento sobre questões controvertidas, nos anos seguintes prosseguiu Gládstone com o mesmo ânimo no desempenho das missões que lhe recaíam sobre os ombros. Era uma época em que ainda se cultivava entre os intelectuais o velho gosto das polêmicas em tom desabrido e agressivo. Sentia-se ele na obrigação de dizer sem rodeios o que pensava sobre erros e distorções no estudo e ensino da língua, e sobre publicações que as difundiam, em prejuízo da boa formação dos estudiosos de Letras [13].

Em 1952, sentindo-se atingido por atitudes e juízos críticos do autor de *Iniciação à Filologia Portuguesa*, veio a público o Professor Cândido Jucá (filho), com o pequeno livro a que deu o título de *As Categorias Gramaticais,* para refutar afirmações que julgava insustentáveis (como as referentes ao conceito de categorias) e apontar erros ou supostos erros na obra que se dispôs a analisar [14]. Sem demora Gládstone tomou conhecimento das duras críticas de que fora alvo, mas a elas só se referiria em 1956, no prefácio da segunda edição da *Iniciação*, datado de outubro, ao explicar que nada dissera antes porque se recusava a entrar nesse campo de polêmicas, por julgá-las estéreis, mais servindo para perturbar o espírito dos leitores. Por outro lado, reconheceu

[13] V. na citada coletânea de textos de sua autoria do final deste ensaio vários exemplos de como ele se exprimia nas suas criticas, discordando inclusive quando necessário do que faziam ou afirmavam pessoas que tinha em alta estima e consideração.

[14] O episódio está mencionado com o acréscimo de outros dados no tópico do capítulo 2.2 - Obras Principais deste ensaio, em que tratamos das sucessivas edições de *Iniciação à Filologia Portuguesa.*

e aceitou nas correções do crítico as que eram procedentes e não podiam ser ignoradas por quem tinha em mira a busca da verdade [15]. Pode-se imaginar no entanto como o episódio afetou as relações instáveis de lingüistas, filólogos e gramáticos, criando terrível mal-estar e acarretando conseqüências danosas ao bom relacionamento de pessoas que afinal estavam ligadas no campo científico pelos mesmos interesses comuns.

1.1.3 – A militância político-partidária.

Além das atividades do magistério, Gládstone Chaves de Melo atuou por força das circunstâncias em três outros campos de atividades: na vida pública brasileira; no jornalismo; e na vida diplomática.

Provavelmente naqueles anos da década de 30 em que fez o curso de Direito, tornou-se leitor constante, por influência de escritos de Alceu Amoroso Lima, de obras do filósofo francês Jacques Maritain [16], entre as quais as que analisavam o pensamento político da época. Isto o terá feito, enquanto via na Europa o avanço dos regimes totalitários (comunismo, fascismo e nazismo) e no Brasil vivia a terrível experiência ditatorial e medularmente autoritária do Estado Novo de Getúlio Vargas (1937-1945), integrante do grupo dos que desejavam ardentemente a renovação do mundo político, com o predomínio das idéias que Maritain expressara no luminoso livro *Cristianismo e Democracia.*

[15] V. prefácio da 2ª edição de *Iniciação*, reproduzido nas edições seguintes, onde se lêem as seguintes explicações em relação às críticas azedas que recebeu: "Preferi nada responder, porque cuidei que então se armaria polêmica em que supostamente levasse de vencida quem falasse por último, tal qual nas brigas de crianças. Como não quero ser daqueles de quem fala Santo Agostinho 'amant veritatem lucentem, aderunt eam redarguentem' (*Conf.*, 1, X, cap. 23) – acolhi com prazer as críticas acertadas".

[16] Exerceu grande influência na formação do pensamento católico brasileiro a obra de Jacques Maritain (*1882 / †1973), em que se destacam livros como *Art et Scolastique* (1920), *Eléments de Philosophie* (1921-1923), *Science et Sagesse* (1935), *Frontières de la Poésie* (1935), *Humanisme Intégral* (1936), *Les Droits de l'Homme et la Loi Naturelle* (1942), *Christianisme et Démocratie* (1942) e nos anos seguintes vários outros de extraordinário valor.

V. entre os artigos de Gládstone transcritos no final deste relato o que tem o título de "Maritain e a Fé na Democracia", publicado em 1946, onde se analisam as grandes mensagens do livro *Cristianismo e Democracia.* Sinal dos tempos atuais é o incrível descaso a que foi relegada no próprio meio católico a leitura das obras principais de Maritain e em particular a desse livro de fundamental importância para a renovação do mundo, verdadeira obra-prima da literatura política.

Em 1945, no estertor do Estado Novo, Gládstone participou da memorável e malograda campanha para eleger Presidente da República o Brigadeiro Eduardo Gomes, candidato de diversas correntes que representavam o pensamento democrático na linha da chamada "democracia cristã", de que muito se falava no mundo já quase livre das ameaças do totalitarismo nazi-fascista, mas em que sobrevivera o regime totalitário do comunismo internacional sob a liderança de Josef Stálin, inspirado na doutrina filosófica, política e econômica do marxismo-leninismo.

Por essa época, surgira no Rio de Janeiro o movimento da Resistência Democrática, com um manifesto datado de 21 de abril de 1945, assinado por opositores do Estado Novo que se empenhavam em promover a redemocratização do país. Esse movimento seria nos anos seguintes o ponto de encontro de quantos defendiam os princípios da autêntica democracia, para impedir o retorno a tudo o que lembrava os desmandos da época da ditadura [17]. Gládstone e muitos outros sócios do Centro Dom Vital estiveram entre os assíduos freqüentadores das agitadas reuniões da Resistência.

Em 1950, como um dos integrantes da agremiação, foi forçado a aceitar a indicação do seu nome para compor a chapa de candidatos a vereador pela União Democrática Nacional (UDN)[18]. Uma recomendação impressa e

[17] Está para ser feita a história da Resistência Democrática, que congregou pelo período de alguns anos, até a formação e pleno funcionamento dos partidos políticos (UDN, PSD, PTB, PL, PSP e outros), militantes de várias tendências ideológicas e religiosas, entre os quais sobressaíam as figuras de Heráclito da Fontoura Sobral Pinto, Luís Camilo de Oliveira Neto, José Fernando Carneiro, Adauto Lúcio Cardoso, Carlos Lacerda, Dario de Almeida Magalhães, José Barreto Filho, Gustavo de Sá Lessa, Tancredo Ribas Carneiro, Gustavo Corção, Raimundo Moniz de Aragão, José Artur Rios. Éramos na Resistência do grupo dos mais jovens, que assistíamos fascinados aos debates que lá se travavam, na tentativa de traçar rumos para a política brasileira e encontrar soluções para os grandes problemas nacionais, como o da reforma agrária, que se buscava como prioridade, discutida em vibrantes sessões da agremiação. Leia-se sobre isto o que escreveu John W. F. Dulles no capítulo sobre a Resistência do recente livro *Sobral Pinto: a Consciência do Brasil* (Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2001, pp. 336-339).

[18] Foi numa reunião da Resistência, sem a presença de Gládstone, que o seu nome foi acolhido por todos como o de um bom candidato a vereador. Consultado após a reunião, ele se recusou o mais que pôde a aceitar tal indicação, dizendo-se impossibilitado de arcar com os gastos de uma campanha eleitoral de resultados imprevisíveis, pois o ilustre candidato da Resistência na eleição anterior não conseguira eleger-se, apesar do seu grande prestígio pessoal. Só mesmo o demoveu da resolução a insistência de muitos amigos, que se dispuseram a assumir todos os encargos financeiros da campanha.

distribuída aos eleitores com as assinaturas de Alceu Amoroso Lima, Gustavo Corção e Sobral Pinto, que lideravam o Centro Dom Vital, e a mobilização de numerosos amigos e admiradores, fizeram dele um dos vereadores eleitos com boa votação na eleição daquele ano. Gustavo Corção assim explicou em artigo no jornal *Tribuna da Imprensa* de 11/9/1950 o que então aconteceu:

> fomos nós mesmos, Alceu Amoroso Lima, Sobral Pinto e eu, que tomamos a iniciativa dessa candidatura e dessa recomendação que aqui reitero em nome deles e no meu próprio.

Entre os que se fizeram propagandistas entusiastas da sua candidatura, estavam muitos alunos e professores da FNF, que vivia um momento de grande esplendor.

Eleito com surpreendente votação, Gládstone, para tomar posse, teve a contragosto, embora se dispusesse a continuar a dar aulas sem receber os proventos respectivos, de licenciar-se do cargo de professor assistente da Faculdade, por um parecer que não reconhecia a compatibilidade do exercício concomitante dos dois cargos. Surpreendeu-o então o convite do Reitor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Padre Pedro Veloso, para ministrar aulas de Língua Portuguesa e Literaturas Portuguesa e Brasileira no Curso de Jornalismo da PUC. Nessa instituição trabalharia de 1951 a 1968, até afastar-se dela definitivamente por motivos pessoais, de que falaremos mais adiante [19].

Na Câmara de Vereadores do Distrito Federal (o Rio de Janeiro ainda capital da República), cumpriu Gládstone dois mandatos, de 1951 a 1960. Foi logo em seguida eleito Deputado do PDC à Assembléia Legislativa do recém-criado Estado da Guanabara [20], e aí encerrou a participação na vida pública em

[19] Fernando Ferreira, aluno dos mais brilhantes daquelas turmas iniciais de Gládstone na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, e hoje professor do Departamento de Comunicação Social da instituição, publicou no número 110 do *Jornal da PUC*, de dezembro de 2001, um comovido depoimento sobre aspectos da atuação de Gládstone junto aos melhores alunos, onde declara que foi seu companheiro de atividades na Conferência Vicentina da Igreja do Cristo Redentor, em Laranjeiras. Revela que Gládstone "marcou fortemente" os alunos daquele época, e que a turma de 1955 o escolheu como "grande homenageado" nas solenidades de formatura, sendo ele desde então "uma referência de saber, brilho intelectual e integridade pessoal". E diz mais: "Nos encontros com o professor, três vezes na semana, [os alunos] não apenas estudavam a língua e a literatura portuguesa e brasileira, como se inteiravam de arte, filosofia e política, nas conversas que se estendiam além das aulas".

[20] Na mesma data, 21 de abril de 1960, instalou-se o Estado da Guanabara e inaugurou-se a cidade de Brasília no novo Distrito Federal, como capital da República.

1962, por livre decisão sua, desgastado numa luta memorável entre os vereadores para combater a corrupção e as práticas censuráveis que se alastravam até mesmo com o envolvimento direto de parlamentares e a conivência ou omissão de dirigentes dos principais partidos políticos. Foi esse um período de grandes amarguras em sua vida, mas ao mesmo tempo muito enriquecedor, pelo ensejo do convívio com extraordinárias figuras do mundo político, de quem se tornara correligionário e mais que isto um sincero e devotado amigo. Como vereador, fiel aos compromissos políticos e partidários que nortearam a sua atuação, fez parte do grupo de oposição ao governo federal, sob a chefia dos Presidentes Getúlio Vargas (1951-1954) e Juscelino Kubitschek de Oliveira (1955-1960), e ao governo municipal, exercido por Prefeitos do Distrito Federal por eles nomeados.

Nas Câmaras a que pertenceu combateu o bom combate ao lado de figuras que tinham os mesmos ideais políticos, entre os quais os vereadores Dulce Magalhães, Aníbal Espinheira, Mário Martins, Raimundo Magalhães Júnior, Pascoal Carlos Magno, Lígia Lessa Bastos, Silvino Neto, Couto de Sousa, Álvaro Dias e alguns outros e os deputados estaduais Temístocles Cavalcanti, Aliomar Baleeiro, Amaral Neto, Sandra Cavalcanti, Afonso Arinos de Melo Franco Filho, Paulo Alberto Monteiro de Barros, Hércules Correia, Lopo Coelho, Roland Corbisier, Saldanha Coelho, Raul Brunini, Adalgiza Néri. Conseguiu bom relacionamento até mesmo com parlamentares combativos de outros partidos, dos quais estava separado em questões fundamentais por profundas divergências políticas ou ideológicas, como alguns integrantes da bancada do Partido Comunista, como Hércules Correia, de quem se aproximou em determinadas ocasiões na luta em favor dos interesses do bem comum. Foram de grande impacto os seus discursos e pareceres, nas sessões plenárias e nas da Comissão de Justiça da Câmara de Vereadores, de que chegou a ser Presidente. Tais pronunciamentos, sempre pautados pelos bons princípios, e expressos em linguagem clara e precisa, eram ouvidos com toda a atenção. Muitos deles provocaram as reações adversas, a ira e até ameaças de agressão pessoal de alguns vereadores que defendiam interesses inconfessáveis, entre os quais aqueles que à boca pequena eram apontados como líderes de um grupo a que se deu o rótulo de "sindicato do crime" [21]. Tais discursos são atestados não apenas de lucidez

[21] No artigo citado na nota 19, analisando a atuação de Gládstone nas câmaras legislativas de que fez parte, Fernando Ferreira, que acompanhou de perto o que se passou então, acentua que ele "teve uma participação parlamentar das mais

e competência, mas também de coragem pessoal, e de uma extraordinária capacidade de se valer de tantos conhecimentos acumulados em anos e anos de estudos e reflexões, com lógica e precisão, para denunciar as práticas perniciosas com que já então os políticos corruptos desmoralizavam a atividade parlamentar. Na Comissão de Justiça deu cerca de 2000 pareceres sobre a constitucionalidade, juridicidade e conveniência de projetos apresentados por seus pares. [22]

Em 1955, deixou a liderança da bancada da UDN, por discordar do incoerente e estranho apoio que o partido queria dar à candidatura de Etelvino Lins, deputado pelo PSD, à Presidência da República. Manteve até o fim a adesão ao candidato Juarez Távora, afinal derrotado nas eleições daquele ano por Juscelino Kubitschek de Oliveira. Porém, quando alguns políticos golpistas da UDN começaram a contestar a eleição de Juscelino, alegando que não obtivera maioria absoluta de votos, o que não estava previsto na legislação eleitoral, Gládstone, apesar de fazer as maiores e mais graves restrições ao eleito, surpreendeu o plenário da Câmara de Vereadores com um discurso em que declarava não aceitar a impugnação do resultado do pleito eleitoral, por não subsistirem razões para justificar tal interpretação tendenciosa e descabida.

profícuas, com atuação diligente e criativa nas comissões, na apresentação de projetos relevantes". E acrescenta: "No plenário, como puderam atestar ex-alunos já no exercício do jornalismo, era um orador brilhante e versátil, capaz da reflexão mais oportuna e inesperada quanto da mais fina ironia. Naquele universo em que uma insolente maioria cultivava o despreparo, o golpismo e a esperteza, era, entre as exceções, a que se impunha pela ponderação, a firmeza e a inatacável probidade". V. na relação de documentos do final deste ensaio a transcrição do manifesto em favor da reeleição de Gládstone como vereador, em 1954, com a indicação dos principais pontos da sua atuação em defesa do erário público e das boas práticas legislativas.

[22] Em reportagem publicada pela revista *Manchete* de 30/4/1955, com fotografias de José Maria da Cruz, e o título "Um Filólogo Desafia o Diabo / Aristóteles Tem um Representante na Câmara dos Vereadores", o escritor Ledo Ivo registrou uma série de dados para o melhor conhecimento da vida e da atuação política de Gládstone Chaves de Melo como vereador, vendo nele um homem público que punha os seus excepcionais dotes de inteligência e cultura a serviço dos interesses do bem comum, numa luta permanente e desgastante para enfrentar os maus políticos que desmoralizavam a instituição com as suas práticas danosas e indecorosas, de tristes conseqüências.

No correr do tempo, outros motivos o fizeram deixar a UDN. A principal divergência foi com a direção do partido, que se recusava a tomar providências para resolver problema ético de suma relevância referente a um companheiro de bancada envolvido em lamentável episódio de desrespeito a determinação da liderança da bancada udenista. Por isso, na eleição seguinte foi candidato a vereador pelo Partido Democrata Cristão (PDC).

Em 1960, já estando em funcionamento o Estado da Guanabara, Gládstone concorreu a uma vaga de deputado na legenda do PDC, e eleito passou a ser um dos integrantes da Assembléia Constituinte a que caberia a tarefa de organizar a nova unidade da federação. Dos trabalhos que realizou como deputado estadual, o mais importante foi a participação na elaboração do projeto da Constituição do Estado, que seria analisado posteriormente pela comissão de que foi relator Temístocles Cavalcanti. Atuou Gládstone entre os deputados que deram apoio aos planos de governo de Carlos Lacerda, eleito Governador do Estado em dezembro de 1960 depois do período de transição do Governador Sete Câmara.

Gládstone manteve com o Governador Lacerda relações políticas diferenciadas, apoiando as boas medidas administrativas postas em prática, mas discordando das suas posições extremadas e pronunciamentos que julgava injustos ou inaceitáveis. Ainda assim, o Governador quis fazer dele Ministro do Tribunal de Contas, reconhecendo-lhe os altos méritos e a imparcialidade com que saberia analisar a utilização por parte do governo dos recursos públicos. Gládstone, porém, alegando que fora o relator do processo de criação das duas novas vagas de Ministro do referido Tribunal a serem preenchidas, e sentindo-se pois moralmente impedido de aceitar o convite, recusou-o sem vacilação [23].

Algum tempo mais adiante, em 1962, na firme convicção de que estava encerrado o seu mandato de deputado, Gládstone tomou a decisão extrema de se afastar para sempre da vida pública e voltar às atividades de magistério na Faculdade Nacional de Filosofia, mesmo sabendo que teria de arcar com o problema da drástica diminuição dos rendimentos para a manutenção da família.

[23] Para ocupar uma das vagas de Ministro do Tribunal de Contas, por sugestão de Gládstone ao Governador Carlos Lacerda, foi nomeada a ex-vereadora Dulce Magalhães, que no exercício das novas funções deixaria as marcas da sua integridade moral e competência profissional, ela que tinha sido funcionária pública exemplar no Ministério da Fazenda.

Dava assim mais uma prova do seu desprendimento dos bens materiais e da confiança em Deus de que encontraria meios para atender aos não pequenos encargos pessoais.

Já vimos que nesses anos de vereador e em seguida deputado estadual, impedido de continuar a dar aulas na Faculdade Nacional de Filosofia, pôde no entanto atender à sua vocação de professor, de várias maneiras. De 1950 a 1952 fora professor de Filologia Românica na Faculdade de Filosofia e Letras de Juiz de Fora (Minas Gerais); a partir de 1951, professor dos cursos de Jornalismo e Letras da PUC. Também participou, a convite do grande educador José Carlos de Melo e Sousa, da extraordinária experiência dos cursos de preparação para exames de suficiência promovidos pela CADES (Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário) / Ministério da Educação e Cultura), nos anos de 1959 e 1960 – em Petrópolis (RJ) e Nova Friburgo (RJ) respectivamente.

Em setembro de 1962, aceitou o convite do Professor Durval de Almeida Batista Pereira, Diretor da Faculdade Fluminense de Filosofia, com sede em Niterói, para reger a cadeira de Didática Geral. Era um emprego bem modesto, numa instituição de ensino particular, onde porém teria o prazer de encontrar antigos companheiros a que votava grande apreço, como os professores Ismael de Lima Coutinho e Baltasar Xavier, os seus ex-alunos nos Cursos de Letras Clássicas e de Letras Anglo-Germânicas da FNF Rosalvo do Valle e Maria Helena Peixoto Kopschitz, e o autor deste relato. Anos depois, iria transferir-se na Faculdade para o setor de Língua Portuguesa, sentindo-se assim mais à vontade no curso de Letras para desenvolver planos de estudos e pesquisas especializados.

Retornando em 1962 ao lugar efetivo de professor na Faculdade Nacional de Filosofia, nela e nas outras instituições educacionais acima citadas continuaria a desempenhar as habituais tarefas docentes, se outros acontecimentos não o obrigassem a mais uma vez mudar de rumo.

1.1.4 – Adido Cultural do Brasil em Lisboa.

No segundo semestre de 1962, no exercício de atividades docentes, viu-se Gládstone Chaves de Melo inesperadamente convocado para o desempenho de nova missão.

Tendo-se instalado no país o regime parlamentarista de governo, como fórmula para contornar o problema da ascensão à Presidência da República do

Vice-Presidente João Goulart [24], fora chamado a ocupar o posto de Ministro das Relações Exteriores já num segundo gabinete, sob a chefia do primeiro ministro Brochado da Rocha [25], o político mineiro Afonso Arinos de Melo Franco, que tivera destacada atuação como militante da UDN, em cuja legenda se elegera Senador da República. Nessa ocasião, Afonso Arinos Filho, que como já se disse fora colega de Gládstone na Câmara de Deputados, dele recebera provas de solidariedade em circunstâncias particulares, e muito se preocupava com a sua situação pessoal, tomou a iniciativa de recomendar a seu pai que convidasse o amigo a quem tinha em alta conta para o desempenho do cargo de Adido Cultural do Brasil na nossa Embaixada em Portugal. O convite foi feito, sem demora. Todavia, por ser firme opositor do Presidente João Goulart, Gládstone não se dispôs a aceitá-lo. Nem mesmo a insistência de alguns amigos mais próximos o demoveu da recusa. Foi preciso então que alguns monges da comunidade beneditina, a que ele estava tão ligado, lhe tirassem da cabeça o absurdo escrúpulo, convencendo-o de que, por não pertencerem os cargos públicos aos dirigentes do país, qualquer pessoa devidamente habilitada, independentemente das posições político-partidárias, estava apta a aceitar convites semelhantes, na disposição de atender aos interesses do bem comum.

Na cidade de Lisboa, entre 1962 e 1964, Gládstone encontrou como Embaixador o político mineiro Francisco Negrão de Lima, que fora Prefeito do Distrito Federal no governo do Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, e a quem fizera oposição na Câmara dos Vereadores, como líder da bancada da UDN. Recebido com fidalguia pelo Embaixador, apesar das divergências do passado recente, encontrou ambiente propício para o trabalho de aproximação cultural luso-brasileira que pretendia realizar e levou avante, em contato permanente com instituições culturais e grandes figuras da intelectualidade portuguesa.

Quando Gládstone Chaves de Melo voltou ao Brasil em 1964, meses após a instalação do governo decorrente da Revolução que depôs o Presidente João Goulart, estava na presidência da República o Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, a que serviam em postos de relevo muitos dos seus

[24] Como se sabe, para que o Vice-Presidente João Goulart pudesse ocupar o cargo em substituição a Jânio Quadros, foi reformada a Constituição de 1946 e instituído o sistema parlamentarista, pelo qual ficavam limitados os poderes do Presidente da República.

[25] O gabinete de Brochado da Rocha teve curta duração: de 6 de julho a 18 de setembro de 1962.

antigos companheiros de vida política na UDN, no PDC ou no Partido Libertador. Em breve foi criado por determinação do novo Presidente o Conselho Federal de Cultura, para a constituição do qual Castelo Branco fez questão de convidar expressivas figuras da intelectualidade brasileira, algumas sabidamente descontentes com os rumos do governo militar que tomara conta do país.

Voltando às suas posições de professor na UFRJ, na UFF e na PUC, e às atividades de caráter religioso, Gládstone prosseguiu na sua faina de escritor. Era entre os nossos lingüistas e filólogos uma figura singular, pela amplitude dos conhecimentos hauridos na formação básica, pela atuação no ensino de matérias as mais variadas, e pela autoria de mais de 20 livros e de numerosos artigos em jornais e revistas no Brasil e em Portugal. Consagrara-se com a maior dedicação ao magistério sob as mais variadas formas, tendo com bem mais freqüência ministrado cursos de Lingüística e Filologia Portuguesa, mas também cursos de Filologia Românica, Crítica Textual, Estilística Portuguesa, Língua Latina, Literatura Portuguesa, História da Literatura Brasileira, Cultura Brasileira, Princípios de Filosofia, Filosofia da Educação e Didática Geral.

Fiel seguidor das diretrizes da Igreja Católica, na militância religiosa nunca interrompida e para ele prioritária em tudo, foi com o mais vivo interesse que acompanhou o que aconteceu no Concílio Vaticano II, promovido pelo Papa João XXIII, entre os anos de 1963 e 1965, acatando as suas decisões, sobre algumas das quais se manifestou em artigos na imprensa, sempre com a preocupação de interpretá-las com fidelidade. Por isso, em dezembro de 1965, foi distinguido com o convite do governo para integrar como Embaixador a Missão Especial à Clausura do Concílio, em Roma, onde foi agraciado com a medalha de prata que assinalou a sua participação no evento.

Na Universidade Católica, ficou ainda por pouco tempo. Desde 1951, em mais de dez anos, a princípio no Curso de Jornalismo, e depois também no Curso de Letras, e em turmas de bom nível e alguns excelentes alunos, fora um professor acatado e admirado, apesar da rigidez e intransigência com que cumpria as suas tarefas, o que pudemos observar atuando ao seu lado na condição de professor assistente [26]. Porém, ao retornar às aulas na PUC em

[26] Entre os anos de 1951 e 1968, teve o autor deste relato a oportunidade de trabalhar sob a direção de Gládstone Chaves de Melo em duas situações diversas: até 1954, como secretário particular para ajudar a organizar o seu arquivo e correspondência na Câmara dos Vereadores; de 1954 a 1968, como professor assistente na Pontifícia Universidade Católica (encarregado de substituí-lo nos anos em que se afastou do Brasil para o desempenho do cargo de Adido Cultural em Lisboa, de 1962 a 1964).

1965, naquele clima de agitação política e religiosa que tomou conta do país, e em turmas cujo nível baixara muito e em que as mesmas exigências feitas antes se tornaram insuportáveis, muitos óbices dificultaram a continuação do mesmo trabalho. Afinal, em novembro de 1968, com o agravamento dos problemas, nós ambos, ele e o seu modesto assistente, tomamos a decisão extrema de nos afastarmos da Universidade, como única solução possível em momento de sérias tensões na vida universitária.

Nos anos de 1968 e 1969, ao lado do autor deste relato, de Gustavo Corção e de outros amigos, foi um dos principais fundadores do Centro de Cultura Humanística, e Presidente da instituição, que teve vida efêmera. Em seguida, integrou-se no movimento da Permanência, que reuniu muitos representantes do pensamento católico, afastados do Centro Dom Vital, por divergências com os rumos tomados pelo grupo sob a liderança de Alceu Amoroso Lima.

Gládstone sempre se opôs com firmeza ao que julgava exageros ou falsas interpretações das reformas em boa hora instituídas pelo Concílio Vaticano II. No pontificado do Papa Paulo VI, solidário com o grande pontífice, incumbiu-se de traduzir e divulgar num opúsculo um dos mais importantes documentos de autoria do Papa: o *Credo do Povo de Deus*, que fez imprimir e cujos exemplares ele mesmo distribuía a quantos se interessassem por conhecer o pensamento de Paulo VI, vinculado à ortodoxia católica.

Data também de 1968 a sua indicação para membro do Conselho Técnico da Confederação Nacional do Comércio, a cujas sessões compareceria regularmente até o fim da vida. Na companhia de ilustres figuras da vida cultural brasileira, e tendo a grata satisfação de conviver com amigos especiais como José Artur Rios, o Padre Fernando Bastos de Ávila, Marcial Dias Pequeno, Manuel Diegues Júnior, Dario de Almeida Magalhães, Artur César Ferreira Reis, Djacir Meneses e outros mais, ajudou a valorizar a instituição, com as palestras proferidas e divulgadas pelas páginas da revista *Carta Mensal*, editada com regularidade [27].

Em 1970, por iniciativa de amigos que queriam vê-lo em posições de relevo em órgãos normativos do governo nas áreas de educação e cultura, foi alçado ao posto de membro do Conselho Federal de Educação, a que renunciou para ser nomeado em seguida membro do Conselho Federal de Cultura, onde se manteve até o ano de 1972. Foi de sua autoria a proposta aprovada pelo

[27] V. na bibliografia final a relação dos mais de 50 artigos de Gládstone publicados na revista *Carta Mensal*, de 1969 a 2001.

Conselho em 1971 para que no ano seguinte se celebrasse condignamente no Brasil o quarto centenário da publicação de *Os Lusíadas*, de Luís de Camões [28].

Em 1972, outra surpresa: distinguido pelo convite do então Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Mário Gibson Barbosa, que o tivera muitos anos antes como professor particular em sua preparação para o ingresso na carreira diplomática, Gládstone Chaves de Melo voltaria ao exercício do cargo de Adido Cultural da Embaixada do Brasil em Lisboa. Nele se manteve até o ano de 1974, retomando o trabalho de aproximação Brasil – Portugal e divulgando pelas páginas do *Diário de Notícias* de Lisboa, numa série de sessenta e cinco artigos semanais, muitos aspectos da história e da vida cultural brasileira [29]. Serviu sob a direção de dois Embaixadores especiais, com os quais não teve aproximação maior: o ex-Ministro da Justiça Gama e Silva e o General Carlos Alberto da Fontoura. Recolhido à sua sala de Adido Cultural, como tivemos oportunidade de observar pessoalmente, em passagens por Lisboa no mês de novembro de 1972 e nos meses de junho a agosto de 1974, cumpria com independência o que julgava o seu dever de contribuir para o reconhecimento dos valores da cultura brasileira em Portugal e da cultura lusíada no Brasil. Em 1974, pudemos testemunhar que ele recebia com freqüência em sua sala a visita de um professor brasileiro da área de História exilado em Lisboa, que tivera os direitos políticos cassados em razão de torpe intriga em que o envolveram, e o recebia sem dar satisfações ao General-Embaixador, que fora chefe do SNI no Brasil, por estar convencido de que esse professor fora vítima de violência indesculpável.

À importância da atividade diplomática de Gládstone Chaves de Melo fez referência recentemente o Professor Aníbal Pinto de Castro, Catedrático de Literatura Portuguesa da Universidade de Coimbra e Diretor da Biblioteca

[28] Por decisão do Ministro da Educação e Cultura Jarbas Passarinho, foi instituída por portaria de 19 de agosto de 1971 a comissão nacional para organizar e dirigir as comemorações camonianas, integrada por Artur César Ferreira Reis (Presidente), Pedro Calmon (Vice-Presidente), Gládstone Chaves de Melo, Renato Soeiro, Max Justo Guedes, Fernando Simas Magalhães, Jannice de Mello Monte-Mor, Antônio Rodrigues Tavares, Maria Alice Barroso, Austregésilo de Ataíde, Sílvio Elia, Américo Jacobina Lacombe, Antônio Joaquim de Figueiredo e Maximiano de Carvalho e Silva. No conjunto de realizações da Comissão figura a edição escolar de *Os Lusíadas* realizada por um grupo de colaboradores sob a coordenação de Gládstone Chaves de Melo e Sílvio Elia. Em novembro de 1972, em Lisboa, como um dos representantes da Comissão, o então Adido Cultural na Embaixada do Brasil teve participação destacada na I Reunião Internacional de Camonistas.

[29] V. na bibliografia final a relação desses artigos.

Geral da Universidade, num verbete da enciclopédia *Biblos*, onde como testemunha pessoal de muitos lances na vida do nosso homenageado ressaltou "a competência e alto sentido cultural com que ocupou o posto de Adido Cultural à Embaixada do Brasil em Lisboa". Foi o grande prestígio por ele alcançado em Portugal e em alguns outros países que o fez convidado especial de programas patrocinados por instituições culturais e educacionais de renome e autor de verbetes de obras coletivas como o *Dicionário de Literatura* [Portuguesa, Brasileira e Galega], *Verbo – Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura* e *Biblos – Enciclopédia Verbo das Literaturas de Língua Portuguesa*, editadas em Lisboa sob as direções respectivamente de Jacinto do Prado Coelho (a primeira) e de João Bigotte Chorão (as outras duas). Registre-se ainda que a Universidade de Coimbra, em cerimônia realizada a 24 de outubro de 1993, lhe conferiu o título de Doutor Honoris Causa, e que então exprimiu as razões da homenagem em nome da comunidade universitária o seu amigo Aníbal Pinto de Castro [30].

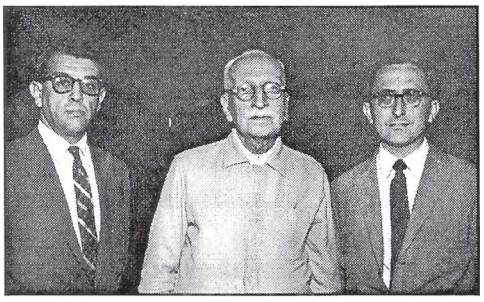
1.1.5 - Magistério: a vocação principal.

Ao fim de tudo, no retrospecto da vida de Gládstone Chaves de Melo, percebe-se com nitidez que a sua atividade preferida foi a do magistério. Apenas ocupou cargos efetivos do serviço público federal no ensino superior de Letras, mas paralelamente procurou transmitir os conhecimentos acumulados em anos e anos de estudos e pesquisas de formas as mais diversas, inclusive através dos escritos numerosíssimos, relacionados em sua bibliografia no final deste artigo.

Como servidor público atuou de 1941 a 1977 no curso de graduação em Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro e de 1962 a 1987 nos cursos de graduação e de pós-graduação em Letras da Universidade Federal Fluminense.

Vimos também que exerceu o magistério particular na Faculdade de Filosofia e Letras de Juiz de Fora – MG (de 1950 a 1952) e na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (de 1951 a 1968). Ministrou inúmeros cursos e participou de outras importantes atividades (congressos, seminários, bancas examinadoras etc.) em instituições universitárias e culturais de várias cidades brasileiras e no estrangeiro (Portugal, Espanha, França, Bélgica, Alemanha).

[30] O número 8 da revista *Confluência* (2º semestre de 1994), após breve referência à cerimônia de entrega do título, transcreveu o texto original em latim e a tradução do discurso de agradecimento proferido pelo homenageado.



Sousa da Silveira entre os seus discípulos Gládstone Chaves de Melo e Maximiano de Carvalho e Silva (foto de 1962).

Na análise dessa profícua e variada atividade docente, se por um lado é preciso destacar aqueles anos iniciais na Faculdade Nacional de Filosofia, sob as vistas de Sousa da Silveira, por outro lado não pode deixar de ser reconhecido que se deve às condições propiciadas pelo Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense a amplitude maior que teve para a transmissão dos seus conhecimentos gerais. Foi ele na UFF professor de diversas matérias, na graduação e na pós-graduação: Lingüística Portuguesa, Estilística Portuguesa, Crítica Textual, Cultura Brasileira. Participou da criação do Mestrado em Letras, integrando de 1970 a 1975 com os seus colegas Maximiano de Carvalho e Silva e Rosalvo do Valle a comissão, designada pelo chefe do Departamento de Lingüística e Filologia, Professor Carlos Eduardo Falcão Uchoa, para tomar decisões normativas quanto ao funcionamento do curso, e de 1974 a 1987 ministrou aulas de diversas disciplinas de Língua Portuguesa e foi orientador firme e atento de dissertações de mestrado. Após a aposentadoria por limite de idade, como Titular de Língua Portuguesa, teve de interromper inclusive os cursos avulsos de Iniciação à Filosofia e de Língua Latina que ministrava a pedido de alunos do Mestrado, com grande proveito e boa freqüência, para atender a deficiências que prejudicavam os seus estudos.



Da esquerda para a direita, Gládstone Chaves de Melo, Maximiano de Carvalho e Silva e Rosalvo do Valle.

Retomou todavia as atividades de ensino e pesquisa a partir de 1990, quando a convite do Dr. Antônio Gomes da Costa passou a integrar a diretoria do Instituto de Língua Portuguesa do Liceu Literário Português, com os seus colegas e amigos Sílvio Elia, Maximiano de Carvalho e Silva, Evanildo Bechara, Nilza Campelo e Antônio Basílio Gomes Rodrigues. Isto lhe permitiu continuar a dar aulas, a fazer palestras e conferências e a escrever artigos para a seção "Na Ponta da Língua" do jornal *O Mundo Português* e para a revista *Confluência*, sempre movido pelos impulsos da ação missionária que imprimia a tudo que lhe era confiado. No Liceu, foi sempre uma presença marcante, tão estimulante pelos exemplos de vida e de dedicação ao trabalho que deu enquanto lhe permitiram as forças debilitadas pelos problemas de saúde.

1.1.6 - Últimos anos de vida.

O grande abalo que sofreu Gládstone Chaves de Melo no fim da vida foi o da perda de sua esposa Cordélia, ocorrida a 17 de fevereiro de 1995. Ela, que depois de casada passou a assinar-se Cordélia Rodrigues Chaves de Melo, revelou-se desde cedo uma figura extraordinária, ao mesmo tempo firme, corajosa e intransigente na defesa dos princípios que nortearam a sua formação moral e religiosa, e doce e compreensiva no trato com os seus familiares e amigos devotados. Muito inteligente e culta, acompanhou e participou de perto de todos os lances da vida familiar e da vida cultural do marido; a este prestou inclusive colaboração intelectual, em várias ocasiões, como está registrado, por exemplo, na dedicatória impressa que Gládstone Chaves de Melo incluiu em sua edição do romance *Quincas Borba* publicada em 1973 pela editora Melhoramentos, de São Paulo [31].

Imaginava-se que não resistiria muito tempo a essa separação. Viveu no entanto mais seis anos, na mesma casa de número 10 da Rua Cosme Velho 354, onde continuou cercado das atenções dos seus filhos, genro, noras e netos, e onde passou a morar a sua muito dedicada irmã Maria Emília, para fazer-lhe companhia.

Naquele homem tão avesso a exteriorizações sentimentais operou-se como por milagre uma mudança que o tornou mais comunicativo, mais apegado aos amigos, a ponto de fazer o que antes lhe era muito difícil ou muito penoso:

[31] "A minha esposa Cordélia, devota de Machado de Assis, colaboradora eficaz e preciosa no preparo desta edição".

falar-lhes longamente por telefone, para exprimir o seu interesse pelo que cada um estava fazendo.

No Liceu Literário Português, escolhido para ser o sucessor de Sílvio Elia como Diretor Geral do Instituto de Língua Portuguesa, teve o último posto de relevo na vida profissional, contando com o carinho e respeito dos dirigentes e dos funcionários da instituição.

Levado pelo colega e amigo Evanildo Bechara, passou a freqüentar sessões da Academia Brasileira de Filologia, onde sob a presidência de Leodegário Amarante de Azevedo Filho os seus pares sempre o recebiam com demonstrações de altíssimo apreço. Comoventes foram os seus reencontros com o colega Antônio José Chediak, decano da Academia, contemporâneo nos tempos de estudo na cidade de Campanha. Numa das vezes, em sessão especial, foi homenageado e ouviu altos louvores de vários acadêmicos, que nele reconheciam uma das mais ilustres e dignas figuras da Academia.

Sua vida foi-se extinguindo aos poucos, permanecendo ele em estado de lucidez, mas com a memória grandemente enfraquecida. A morte ocorreu no dia 7 de dezembro de 2001, e o sepultamento no dia seguinte. Na capela do cemitério de São João Batista, onde o corpo foi velado, houve missa celebrada pelo monge beneditino D. Justino de Almeida Bueno. Em seguida, um cortejo levou o corpo ao cemitério do Jardim da Saudade, onde foi sepultado, falando então em nome dos presentes para assinalar aquele momento o amigo de velha data Antônio José Chediak, que não deixou de lembrar os tempos do convívio na cidade de Campanha. Dias depois, no Mosteiro de São Bento, D. Irineu Penna, do grupo dos amigos mais antigos e mais identificados com o homenageado na fidelidade aos princípios da formação moral e religiosa, celebrou a missa de 7º dia.

Apenas uma nota no obituário do jornal *O Globo* registrou a morte de quem fora por tantos títulos uma grande figura da vida cultural brasileira e exercera na vida pública exemplarmente e com pesados sacrifícios pessoais os cargos de vereador e deputado estadual. No *Jornal da PUC*, de dezembro de 2001, como já tivemos ocasião de dizer, Fernando Ferreira fez questão de sublinhar nos devidos termos os altos méritos da atuação magisterial e da atuação política do seu antigo professor no Curso de Jornalismo da Universidade. Em sessão especial da Academia Brasileira de Filologia realizada no dia 23 de março, por determinação do Presidente da instituição, a que compareceu a família do homenageado, relembraram diversos aspectos da sua vida e obra os acadêmicos Maximiano de Carvalho e Silva (orador designado), Rosalvo do Valle, Carlos Eduardo Falcão Uchôa, Hilma Ranauro

e Agenor Ribeiro, falando em seguida em nome dos filhos Paulo de Tarso Chaves de Melo.

Também na Academia Brasileira de Letras teve registro a morte do grande servidor da vida cultural e política brasileira, nas palavras de vários acadêmicos, entre os quais os que mais com ele conviveram, como Afonso Arinos Filho e Evanildo Bechara.

1.2 – Traços da personalidade.

Em artigo publicado pelo jornal *Tribuna da Imprensa* de 11/9/1950, de propaganda da candidatura a vereador de Gládstone Chaves de Melo, o escritor Gustavo Corção fez dele o seguinte retrato, a pedido de um leitor:

> É um homem magro, de estatura um pouco abaixo da mediana, moço, mineiro, cheio de irmãos, de filhos, de discípulos, de amigos, de afilhados e de admiradores. Acorda cedo, é católico desde a infância, reunindo a firmeza dos que sempre foram católicos ao entusiasmo dos que se converteram recentemente. É pontual na missa, e pontual nas visitas que faz, não sei quantas vezes por semana, escalando morros, para levar aos pobres o conforto e a mensagem de São Vicente de Paulo. Sabe que Maritain não é liberal, que Bernanos não foi um herético. Tem o retrato do Brigadeiro em sua sala. Nunca foi integralista. Nunca procurou torcer as encíclicas dos papas para dar razão à Federação das Indústrias. É um homem bom, inteligente e reto, que tem a raríssima virtude de bem cumprir a tarefa que aceitou. Modesto, de poucas demonstrações, incapaz de tirar o casaco e de abraçar gente na rua para arranjar um voto, incapaz de fazer discursos com voz de papo, tem a cara fechada e a boa antipatia dos sujeitos que levam profundamente a sério uma aproximação humana.

Nessas palavras, Corção fixou, com a rara acuidade de que era dotado para analisar pessoas e acontecimentos vários, alguns dos traços mais característicos do físico (aos 33 anos de idade) e da personalidade de Gládstone Chaves de Melo e mencionou algumas das circunstâncias em que desenvolveria a sua longa vida. Homem bom, inteligente e reto, era no entanto por temperamento incapaz de exteriorizações que facilitassem a sua aproximação com os seus semelhantes. Nele se evidenciavam logo os indicadores da origem mineira, da formação católica que recebera, da educação rigorosa que o fazia tão aferrado ao cumprimento do dever. Era de uma franqueza e sinceridade muitas vezes rude, e quase não sabia ocultar ou disfarçar o que sentia ou o que pensava.

Por tudo isto, imprimindo sentido missionário em tudo o que fazia, enfrentando com fé inabalável e ânimo forte todas as dificuldades no caminho, deu ao longo da vida familiar e da vida profissional admiráveis exemplos de firmeza, dignidade, coragem e decisão no cumprimento dos deveres e das atribuições que lhe eram propostas, norteado pelos princípios religiosos que abraçara e pela compreensão do verdadeiro sentido da existência humana.

Era impressionante e bem sensível, para os que acompanhavam mais de perto a sua trajetória, o amor à terra natal – a cidade de Campanha, onde tinha tantos amigos – e o apego à família. Ele, que no Rio de Janeiro teve a felicidade de ver na mãe e nos irmãos e cunhados pessoas dignas e fiéis aos mesmos princípios morais e religiosos, considerava um dever indeclinável visitá-los aos domingos, deslocando-se de Laranjeiras ao bairro distante do Grajaú, sempre na companhia de Dona Cordélia, nora e cunhada que muito se afeiçoou à família do marido.

Os amigos mais antigos e mais próximos tiveram desde logo exata noção das suas posições ideológicas de católico convicto e defensor dos princípios da doutrina social da Igreja, tão bem expressa nas encíclicas de Leão XIII (*Rerum Novarum*) e Pio XI (*Quadragesimo Anno*), e da democracia cristã, de que fala Jacques Maritain no seu luminoso livro *Cristianismo e Democracia.*

Espírito polêmico, dispôs-se como escritor e no exercício do jornalismo a rebater com argumentos mas também com as armas da ironia, que sabia manejar como poucos, as falsas idéias dos regimes políticos totalitários (comunismo, fascismo e nazismo) e as manifestações de nacionalismo exacerbado como foram no Brasil o Integralismo de Plínio Salgado e o Estado Novo de Getúlio Vargas. Opondo-se também aos desmandos da sociedade burguesa e à prevalência dos falsos valores determinada pelo poder e pela riqueza, empolgou-se pela pregação de Frederico Ozanam em favor dos pobres como vítimas de uma economia sob o domínio do capitalismo desenfreado que os condena à marginalidade.

Em linguagem muito incisiva e clara e com a eloqüência de quem se julgava na defesa da verdade, impressionava leitores e ouvintes com uma capacidade dialética que o fez admirado até mesmo de oponentes das suas idéias, e que contribuiu para a conversão de alguns deles à fé católica [32].

[32] A escritora e ex-vereadora do Partido Comunista Lia Correia Dutra, conhecendo-o no exercício das suas funções de taquígrafa da Câmara dos Vereadores, dele se aproximou e se fez grande amiga para sempre, e por seu intermédio converteu-se ao catolicismo com o auxílio de monges do Mosteiro de São Bento.

Nessas manifestações suas sobre temas polêmicos e apaixonantes não sabia fazer concessões aos adversários, não sabia resistir à tentação de uma palavra condenatória mais dura e muitas vezes dispensável e até excessiva, enfim não sabia fazer nada para atenuar o juízo que podiam fazer dele os que, não estando em sintonia com o seu pensamento, não tinham condições de entender e relevar as suas posições extremadas. Isto lhe custou caro, inclusive a odiosidade ou a dura incompreensão por parte de muitos adversários, em absoluto contraste com a admiração que lhe votavam tantos amigos e discípulos fiéis.

Durante todo o período da chamada Revolução de 1964, embora tivesse apoiado o movimento no seu nascedouro, teve ensejo de lamentar e reprovar os excessos de autoridades civis e militares na repressão a opositores do regime. Mas não o fazia de público, pois vivia atemorizado com os avanços da ideologia totalitária do marxismo-leninismo no mundo. Teve gestos de solidariedade em relação a pessoas injustamente atingidas pela repressão, e disso é exemplo a atitude que tomou de visitar sem demora e sem hesitação, na nossa companhia, para exprimir-lhe profunda indignação, um ilustre colega de magistério que tivera o apartamento residencial invadido por agentes do governo à procura de comprovações do envolvimento da filha do referido professor em ações de contestação do regime militar.

De trato difícil com o comum das pessoas, em razão do seu temperamento, transformava-se por completo quando as circunstâncias contribuíam para desfazer as barreiras que o deixavam à distância. Na familiaridade que se formava então, expunha ao vivo os traços da mineiridade, em conversas soltas e descontraídas, e recheadas de bom humor e fina ironia. Era o que acontecia em sala de aula, depois dos primeiros dias em que os alunos, vendo-o tão sério, de cara fechada, e sabendo por informações alheias que era um professor muito exigente, o imaginavam inabordável. Tornava-se capaz de exprimir em gestos extremos o seu interesse pelo próximo e o desejo de ajudar a resolver os problemas de que tinha conhecimento, principalmente os de natureza religiosa.

2 – A OBRA.

2.1 - Atividade intelectual.

Em cerca de sessenta e cinco anos de atividades ininterruptas de ensino e pesquisa, Gládstone Chaves de Melo alcançou merecida projeção no Brasil e em Portugal e em centros culturais de vários países onde se estuda a língua portuguesa, como autor de numerosos trabalhos (livros e escritos dispersos e inéditos). Esses trabalhos lhe conferem o lugar de um dos pioneiros da renovação dos estudos doutrinários, culturais, lingüísticos e literários no mundo da lusofonia. Representam invulgar contribuição ao estudo da cultura humanística e particularmente ao desenvolvimento das ciências da linguagem, já devidamente analisada em artigos e notas de altos louvores por mestres como Serafim da Silva Neto, Matoso Câmara Júnior, Sílvio Elia e muitos outros.

Os ensaios e estudos que compõem a bibliografia do autor de *Iniciação à Filologia e à Lingüística Portuguesa* tratam dos seguintes temas: a) Filosofia, Teologia e Cultura Religiosa; b) Política e Direito / Pedagogia e Didática; d) Cultura e Literatura Brasileira; e) Cultura e Literatura Portuguesa; f) Filologia e Lingüística Portuguesa e Galega.

Na leitura e análise crítica de tais escritos, não se pode deixar de reconhecer em sã consciência que o autor tudo fazia impulsionado por impressionante e indeclinável noção do dever de contribuir para que prevalecessem no mundo as mensagens evangélicas, a doutrina da Igreja e os princípios da lei natural, e no campo estrito das ciências da linguagem para que se divulgassem os melhores ensinamentos. Como marcas pessoais, sempre se hão de perceber aqui e ali as suas posições extremadas muitas vezes, a sua maneira de exprimir de forma contundente os pontos de vista, o seu radicalismo, a sua intransigência.

Nessa atuação, ressaltam como traços dominantes: a fé inquebrantável de católico fervoroso, na linha de fidelidade ao magistério da Igreja; o amor à família e aos verdadeiros bens familiares; a dedicação ao ensino, exercido com estrita noção dos deveres e responsabilidades; o sentido missionário que imprimiu às atividades de escritor; o desapego dos bens materiais; a constância na defesa do que considerava os ideais da vida democrática, e na defesa do bem comum, comprovada sobretudo nos anos em que exerceu os cargos de vereador e deputado estadual no Rio de Janeiro (1951 a 1962); a participação na luta contra os falsos

valores e as seduções do poder e da riqueza como instrumentos de dominação da sociedade; a solidariedade aos pobres como as maiores vítimas das injustiças sociais; o apreço ao que julgava melhor e mais significativo na cultura brasileira; o empenho de ressaltar a importância da herança cultural que Portugal nos legou, e de exaltar os aspectos positivos da colonização portuguesa; a valorização da cultura humanística e dos estudos clássicos; o trabalho de estudo e exegese das obras-primas de escritores clássicos de todas as épocas, e de defensor da língua literária como expressão dos altos anseios da cultura de um povo; e finalmente, como uma das maiores preocupações do seu espírito, a propagação dos métodos tidos como mais adequados para o mais amplo conhecimento das riquezas e potencialidades da língua portuguesa.

Não será difícil ao leitor e ao observador mais exigente apontar deficiências, falhas e até erros ocasionais nos escritos de Gládstone Chaves de Melo, tão espantosamente numerosos, ou discordar de atitudes ou de posições ideológicas suas que se considerem inaceitáveis, exageradas ou discutíveis. Mas é o caso de dizer: em que obra de um grande autor, a não ser por exceção muito rara, só se encontram verdades inquestionáveis e um estilo perfeito e irretocável? em que exemplo da vida tudo é perfeito, tudo está de acordo com as exigências mais altas do padrão de vida cristã? Ele mesmo admitiu mais de uma vez ter plena consciência dessa realidade, em manifestações da sua vida pessoal, e nos escritos de sua autoria. Diz, para citar apenas um exemplo, no prefácio da quarta edição de *Iniciação à Filologia e à Lingüística Portuguesa*: "receberemos como gratíssimo favor as observações, sugestões e principalmente correções que caridosamente nos queiram enviar os entendidos"; e fez as modificações e correções que a consciência lhe impôs ao reeditar os seus trabalhos. Não é de estranhar, portanto, que no diálogo de tantos anos com ele mantido por alguns dos seus verdadeiros amigos, discípulos ou admiradores tenha havido, a par de muita concordância em relação aos pontos básicos da sua atuação, discordâncias ou objeções referentes a afirmações ou lições nos seus escritos e a posições assumidas que pareceram descabidas ou demasiado rígidas. Quem diz isto sente-se à vontade para fazê-lo, pois considerando-se seu discípulo, tendo com ele aprendido lições fundamentais [33] e estando de acordo com grande parte do que ele fez e escreveu, nunca deixou

[33] Na nossa edição crítica do romance *Ubirajara*, de José de Alencar, publicada em 1970 pela editora Melhoramentos, de São Paulo, está a seguinte dedicatória: "A Gládstone Chaves de Melo, autor da primeira edição crítica de José de Alencar, com quem aprendemos a técnica do estabelecimento do texto, da preparação dos originais e da revisão tipográfica, nos anos de 1946-1947". A partir daí, com ele aprendemos muito mais, como já foi dito em outras oportunidades.

no entanto de manifestar-lhe discordâncias em questões secundárias mas também relevantes, e é testemunha de que, quando convencido da validade de tais objeções, não se negava ele a levá-las na devida conta, como imperioso dever de consciência [34].

2.2 - Obras principais.

2.2.1 – Filosofia, Teologia e Cultura Religiosa.

A vocação missionária e a vocação de escritor conjugadas fizeram de Gládstone Chaves de Melo um constante divulgador dos princípios filosóficos e teológicos que embasaram a sua formação e das verdades da religião que abraçara, e foi este caminho seguramente uma das prioridades absolutas que nunca deixou de levar em conta.

A profundidade dos estudos que realizara o fazia ver como poucos os desconcertos do mundo. Pelo que está arrolado na sua bibliografia pode-se notar que, do início das atividades de escritor ao fim da vida, sempre reservou espaço para a publicação das suas reflexões de caráter filosófico, religioso, doutrinário e político, nunca deixando de expressar as suas convicções, sem medir conseqüências e sem temer as represálias que poderia sofrer pelo seu desassombro.

São particularmente importantes para o conhecimento das suas posições doutrinárias em defesa do bem comum os artigos que publicou desde 1937 ao fim da vida, incansavelmente, obstinadamente, em jornais e revistas como *A Ordem*, do Centro Dom Vital, *Carta Mensal*, publicação da Confederação Nacional do Comércio, *Pelo Bem Comum*, periódico elaborado na cidade de Mendes (RJ) e impresso no Rio de Janeiro. Os pequenos artigos de *Pelo Bem Comum* atestam com eloqüência as suas preocupações com os valores eternos

[34] Logo no começo do nosso trabalho de assistente no curso de Jornalismo da PUC, manifestamos ao Professor Gládstone a nossa discordância em relação ao programa de Língua Portuguesa que organizara para o ensino da matéria, e fizemos-lhe ver que era programa de curso de Letras, com uma carga de estudos históricos excessiva para os alunos de Jornalismo. Diante das razões apresentadas, e após apenas alguma relutância, ele atendeu integralmente às nossas sugestões, dando-nos com isso uma lição de compreensão e interesse de fazer o melhor que muito nos marcou para sempre.

e com a divulgação dos ensinamentos da mensagem cristã nos anos finais de sua vida, de 1992 a 2001. Esse conjunto de escritos deveria estar reunido num volume, ao alcance de muitos leitores, mas isto dificilmente acontecerá, inclusive porque de modo geral o mercado editorial está mais preocupado com as vendas do que com a difusão de bons ensinamentos, ficando assim à mercê dos aventureiros que se dispõem a escrever sobre qualquer assunto, sem a preocupação da busca da verdade que distingue os bons autores.

2.2.2 – Política e Direito / Pedagogia e Didática.

As concepções políticas que assimilou e o tornaram um convicto defensor do modelo de vida democrática, exprimiu-as ele de várias formas e em várias ocasiões, como em 1968 no opúsculo *Considerações Sobre Democracia,* em que se lê:

> Como *sistema*, a democracia compreende determinado número de princípios políticos, entre os quais ressaltam o respeito pela dignidade da pessoa humana, a liberdade de pensamento e de ação, ordenados ao bem comum, a igualdade fundamental dos cidadãos perante a lei, a igualdade de oportunidades, a participação efetiva de todo o povo na elaboração das leis. [....]
>
> Como *ideal*, a democracia representa o antiqüíssimo anseio de toda a humanidade, de todos os povos, de todo homem que não tenha alma de escravo - esse anelo por ver reconhecida sua qualidade de pessoa, intangível, de ver respeitados seus direitos naturais, inalienáveis e imprescritíveis, direito de realizar sua vocação pessoal, de adorar e servir a seu Deus, conforme os ditames mais íntimos de sua consciência, de livremente constituir família, de educar os próprios filhos, de não ser constrangido nem oprimido, de não ser inferiorizado, de, como homem, ser tratado como homem. [35]

Na defesa dessas idéias, foi implacável na condenação dos que, apresentando-se como filiados à Igreja Católica, deixaram de levar em conta o pensamento da Igreja, manifestado em encíclicas papais e em documentos do Vaticano, a respeito dos regimes totalitários que no século XX se assenhorearam do poder em tantas nações do mundo ocidental: o comunismo, o fascismo e o nazismo em todas as suas manifestações.

[35] Op. cit., Rio de Janeiro, Presença, 1986, p. 13.

Tendo sido um dos intelectuais brasileiros que viram com bons olhos, como também o seu amigo Gustavo Corção, a revolução que em Cuba, no ano de 1958, pôs abaixo a nefasta ditadura de Fulgencio Batista, a serviço de interesses espúrios norte-americanos, pouco mais adiante, veria com desgosto o líder da revolução cubana desdizer as suas afirmações anteriores de fidelidade aos ideais da vida democrática, declarando-se marxista-leninista e instalando no país uma feroz ditadura, que desde logo passou a perseguir implacavelmente os adversários e a tomar medidas de alto alcance repressivo para impedir o funcionamento dos cultos religiosos cristãos em toda a ilha. Por isso, Gládstone Chaves de Melo tomou-se de aversão ao regime de Fidel Castro, a mesma aversão que manifestava em relação a regimes despóticos ou corruptos nas Américas. Sobre este assunto publicou em 1989 um outro opúsculo – *Cuba, Fidel, o Frade e o Arcebispo* [36], onde sem nenhum receio de dar nome aos bois critica algumas destacadas figuras da Igreja Católica envolvidas na campanha de glorificação de Fidel Castro como o grande opositor do imperialismo norte-americano, mesmo depois de desmascarado como vassalo do imperialismo soviético.

Por outro lado, por repudiar igualmente, fiel às pregações da sua Igreja, a prevalência do sistema liberal-capitalista no domínio da sociedade, e as terríveis conseqüências que acarreta, como a corrupção sob todas as suas formas, deixou registradas em páginas memoráveis [37] os pontos de vista de quem acreditava numa outra ordem social que preserve os direitos fundamentais da pessoa humana tão menosprezados pelos detentores do poder em tantas nações ditas civilizadas no mundo contemporâneo.

2.2.4 – Cultura e Literatura Brasileira.

Em numerosos artigos e livros Gládstone Chaves de Melo exprimiu os seus conhecimentos e juízos críticos sobre a história da cultura e da literatura brasileira.

Para as já citadas obras coletivas em que colaborou, editadas em Portugal, escreveu verbetes de maior ou menor extensão, os quais são importantes porque revelam as suas concepções literárias, mas apresentam aqui e ali deficiências

[36] Rio de Janeiro, Presença, 1989, 31 p.

[37] V. "O Problema da Liberdade", em *A Ordem*, nov. 1946, "Sobre o Problema da Riqueza", *A Ordem*, jul.-ago. 1949.

e imperfeições e juízos menos felizes de quem a rigor não era um especialista na matéria.

Entre os nossos autores, mereceram dele mais profunda e mais demorada atenção, para o estudo do que representam como expoentes da literatura brasileira ou das características marcantes da sua língua e estilo, as figuras de José de Alencar, Gonçalves Dias, Machado de Assis, Rui Barbosa, Alphonsus de Guimaraens, Manuel Bandeira, Carlos Drummond de Andrade.

José de Alencar foi o primeiro dos autores brasileiros a merecer dele maior atenção, desde os anos de 1943-44 em que elaborou e publicou a tese de livre-docência *Alencar e a "Língua Brasileira"* com a finalidade de pôr abaixo a falsa noção de que o autor de *Iracema* defendia a existência de uma língua no Brasil diferente estruturalmente da língua de Portugal [38].

Para o estudo da língua e estilo de Gonçalves Dias deixou a contribuição da tese com que ascendeu em 1986, já no final da carreira, ao cargo de Professor Titular de Língua Portuguesa da Universidade Federal Fluminense [39].

Leitor minucioso da obra poética de Alphonsus de Guimaraens, reunida pela primeira vez na edição crítica publicada em 1938 por Manuel Bandeira e João Alphonsus, nela soube realçar a utilização de recursos estilísticos, em primorosas observações que recheiam as notas do volume sobre o poeta de Mariana lançado em 1958 pela Coleção Nossos Clássicos da Livraria Agir Editora [40].

Na obra de Machado de Assis viu muito mais dos que as singularidades do extraordinário escritor que ele foi, o que está expresso em artigos e opúsculos como "Machado de Assis, Defensor do Homem" e outros. [41]

[38] Na bibliografia de Gládstone Chaves de Melo um dos principais livros é a sua edição crítica e comentada do romance *Iracema (Lenda do Ceará)*, que traz como apêndice a reedição da tese de livre-docência *Alencar e a "Língua Brasileira"*.

[39] O trabalho foi publicado como livro pela Editora da Universidade Federal Fluminense: *A Excelência Vernácula de Gonçalves Dias,* Niterói, EDUFF, 1992, 225 p.

[40] *Alphonsus de Guimaraens – Poesia*, Rio de Janeiro, Agir, 1958, 123 p. (3ª ed. corrigida e melhorada: 1976).

[41] Coimbra, 1964. 32 p. [Separata da revista *Brasilia*, vol. XII.]

Origem, Formação e Aspectos da Cultura Brasileira.

Por força das circunstâncias, Gládstone Chaves de Melo foi levado a dedicar maior atenção ao estudo da nossa formação histórico-cultural, e a se pronunciar sobre os valores culturais em causa, logo nos primeiros anos da sua atividade de escritor.

A sua visão de muitos relevantes aspectos da vida cultural brasileira foi fixada em estudos antigos e novos que, em sua segunda passagem por Portugal como Adido Cultural do Brasil (1973-1974), reuniu no livro *Origem, Formação e Aspectos da Cultura Brasileira* [42], e nos 65 artigos semanais publicados no *Diário de Notícias* de Lisboa. [43]

Ele próprio esclarece no Prefácio da obra acima citada, datado de dezembro de 1973:

> Este livro, pensado e escrito no Brasil, vem à luz em Portugal, depois de mil peripécias que não interessam ao leitor.
>
> É resultado de uma longa meditação sobre coisas brasileiras e fruto, por assim dizer imediato, de cursos que dei em Niterói, no Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense, e na Faculdade de Letras de Coimbra. [44]

É de ressaltar que contribuiu para a melhor organização e clareza das suas exposições, sobre matéria tão vasta e de tantos aspectos controvertidos, a experiência a que se refere de aulas em Niterói e em Coimbra, em contato com alunos de nível de conhecimentos e interesses culturais bem diversos, a quem prestou o grande benefício de fazê-los refletir sobre temas de interesse comum luso-brasileiro.

Convencido de que a obra da colonização portuguesa do Brasil deve ser exaltada como feito extraordinário, sem desconhecer e pôr de lado os seus aspectos negativos, achou também que devia transmitir aos leitores os dados acumulados em sua visão histórico-cultural. Fez isto movido pelo propósito de valorizar o que herdamos de Portugal em nossa formação nacional. Tornou-se assim um contestador das idéias de pensadores e ensaístas que representam

---

[42] Lisboa, Centro do Livro Brasileiro,1974, 279 p.

[43] V. relação dos artigos na bibliografia do autor.

[44] Temos a satisfação de dizer que foi a convite nosso, em 1965, quando assumimos o cargo de Chefe do Departamento de Letras na Universidade Federal Fluminense, que Gládstone Chaves de Melo se dispôs a ministrar as aulas da disciplina de Cultura Brasileira para os alunos do curso de graduação em Letras da UFF.

outra linha de pensamento e passaram a enfatizar, em análises distorcidas dos fatos, o que se fez de errado nos séculos iniciais da nossa história, e a emitir juízos condenatórios de todo o processo da colonização, numa posição anacrônica de condenar o passado à luz dos conceitos ulteriores que permitiram, no avanço da civilização, uma mudança de mentalidade em relação a práticas até certa época consideradas perfeitamente naturais.

Ao tratar da obra da colonização portuguesa, assim se expressou:

> A obra foi feita com miséria e com grandeza, como tudo que é do homem, mas principalmente com grandeza, porque só esta constrói e fica. E o que ficou aí está: é "o mundo que o português criou", de que somos concidadãos, mundo feito de transportes e de intercâmbios culturais, feito de adaptação aos trópicos, feito de doação e aceitação, de mescla de etnias, de cruzamentos raciais, de incorporação e permuta de elementos europeus, americanos, africanos e asiáticos. [45]

De tudo resultou a firme convicção que exprimiu com as seguintes palavras:

> O Brasil realizou uma cultura própria, intimamente ligada à cultura lusitana e à cultura ocidental; conseguiu fazer surgir aquilo a que chamo "humanismo vivo e vivido"; formou uma solidíssima unidade nacional, não extrínseca, não mantida pela força das armas, senão intrínseca, decorrente de um mesmo espírito e uma mesma língua; resolveu todas as suas pendências de fronteira (que por aí fora têm gerado tantas guerras!) por arbitramento, acatando sempre o laudo arbitral, ainda quando contrário às suas pretensões e alegações. [46]

A simples indicação do sumário do livro dá idéia do que nele trata o autor:

> PREFÁCIO. // NOÇÕES PROPEDÊUTICAS: / I – Conceito de Cultura Brasileira. / II – Fatores Condicionantes da Cultura. // FORMAÇÃO DA CULTURA BRASILEIRA: / III – O Meio Físico Brasileiro Como Condicionante da Cultura. / IV – Herança Indígena. / V – Herança Africana. / VI – Herança Portuguesa. / VII – O Elemento Dinâmico da Cultura Nacional. / VIII – O Brasil e a América. // ASPECTOS: / IX – A Língua Portuguesa no Brasil. / X – A Literatura do Brasil. / XI – As Artes Plásticas. / XII – Notas Sobre a Música no Brasil. / XIII – O Pensamento Filosófico no Brasil. / XIV – Religião. / XV – Um Contraste: a Atual Crise da Cultura Brasileira e "Vinte Anos de Ouro Preto". // APÊNDICE: / Origem e Formação da Cultura Ocidental. // BIBLIOGRAFIA SUMÁRIA.

[45] Cf. *Origem*, p. 91.

[46] Cf. *Origem*, "Prefácio", p. 7.

É pois um livro que merece releitura, mas uma releitura crítica, pois já tem cerca de 30 anos de publicado, e neste espaço de tempo muita coisa nova surgiu para assegurar visão mais precisa e atual de algumas questões que têm sido objeto de agudas controvérsias nos últimos tempos. [47]

2.2.5 – Cultura e Literatura Portuguesa.

Como vimos, Gládstone Chaves de Melo teve sempre o maior empenho em realçar e divulgar o que Portugal representa para a civilização contemporânea e os valores mais significativos da cultura portuguesa. No livro há pouco citado sobre a cultura brasileira e em artigos vários, externou o que pensava a esse respeito, opondo-se com veemência aos que depreciam a herança portuguesa em nossa formação histórico-cultural.

Desde cedo afeito à leitura dos bons autores antigos e modernos, é natural que desenvolvesse o interesse pela literatura portuguesa, dos textos medievais aos textos modernos, em que tantos exemplos colheria para ilustrar os seus estudos gramaticais, estilísticos e literários.

Com a publicação em 1944 da edição de *A Demanda do Santo Graal*, organizada pelo Padre Magne, teve acesso ao texto integral da obra e ao substancioso glossário incluído no terceiro volume, o que lhe permitiu vida a fora transmitir aos seus alunos da pós-graduação em Letras o mesmo gosto de conhecer essa obra-prima da literatura medieval portuguesa.

Entre os autores da chamada "época clássica" consagrou especial atenção a Gil Vicente, a Luís de Camões, a Frei Luís de Sousa e ao Padre Antônio Vieira. Entre os modernos e contemporâneos devem ser citados Camilo Castelo Branco e Fernando Pessoa entre os que mais leu e apreciou.

Como crítico textual, em várias edições cuidadas deixou a marca da sua preocupação com a divulgação de textos autênticos desses autores: com o seu colega e amigo Sílvio Elia cuidou do planejamento da edição escolar de *Os Lusíadas* publicada em 1972; com Aníbal Pinto de Castro, preparou a edição da *Vida do Arcebispo* de Frei Luís de Sousa, publicada em 1984; e organizou

[47] Uma das mais sábias lições que recebemos de Gládstone Chaves de Melo, logo nos nossos primeiros contatos em meados da década de 40, foi a de que o argumento de autoridade, como ensina Santo Tomás de Aquino, é de todos o mais fraco: a verdade é verdade não porque A, B ou C o afirmem, mas porque resiste ao crivo das análises mais criteriosas e ponderadas.

para a editora da Universidade Federal Fluminense uma preciosa edição, publicada em 1985, do *Sermão da Sexagésima* do Padre Antônio Vieira, texto de caráter religioso e doutrinário a que votava imenso apreço [48].

Luís de Camões não era para ele apenas o extraordinário poeta épico e lírico, cuja obra tem sido objeto de profundos estudos nos congressos nacionais e internacionais de camonistas realizados a partir de 1972, o ano da comemoração do quarto centenário da publicação de *Os Lusíadas*. Chamado a participar de vários desses congressos [49], nas suas conferências ou comunicações não tratou tão somente dos assuntos filológicos e lingüísticos referentes à obra camoniana, mas principalmente da formação e visão do mundo de Camões e das lições de vida que nos deu, como se pode perceber já nos títulos dos seus ensaios de interpretação de obras-primas da lírica e da épica camoniana: "Uma Interpretação do Episódio do Velho do Restelo" (1980), "As Concepções Filosóficas e Religiosas de Camões" (1980), "As Regras de Bem Viver em *Os Lusíadas*" (1984), "O *Fatum* e a Divina Providência em Camões" [50].

2.2.6 – Filologia e Lingüística Portuguesa.

De inegáveis méritos, e com o sentido pioneiro em várias posições assumidas, é a extensa contribuição de Gládstone Chaves de Melo ao desenvolvimento dos estudos filológicos e lingüísticos no Brasil.

Foi nos anos de 1946 a 1951 que ele teve ensejo de ver editados os seus três livros fundamentais sobre a matéria, nos quais aproveitou em boa parte os apontamentos que preparara para as aulas e artigos divulgados pelas páginas de jornais e revistas da época: *A Língua do Brasil* (1946); a edição do texto crítico do romance *Iracema*, de José de Alencar (1948); e *Iniciação à Filologia Portuguesa* (1951).

[48] V. na bibliografia de Gládstone Chaves de Melo as indicações bibliográficas precisas sobre os principais trabalhos de Crítica Textual que realizou.

[49] Gládstone Chaves de Melo participou das cinco primeiras Reuniões Internacionais de Camonistas, realizadas em Lisboa (1972), Niterói – Rio de Janeiro (1973), Coimbra (1980), Ponta Delgada (1983) e São Paulo (1987).

[50] V. as indicações precisas sobre estes trabalhos na bibliografia do final deste artigo.

A Língua do Brasil.

Em novembro de 1946, a Livraria Agir Editora, do Rio de Janeiro, lançava a primeira edição do livro *A Língua do Brasil.* Era um volume de 189 páginas, com dedicatória do autor aos mestres que tinha em maior admiração: "A Augusto Magne, Said Ali e Sousa da Silveira – o Estado-Maior da Filologia no Brasil". A matéria estava distribuída por oito capítulos, assim denominados: "A Língua Portuguesa no Brasil", "A Influência Tupi", "A Influência Africana", "A Língua Popular", "A Nossa Pronúncia", "Língua e Estilo", "O Nosso Vocabulário" e "A Língua Literária"; e havia mais uma "Explicação Final", bibliografia e índices (onomástico e geral).

No "Prefácio", datado de 25 de janeiro de 1945, o autor, depois de apresentar o livro como o conjunto de conclusões a que chegara após oito anos de estudos e reflexões, esclarece que, "à exceção de dois capítulos que já tinham sido escritos anteriormente, foi ele redigido no espaço de sessenta dias". Nascido diretamente do seu magistério na Faculdade Nacional de Filosofia, fora preparado "para os não-especialistas, para as pessoas que não desdenham os problemas de cultura geral", como entendia ser o da identificação da língua nacional. Uma obra, portanto, que surgia na hora oportuna, naquele momento histórico em que o assunto era polêmico e apaixonante, a ponto de ter sido necessário que na recém-elaborada Constituição de 1946, promulgada a 18 de setembro, se incluísse um artigo para consagrar a denominação "língua portuguesa", fruto das conclusões de uma comissão integrada por constituintes e convidados, encarregada de opinar sobre a matéria, o que fez em vários pareceres, alguns muito bem fundamentados, como o do relator-geral, Professor Sousa da Silveira.

O capítulo inicial de *A Língua do Brasil* se subdividia em sete parágrafos, intitulados – "Resenha Bibliográfica" (com a análise crítica das principais contribuições ao estudo da matéria), "O Problema da Língua do Brasil", "A Escola da 'Língua Brasileira' e Sua Doutrina", "O Conceito de Unidade Lingüística", "A Paixão Nacionalista", "O Problema em Termos Sociológicos" e "Qual Seria a 'Língua Brasileira'?". Como se percebe, dispunha-se o autor – com as suas observações e reflexões – a não deixar nenhuma dúvida a respeito do problema; e no capítulo final, dedicado à língua literária, concluía que a língua padrão do Brasil "é a mesma de Portugal, com diferenças estilísticas e uma ou outra levíssima divergência sintática, insignificativa e inoperante". Nesse mesmo capítulo, propunha um teste aos que, defendendo a existência da "língua brasileira", afirmavam saber distinguir perfeitamente um autor

português de um brasileiro: que assim o fizessem em relação a vinte trechos de escritores portugueses e brasileiros aí transcritos, "trechos esses onde não há elementos estilísticos que possam indicar a nacionalidade do autor", mas apenas "elementos exclusivamente lingüísticos". Com efeito, assim fazia prova final de haver uma língua comum aos dois países – a língua portuguesa – sem deixar no entanto de reconhecer os traços que distinguem o uso português do uso brasileiro, bastante diferenciados em vários aspectos, como os referentes à pronúncia e ao vocabulário.

O livro *A Língua do Brasil* foi recebido com louvores pela crítica especializada, e com as naturais restrições e contestações dos propugnadores da "língua brasileira". Anos mais tarde, em 1963, o Professor Sílvio Elia, com a autoridade de um dos maiores conhecedores da matéria e autor do livro pioneiro *O Problema da Língua Brasileira* (1940), reconheceria que Gládstone "com muito bom senso e bem equipada armadura filológica" se opusera à tese dos "brasileiristas", trazendo "luz a muita confusão num debate que se vinha perdendo em digressões impertinentes" [51].

No ano de 1971, ressurgia *A Língua do Brasil* numa segunda edição melhorada e aumentada, na coleção "Estante de Língua Portuguesa" sob a direção do Professor Carlos Henrique da Rocha Lima, publicação da Fundação Getúlio Vargas. No prefácio datado de 31 de julho de 1970, o autor declara ter incorporado ao livro "as observações colhidas em duas permanências em Portugal" que lhe permitiram melhor comparação dos usos português e brasileiro da língua comum. Os capítulos passaram a ser nove, com o desdobramento do primeiro da edição anterior em dois: "A Língua Portuguesa no Brasil: Resenha Bibliográfica" e "O Problema, Doutrinas, Soluções".

O compêndio teve mais duas edições: a terceira, de 1975; e a quarta, melhorada e aumentada, de 1981 [52]. Nas orelhas dessa quarta edição, o Professor Rosalvo do Valle soube ressaltar a qualidade rara que distinguia o livro como obra didática: "Nele o estudante encontrará, numa linguagem que faz inveja a muita gente e que todos entendem, uma visão geral das questões referentes à história da língua portuguesa no Brasil"; e finalizando, ao mencionar as principais discussões e objeções que suscitou, frisou também: "um livro que merece discussões de alto nível é um livro que fica".

[51] Palavras da primeira edição de *Ensaios de Filologia e Lingüística*, 1963, reproduzidas na segunda (Rio de Janeiro, Grifo / MEC, 1975, p. 162).

[52] Rio de Janeiro, Livraria Padrão, 1981. (12) + 210 p.

Iniciação à Filologia e à Lingüística Portuguesa.

No ano de 1951, a editora Organização Simões lançava a primeira edição do livro a que Gládstone Chaves de Melo dera o título de *Iniciação à Filologia Portuguesa*: um volume de 301 páginas, com prefácio datado de 8 de setembro de 1949, e dedicatória à memória dos seus venerados pais.

A matéria do livro estava assim distribuída:

> PREFÁCIO. // PARTE GERAL (POSIÇÕES, PROBLEMAS E MÉTODO): / I - Caráter Científico da Filologia. / II - Filologia e Lingüística. / III - Da Formação Filológica. / IV - A Importância dos Textos. / V - A Lição dos Textos e as Normas Gramaticais. / VI - A Seleção e Gradação da Bibliografia. / VII - A Classificação das Línguas. // PERSPECTIVA HISTÓRICA: / I - As Línguas Indo-Européias. / II - A Formação das Línguas Românicas. / III - Geografia das Línguas Românicas na Europa. / IV - A Transplantação das Línguas Românicas. / V - A Língua Portuguesa no Brasil. // PARTE ESPECIAL: / I - Posição do Português na Família Românica. / II - O Infinito Pessoal. / III - A Sintaxe Portuguesa. / IV - A Concordância no Português. / V - A Colocação dos Pronomes. / VI - A Classificação das Palavras. / VII - A Constituição do Vocabulário. / VIII - O Problema Ortográfico. / IX - Da Análise Sintática. // DIRETRIZES: / I - A Lógica da Língua. / II - O Papel da Analogia na Língua. / III - Causas e Efeitos da Evolução Fonética. / IV - Vícios do Nosso Ensino Gramatical. / V - Como se Deve Estudar a Língua.

No Prefácio, entre outras considerações, se liam as seguintes palavras como uma espécie de definição dos propósitos do autor, no tom incisivo que sempre caracterizaria a sua atuação:

> pretende este livro ser apologético: foi escrito para defender os métodos, o espírito e as conclusões da Filologia Portuguesa contemporânea, e para denunciar os charlatães, os gramatiqueiros, os obsessos do erro e da gramática de bitola estreita [....]. É livro essencialmente didático; seja-nos permitido dizer que ele se destina aos professores de português que não puderam ter formação universitária.

Usava o autor a expressão Filologia Portuguesa naquela acepção tão ampla apresentada por grandes mestres das ciências da linguagem em Portugal, como Carolina Michaëlis e Leite de Vasconcelos. Deste último colhera inclusive o conceito de que Filologia Portuguesa é "o estudo da nossa língua em toda a sua amplitude, no tempo e no espaço, e acessoriamente o da literatura, olhada sobretudo como documento formal da mesma língua", como está na segunda edição, de 1926, das *Lições de Filologia Portuguesa*, p. 9, publicada em Lisboa[53].

[53] Na 1ª edição, de 1911, há pequenas diferenças nesta definição.

O novo livro de Gládstone Chaves de Melo, resultado também das suas pesquisas e estudos na preparação das aulas para as turmas da Faculdade Nacional de Filosofia, muito devia – como acentuou o autor – ao estímulo que lhe dera o Professor Sousa da Silveira: "à sólida orientação, aos sábios conselhos, às judiciosas e finas observações, à crítica serena e lúcida, à arguta exegese, às lições discretas e multiplicadas" de que usufruíra "em dez anos de afetuosa convivência com o venerando mestre das *Lições de Português*" [54]. Muitos de seus capítulos tiveram divulgação prévia – entre 1946 e 1948 – pelas páginas de periódicos de que o autor se tornara colaborador, como *O Jornal, Correio da Noite* e *Correio da Manhã.* Alcançaram maior repercussão, pela maneira clara e didática como neles eram apresentadas e sistematizadas as noções de Lingüística Geral e de Crítica Textual aplicadas à língua portuguesa, os que se intitularam "A Importância dos Textos", "A Lição dos Textos e as Normas Gramaticais", "A Seleção e Gradação da Bibliografia", "A Lógica da Língua", "Vícios do Nosso Ensino Gramatical" e "Como se Deve Estudar a Língua".

A primeira edição de *Iniciação à Filologia Portuguesa* foi recebida com entusiasmo e aplausos por muitos leitores que desde logo sentiram estar diante de uma notável contribuição à renovação dos estudos lingüísticos e filológicos e dos métodos de ensino da língua portuguesa. Um desses leitores, o Professor Rosalvo do Valle, haveria de apontá-la, no prefácio que escreveu em 1981 para a sexta edição da obra [55], como "livro de vanguarda", e de dizer a respeito do alcance nacional das lições nele contidas:

> é fácil compreender a acolhida que desde logo mereceu de um grande público – sobretudo no interior do país – ávido também de atualização, que, no entanto, não podia freqüentar os raros cursos superiores de Letras então existentes. Somos testemunha dessa aceitação das "aberturas" que o livro propiciou a um sem-número de professores que freqüentaram os sempre lembrados cursos da CADES" [56].

[54] Cf. Prefácio, p. 11.

[55] Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico, 1981.

[56] A CADES - Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário, do Ministério da Educação e Cultura – funcionou entre os anos finais da década de 50 e os iniciais da década de 60, promovendo em todo o país, como já dissemos, a realização de cursos de preparação para exames de suficiência e de cursos de aperfeiçoamento, destinados à formação do magistério de nível médio, numa época em que poucas Universidades e escolas superiores isoladas existiam no território nacional.

Rosalvo do Valle lembra ainda: era um livro que "pregava veementemente a adoção de procedimentos metodológicos hoje pacíficos (citação precisa, escolha do texto fidedigno...), bem como inculcava noções lingüísticas fundamentais: erro e acerto em linguagem, diversidade de usos lingüísticos, norma gramatical, etc., noções que as boas gramáticas atuais apresentam como preliminares indispensáveis". Mas era também um livro de muitos assuntos polêmicos, em que o autor, sem rodeios, contrariava opiniões até então não contestadas com tanto vigor, algumas esposadas por grandes figuras do magistério de língua portuguesa. Assim sendo, foi natural que provocasse respostas contundentes a várias das suas idéias e afirmações, como as já mencionadas do Professor Cândido Jucá (Filho), catedrático do Colégio Pedro II, reunidas em 1953 no livro *As Categorias Gramaticais (Adjetivos Determinativos) – Revide a Uma Crítica Impensada do Professor Gládstone Chaves de Melo em "Iniciação à Filologia Portuguesa"* [57].

Em 1957, a Livraria Acadêmica, do Rio de Janeiro, lançava a segunda edição (refundida e aumentada) de *Iniciação à Filologia Portuguesa*, na coleção "Biblioteca Brasileira de Filologia", dirigida por Serafim da Silva Neto. No prefácio, datado de 7 de outubro de 1956, o autor, depois de se referir aos louvores e às críticas feitas à edição anterior – às críticas de alto nível e às críticas impiedosas e até injustas - declara que destas foram aproveitadas as que lhe pareceram bem justificadas, e esclarece: "Além das correções, retoques, substituições e ampliações, diversas matérias foram acrescentadas à presente edição". Relaciona mais adiante as principais modificações para melhorar o livro, inclusive a refundição de todo um capítulo – "As Línguas Indo-Européias", e o acréscimo à segunda parte – "Perspectiva Histórica" – de um capítulo sobre a "História da Língua Portuguesa". Não foi alterada a estrutura primitiva da obra: as suas divisões e subdivisões continuaram a ser as mesmas. Todavia, a cada capítulo se juntou um resumo mnemônico e uma bibliografia sumária, destinados a "ajudar a memória na retenção do que acabou de ser lido". Pode-se afirmar, portanto, que conservadas as principais características e grande parte do texto da edição de 1951, a segunda edição de 1957 passou a ser de consulta obrigatória para o conhecimento e a análise da evolução do pensamento do autor, que a essa altura, já exercendo desde 1951 o cargo de vereador à Câmara Municipal do Rio de Janeiro, dava provas de que, no desempenho das funções absorventes de político, cumprindo o mandato que lhe fora conferido por muitos eleitores, não se desligara dos estudos de caráter

[57] Rio de Janeiro, tip. do Jornal do Commercio, 1953, 54 p.

filosófico, religioso, lingüístico, filológico ou literário. Por isso, ao registrar em 1957 pelas páginas da revista *A Cigarra* [58] o aparecimento dessa reedição de *Iniciação à Filologia Portuguesa*, diria o Professor Joaquim Matoso Câmara Júnior:

> É uma sincera satisfação para os colegas e amigos intelectuais de Gládstone Chaves de Melo verificar, com a publicação deste livro, que a Política não conseguiu desviá-lo dos seus estudos e interesses de filólogo honesto, criterioso e bem formado. A segunda edição da *Iniciação à Filologia Portuguesa* revela o resultado de um aprimoramento diuturno na especialidade em que o Autor já se firmara como expressiva figura. Trata-se de uma verdadeira refundição, que deu à obra muito maior amplitude e profundidade.

A essa segunda edição do livro se seguiram quatro outras: a terceira (de 1967), a quarta (de 1971) e a quinta (de 1975) – lançadas pela Livraria Acadêmica; e a sexta (de 1981) – pela editora Ao Livro Técnico, numa coleção coordenada pelo Professor Carlos Eduardo Falcão Uchôa. No prefácio da terceira edição, datado de 27 de maio de 1965, declara o autor que, na premência do tempo assinalado para a preparação dos novos originais, teve de contentar-se em rever o texto anterior, fazer pequenas alterações, atualizar a bibliografia, e como novidade acrescentar um capítulo à última parte – "Diretrizes" – sobre a chamada Nomenclatura Gramatical Brasileira, tão discutida no momento. Nas orelhas do livro, outro ilustre discípulo de Gládstone Chaves de Melo, o Professor Adriano da Gama Kury, fez questão de dar com as seguintes palavras mais um depoimento pessoal:

> É este livro [....] de que me vali proveitosamente como aluno, e que os meus alunos de hoje continuam a aproveitar intensamente – auxiliar inestimável a quantos precisam pôr em ordem as idéias no tocante à Filologia Portuguesa.

Foi na quarta edição do livro, de 1971 como já se disse, que o autor, levando em conta as objeções ao emprego puro e simples da palavra Filologia (marcada pela polissemia) para englobar todos os capítulos do seu livro, resolveu alterar o título do mesmo para *Iniciação à Filologia e à Lingüística Portuguesa*, sem dúvida alguma mais apropriado. No novo prefácio, datado de 25 de janeiro de 1970, esclareceu que além do título fizera as seguintes modificações à edição anterior: "acrescentou-se um capítulo sobre 'A Língua-Padrão do Brasil'; e procedeu-se a cuidadosa revisão, que, em inúmeros passos,

[58] Rio de Janeiro, ano 43, número 3, 1957.

melhorou o estilo, que atualizou a matéria e a bibliografia, incorporando conquistas seguras e livros importantes para a formação ou informação básicas". Mais uma vez se referiu aos seus intuitos de divulgador das boas idéias lingüísticas e filológicas: "Não visamos à erudição, mas à cultura especializada. Não queremos ser responsáveis pelo acréscimo de pedantes: esforçamo-nos por aumentar o número de estudantes sérios e lastreados". Quanto à alteração do título, assim a justificou: "diversos assuntos tratados já não se enquadram bem no que hoje, mais rigidamente, se conceitua por Filologia, constituindo antes indagações da Lingüística".

Menores modificações sofreu a quinta edição, de 1975, em cujo prefácio Gládstone Chaves de Melo as resume com as seguintes palavras:

> Desta vez, como das outras, submetemos o texto a rigorosa revisão, expungindo-o das demasias verbais e esmerilhando os períodos com o possível cuidado.
>
> Discretamente atualizamos a doutrina, a informação e a bibliografia, fiéis sempre ao intento inicial de só oferecer matéria segura.

A última edição de *Iniciação à Filologia e à Lingüística Portuguesa* revista pelo autor é a sexta, de 1981, da qual a editora Ao Livro Técnico fez duas reimpressões, em 1984 e 1988, para atender à demanda do livro, que continua a ter leitores em todo o Brasil.

Iracema (Lenda do Ceará).

Foi no ano de 1948 que o Instituto Nacional do Livro, dando prosseguimento às publicações do seu plano de boas edições de autores brasileiros, lançou a edição de texto crítico e comentado do romance *Iracema*, de José de Alencar, preparada por Gládstone Chaves de Melo [59].

Este trabalho de vanguarda no campo da Crítica Textual foi escrito e organizado em 1944, com duas finalidades – segundo o próprio autor: "apresentar um texto bom e fiel da obra-prima de Alencar – tão malbaratada nas edições que andam por aí –, e restabelecer a Verdade na questão da atitude de Alencar ante o problema da suposta 'língua brasileira'", de que conforme uma "assertiva gratuita" teria sido o pioneiro [60].

[59] *Iracema* (*Lenda do Ceará*) por José de Alencar, introdução, notas e apêndice "Alencar e a Língua Brasileira" por Gládstone Chaves de Melo, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, LII + 180 + [110] p.

[60] V. "Advertência Preambular", p. V.

Apresentava essa edição do romance as seguintes divisões:

> PRIMEIRA PARTE: / Introdução - I - José Martiniano de Alencar - Traços Biográficos. / II - Obras. / III - Fontes Para Estudo. / IV - Significação de Sua Obra. / V - Edições de *Iracema*. / VI - A Presente Edição. / VII - Resumo e Interpretação Estética de *Iracema*. // SEGUNDA PARTE: / *Iracema* (*Lenda do Ceará*) por José de Alencar. / Notas de José de Alencar. // TERCEIRA PARTE: / Apêndice - Alencar e a "Língua Brasileira".

O filólogo, que despontava com tal exemplo de aptidão para trabalhos dessa natureza, assim caracterizou a sua edição: "É um texto crítico [....] estabelecido com todo o rigor da técnica filológica. Reproduz o texto da edição de 1878, preparado certamente em vida de Alencar" [61]. Não a apontou, portanto, como "edição crítica", e de fato não o é plenamente, por faltar ao aparato crítico o exaustivo registro das variantes das edições anteriores do romance (a primeira, de 1965, e a segunda, de 1870). Porém, tem o mérito de acrescentar ao texto definitivo da obra, de 1878, tomado como base para a transcrição crítica, copiosos dados a mais em relação ao que seria exigido de uma edição crítica propriamente dita, como se nota em subtítulos da Primeira Parte e pelo que compõe o Apêndice.

Na verdade, tal edição de texto apurado vinha secundar as de Sousa da Silveira – a dos *Suspiros Poéticos e Saudades*, de Gonçalves de Magalhães (1939), e a das *Obras de Casimiro de Abreu* (1940) – na comprovação de que representavam a realização de tarefa básica para a valorização dos autores brasileiros. Ressalte-se, porém, que Gládstone Chaves de Melo deu um passo avante com o rigoroso levantamento de dados histórico-culturais e biobibliográficos a que procedeu, indispensável para se situar a obra em exame em seu contexto e para se dar solução indiscutível às questões fundamentais de identificação do texto de base e de critérios para a fixação do texto crítico.

Foi graças a essa edição de *Iracema* que os estudiosos da vida e obra de José de Alencar tiveram à mão fartos elementos para entender a posição do grande romântico na defesa dos seus ideais. Veja-se a riqueza de informações e comentários reunidos no apêndice "Alencar e a 'Língua Brasileira'" (que tivera antes divulgação escassa numa impressão em "multilith", como tese de livre-docência, e que teria depois mais duas reproduções, melhorado e refundido em vários pontos: em 1951, anexado ao volume XV – *Senhora, Perfil de Mulher* – da edição das obras de ficção de José de Alencar, lançada pela José Olympio;

[61] Ed. cit., p. XLIII.

e em 1972, como livro autônomo, sob o patrocínio do Conselho Federal de Cultura [62]). Também foi graças a ela que alguns problemas alencarinos ficaram resolvidos para sempre: o problema bibliográfico e filológico relativo à última edição do romance preparada por Alencar, que não é a suposta por Sacramento Blake, de 1875 (não localizada pelos mais dedicados pesquisadores), mas a datada de 1878, póstuma [63]; a comprovação de que essa edição, conquanto póstuma, tem modificações para aprimorar o texto que só se podem atribuir a um artista da palavra como era Alencar; e portanto a indicação de que o texto de base para a reedição de *Iracema* deve ser o da edição de 1878 – como texto definitivo (até prova em contrário, que nunca se fez) – expressão da última vontade do romancista. Acrescente-se ainda que, tomando uma edição póstuma com base da sua edição, Gládstone Chaves de Melo desfez – pelas conclusões a que chegou – a idéia errônea de que em Crítica Textual a edição mais importante, entre aquelas cuja responsabilidade autoral se pode comprovar, é a última em vida do autor: pode ser e pode não ser, como hoje se sabe, comportando cada caso uma solução própria, que nos é dada pelo estudo da gênese e da história do texto. As soluções adotadas e as conclusões dessa edição de 1948 de *Iracema* seriam anos mais tarde, em 1965, ratificadas na edição crítica que Manuel Cavalcanti Proença organizou para a editora José Olympio, na comemoração do centenário do romance.

2.2.7 - Outros Estudos de Gramática e Estilística.

Pelo que se vê na bibliografia do final deste ensaio, legou-nos o autor de *Iniciação à Filologia e à Lingüística Portuguesa* muitos outros estudos gramaticais e estilísticos, em livros, opúsculos e artigos dispersos nos jornais e revistas e nas obras coletivas em que colaborou.

Na relação dos livros e opúsculos figuram: *Dicionários Portugueses* (1947), *A Língua e o Estilo de Rui Barbosa* (1950), *Conceito e Método da Filologia*, em colaboração com Serafim da Silva Neto (1951), *Novo Manual de Análise Sintática* (1954), *Gramática Fundamental da Língua Portuguesa* (1968), *Ensaio de Estilística da Língua Portuguesa* (1976), *Os "Brasilei-*

[62] *Alencar e a "Língua Brasileira"*, 3ª edição [melhorada e aumentada com um apêndice "Alencar, Cultor e Artífice da Língua"], Rio de Janeiro, Conselho Federal de Cultura, 1972, 143 p.

[63] José de Alencar faleceu em dezembro de 1877.

rismos" de Frei Luís de Sousa (1985). Como se vê pela consulta à bibliografia mencionada, os numerosos artigos, devidamente ordenados, dariam matéria para vários outros volumes de inquestionável valor.

Dos livros acima, são particularmente importantes para o conhecimento das idéias gramaticais e estilísticas do autor a *Gramática Fundamental*, o *Novo Manual de Análise Sintática* e o compêndio sobre *Estilística*. Neles temos o retrato do filólogo com as suas feições nítidas mas por vezes contraditórias. A eles queremos fazer comentários especiais, para que melhor se compreenda o sentido exato da conclusão a que devemos chegar.

Novo Manual de Análise Sintática.

Este livro corresponde a um momento prolongado do nosso ensino gramatical em que a atenção dos professores se concentrava de modo geral no exercício da análise sintática, de forma absorvente e distorcida. Diante dessa situação, Gládstone Chaves de Melo assim expôs na Introdução do volume o seu ponto de vista sobre o problema:

> Reconheço certa utilidade e até necessidade no estudo e manejo da análise sintática; porém utilidade restrita e modesta. Estou muito longe daqueles que fazem consistir, por assim dizer, o estudo da língua em analisar frases, sobretudo frases complicadas. [64]

Os erros e exageros na aplicação desse método de ensino são magnificamente apontados e criticados nos capítulos iniciais do volume: "O Que É a Análise Sintática", "Onde se Situa a Análise Sintática" e "Utilidade e Método da Análise Sintática". Tais capítulos deveriam ser lidos pelos professores de língua portuguesa, pois ensejam oportunas reflexões sobre o papel que cabe a tal tipo de análise, restrito mas valioso, no aprendizado da língua.

Continua a ser por tudo isto este livro um precioso orientador dos professores que se querem valer na justa medida da análise sintática no ensino da língua portuguesa, como meio seguro de ajudar a compreender a construção da frase e os textos literários ou não, em sua diversidade e riqueza de expressão.

[64] Op. cit., 3ª ed., p. 15.

Gramática Fundamental da Língua Portuguesa.

A *Gramática* veio a lume naqueles anos da década de 60 em que, por determinação do Conselho Federal de Educação, foram introduzidas no currículo do curso superior de Letras as disciplinas de Lingüística Geral e Teoria da Literatura, medida benéfica que trouxe como conseqüência o extraordinário avanço no Brasil das especulações sobre teoria lingüística e teoria literária como um valor em si e como necessário apoio ao estudo e ensino das línguas de modo geral e da língua portuguesa de modo particular. Tais disciplinas alcançaram enorme prestígio no meio universitário, e os professores que se encarregaram de ministrá-las, poucos deles com boa formação específica anterior, logo trataram de cobrir as suas carências de conhecimentos com a leitura de autores nacionais e estrangeiros, representantes de correntes de pensamento bem diversificadas.

Como conseqüência de uma série de fatores, entre eles a entrada em cena de professores improvisados que se deslumbraram com os conceitos teóricos assimilados e se assenhorearam da nomenclatura nova a eles referentes, o estudo de Lingüística Geral se superpôs nos cursos de Letras mal orientados ao estudo da língua portuguesa, um absurdo que todavia não ocorreu generalizadamente, e portanto não perturbou o bom andamento dos seus programas nos casos em que o ensino de Lingüística se manteve rigorosamente nos limites e com os objetivos traçados por mestres da matéria desde as lições pioneiras de Matoso Câmara Júnior nos *Princípios de Lingüística Geral (Como Fundamento Para os Estudos Superiores da Língua Portuguesa)* [65].

No Prefácio da primeira edição da *Gramática*, datado de 28 de agosto de 1967, assinalou Gládstone Chaves de Melo:

> Ninguém ignora que a gramática está em crise. Tanto abusaram dela, tanto a maltrataram, tanto inventaram regras, tanto complicaram as definições, tanto multiplicaram as divisões e subdivisões, tanto a distanciaram da língua, que muitos, quase todos, fugiram espavoridos. Com boa razão, aliás. No entanto, sem sistematizar a língua literária, "língua adquirida", na clássica distinção de Victor Henry, não há conhecê-la com segurança. [66]

[65] As "lições" de Matoso Câmara foram publicadas pela primeira vez em artigos da *Revista de Cultura* do Padre Tomás Fontes, nos anos de 1939-40. A primeira edição em livro tem a data de 1942, e a última em vida do autor, revista e ampliada, de 1964.

[66] Cf. 3ª ed., p. VII.

Mais adiante, diz ele ter "sempre feito da gramática serva da língua e jamais senhora dela", e esclarece que "toda a doutrina" subjacente aos ensinamentos que divulga "é inspirada na Lingüística e na Filologia modernas", o que implica o reconhecimento de que o método da elaboração gramatical só tem caráter científico se apoiada nos princípios maiores das ciências da linguagem.

Ao lançar a terceira edição da obra, em 1979, revista e melhorada em vários pontos, era o autor um inconformado com essa ocorrência das distorções de se superpor o ensino de teoria lingüística ao ensino da língua portuguesa, de se supervalorizar o estudo da língua oral, de se menosprezarem os estudos históricos e de se tratar com descaso da língua literária – distorções de fato verificáveis, ainda hoje, mas que não podem ser atribuídas a todos os lingüistas, de maneira alguma. No tom polêmico que o caracterizava, emitiu Gládstone Chaves de Melo no novo Prefácio um juízo crítico que não resiste a uma análise mais cuidada:

> O estudo e ensino da língua culta, da língua literária foram banidos, ante a invasão da Lingüística Geral. Em vez de aprender o vernáculo, os alunos são convidados a memorizar uma terminologia rebarbativa, abstração de abstrações, fruto verde e murcho a um tempo – verde de um lado, murcho de outro – de uma Ciência da Linguagem em estado de ebulição, onde se encontram e desencontram correntes cruzadas, onde só se cuida da fala coloquial e onde se faz da língua um ser autônomo, desligado do homem, da cultura, da Criteriologia (uma vez que ela pretende ser a Epistemologia de si mesma). [67]

Tais palavras, que teriam cabimento se aplicadas a determinadas situações e aos responsáveis pelas distorções acima referidas, são contudo absolutamente inaceitáveis, força é dizê-lo, por enquadrarem na mesma moldura os bons e os maus lingüistas, os lingüistas competentes e criteriosos – como por exemplo o seu fraternal amigo Herculano de Carvalho, por quem nutria grande admiração [68] – e os aventureiros e desvairados, estes sim merecedores das nossas críticas pelos males que têm causado ao ensino da língua. Vê-se pois que é um juízo extremado e estranho o que Gládstone Chaves de Melo

[67] Ibidem, p. V.

[68] José Gonçalo Herculano de Carvalho (*1924 / †2001), além da notável contribuição que deu aos estudos lingüísticos com as luminosas lições do livro *Teoria da Linguagem*, em dois volumes (Coimbra, Atlântida, 1967-1973), escreveu judiciosas palavras para valorizar o estudo e ensino da língua portuguesa, como as do capítulo "Sobre a Defesa da Língua" no segundo volume do livro *Estudos Lingüísticos* (Coimbra, Atlântida, 1968).

acrescentou na reedição da sua *Gramática* – estranho porque, escritor de largos recursos, não soube medir a extensão das suas palavras.

A *Gramática Fundamental da Língua Portuguesa*, como visão dos fatos da língua culta e da língua literária, tem características que lhe asseguram lugar de destaque entre as boas gramáticas normativas da língua portuguesa. Nela, fiel à formação filológica que tivera, o autor estabelece as normas do uso culto da língua com base em exemplos colhidos em textos dos melhores autores. Na bibliografia final que relaciona os livros e as edições de que se valeu, figuram os escritores antigos de mistura com os contemporâneos, e entre estes Carlos Drummond de Andrade, Ciro dos Anjos, Manuel Bandeira, Antônio Calado, Gustavo Corção, Josué Montelo, Murilo Mendes, Rachel de Queiroz, Graciliano Ramos, Guimarães Rosa, Augusto Frederico Schmidt e outros.

Ensaio de Estilística da Língua Portuguesa.

Também esta obra, publicada no ano de 1976, teve a sua origem em aulas que o autor ministrou nos cursos de graduação e de pós-graduação em Letras da Universidade Federal Fluminense, como ele esclarece no prefácio.

Consciente das dificuldades de se escrever um tratado sobre a matéria, mas por outro lado sabendo da necessidade de apresentá-la sob outro enfoque, para propiciar aos interessados uma nova forma de abordagem dos textos literários, diferente do que se vê nos anteriores compêndios dos professores Rodrigues Lapa e Silveira Bueno, diz o autor no capítulo inicial:

> Tentaremos traçar os lineamentos de uma "Estilística da Expressão" aplicada à língua portuguesa, seguindo as trilhas sugeridas por Guiraud e, antes dele, por Marouzeau e Cressot" [69].

A simples apresentação do índice geral da obra faz ver o que nela, após uma parte inicial de conceituações e informações preliminares, é estudada ordenadamente a utilização dos recursos de expressão da língua portuguesa, na perspectiva em que se coloca o autor:

> PREFÁCIO. // NOÇÕES PROPEDÊUTICAS: // I – No Primeiro Degrau (Justificação do Livro). / II – Conceito de Estilística. / III – As Duas

[69] Cf. p. 13 de *Ensaio de Estilística da Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro, Padrão, 1976 (231 p.). Os livros básicos dos autores citados, arrolados na bibliografia do volume, são: *Précis de Stylistique Française* de J. Marouzeau (1946), *Le Style et Ses Techniques* de Marcel Cressot (1974) e *La Stylistique* de Pierra Guiraud (1972).

> Posições Fundamentais. / IV – Modernas Correntes. / V – Problemas de Método. // UTILIZAÇÃO DO MATERIAL SONORO: / VI – Princípios Gerais. / VII – Aplicações Sistemáticas: Aliteração, Homeoteleuto, Onomatopéia. / VIII – O Vocábulo Como Massa Sonora. / IX – A Elocução. / X – O Ritmo. // INTERMEZZO SOBRE A MORFOESTILÍSTICA: / XI – Uma Indagação sem Resposta Cabal. // SINTAXE EM PERSPECTIVA ESTILÍSTICA: / XII – A Frase e Suas Modalidades. / XIII – Tipos e Desdobramentos da Frase Organizada. / XIV – Generalidades (Pertinentes) Sobre Sintaxe. / XV – Emprego dos Determinantes. / XVI – Emprego do Verbo. / XVII – Emprego das Formas Nominais do Verbo. / XVIII – Breves Considerações Sobre as Palavras Invariáveis. / XIX – A Regência, Suas Possibilidades, Suas Anomalias. / XX – Aspectos Estilísticos da Concordância. / XXI – A Arrumação das Palavras. // ESTILÍSTICA DA PALAVRA: / XXII – O Vocabulário. // PALAVRAS FINAIS. // BIBLIOGRAFIA.

Convém realçar que é rico e rigorosamente identificado o exemplário de que se valeu o autor, onde se vêem desde exemplos colhidos nos clássicos portugueses, como Camões e Bernardes, até os de autores modernos e contemporâneos, como Machado de Assis, Alphonsus de Guimaraens, Manuel Bandeira e Carlos Drummond de Andrade, entre outros. São aí realmente finas e preciosas muitas das observações relativas às questões em foco, e por isso o livro ainda hoje é de leitura obrigatória aos que se dispõem a tratar de Estilística Portuguesa e principalmente aos que se propõem a introduzir inovações no estudo da matéria.

Em recensão crítica do livro de Gládstone Chaves de Melo, publicada no *Jornal do Brasil* de 20/3/1977, com o título "Estará Morta a Estilística?", tratando das controvérsias a esse respeito, Adriano da Gama Kury assim resumiu a conclusão a que chegara depois da leitura meditada dos capítulos da obra:

> O livro aí está, na sua modéstia de *Ensaio*, à disposição do estudioso dessa matéria que se mantém ainda indecisa quanto ao seu objeto. Dá margem, felizmente, a uma série de debates e indagações. Registramos aqui apenas algumas, já que o local e a limitação do espaço não nos permitem estender.

E apresenta sob a forma de indagação final o que é na verdade o seu parecer conclusivo:

> Nos vários e multiplicados rumos que tomou, não estará mais viva do que nunca a Estilística?

3 – CONCLUSÃO.

O conhecimento dos principais dados sobre a vida e obra de Gládstone Chaves de Melo autorizam a conclusão de ter sido ele uma das principais figuras na vida cultural brasileira do século XX.

No campo das ciências da linguagem, através do exercício do magistério e de atividades correlatas e de numerosas publicações, destacou-se não apenas pela amplitude alcançada em sua atuação, no Brasil e no estrangeiro, como principalmente pela qualidade e quantidade da sua produção científica, de que damos notícia pormenorizada nas páginas seguintes

Além disso, foi ele, entre os nossos principais filólogos e lingüistas, o que se singularizou pela atuação em múltiplas outras atividades, seja no exercício de cargos e funções de caráter cultural e educacional, seja na política militante ou no serviço diplomático. É de fato notável e merecedora de atenção a contribuição que deixou aos estudos filosóficos, religiosos, políticos e educacionais, e dela se pode fazer avaliação, ainda que incompleta, pela leitura das páginas reunidas na coletânea de seus escritos dispersos e inéditos que acompanha este ensaio biobibliográfico.

Justifica-se assim o empenho que teve a direção da revista *Confluência* de lhe prestar a homenagem deste número a ele dedicado, na saudosa lembrança dos anos – de 1990 a 2001 – em que prestou relevantes serviços à organização e funcionamento do nosso Instituto de Língua Portuguesa.

4 – CURRICULUM VITAE

Na organização deste *curriculum vitae* foram levados em consideração, em primeiro lugar, os dados que constam do documento apresentado pelo professor Gládstone Chaves de Melo à comissão examinadora do concurso para Titular de Língua Portuguesa no Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense a que se submeteu no ano de 1986. Os referidos dados – datados de 1985 – foram agora reorganizados, atualizados e bastante ampliados, na medida do possível, e, embora possam ainda apresentar lacunas, atendem à finalidade principal de evidenciar a extensão e a profundidade alcançadas na vida profissional pelo homenageado.

TÍTULOS

GRAUS UNIVERSITÁRIOS:

Bacharel em Direito pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil, hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro (1938).

Livre-Docente e Doutor em Língua Portuguesa pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (1946).

CONDECORAÇÕES E TÍTULOS HONORÍFICOS:

Comendador da Ordem do Infante Dom Henrique, de Portugal.

Medalha de Prata da Clausura do Concílio Vaticano II – Roma (1965).

Benemérito da Ordem dos Pregadores – Roma.

Doutor *Honoris Causa* pela Universidade de Coimbra – Portugal (1993).

ATIVIDADES MAGISTERIAIS:

Professor de Língua Portuguesa na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, depois Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro - de junho de 1941 a junho de 1977.

Professor de Filologia Românica na Faculdade de Filosofia e Letras de Juiz de Fora (Minas Gerais) - de 1950 a 1952.

Professor de Língua Portuguesa e de Literaturas de Língua Portuguesa nos Cursos de Jornalismo e de Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - de março de 1951 a novembro de 1968.

Professor da Universidade Federal Fluminense, de setembro de 1962 a junho de 1987: regente da cadeira de Didática Geral (1962-1964); Professor de Língua Portuguesa na Faculdade Fluminense de Filosofia, depois Instituto de Letras (1964-1987) {Professor Titular por concurso realizado em 1986}; professor de Cultura Brasileira (1965-1972).

ATIVIDADES MAGISTERIAIS AVULSAS:

Cursos de conferências na Faculdade de Filosofia do Recife (PE) – em 1948 / 1949.

Cursos de Língua Portuguesa, Cultura Geral e Cultura Religiosa no Centro Dom Vital do Rio de Janeiro.

Cursos de preparação para exames de suficiência promovidos pela CADES (Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário) / Ministério da Educação e Cultura, nos anos de 1958 e 1959 – em Petrópolis (RJ) e Nova Friburgo (RJ) respectivamente.

Curso de conferências na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (Portugal), em 1964.

Curso de extensão universitária sobre Gil Vicente na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – em 1965.

Curso de extensão universitária na Faculdade de Filosofia de Londrina (PR) - em 1966 e na Faculdade de Filosofia da Universidade Católica de Campinas (SP).

Curso de semestre sobre Cultura Brasileira na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra – em 1970.

Curso de Língua Portuguesa na Sociedade de Língua Portuguesa de Lisboa - em 1973.

Cursos de Língua Portuguesa e de Língua Latina promovidos desde 1991 pelo Instituto de Língua Portuguesa do Liceu Literário Português no Rio de Janeiro.

PARTICIPAÇÃO EM BANCAS EXAMINADORAS E JÚRIS ESPECIAIS:

Integrante de numerosas bancas examinadoras e organizador de provas de exames vestibulares na Faculdade Nacional de Filosofia e no Instituto de Letras da UFF.

Presidente do Júri do I Festival Internacional de Arte Cinematográfica em Lisboa, janeiro de 1964.

Participante por duas vezes seguidas do júri técnico para conferir o Prêmio Moinho Santista a figuras de alta expressão da cultura brasileira, na qualidade de representante da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1959 e 1960).

Participante do júri que em 1974 conferiu o título de Doutor ao professor Fernando Alves Cristóvão na Faculdade de Letras da Universidade Clássica de Lisboa.

Participante da comissão examinadora que conferiu ao professor Celso Pedro Luft o título de Livre-Docente em Língua Portuguesa na Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre.

Participante das comissões examinadoras que aprovaram mais 8 dissertações de Mestrado em Língua Portuguesa no Instituto de Letras da UFF.

CONFERÊNCIAS:

Cerca de quatrocentas conferências sobre temas diversos, em várias cidades do Brasil e do exterior: Rio de Janeiro, Niterói, Petrópolis, Nova Friburgo, Campos, Belo Horizonte, Juiz de Fora, Varginha, São João del Rei, Itajubá, Três Corações, Governador Valadares, São Paulo, Campinas, Santos, Ribeirão Preto, Londrina, Brasília, Recife, Porto Alegre e muitas outras no país; Lisboa, Coimbra, Porto, Braga, Leiria, Cascais, Sintra, Castelo Branco, Évora (Portugal); Salamanca (Espanha), Poitiers (França); Bruxelas, Antuérpia, Lovaina, Mons (Bélgica); Amsterdão e Nimega (Holanda); Bonn e Heidelberg (Alemanha); Bristol (Inglaterra); Zurique (Suíça).

PARTICIPAÇÃO EM CONGRESSOS INTERNACIONAIS:

Congresso Internacional de Etnografia e Folclore - Santo Tirso (Portugal), julho de 1963 (Delegado Oficial do Brasil).

V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros - Coimbra (Portugal), setembro de 1963.

I Simpósio Luso-Brasileiro Sobre a Língua Portuguesa Contemporânea - Coimbra, abril-maio de 1967.

I Encontro de Professores de Língua e Literatura Portuguesa - Coimbra, abril de 1970.

I Reunião Internacional de Camonistas - Lisboa (Portugal), novembro de 1972 (membro da delegação brasileira, apresentou comunicação intitulada "A Língua de *Os Lusíadas* e a Linguagem Brasileira").

II Reunião Internacional de Camonistas - Niterói, novembro de 1973 (membro da comissão organizadora).

III Reunião Internacional de Camonistas - Coimbra, novembro de 1980 (apresentou comunicação intitulada "Uma Interpretação da *Fala do Velho do Restelo*").

IV Reunião Internacional de Camonistas - Ponta Delgada (Açores), junho de 1983 (apresentou comunicação intitulada "As Regras do Bem Viver em *Os Lusíadas*").

V Reunião Internacional de Camonistas - São Paulo, julho de 1987 (apresentou comunicação intitulada "O *Fatum* e a Divina Providência em Camões").

Congresso Internacional de Filologia Portuguesa - Niterói, novembro de 1973 (membro da comissão organizadora; fez a conferência da sessão de abertura para justificar a escolha de Sousa da Silveira como Patrono do Congresso).

Congresso Internacional "Os Descobrimentos Portugueses e a Europa do Renascimento" - Lisboa, 1983 (apresentou comunicação intitulada "As Filosofias do Renascimento e Sua Repercussão em Camões").

I Congresso Internacional de Lusitanistas - Poitiers (França), 1984 (apresentou comunicação intitulada "As Duas Vertentes (Complementares) da Língua Portuguesa").

X Encontro de Professores Universitários Brasileiros de Literatura Portuguesa - Lisboa / Porto / Coimbra, 1984.

Congresso Internacional de Estudos Camilianos - Coimbra / Vila Nova de Famalicão, junho de 1991 (fez conferência intitulada "Língua e Estilo de Camilo Castelo Branco").

Colóquio Internacional da Língua Portuguesa Literária - Rio de Janeiro, outubro de 1992 (membro da comissão organizadora, instituída pelo Instituto de Língua Portuguesa do Liceu Literário Português).

CARGOS E FUNÇÕES NA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE:

Membro da comissão instituída para estudar a criação e a organização do Instituto de Letras da UFF, como um dos desdobramentos da antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras - em 1968.

Membro do Colegiado do Instituto de Letras da UFF.

Membro da Comissão Diretora do Curso de Mestrado em Letras da UFF (1970-1975) e do Colegiado do referido Curso (até o ano de 1987).

Coordenador do convênio de intercâmbio firmado entre a UFF e a Universidade do Porto (Portugal) - de 1985 a 1987.

INSTITUIÇÕES CULTURAIS DE QUE FEZ PARTE:

Membro da Academia Brasileira de Filologia - eleito em 1951.

Sócio Honorário da Sociedade de Língua Portuguesa em Lisboa.

Sócio Honorário da Associação Jurídica de Braga (Portugal).

Sócio da Academia Brasileira de Língua Portuguesa.

Membro da Sociedade Brasileira de Língua e Literatura.

Membro da Associaçom Galega da Lingua, sediada em Santiago de Compostela (Espanha).

Membro do Conselho Técnico da Confederação Nacional do Comércio, no Rio de Janeiro - desde 1968.

Membro da Associação Internacional de Lusitanistas, sediada em Poitiers (França).

Membro da Sociedade de Estudos Filológicos de São Paulo.

Sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico da Campanha (MG).

Membro da Academia Sul-Mineira de Letras.

Sócio fundador da Sociedade Sousa da Silveira / Centro de Cultura Humanística e de Estudos de Língua Portuguesa e Crítica Textual - desde 1982.

Sócio Honorário do Liceu Literário Português do Rio de Janeiro.

Sócio Benemérito do Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro.

Sócio Efetivo do PEN Club do Brasil.

Membro da Diretora do Instituto de Língua Portuguesa do Liceu Literário Português - desde 1991.

CARGOS E FUNÇÕES QUE EXERCEU TEMPORARIAMENTE:

Membro da comissão especial designada pelo governo brasileiro para organizar e dirigir as comemorações do quarto centenário de *Os Lusíadas* - 1971 a 1973.

Membro do Conselho Federal de Educação (1970).

Membro do Conselho Federal de Cultura (1970 - 1972).

Sócio do Centro Dom Vital, no Rio de Janeiro, e redator-chefe da revista *A Ordem* (órgão oficial dessa instituição).

Sócio fundador e membro da Diretoria do Centro de Cultura Humanística, no Rio de Janeiro (1968).

Membro da Comissão organizadora do Programa Especial UFF [Universidade Federal Fluminense] - FCRB [Fundação Casa de Rui Barbosa] que patrocinou a realização da II Reunião Internacional de Camonistas e do Congresso Internacional de Filologia Portuguesa, em Niterói e no Rio de Janeiro, em novembro de 1973.

Encarregado pelo Ministério das Relações Exteriores de visitar e fiscalizar os Centros de Estudos Brasileiros das Universidades da Europa Continental.

ATIVIDADES POLÍTICAS:

Vereador à Câmara do Distrito Federal nos últimos anos do Rio de Janeiro como capital da República - 1951 a 1960.

Deputado à Assembléia Legislativa do recém-criado Estado da Guanabara - 1960-1962, tendo sido como constituinte um dos principais autores da nova Constituição estadual.

MISSÕES DIPLOMÁTICAS:

Adido Cultural junto à Embaixada do Brasil em Lisboa (1962 a 1964).

Adido Cultural junto à Embaixada do Brasil em Lisboa (1972 – 1974).

Embaixador designado pelo governo brasileiro em Missão Especial à Clausura do Concílio Vaticano II, em Roma - dezembro de 1965.

Representante do governo brasileiro à recepção do Papa Paulo VI no Congresso Eucarístico Internacional em Bogotá (Colômbia) - agosto de 1968.

PUBLICAÇÕES.

LIVROS.

Lingüística e Filologia Portuguesa:

A Língua do Brasil. 4ª edição, melhorada e aumentada. Rio de Janeiro, Padrão Livraria Editora, 1981. (12) + 210 p. [1ª edição: 1946.]

Alencar e a "Língua Brasileira". 3ª edição [melhorada e aumentada, com um apêndice "Alencar, Cultor e Artífice da Língua"]. Rio de Janeiro, Conselho Federal de Cultura, 1972. 143 p. [1ª edição: 1948.]

Dicionários Portugueses. Rio de Janeiro, MES / Serviço de Documentação, 1947. 78 p.

A Língua e o Estilo de Rui Barbosa. Rio de Janeiro, Organização Simões, 1950. 59p.

Gládstone Chaves de Melo e Serafim Silva Neto, *Conceito e Método da Filologia.* Com prefácio de Sousa da Silveira. Rio de Janeiro, Organização Simões, 1951. 95 p.

Iniciação à Filologia e à Lingüística Portuguesa. 6ª edição, revista e melhorada. Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico, 1981. (20) + 244 p. [1ª edição: 1951.]

Novo Manual de Análise Sintática. 4ª edição, melhorada. Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico, 1971. 189 p. [1ª edição: 1954.]

Gramática Fundamental da Língua Portuguesa. 3ª edição [melhorada]. Rio de Janeiro, 1978. XIV + 258 p. [1ª edição: 1968].

Ensaio de Estilística da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro, Padrão Livraria Editora, 1976. 231 p. [Há edição portuguesa, de Albufeira (Algarve), Editora Posêidon, 1979.]

Os "Brasileirismos" de Frei Luís de Sousa. Niterói, EDUFF - Editora da Universidade Federal Fluminense, 1985. 57 p.

A Excelência Vernácula de Gonçalves Dias. Niterói, EDUFF - Editora da Universidade Federal Fluminense / Rio de Janeiro, Presença, 1992. 225 p.

Biobibliografia e Crítica Textual:

Iracema (*Lenda do Ceará*) por José de Alencar. Introdução, notas e apêndice *Alencar e a "Língua Brasileira"* por Gládstone Chaves de Melo. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1948. LII + 180 + [110] p.

Alphonsus de Guimaraens - Poesia por Gládstone Chaves de Melo. 3ª edição, corrigida e melhorada. Rio de Janeiro, Livraria Agir Editora, 1976. [Volume 19 da coleção "Nossos Clássicos" . 1ª edição: 1958, 123 p.]

Rui Barbosa - Textos Escolhidos por Gládstone Chaves de Melo. Rio de Janeiro, Livraria Agir Editora, 1962. 108 p. [Volume 67 da coleção "Nossos Clássicos".]

Luís de Camões, *Os Lusíadas* - Edição Comentada. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora, 1980. 649 p. [Plano, fixação do texto e primeira coordenação de Gládstone Chaves de Melo; coordenação final de Sílvio Elia e Hamilton Elia; vários colaboradores, que se encarregaram das notas explicativas de pé de página; três estudos prévios; "Aspecto Histórico", de Pedro Calmon, "Aspecto Filológico", de Sílvio Elia, e "Aspecto Literário", de Gládstone Chaves de Melo. 1ª edição: Rio de Janeiro, MEC / Departamento de Assuntos Culturais, 1972 - comemorativa do quarto centenário do poema.]

Machado de Assis, *Quincas Borba.* Prefácio de Augusto Meyer. Apuração do texto, revisão, aparato crítico, introdução, notas e apêndice por Gládstone Chaves de Melo. São Paulo, Edições Melhoramentos, 1973. 251 p.

Frei Luís de Sousa. *A Vida de D. Frei Bartolomeu dos Mártires.* Introdução de Aníbal Pinto de Castro. Fixação do texto de Gládstone Chaves de Melo e Aníbal Pinto de Castro. Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1984. XXX + 848p.

Antônio Vieira, *Sermão da Sexagésima.* Introdução, estabelecimento filológico do texto, notas e comentários de Gládstone Chaves de Melo. Niterói, EDUFF - Editora da Universidade Federal Fluminense, 1985. 84 p.

Cultura Brasileira:

Origem, Formação e Aspectos de Cultura Brasileira. Lisboa, Centro de Livro Brasileiro, 1974. 279 p.

OPÚSCULOS E SEPARATAS:

Temas diversos:

Formulário Ortográfico. Rio de Janeiro, Tip. Rua do Rosário 149, 1938.

A Linguagem dos Livros Brasileiros de Literatura Infantil (Tese de Concurso). Rio de Janeiro, 1940.

A Influência Africana no Português do Brasil. Rio de Janeiro, MES / Serviço de Documentação, 1945.

Machado de Assis, Defensor do Homem. Coimbra, 1964. 32 p. [Separata de *Brasilia*, vol. XII.]

La Place du Portugais Parmi les Langues Romanes. Louvain, Centre d'Études Portugaises et Brésiliennes, 1974. (4) + 19 p.

Le Sens Profond de l'Oeuvre de Machado de Assis. Louvain, Centre d'Études Portugaises et Brésiliennes, 1975.

O Enriquecimento da Língua em José de Alencar. Lisboa, 1971. [Separata da *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, nº 13, 1971.]

Reflexões Críticas Sobre o Estruturalismo. Coimbra, 1983. [Separata da *Revista da Universidade de Coimbra,* vol. 30, 1983.]

Quelques Remarques sur le Portugais du Brésil (*Dans l'Optique de la Linguistique Romane*). Louvain, 1984. [Separata de *Cahiers de l'Institut de Linguistique de Louvain*, 10, 1, 3, 1984.]

Frei Luís de Sousa, Mestre da Prosa Artística Portuguesa. Porto, 1987. 7 p. [Separata do vol. III / 3 das *Actas do II Encontro Sobre História Dominicana* realizado em Santarém (Portugal) em 1982.]

Filosofia, Pedagogia, Política

A Missão do Professor. [Discurso de Paraninfo dos licenciandos da Faculdade Fluminense de Filosofia, em Niterói, pronunciado a 15 de dezembro de 1961. Edição restrita.]

Reflexões Críticas Sobre a Educação. Rio de Janeiro, Presença, 1976.

Considerações Sobre Democracia. Rio de Janeiro, Presença, 1986. 45 p.

Cuba, Fidel, o Frade e o Arcebispo. Rio de Janeiro, Presença, 1989. 31 p.

COLABORAÇÃO EM LIVROS DE AUTORIA MÚLTIPLA:

Artigos e verbetes diversos:

O Testemunho Cristão de Ozanam em Relação à Cultura. In *Missão do Intelectual*, edição da Liga Universitária da Ação Católica Brasileira, Rio de Janeiro, Livraria Agir Editora, 1952, pp. 34-67.

Dicionário de Literatura: Literatura Brasileira – Literatura Portuguesa – Literatura Galega – Estilística Literária, direção de Jacinto do Prado Coelho, Antônio Soares Amora e Ernesto Guerra da Cal [2ª edição: 2 volumes, Rio de Janeiro, Companhia Brasileira de Publicações, 1969: 1ª ed.: Porto, Figueirinhas, 1960.]

Biblos – Enciclopédia VERBO das Literaturas de Língua Portuguesa, Lisboa, Editorial Verbo, 1995, direção geral de João Bigotte Chorão.

Verbo - Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura. 20 volumes, Lisboa, Editorial Verbo, 1963-1980 [Cerca de 120 verbetes, assinados, de extensão vária, sobre assuntos brasileiros (religião, língua, literatura, pensamento filosófico).]

Vida Política. In *Minas Gerais, Terra e Povo*, organização de Guilhermino César, Porto Alegre, Editora Globo, pp. 281-296.

Panorama Literário. In *Atlas Cultural do Brasil*, coordenação de Artur César Ferreira Reis, Rio de Janeiro, Conselho Federal de Cultura, 1972, pp. 206-216.

A Língua, Fator de Integração. In *História da Cultura Brasileira*, coordenação de Manuel Diégues Júnior, vol. I, Rio de Janeiro, Conselho Federal de Cultura, 1973, pp. 109-116.

Extensão e Restrição dos Significados. In *Estudos em Homenagem a Cândido Jucá (Filho)*, organização de Raimundo Barbadinho Neto, Rio de Janeiro, Oficinas Gráficas do Colégio Pedro II, 1980, pp. 161-184.

As Concepções Filosóficas e Religiosas de Camões. In *Miscelânea em Honra de Rocha Lima*, organização de Raimundo Barbadinho Neto, Rio de Janeiro, Oficinas Gráficas do Colégio Pedro II, 1980, pp. 161-184.

Luís de Sousa e Antônio Vieira, Mestres da Prosa Artística Portuguesa. In *Forum Litterarum - Miscelânea de Estudos Literários, Lingüísticos e Históricos Oferecida a J. J. van der Besselaar*, coordenação de Hans Bots e Maxim. Kerkhof, Amsterdam & Maarsen, Holanda, 1984, pp. 73-80.

Como Vi e Como Vejo Manuel Bandeira. In *Homenagem a Manuel Bandeira / 1986-1988*, organização de Maximiano de Carvalho e Silva, Rio de Janeiro, Presença, 1989, pp. 253-265.

A Importância da Literatura Portuguesa Para o Estudo da Literatura Brasileira. In *Estudos Universitários de Lingüística, Filologia e Literatura* – Homenagem da Academia Brasileira de Filologia e do Círculo Lingüístico do Rio de Janeiro ao Prof. Doutor Sílvio Elia, Rio de Janeiro, Sociedade Brasileira de Língua e Literatura, 1990, pp. 347-351. ATÉ AQUI

Sílvio Elia - Evanildo Bechara (org.), *Na Ponta da Língua*, Rio de Janeiro, Liceu Literário Português, vol. 1-4, 1998-2002 [coletânea de artigos de vários autores, publicados na seção do mesmo nome do jornal *O Mundo Português*].

Conferências e comunicações:

Temas diversos:

A Língua de *Os Lusíadas* e a Linguagem Brasileira. In *Actas* da I Reunião Internacional de Camonistas. Lisboa, 1973.

Sousa da Silveira, Nosso Patrono. [Conferência de abertura do Congresso Internacional de Filologia Portuguesa realizado como parte do Programa Especial UFF (Universidade Federal Fluminense) - FCRB (Fundação Casa de Rui Barbosa) em Niterói, novembro de 1972. (Texto policopiado e distribuído aos participantes do Congresso).]

Uma Interpretação do Episódio do "Velho do Restelo". In *Actas* da III Reunião Internacional de Camonistas (10 a 13 de novembro de 1980), Coimbra, 1987, p. 341-384.

As Regras de Bem Viver em *Os Lusíadas*. In *Actas* da IV Reunião Internacional de Camonistas (12 a 17 de junho de 1983), Ponta Delgada (Açores), 1984, p. 373-384.

O *Fatum* e a Divina Providência em Camões. In *Actas* da V Reunião Internacional de Camonistas (20 a 24 de julho de 1987), São Paulo, 1992, p. 85-94.

Língua e Estilo de Camilo Castelo Branco. In *Actas* do Congresso Internacional de Estudos Camilianos (24 a 29 de junho de 1991), Coimbra, 1994, p. 175-193.

TRADUÇÕES:

Livros e opúsculo traduzidos:

L. Laurand, *Literatura Latina.* São Paulo, Editora Anchieta, 1946.

Charles Journet, *A Doutrina da "Cidade".* Rio de Janeiro, Presença, s/d.

Paulo VI, *Credo do Povo de Deus.* Rio de Janeiro, Editora Permanência, 1969. 24 p. [Tradução do texto latino, oficial, dos *Acta Apostolicae Sedis.*]

ARTIGOS EM JORNAIS E REVISTAS:

Mais de 1000 artigos em jornais e revistas do Brasil e do estrangeiro, de que aqui se indicam os que foi possível levantar (levantamento incompleto, portanto).

1937: Na *Revista Brasileira de Pedagogia*, órgão oficial da Confederação Católica Brasileira de Educação, diretor P.e Hélder Câmara, Rio de Janeiro:

Um Livro Sobre a Missa (ano 4, n. 36, vol. 7, jul.-ago. 1937).
Caminho da Vida (ano 4, n. 36, vol. 7, jul.-ago. 1937).
Um Novo Livro Sobre o Ensino Secundário (ano 4, n. 36, vol. 7, jul.-ago. 1937).

1939 – 1941: Na revista *Euclydes*, Rio de Janeiro, diretor Antônio Simões dos Reis:

Novo Dicionário da Língua Nacional (ano I, n. 7-8, dez. 1939-jan. 1940).
Subordinação (tomo 2, n. 1, mar. 1940).
Um Novo Manual de Ortografia... (tomo 2, n. 7, mar. 1940).
O "Humor" em Machado de Assis (tomo 2, n. 7, jun. 1940).
Variações em Torno de Alphonsus (vol. 2, tomo 1, n. 8, dez. 1940).
Afonso Arinos, Poeta do Sertão (vol. 2, tomo 2, mar. 1941).

1942 – 1947: Em *O Jornal*, do Rio de Janeiro:

Um Preciosíssimo Exemplar de *Os Lusíadas* (8-11-1942). [Transcrito na revista Ocidente, Lisboa, n. 63, jul. 1943, com uma carta explicativa de Alceu Amoroso Lima.]

Filologia e Filólogos (23-6-1946).

Tupi e Português (28-7-1946).
Etimologia Popular (18-8-1946).
Dois Dicionários (8-9-1946).
A Herança de Cândido de Figueiredo (22-9-1946).

A Última Ortografia (6-10-46).
A Metáfora na Língua (20-10-1946).
Traduções (17-11-46).
Etimologias (1-12-1946).
Galicismos (15-12-1946).
Galicismos Censuráveis e Galicismos Aceitáveis (12-1-1947).
Fontes do Latim Vulgar (16-3-1947).
Castro Alves e a Linguagem Brasileira (30-3-1947).
A Propósito do Indefinido "Um" (13-4-1947).
Sobre o Eufemismo (27-4-1947).
Alterações Semânticas (18-5-1947).
Eugênio de Castro (1-6-1947).
Vamos Analisar... (15-6-1947).
O Português dos Concursos (26-6-1947).
O Português dos Concursos II (13-7-1947).
Em Busca do Termo Próprio (27-7-1947).
História dos Particípios (10-8-1947).
A Lição dos Textos e as Normas Gramaticais (24-8-1947).
A Lição dos Textos e as Normas Gramaticais II (7-9-1947).
Extensão e Restrição dos Significados (28-9-1947).

1946 – 1947: Na revista *FNF*, publicação do Diretório Acadêmico da Faculdade Nacional de Filosofia, diretor Maximiano de Carvalho e Silva:

Filologia e Literatura (ano 4, n. 8, nov. 1946). [Recensão crítica dos livros *Capítulos de História da Língua Portuguesa no Brasil e Diferenciação e Unificação do Português no Brasil* de Serafim da Silva Neto, *Introdução ao Estudo da Filologia Portuguesa* de Manuel de Paiva Boléo e *A Arte de Furtar e o Seu Autor* de Afonso Pena Júnior.]

Gustavo Corção e a Sua Obra Singular (ano 5, n. 9, set. 1947).

1946 – 1955: Na revista *A Ordem*, órgão do Centro Dom Vital, do Rio de Janeiro, diretor Alceu Amoroso Lima:

Maritain e a Fé na Democracia (ano XXVI, n. 5-6, maio-jun. 1946).
O Problema da Liberdade (ano XXVI, n. 11, nov. 1946).
Ozanam, Precursor (vol. XLI, n. 4, abr. 1949).
Ozanam e as Conferências Vicentinas (vol. XLI, n. 6, jun. 1949).
Sobre "O Problema da Riqueza" (vol. XLII, n. 1-2, jul.-ago. 1949).
O Silêncio de Santo Tomás no "Auto da Alma" (vol. XLII, n. 4, out. 1949).
Congregações Marianas e Conferências Vicentinas (vol. XLII, n. 6, dez. 1949).
A Mensagem de S. Vicente de Paulo (vol. XLIII, n. 1-2, jan.-fev. 1950).
Os Católicos e a Política (vol. XLIII, n. 1-2, jan.-fev. 1950).
Impressões de S. Paulo (vol. XLIII, n. 3, mar. 1950).
O Reino da Mentira (vol. XLIII, n. 6, jun. 1950).

A Classificação das Palavras (vol. XLIV, n. 6, nov. dez. 1950).
O Testemunho Cristão de Ozanam em Relação à Cultura (vol. XLV, n. 3-4, mar.-abr. 1951).
O Vocabulário da Literatura Infantil (vol. XLVI, n. 3-4, set.-out. 1951).
Saudação a Nossa Senhora de Fátima (vol. L, n. 2, ago. 1953).
A Presença de Ozanam (vol. L, n. 3, set. 1953).
Bibliografia de Ozanam (vol. L, n. 3, set. 1954).
A Vernaculidade da Tradução (vol. LII, n. 4, out. 1954).
Exigências e Técnica da Boa Tradução (vol. LII, n. 6, dez. 1954).
Alterações Semânticas (vol. LIII, n. 1, jan. 1955).
A Metáfora na Língua (vol. LIII, n. 5, maio 1955).

1947: No jornal *Correio da Noite*, do Rio de Janeiro, diretor Hildebrando Leal:

A Filologia é Uma Ciência (20-3-1947).
Filologia e Lingüística (37-3-1947).
As Línguas Românicas (3-4-1947).
Geografia das Línguas Românicas (10-4-1947).
A Transplantação das Línguas Românicas (17-4-1947).
A Língua Portuguesa no Brasil (24-4-1947).
A Importância dos Textos (8-5-1947).
A Língua Portuguesa - I (15-5-1947).
A Língua Portuguesa - II (22-5-1947).
O Infinito Pessoal (29-5-1947).
A Sintaxe Portuguesa (5-6-1947).
Concordância (12-6-1947).
A Colocação dos Pronomes (19-6-1947).
A Classificação das Palavras - I (26-6-1947).
A Classificação das Palavras - II (3-7-1947).
A Classificação das Palavras - III (10-7-1947).
Constituição do Vocabulário - I (17-7-1947).
Constituição do Vocabulário - II (24-7-1947).
Constituição do Vocabulário - III (31-7-1947).
O Problema Ortográfico - I (7-8-1947).
O Problema Ortográfico - II (14-8-1947).
O Problema Ortográfico - III (21-8-1947).
Da Formação Filológica (28-8-1947).
Da Análise Sintática (4-9-1947).
A Classificação das Línguas - I (11-9-1947).
A Classificação das Línguas - II (18-9-1947).
As Línguas Indo-Européias - I (25-9-1947).
As Línguas Indo-Européias - II (2-10-1947).
As Línguas Indo-Européias - III (9-10-1947).

1947 / 1966 – 1967: Na revista *Vozes* (Petrópolis):

Relações Entre a Literatura e o Ambiente (jan.-fev. 1947).
Conceito de Cultura Brasileira (ano 60, n. 6, jun. 1966).
Cultura Brasileira - II: Fatores Estáticos da Cultura (ano 60, n. 7, jul. 1966.
Cultura Brasileira - III: O Meio Físico Brasileiro Como Condicionante da Cultura (ano 60, n. 8, ago. 1966).
Cultura Brasileira - IV: A Herança Portuguesa (ano 60, n. 9, set. 1966).
Cultura Brasileira: A Herança Indígena (ano 60, n. 10, out. 1966).
Cultura Brasileira: A Herança Africana (ano 60, n. 11, nov. 1966).
Cultura Brasileira (ano 60, n. 12, dez. 1966).
Cultura Brasileira: O Elemento Dinâmico da Cultura Nacional (ano 61, n. 1, jan. 1967).

1948 – 1949: No jornal *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro:

Ameaças Ortográficas (11-1-1948).
O Papel da Analogia na Língua (21-3-1948).
Causas e Efeitos na Evolução Fonética (18-4-1948).
Escolha e Rejeição de Livros em Filologia (4-7-1948).
Literatura Filológica (9-1-1949).

1952 - No jornal *Tribuna da Imprensa*, do Rio de Janeiro, diretor Carlos Lacerda:

O Caso do Instituto de Educação (21-4-1952).
Cremação de Cadáveres (23-4-1952).
A Inumação (24-4-1952).
O Mais Alto Valor (25-4-1952).
Prefeito Festeiro (26-4-1952).
Assistência Social (28-4-1952).
Portas e Janelas (29-4-1952).
Cidade Condenada (30-4-1952).
Zero em Abril (2-5-1952).
1.000.000 (3-5-1952).
Espertos e Otários (5-5-1952).
"São Judas, me Ajuda!" (6-5-1952).
Os Moços e a Política (7-5-1952).
A Autarquia das favelas (8-5-1952).
Sub-Prefeituras (9-5-1952).
Municipalização (10-5-1952).
Sousa da Silveira (12-5-1952).
À Felicidade do Aires (13-5-1952).
Adeus, Laranjeiras! (14-5-1952).
Evolução Semântica (15-5-1952).
Dois Pesos (16-5-1952).
100 Anos Depois (17-5-1952).

Por Eqüidade... (19-5-1952).
Um Oásis (20-5-1952).
Polícia, Ontem e Hoje (21-5-1952).
Cachorros e Crianças (22-5-1952).
Mais Um (23-5-1952).
Lamentável Estréia (24-5-1952).
Má Etimologia, Boa Doutrina (27-5-1952).
Desabadiço (29-5-1952).
Ofensas ao Legislativo (30-5-1952).
Um Ano de Bons Serviços (31-5-1952).
Decadência da Conversa (2-6-1952).
Explicação (3-6-1952).
Fora com as Crianças (4-6-1952).
Monopólio do Ensino (5-6-1952).
O Crime do Padeiro (7-6-1952).
Sugestões à LEC (10-6-1952).
O Artigo 43 (11-6-1952).
O Interino e os Interinos (14-6-1952).
Acordo e Desacordo (16-6-1952).
Dia da Alegria (17-6-1952).
A Reivindicação Burguesa (18-6-1952).
Nas Sombras da Noite (19-6-1952).
"Comédie" e Comédia (23-6-1952).

1957 – 1958: No *Jornal do Brasil*, do Rio de Janeiro:

Mestre Augusto Magne (7-7-1957).
Falares Brasileiros (14-7-1957).
Um Drama da Cultura (21-7-1957).
Convite à Poesia de Alphonsus de Guimaraens (28-7-1957).
Gramática em Crise (18-8-1957).
O Regional e o Universal num Romance (25-8-1957).
Brasília e a Mudança da Capital (8-9-1957).
Congresso de Democracia Cristã (29-9-1957).
Vozes de Esperança (27-10-1957).
Sinais de Borrasca (2-11-1957).
Reflexões Sobre a Hora Presente (10-11-1957).
Vieira, os Textos e os Ladrões (17-11-1957).
Vícios de Pronúncia (24-11-1957).
Luta e Paciência Democrática (1-12-1957).
Vigilância e Espírito Público (8-12-1957).
O Que Fizeram do Natal (22-12-1957).
Balanço Amargo (29-12-1957).
Perspectivas... (5-1-1958).

A Indústria do Ensino (12-1-1958).
Um Livro Brasileiro e Generoso.

1960 / 1966: No *Diário de Notícias*, do Rio de Janeiro:

A Pronúncia Carioca (3-7-1960).
Que Língua se Fala no Brasil? (3-5-1960).
Quem Deve Ensinar Literatura Brasileira? (26-5-1966).

1968 – 1972: Na revista *Permanência*, Rio de Janeiro, diretor Gustavo Corção:

Resistite Fortes in Fide (ano I, n. 1, out. 1968).
Ubi Petrus, Ibi Ecclesia (ano I, n. 2, nov. 1968).
Escolho as Duas... (ano I, n. 3, dez. 1968).
O Segundo Sinal (ano I, n. 4, jan. 1968).
Quem Era Jesus? (ano I, n. 5-6, fev.-mar. 1969).
Que Fazer na Crise? (ano II, n. 7, abr. 1969).
O Fundamento da Vida (ano II, n. 8, maio 1969).
A Doutrina e a Ação da "Igreja Carismática" (ano II, n. 9, jun. 1969).
O Alento da Vida (ano II, n. 8, maio 1969).
Convite à Alegria (ano II, n. 11-12, ago.-set. 1969).
A Moral de Sempre e a "Nova Moral" (ano II, n. 13, out. 1969).
O Cristão e o Mundo (ano II, n. 14, nov. 1969).
O Sentido da Vida (ano II, n. 15, dez. 1969).
Um Centenário e Uma Esperança (ano II, n. 16-17, jan.-fev. 1970).
Ainda a Missa (ano III, n. 18, mar. 1970).
Fidem Servare (ano III, n. 19, abr. 1970).
Maria, no Concílio e no "Credo" de Paulo VI (ano III, n. 20, maio 1970).
Erros e Heresias Acobertados Pela Tradução Brasileira da Missa (ano III, n. 21, jun. 1970).
Critérios da Caridade (ano III, n. 22, jul. 1970).
Secularização e Sacralização (ano III, n. 23-24, ago.-set. 1970).
Difundamos Nossa Regra de Fé (ano III, n. 25, out. 1970).
Nossa Posição Ante a "Nova Missa" (ano III, n. 26, nov. 1970).
O Verdadeiro Conceito de Ecumenismo (ano III, n. 27, dez. 1970).
Mysterium Fidei, Presença Real (ano III, n. 28-29, jan.-fev. 1971)
Creio na Santa Igreja Católica (ano IV, n. 30, mar. 1971).
Legionários da Unidade (ano IV, 33-34, jun.-jul. 1971).
Recorramos a Nossa Senhora! (ano IV, n. 32, maio 1971).
Convite a um Grande Livro (ano IV, 33-34, jun.-jul. 1971).
Os Sinais Sagrados (ano IV, n. 35, ago. 1971).
As Sombras Começam a Dissipar-se (ano IV, n. 36-37, set.-out. 1971).
O Sacramento e a Virtude da Penitência (ano IV, n. 39, dez. 1971).
Uma Forma Concreta de Caridade (ano V, n. 40, jan.-fev. 1972).
Tomada de Consciência (ano V, n. 42, abr. 1972).

1969 – 2001 - Na revista *Carta Mensal*, órgão do Conselho Técnico da Confederação Nacional de Comércio (Rio de Janeiro):

A Crise da Cultura Brasileira (n. 173, ago. 1969).
A Língua-Padrão do Brasil (n. 175, out. 1969).
Remanescentes Indígenas e Africanos na Cultura Brasileira (n. 179, fev. 1970).
A Herança Portuguesa na Cultura Brasileira (n. 182, maio 1970).
Reflexões Críticas Sobre a Educação (n. 187, 1970).
Alencar, Cultor e Artífice da Língua (n. 193, abr. 1971).
Uma Interpretação Talvez Revolucionária de Machado de Assis (n. 195, jun. 1971).
Origens e Formação da Cultura Ocidental (n. 200, nov. 1971).
O Pensamento Filosófico no Brasil (n. 202, jan. 1972).
"Os Lusíadas", um dos Maiores Poemas da Humanidade (n. 206, 1972).
Variações em Torno dos Romances (n. 240, mar. 1975).
Duas Religiões do Homem (n. 252, mar. 1976).
A Decadência da Língua Culta e Suas Causas (n. 259, out. 1976).
Lei e Direito Natural na Filosofia Clássica (n. 267, jun. 1977).
A Língua Portuguesa no Brasil e no Mundo (n. 273, dez. 1977).
O Direito, o Estado e a Liberdade Segundo Pio XII (n. 278 maio 1978).
A Origem da Linguagem (n. 288, mar. 1979).
Ainda é Tempo de Reagir: a Decadência da Língua Culta (n. 294, set. 1979).
A Reintegração Galego-Portuguesa (n. 305, ago. 1980).
Relembrando Camões... (n. 309, dez. 1980).
Variações Sobre as Esquerdas (n. 323, fev. 1982).
No Centenário de João XXIII (n. 325-326, abr.-maio 1982).
Considerações Sobre a Democracia (n. 328, jul. 1982).
O Inventário Lexical Brasileiro (n. 336, nov. 1983).
Lições Camonianas de Bem Viver (n. 344, nov. 1983).
Gustavo Corção: o Homem, a Obra, a Mensagem (n. 351, jun. 1984).
Justiça e Amizade Cívica, Fundamentos da Democracia (n. 358, jan. 1985).
Uma Política da Língua: as Duas Vertentes (n. 367, out. 1985).
No Centenário de Manuel Bandeira (n.375, 1986).
Radiografia de Machado de Assis (n. 379, out. 1986).
Cultura Brasileira e Culturas Brasileiras (n. 388-390, 1987).
A Exemplar Ortodoxia de Camões (n. 397, 1988).
A Antigüidade Clássica na Obra de Machado de Assis (n. 402, 1988).
Messianismo e Messianismos (n. 406, 1989).
Vicissitudes da Verdade (n. 411, jun. 1989).
Rui Barbosa e a Língua Portuguesa (n. 413, 1989).
Maquiavel e Sua Descendência (n. 417, 1989).
Escola Pública e Escola Privada (n. 420, 1990).
As Filosofias do Renascimento em Camões (n.430, 1991).
Sobre o (Des)acordo Ortográfico (n. 433, 1991).

O *Fatum* e a Divina Providência em Camões (n. 436, 1991).
Sobre a Língua e o Estilo de Camilo Castelo Branco (n. 443, 1992).
Considerações Sobre a Multiplicação das Seitas (n. 455, 1993).
Em Defesa do Vernáculo (n. 476, 1994).
Da Linguagem à Vernaculidade (n. 500, 1996).
Vieira e o "Sermão do Bom Ladrão" (n. 512, 1997).
Normas de Vida em Camões (n. 522, 1998).
Camões, Plasmador do Português Moderno" (n. 533, 1999).
Antônio Francisco Lisboa – o Aleijadinho (n. 542, 2000).
O Sentido Profundo da Obra de Machado de Assis (n. 551, 2001).
A Língua de "Os Lusíadas" e a Linguagem Brasileira (n. 560, 2001).

1972 – 1974: No jornal *Diário de Notícias* de Lisboa (série de 65 artigos semanais, na coluna "Crônica do Brasil", publicada aos domingos):

A Semana de Arte Moderna, Marco da História Cultural do Brasil (23-10-1972).
Camões no Brasil (31-1-1973).
O Carnaval (18-3-1973).
O Trianon (25-3-1973).
A Santa Casa do Rio (1-4-1973).
Tupi e Português (8-4-1973).
Donga e o Samba (15-4-1973).
A Semana Santa Mineira (22-4-1973).
Um Festival de Inverno (29-4-1973).
Treze de Maio (15-5-1973).
O Centenário de Niterói (20-5-1973).
Retorno ao Zero (27-5-1973).
Congresso de Filologia e de Camonologia (3-6-1973).
A Quatro Mãos (10-6-1973).
Coronel e Coronéis (17-6-1973).
A Capital e o Interior (24-6-1973).
Atendendo a um Pedido (1-7-1973).
Desfaz-se um Mal-Entendido (8-7-1973).
Glória Mesclada de Tristeza (15-7-1973).
Um Servidor de Verdade (22-7-1973).
Nova Era (29-7-1973).
Um Poeta de Raça (5-8-1973).
Ocaso de um Império (12-8-1973).
As Origens do Bacharelismo (19-8-1973).
Um Ariano Ortodoxo (26-8-1973).
Dois Gaúchos (2-9-1973).
A Lingüística no Brasil (9-9-1973).
Vida e Morte do Palhaço (16-9-1973).
A Hora e a Vez do Piauí (23-9-1973).

Idealização e Realidade (30-9-1973).
Da Teoria à Prática (7-10-1973).
Presente de Pobre (14-10-1973).
Do Maranhão a Tiradentes (21-10-1973).
Um Homem Realizado (28-10-1973).
Um Paladino da República (4-11-1973).
Rememorando um Pioneiro (11-11-1973).
Por Paus e por Pedras... (18-11-1973).
Agradável Presença (25-11-1973).
Olinda Sobrou (9-12-1973).
O Laço Principal (16-12-1973).
Evocação de um Mestre (23-12-1973).
Olinda e Seu Monge (6-1-1974).
Espelho de Duas Faces (13-10-1974).
Memórias de um Desmemoriado (20-1-1974).
Caminhos Cruzados (27-1-1974).
A Quebra do Padrão-Ouro (3-2-1974).
Bom Serviço (10-2-1974).
Presença Brasileira (17-2-1974).
Vernaculizações (24-2-1974).
Do Começo ao Recomeço (3-4-1974).
Para Não Faltar... (10-3-1974).
Panorama Visto da Ponte (17-3-1974).
Ponto de Encontro (24-3-1974).
Ecos do Centenário (31-3-1974).
Comentário da Platéia (7-4-1974).
Memorialistas Esquecidos (14-4-1974).
Reconstrução que Urge (21-4-1974).
Usos e Fusos (29-4-1974).
Página Virada (5-5-1974).
Um Abridor de Caminhos (13-5-1974).
Explicações (19-5-1974).
Herança Minhota (26-5-1974).
Música de Sempre (1-6-1974).
Comoção Nacional (8-6-1974).
Parabéns ao Cinqüentenário (15-6-1974).

1978 / 1983: Na revista *Linguagem*, órgão do Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense, Niterói:

O Cultivo da Língua Literária (ano I, n. 1, 1978).
Para um Dicionário de Brasileirismos (ano I, n. 2, 1983).

1991 – 1994: Na revista *Confluência*, órgão do Instituto de Língua Portuguesa do Liceu Literário Português, do Rio de Janeiro, direção de Evanildo Bechara:

Em Defesa da Língua-Comum do Espaço Luso-Brasileiro (n. 1, 1º sem. 1991).
Dêicticos e Anafóricos na Língua Portuguesa (n. 2, 1º sem. 1991).
A Língua das "Sextilhas de Frei Antão" (n. 4, 2º sem. 1992).
Convite a Ler Vieira (n. 7, 1º sem. 1994).

1992- 1998: No jornal *O Mundo Português*, diretor Antônio Gomes da Costa, seção "Na Ponta da Língua":

Preservemos o Vernáculo (17-5-1990).
Ainda Agressões ao Vernáculo (14-6-1990).
Sobre os Demonstrativos (19-7-1990).
Saber Ler (2-8-1990).
Sobre a Ordem das Palavras (20-9-1990).
O Estilo Conceptual (8-11-1990).
Quando Virá a Gramática VT? (7-12-1990).
Sobre o (Des)acordo Ortográfico (21-12-1990).
"Pôr" e "Colocar" em Camões (4-1-1991).
Sobre o anacoluto (1-2-1991).
Antes que ela chegue! (15-3-1991).
Duzentos e Trinta e Nove Abades? (26-4-1991).
"Até Assim um Pouco, Mais ou Menos" (24-5-1991).
Não Só mas Também... (21-6-1991).
Sexo e Gênero Gramatical (26-7-1991).
Chegança, Ficanças e Partidas (9-8-1991).
"Contém Ausência de Vestígios" (30-8-1991).
Acontecências... (27-9-1991).
Metaforizando... (1-11-1991).
Resistir à Invasão Espanhola! (29-11-1991).
Tentativas de germanização (3-1-1992).
Pobre Deputados! (24-1-1992).
"Elementar, Meu Caro Watson!" (21-2-1992).
Traduções (20-3-1992).
Sacadiquê? (10-4-1992).
Cuidado com os Moedeiros Falsos! (15-5-1992).
A Língua Portuguesa e Camões (12-6-1992).
Já Foi Bem Melhor... (17-7-1992).
Má Etimologia, Boa Doutrina (7-8-1992).
"Medice, Cura te Ipsum!" (11-9-1992).
Ê, Ê, Ô, Ô, y Otras (23-10-1992).
O Crescimento Endógeno da Língua –I (13-11-1992).
Ainda Há Quem se Interesse... (20-11-1992).
O Crescimento Endógeno da Língua (Conclusão) (11-12-1992).
Composição, Poética e Imitação (24-1-1993).
Ainda a Germanização do Português (12-3-1993).

Lá Está Bem Melhor... (7-5-1993).
Vamos de Mal a Pior! (28-5-1993).
A Constituição do Vocabulário – I (25-6-1993).
A Constituição do Vocabulário – II (16-7-1993).
A Constituição do Vocabulário – III (3-9-1993).
A Constituição do Vocabulário – IV (17-9-1993).
O Ensino da Língua Portuguesa – VII (17-9-1993).
A Crise na Língua Culta (29-10-1993).
Desta Vez Ainda Não?... (17-12-1993).
Sobre o Infinito Flexionado (4-2-1994).
Complementando... (18-2-1994).
Respondendo a um Leitor... (10-6-1994).
Lendo, Ouvindo e Reprovando (4-8-1994).
Maiúsculas, Minúsculas e Ortografia (15-9-1994).
Pondo os Pingos nos ii (17-11-1994).
Preservemos o Vernáculo (3-12-1998).
As "Etapas" do Português (25-2-1999).

Colaboração única em outros jornais e revistas diversos:

No Brasil:

O Descalabro do Ensino. (In *Carta da Resistência*, órgão da Resistência Democrática, Rio de Janeiro, ano 2, n. 53, 1949).
Orientações e Desorientações em Filologia (In *Lumen*, Recife, ano 1, n. 2, jul. 1949).
Racionalização e Simplificação da Análise Sintática. (In *Anhembi*, São Paulo, ano 1, vol. 3, n. 8, jul. 1951).
Cristo e o Mundo. (In *Lareira*, São Paulo, dez. 1952).
Alceu Amoroso Lima, o Laureado do Ano. (In *Comentário*, publicação do Instituto Brasileiro Judaico de Cultura e Divulgação, ano 1, n. 1, jan.-mar. 1960).
Testemunho Sobre Corção. (In *Globo*, Rio de Janeiro, 11-8-1960).
A Poesia do Ouro em Feliz Antologia. (In *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 18-11-1967).
Lusíadas e Anti-Lusíadas. (In *Jornal de Letras*, Rio de Janeiro, 1980.
Amor de Perdição [edição de Maximiano de Carvalho e Silva] (in Revista Brasileira de Língua e Literatura

No Exterior:

In Brasilien wird Portugiesisch gesprochen. (In *Das Parlament*, Bonn, n. 37, 9-9-1954).
Dialectos Brasileiros. (In *Brasil*, edição do SERPRO da Embaixada do Brasil em Lisboa, Lisboa, n. 23, jan. 1964).
Cultura: Etimologia da Palavra. (In *Revista de Portugal*, Série A – Língua Portuguesa, Lisboa, vol. 32, 1967).
A Arquitetura Barroca no Brasil. (In *Diário do Minho*, Braga – Portugal, 3-12-1972).

Reflexão Crítica Sobre a Educação. (In *Boletim da Mocidade Portuguesa*, Lisboa, n. 1, jun. 1973).

O Futuro da Língua Portuguesa no Brasil. (In *O Século*, Lisboa, 4-1-1974).

La Gran Poesía del Modernismo Brasileño. (In *Revista de Cultura Brasileña*, Madrid, n. 47, out. 1978).

Brasil, Uma Igreja Diferente. (In *Notícias de Guimarães*, Guimarães – Portugal, 7-10-1983).

1992 – 2001: No periódico *Pelo Bem Comum – Revista de Cultura Humanística*, diretor Cláudio H. Moniz Braga, Mendes - RJ:

Os Sacramentos da Igreja (maio 1992).
Algo Sobre o Batismo (ago. 1992).
"Sereis Minhas Testemunhas..." (set. 1992).
Mysterium Fidei! (out. 1992).
O Sacrifício da Nova Lei (dez. 1992).
A Comunhão Sagrada (fev. 1993).
O Sacramento do Perdão (mar. 1993).
O Sacramento – Porta do Céu (maio 1993).
"Não Vos Deixarei Órfãos" (jul. 1993).
O Sacramento de Dois Ministros (set. 1993).
Algo Sobre a Fé (fev. 1994).
Agora, a Esperança (abr. 1994).
A Maior das Três (maio 1994).
Algo Sobre a Prudência (ago. 1994).
A Justiça (set. 1994).
A Virtude da Força (dez. 1994).
Notas Sobre a Temperança (mar. 1995).
Sobre o Orgulho (jun. 1995).
Algo Sobre a Avareza (ago. 1995).
A Luxúria, a Ira (out. 1995).
Gula, Inveja e Preguiça (dez. 1995).
A Infalibilidade da Igreja (mar. 1996).
As Notas da Verdadeira Igreja (maio 1996).
A Comunhão dos Santos (jul. 1996).
Algo Sobre a Crisma (out. 1996).
Ainda Sobre a Fé (dez. 1996).
Notícia Sobre Vieira (fev. 1997).
Páscoa da Ressurreição (mar. 1997).
Algo Sobre os Anjos (jun. 1997).
A Comunhão dos Santos (set. 1997).
"Desceu à Mansão dos Mortos" (dez. 1997).
A Remissão dos Pecados (fev. 1998).
"Creio na Ressurreição da Carne" (abr. 1998).

O Fim do Mundo (jun. 1998).
Natal (dez. 1998).
Sobre o Espírito Santo (fev. 1999).
O Poder Supremo (out. 1999).
Deus Criador (dez. 1999).
"Nasceu de Maria Virgem" (out. 2000)
Sobre o Advento" (dez. 2000).
Algo Sobre a Graça (mar. 2001).

FONTES PARA O ESTUDO DA VIDA E OBRA DE GLÁDSTONE CHAVES DE MELO

Serafim da Silva Neto, *A Filologia Portuguesa no Brasil (1939-1948),* Coimbra, 1950.

Gládstone Chaves de Melo & Serafim Silva Neto, *Conceito e Método da Filologia*, prefácio de Sousa da Silveira, Rio de Janeiro, Organização Simões, 1952.

Matoso Câmara Júnior, nota sobre a 2ª edição de *Iniciação à Filologia Portuguesa* (in *A Cigarra*, Rio de Janeiro, n. 3, 1957).

Sílvio Elia, *Ensaios de Filologia e Lingüística*, 2ª edição, Rio de Janeiro, 1975 (cap. "Os Estudos Filológicos no Brasil").

Adriano da Gama Kury, "Apresentação" da 5ª edição de *Iniciação à Filologia e à Lingüística Portuguesa*, 1975.

Idem, "Estará Morta a Estilística?", in *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 20/3/1977 (notícia sobre o livro *Ensaio de Estilística da Língua Portuguesa*, de Gládstone Chaves de Melo, Rio de Janeiro, Editora Padrão, 1976).

Rosalvo do Valle, orelhas da 4ª edição, melhorada e comentada, de *A Língua do Brasil*, de Gládstone Chaves de Melo, Rio de Janeiro, Padrão, 1981.

Idem, apresentação da 6ª edição de *Iniciação à Filologia e à Lingüística Portuguesa,* de Gládstone Chaves de Melo, Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico, 1981.

Ledo Ivo, "Um Filólogo Desafia o Diabo: Aristóteles Tem um Representante na Câmara dos Vereadores", reportagem, com fotografias de José Maria da Cruz, na revista *Manchete*, Rio de Janeiro, número de 30/4/1955.

Maria Regina Kopschitz de Barros, Carolina Maia Gouvêa e Evanildo Bechara (org.), *Miscelânea em Homenagem ao Prof. Doutor Gládstone Chaves de Melo*, Rio de Janeiro, 1995 ("Curriculum Vitae", p. 13-36; artigo de Maximiano de Carvalho e Silva sobre a "Contribuição de Gládstone Chaves de Melo à Renovação dos Estudos lingüísticos e Filológicos no Brasil", p. 127-142).

Aníbal Pinto de Castro, "Melo (Gládstone Chaves de)", in *Biblos – Enciclopédia VERBO das Literaturas de Língua Portuguesa*, volume 3, Lisboa, Editorial Verbo, 1999, col. 608-610.

DEPOIMENTOS E DOCUMENTOS

UM DEPOIMENTO SOBRE MEU PAI

Paulo de Tarso Chaves de Melo

No dia seguinte em que meu pai faleceu, ainda atribulado pelas providências necessárias para realizar o seu sepultamento, recebi um *e-mail* de minha filha, que atualmente reside em Berlim, através do qual ela manifestava a sua grande tristeza com a notícia que acabava de receber, dizendo que, na realidade, tinha conhecido pouco o avô, mas que havia guardado uma lembrança muito nítida de sua vida: a grande bondade que sentia nele.

E eu acredito que ela, com a grande intuição que é própria das mulheres, na realidade compreendeu qual foi a principal característica da extensa obra da vida de meu pai.

Mais do que pela sua inteligência, tão decantada, meu pai se impunha para aqueles que o conheciam de perto pela sua bondade, que era, também, um grande atributo de minha saudosa mãe. Na realidade, essas características dos dois marcaram demais a nossa infância. Acabaram constituindo um grande peso, se posso assim dizer, para nós todos, que nos sentíamos grandemente responsáveis por termos que repetir esse exemplo de vida, sentindo-nos, todos nós, pouco dignos de continuar tão nobre linhagem.

Meu pai era, principalmente, um grande símbolo de retidão, de fidelidade à sua ardente fé, da qual ele deu testemunho durante toda a vida. Mamãe era talvez a sua principal admiradora e todos nós fomos criados, desde pequenos, aprendendo da sua boca a admirar e a enaltecer esse pai-símbolo, exaltado por todos. Não foram poucas as vezes em que ouvi das mais diversas pessoas, algumas até minhas desconhecidas, os maiores elogios ao meu pai, e também à minha mãe, e todos eram unânimes em dizer da nossa grande responsabilidade em estarmos à altura de tão grandes pais.

Essa missão que nos impunham é que eu chamo de grande peso, que nos marcou muito a todos.

Meu pai era um homem que se impunha muito. Ninguém conseguia ficar indiferente a ele: ou o admiravam muito ou o detestavam (principalmente os seus inimigos políticos). Isso talvez porque ele mesmo nunca foi um homem "morno". Sempre manifestou a sua opinião sobre todos os assuntos de forma direta, às vezes veemente, nunca indiferente. Sua passagem pela política e

sua liderança no laicato católico do Brasil sempre foi clara, objetiva, apaixonada, como se ele estivesse sempre defendendo uma grande causa, digna dos maiores sacrifícios, e das mais nítidas manifestações públicas. Nunca teve medo de nada.

Uma de suas características mais marcantes talvez tenha sido sua preocupação com a beleza, outra face da bondade. Ele tinha grande sensibilidade para conhecer a beleza, em todas as suas manifestações: na pintura, na escultura, na arquitetura, na música e, principalmente, na literatura.

Creio que uma das lembranças mais remotas que dele guardo é vê-lo lendo textos de grandes autores da língua portuguesa, como Camões, Fernando Pessoa e Machado de Assis, embevecido não somente por causa da pureza da língua, mas principalmente pela beleza das construções, das aproximações, dos achados poéticos, do efeito geral conseguido na realização do texto literário daqueles autores. Foi ele que me apresentou, eu ainda muito jovem, a Machado de Assis, de quem ele conhecia inúmeros textos, de vários de seus livros, de cor. E isso em uma época em que o extraordinário escritor não era ainda, absolutamente, a grande unanimidade que hoje é na crítica literária brasileira.

Algumas vezes cheguei a pensar se a sua grande paixão pelo estudo científico da Filologia e da língua portuguesa não seriam, no fundo, um outro aspecto dessa sua incessante busca da beleza, da pureza das origens onde se forjou esta tão bela língua, onde primeiro chorou Camões.

Esse foi o velhinho que nos deixou no dia 7/12/2001 e quem, infelizmente, meus filhos não tiveram a oportunidade de conhecer, com esses atributos que estou descrevendo, porque eles já o conheceram doente, distante, obcecado pelas suas imaginadas angústias, que o fizeram sofrer muito nos últimos anos de vida.

Na verdade, nos derradeiros anos de tão profícua existência, meu pai estava grandemente preocupado com o julgamento da obra inteira de sua vida.

Não com o julgamento feito pelos homens, porque a este ele não dava importância maior. Mas com o julgamento por parte d'Aquele a quem ele nos ensinou a amar sobre todas as coisas.

E, por causa deste julgamento maior, ele sofreu muito intensamente. Mas, no fundo, o aguardava, tenho certeza, com grande confiança e renovada esperança. Julgamento esse que pode ser resumido nesse verso, que ele próprio algumas vezes nos declamou, de São João da Cruz:

"Y, por la tarde, te julgarán en el Amor".

GLÁDSTONE CHAVES DE MELO E O NOSSO INSTITUTO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Evanildo Bechara

Entre os bons frutos hauridos por mim quando convidado para participar da patriótica e cultural campanha em prol da Língua Portuguesa promovida pelo Liceu Literário Português está, sem dúvida nenhuma, o de estreitar os laços de respeito e amizade ao saudoso Gladstone Chaves de Melo.

Éramos, nessa empresa inicial, seis ao todo: Sílvio Elia, Gladstone, Maximiano de Carvalho e Silva, Antônio Basílio Rodrigues, Nilza Campelo e eu. Com Sílvio já vinha convivendo desde largo tempo, nas lides universitárias na PUC de Petrópolis, e, mesmo antes, nos encontros da Academia Brasileira de Filologia e na Livraria Acadêmica. Com Maximiano, ilustre representante da minha geração, o convívio era menos intenso, mas relativamente constante. Antônio Basílio fora meu excelente aluno na UERJ e depois estimado colega na mesma instituição. Só de Gladstone mantinha uma distância maior, porque, embora ambos professores na Universidade Federal Fluminense, eu não pertencia diretamente ao grupo dos alunos do "Professor Sousa"; mas indiretamente o era pelos seus livros e pelas relações desse inolvidável estudioso com meu dileto mestre Said Ali, de quem fora discípulo nos áureos tempos do Colégio Pedro II, chamado, àquela quadra, por imposição dos republicanos, Ginásio Nacional. Encontrávamo-nos, falávamo-nos, mas sempre com a discrição daqueles que bebem da água do mesmo rio, mas em margens diferentes.

A instalação do Instituto de Língua Portuguesa, sob a batuta magistral de Sílvio Elia e sob a competente administração do Dr. Antônio Gomes da Costa, me permitiu um mergulho mais profundo nos valores do homem fiel e do pesquisador honesto, às vezes intransigente às ondas novidadeiras das manifestações que cercam a vida em todos os seus quadrantes. Aprendi a apreciar-lhe as qualidades morais e a sua competência de filólogo. Apesar de sua erudição em tantos domínios culturais, nunca largou aquele ar mineiro de quem está aparentemente distante dos homens e das coisas, mas secundado, quando falava, de profundo senso crítico e de uma causticante *verve*.

Estudou toda a vida, mesmo diante de alguns dissabores que poderiam afastá-lo de sua religião, de sua filosofia e das pesquisas de filologia e gramática.

Com o desaparecimento de sua esposa D. Cordélia, nosso Gladstone foi aos poucos perdendo o gosto de viver. Mesmo assim, estava sempre atento ao que dele poderia precisar o Instituto de Língua Portuguesa. Deixaram saudades entre seus alunos os cursos que aí ministrou de latim, de língua portuguesa e de autores clássicos brasileiros e portugueses. Deixou-nos um rico elenco de livros, nos diversos campos da nossa ciência, dos quais ressalto, como exemplo de arquitetura inteiriça e bem travada, sua *Gramática Fundamental da Língua Portuguesa*.

Dono de boa prosa, gostava de freqüentar seus colegas no Instituto de Língua Portuguesa e na Academia Brasileira de Filologia.

Com seu falecimento, desaparece um dos últimos baluartes do estudo e do ensino do português padrão entre nós, cuja competência e experiência soube ele tão bem transmitir a todos os que, ao seu lado, labutamos para a consecução dos altos propósitos do nosso Instituto de Língua Portuguesa do Liceu Literário Português.

Depois desse longo percurso que foi a vida vivida intensamente de Gladstone Chaves de Melo ele pode repetir o que disse Bandeira, "quando a Indesejada das gentes chegar":

O meu dia foi bom, pode a noite descer.
(A noite com os seus sortilégios).
Encontrará lavrado o campo, a casa limpa,
A mesa posta,
Com cada coisa em seu lugar.

O Caminho do Filólogo Gládstone Chaves de Melo

Leodegário A. de Azevedo Filho
Presidente da Academia Brasileira de Filologia

Com prefácio de Sousa da Silveira, a "Organização Simões", em 1952, publicou o pequeno volume *Conceito e Método da Filologia*, enfeixando dois discursos realmente importantes: o de Serafim da Silva Neto, recebendo Gládstone Chaves de Melo na Academia Brasileira de Filologia, e o deste último, em resposta ao primeiro.

No discurso de Serafim da Silva Neto, com base em Vossler, foi defendido o princípio de que a história da língua e a história da literatura estão intimamente relacionadas, acrescentando-se a isso as contribuições da teoria literária e da lingüística modernas. Em seguida, o orador propôs uma divisão tripartida para a obra de Gládstone Chaves de Melo: a primeira parte reunindo monografias sobre vários assuntos filológicos; a segunda voltada para a crítica textual, a exemplo de sua edição de *Iracema*, poema em prosa de Alencar, onde se lê excelente estudo sobre "Alencar e a Língua Brasileira"; e a terceira, talvez a mais importante, expressa exemplarmente no livro *A Língua do Brasil*.

Em resposta, Gládstone Chaves de Melo observou que até o século XVIII "vivêramos sob a concepção logicista das línguas e sob o prestígio modelar da gramática latina" (op. cit. p. 40). Condenava o purismo, que "negava à língua o direito de adquirir e incorporar novas formas e novos giros" (op. cit. p. 41). E acrescenta, na mesma página:

> Desta falsa nota só podia surgir, como surgiu, um tumultuoso jugo de opiniões desencontradas, a que costumamos chamar *gramatiquice*, cujos torneios mais que seculares tanto têm contribuído para desmontar a nossa especialidade no conceito daqueles apedeutas, que confundem a verdadeira Ciência da Linguagem, sólida, objetiva, com essas controvérsias sem conteúdo, onde não raro vence quem grita mais.

Em síntese, Gládstone Chaves de Melo busca caracterizar a lingüística científica em função de três fatores: "a inteligência historicista ao invés de logicista do fenômeno língua; a afirmação do valor absoluto do *fato* e do valor relativo da *explicação*; a crítica exaustiva e aguda, como permanente método de pesquisa e de trabalho" (op. cit., pp. 42-43). E, para acentuar os desconcertos da visão logicista, o filólogo perguntava, sempre a sorrir, se a expressão "homem público" comporta ou não feminino condigno...

Distinguindo as noções de *uso* e de *situação* lingüística, observava que é necessário diferençar sempre *língua transmitida* de *língua adquirida*. E à

gramática cabe formular as normas da língua adquirida, indo buscá-las na sua única e legítima fonte: os bons textos literários e o uso oral culto da língua. Sendo assim, pode-se entender por gramática uma sistematização dos fatos da língua literária contemporânea. E acrescenta: "É um código que registra os usos da linguagem adquirida e lhe classifica os fenômenos, para facilitar aos diferentes falantes o domínio dessa modalidade lingüistica" (op. cit. p. 47). Daí se conclui que a gramática apenas induz ao conhecimento prático da língua e que "o verdadeiro gramático" é "um pesquisador e um classificador". Mais ainda: "o gramático é servo da língua e, não, seu modelador". Afinal, arremata: "Fato é fato: existe, vale por si, apesar do gramático ou contra o gramático, o lingüísta ou o filólogo". Ou seja: "a única autoridade que o especialista bem formado admite é a dos fatos" (op. cit. p. 48).

Em seguida, o eminente filólogo põe em evidência a necessidade de textos devidamente apurados e autenticamente editados, condenando alterações voluntárias ou inconscientes do pensamento alheio, já agora à luz da Crítica Textual, por ele superiormente exercida. Aqui vale a pena transcrever o seguinte trecho, sabiamente escrito por ele:

> Urge que o filólogo e o lingüista procurem conhecer a língua, isto é, os textos, e não os gramáticos, muito menos os gramatiqueiros: conhecer a língua, estudando-a com olhos de técnicos e com olhos de artista. Sem dúvida é muito mais fácil conhecer meia dúzia de compêndios rançosos e sonolentos do que conhecer a língua diretamente, pelos seus documentos e monumentos, – o que demanda uma vida inteira de devoção, – mas é este o único e verdadeiro caminho do filólogo (op. cit. p. 53).

Portanto, o caminho do filólogo e do lingüísta deve ser iluminado pela filosofia, realmente indispensável para qualquer ramo das ciências sociais e humanas. A rigor, torna-se indispensável distinguir *Lingüística Portuguesa* de *Filologia Portuguesa.* "O objeto formal da *Filologia*" – acrescenta –

> é estabelecer, explicar e comentar textos, tarefa à primeira vista fácil e pobre, mas que, na verdade, exige longa soma de conhecimentos e grande acuidade mental. A fixação dos textos e sua exegese reclamam conhecimentos lingüísticos, paleográficos, históricos, mitológicos, numismáticos, heráldicos, religiosos, de Poética e outros mais. Então, propriamente, Filologia Portuguesa seria o estudo largo e profundo dos textos de nossa língua para atingir em cheio a mensagem intelectual ou artística neles contida" (op. cit. pp. 54-55).

Para concluir, procuremos agora recordar a bibliografia de lingüística e filologia portuguesas, de crítica textual, de cultura brasileira, de filologia, de religião, de pedagogia, de traduções e de artigos em geral assinados por

Gládstone Chaves de Melo. Não toda a bibliografia, mas apenas alguns títulos que, de algum modo, marcaram época entre nós: *A Língua do Brasil*, 4. ed. melhorada e aumentada, Rio de Janeiro, 1946; *Alencar e a "Língua Brasileira"*, Rio de Janeiro, 1972; *A Língua e o Estilo de Rui Barbosa*, Rio de Janeiro, 1950; *Iniciação à Filologia e à Lingüística Portuguesa*, 6. ed. rev. e aumentada, Rio de Janeiro, 1981; *Novo Manual de Análise Sintática*, 4. ed. melhorada, Rio de Janeiro, 1971; *Gramática Fundamental da Língua Portuguesa*, 3. ed. melhorada, Rio de Janeiro, 1978; *Ensaio de Estilística da Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro, 1976; *Os "Brasileirismos" de Frei Luís de Sousa*, Niterói, EDUFF, 1992; *Iracema* (*Lenda do Ceará*) por José de Alencar, introdução, notas e apêndice "Alencar e a 'Língua Brasileira'". Rio de Janeiro, INL, 1948; Machado de Assis, *Quincas Borba*, prefácio de Augusto Meyer, apuração do texto, revisão, aparato crítico, introdução, notas e apêndice, São Paulo, Melhoramentos, 1973; Frei Luís de Sousa, *A Vida de Frei Bartolomeu dos Mártires*, fixação do texto em colaboração com Aníbal Pinto de Castro, IN/CM, 1984; Antônio Vieira, *Sermão da Sexagésima*, introdução, estabelecimento filológico do texto, notas e comentários, Niterói, EDUFF, 1985. Na *Miscelânea de Estudos* publicada em sua homenagem, há bibliografia mais completa, sem esquecer a ampla colaboração em revistas e jornais (Rio de Janeiro, Lucerna, 1995).

Em suma, o caminho que o filólogo Gládstone Chaves de Melo trilhou está pontilhado de sábias lições, a começar pelo respeito ao texto alheio e aos fatos lingüísticos. Para ele, a seriedade foi sempre a luz que iluminou sua vida e que orientou sua respeitável obra filológica.

GLADSTONE CHAVES DE MELO,
UM BRASILEIRO DE ALMA PORTUGUESA

Aníbal Pinto de Castro
Universidade de Coimbra

A 8 de dezembro passado, quando me preparava para participar na missa da Imaculada Conceição, que a Universidade de Coimbra celebra em cada ano para louvar a sua Padroeira, chegava-me a tristíssima notícia do falecimento de Gladstone Chaves de Melo.

A coincidência era simbolicamente linda para quem, como eu, conhecia a sua filial devoção à Mãe de Jesus e a sua provada dedicação à *Alma Accademia Conimbrigensis*, que a 24 de outubro de 1992, em cerimônia solene, sempre regida segundo o ritual prescrito, desde 1653, nos *Estatutos Velhos*, o recebera no seu claustro, conferindo-lhe o grau de Doutor *honoris causa*, pela Faculdade de Letras. Mas nem por isso era menos densa a mágoa que tal notícia fazia cair no meu coração, pela consciência de uma fraterna amizade de longos anos e de uma profunda comunhão de ideais, sempre norteados pelos valores da grande Pátria Lusíada, feita de tantas e tão várias diferenças, mas plasmada na realidade inconsútil que lhe dá a língua que amamos e falamos em ambas as margens do *maré Atlanticum nostrum*. É que, com o fim de sua vida terrena, calava-se uma das vozes que, em todos os tempos, e muito em especial na segunda metade do século XX, se levantava, com mais longo alcance e mais sólida fundamentação científica, na defesa e ilustração dessa relação placentária do Brasil com a sua matriz lusitana, tanto na língua como na cultura, sem que, para isso, alguma vez tivesse incorrido na tentação ou corrido o risco de deixar de ser Brasileiro até à medula da razão e da sua emoção, cujas raízes mergulhavam fundo no "chão de ferro" das serras de Minas Gerais que lhe tinham sido berço.

Por isso me é grato sublinhar, neste breve testemunho, o lugar que, na sua atividade como professor, investigador, diplomata e homem de cultura, ocuparam os temas portugueses, sobretudo aqueles que se relacionaram com a língua e a literatura, tanto na sua essência própria, como na sua multiforme relação de séculos com o Brasil.

Foi nessa perspectiva que o seu trabalho de professor e investigador se transformou num quase apostolado científico, pelo mundo em pedaços

repartido, que, da sua originária Faculdade Nacional de Filosofia da antiga e tão prestigiosa Universidade do Brasil, o levaria às mais afamadas cátedras em outras Universidades do seu País natal, bem como às de Portugal, Espanha, França, Alemanha, Bélgica, Holanda ou Inglaterra.

De todo este longo peregrinar de *clerc* do saber filológico, merecem referência à parte, neste momento de evocação, os cursos que regeu sobre Machado de Assis e sobre Cultura Brasileira nas Faculdades de Letras das Universidades de Lisboa e Coimbra.

Das muitas reuniões científicas consagradas a temas portugueses, lembram apenas o Congresso Internacional de Etnografia e Folclore (Santo Tirso, 1963), o V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros (Coimbra, 1963), as sucessivas Reuniões Internacionais de Camonistas (a 1ª em Lisboa, 1972; a 2ª em Niterói, 1973; a 3ª em Coimbra, 1980; a 4ª em Ponta Delgada, 1983; e a 5ª em São Paulo, 1987); os I, II e III Congressos Internacionais de Lusitanistas (Poitiers, 1984; Leeds, 1987; e Coimbra, 1990). O Congresso Internacional sobre as Humanidades Greco-Latinas e a Civilização do Universal (Coimbra, 1988), o Congresso Internacional de Estudos Camilianos (Coimbra, 1991), etc.

No exercício das funções diplomáticas a que foi chamado, importa sublinhar o posto de Conselheiro Cultural da Embaixada do Brasil em Lisboa, primeiro de 1962 a 1964, e depois, de 1972 a 1974, pois no seu exercício pôde desenvolveu uma ação tão intensa quanto frutuosa, a todos os níveis, entre ambos os Países.

Sempre norteado, no seu pensamento científico, pela Unidade da língua portuguesa, em perfeita consonância com o reconhecimento das variantes normais faladas na Europa, no Brasil e nos nossos Países Africanos de Expressão Oficial Portuguesa, consagrou-se afincadamente ao estudo dessa realidade, cujo conhecimento científico adquirira nas lições da plêiade de Filólogos brasileiros de meados do século passado, entre os quais pontificavam Augusto Magne, Sousa da Silveira, Antenor Nascentes, Joaquim Mattoso Câmara ou Serafim da Silva Neto, entre tantos outros, já da sua geração.

Vejam-se, a este propósito, trabalhos seus como *Alencar e a "língua brasileira"* (3.ª ed. Rio de Janeiro, 1972). *Quelquer remarques sur le portugais du Brésil dans l'optique de la Linguistique Romane* (Lovaina, 1984). *Os "brasileirismos" de Fr. Luís de Sousa* (Niterói, 1985) ou *A excelência vernácula de Gonçalves Dias* (1990);

Consciente da fundamental importância do ensino para o domínio da língua, consagrou boa parte do seu trabalho à elaboração de instrumentos didáticos como o *Novo manual de análise sintática* (4.ª ed. Rio de Janeiro, 1971), o *Ensaio de estilística da língua portuguesa* (ib., 1976; dele há uma edição portuguesa publicada pela Ed. Poseidon, de Albufeira, em 1979) ou a *Gramática Fundamental da Língua Portuguesa* (3.ª ed. Rio de Janeiro, 1978).

Sempre nesta linha, estudou com rara sensibilidade semântica autores como Camões, Antonio Vieira, Fr. Luís de Sousa, cujos textos lhe mereceram cuidadosa atenção como editor, como se prova pela publicação, por vezes em colaboração, de obras como o *O Sermão da Sexagésima*, *Os Lusíadas* ou a *Vida do Arcebispo*.

E importa não esqueceu o contributo que, nas suas aulas e nos seus escritos, deu à presença da Literatura Portuguesa na formação e definição da Literatura Brasileira, saindo, sempre que necessário, em defesa pública do seu lugar fundamental nos quadros curriculares do sistema de Ensino do Brasil.

Foi mercê deste percurso que Gladstone Chaves de Melo assumiu, com a plena consciência de um dever de inteligência, o papel de estabelecer traços fortes e duradouros na união indissolúvel que modela ambas as Pátrias numa simbiose cultural lingüística e espiritual que o tempo transformou num imperativo da História. E a melhor maneira de lhe prestarmos a nossa homenagem de Brasileiros e Portugueses será por certo dar continuidade à mensagem, ora implícita ora manifestada nas palavras ditas e escritas, que a sua vida encerra, atualizando-a segundo as condições próprias de cada momento, de modo a garantir a perenidade que ela significa e pontificadamente desejou.

Homilia na Santa Missa de Corpo Presente

D. Justino de Almeida Bueno OSB

Caríssimos familiares de Gládstone,
Caros fiéis.

Combati o bom combate, terminei
minha carreira, guardei a fé. (S. Paulo)

Acabamos de ouvir o Santo Evangelho, que nos convida a fazer uma profissão de fé na ressurreição da carne. De fato, crer em Jesus é crer na ressurreição. Nossa fé tem seu fundamento na resposta que damos à pergunta feita por Jesus a Marta: *Crês isto*? Nossa vida cristã, sua coerência e autenticidade, dependem do modo que vamos, passo a passo, dia a dia, respondendo a essa pergunta. Nossa fidelidade a Deus e à vocação que Ele nos deu no batismo nos faz crescer e amadurecer na busca de uma resposta total, radical, de plena confiança e entrega à vontade de Deus: *Sim, eu creio que meu irmão viverá.*

Essa fé – e a certeza de que foi essa a resposta de Gládstone – nos reúne aqui, em torno do seu corpo que piedosamente sepultaremos. Mais do que ninguém, ele merece ser chamado de *fiel.* Sim, ele foi fiel cristão, fiel a Deus, fiel à Igreja, fiel ao homem, fiel a si mesmo.

Fiel a Deus – Gládstone foi um homem temente a Deus, foi um homem que amou a Deus sobre todas as coisas. Isso o fez direcionar a vida para o céu, o fez viver entre as coisas que passam, colocando o coração nas coisas que não passam. Todos os seus trabalhos, suas funções, seus cargos tinham um fim último, um objetivo, uma meta: o céu. Gládstone foi um homem cheio daquela nostalgia do paraíso que ardeu no coração de tantos santos. Com a sua sede de eternidade, tudo que fazia era para agradar a Deus. Foi um homem de Deus e para Deus, um *Vir Dei.*

Fiel à Igreja – Ele amou a Igreja como a uma Mãe. A Ela serviu de muitas formas. Por Ela deixou-se formar e alimentar pela Palavra e pela Eucaristia. Na Igreja e para Ela Gládstone produziu frutos de fé de sabedoria e de amor. Sua obediência às autoridades eclesiásticas e fidelidade à doutrina tradicional da Igreja contribuíram para que ele adquirisse aquela humildade que, no dizer de nosso Pai São Bento, o monge deixa transparecer no próprio corpo. Gládstone foi um *Vir Ecclesiae.*

Fiel ao Homem – Gládstone nunca entendeu a vida do céu separada da vida na terra. – Ele percebeu que, somente à medida que amamos a vida aqui

é que podemos aspirar à vida do céu. Nas palavras do Beato Josemaria Escrivá *a felicidade do céu é para os que sabem ser felizes na terra* (Forja 1005). Gládstone foi um homem feliz, pois sua vida foi viva, foi mais vida, foi compreensão do humano naquilo que de fundamental ele tem: o amor e a dor. Tal qual Jesus, antes de morrer no corpo, ele morreu na alma, pelos outros, servindo, doando-se, colocando-se à disposição e ao serviço daqueles que precisavam ou solicitavam seu auxilio. Na sua simplicidade e retidão, Gládstone enxergou a grandeza da vida terrena, isto é, o seu objetivo: ser uma preparação para o céu. Ele foi um homem santo, um *Vir Iustus*.

Fiel a si mesmo – Gládstone foi fiel a si mesmo. Não fazendo-se o centro de tudo, não erigindo o egoísmo travestido de auto-realização, de auto-estima e outros slogans tão a gosto da superficialidade dessa nossa decadente sociedade dita moderna, mas envelhecida no pecado. Gládstone foi fiel a si mesmo, à vocação que Deus lhe deu, descobrindo na vida a vontade de Deus e cumprindo-a, a todo custo, a custo mesmo de sofrimentos e incompreensões. Se, como diz Thibon, *nada poderá florescer no céu, se não tiver, ao menos, germinado na Terra* (*L'échelle de Jacob*, p. 121), podemos imaginar a abundância da colheita que será feita diante de Deus por esse *Vir Fidelis*.

Na solenidade da Imaculada Conceição da Virgem Maria, um verdadeiro carinho de Deus para com esse filho tão devoto da Mãe do céu, celebramos essa Missa de corpo presente. Preservada do pecado, a Virgem é, para nós, um espelho de justiça, de santidade. Todos somos chamados à glória do céu, à participação na Igreja do céu, a cantar junto dela, ao redor do trono de Deus, o aleluia sem fim com os bem-aventurados. Que a intercessão materna da Virgem dê a Gládstone a graça dessa alegria sem fim.

Caros fiéis, tal foi a vida de Gládstone, tal foi sua morte. Sem alardes, silenciosa, só, como um monge, o homem indiviso, o só com o Só. Ninguém lembra, pensa em agradecer pelo seu passado ao leito ressecado de um rio. A simplicidade, a nobreza de caráter, a fé e o amor de uma vida escondida com Cristo em Deus não têm valor para os holofotes do mundo. Mas, na luz de Deus, na qual pedimos que Gládstone esteja agora, nós sabemos, como dizem as Escrituras: *os que ensinaram a muitos a justiça serão como estrelas no firmamento.*

Que, tal qual a estrela de Belém, que guiou os magos até Jesus, não nos deixando enganar pelos Herodes da vida, sigamos o exemplo dessa estrela-Gládstone, que, com sua vida de fé brilha no firmamento da Igreja Triunfante, indicando-nos o caminho para chegarmos a Jesus. Que Deus conceda a Gládstone o descanso eterno, para que ele passe o seu céu, fazendo o bem sobre a terra.

Cemitério de São João Batista, Rio de Janeiro, 8 de dezembro de 2001, solenidade da Imaculada Conceição da Bem-aventurada Virgem Maria.

NA MISSA DE 7º DIA

Dom Irineu Penna OSB

Aqui estamos oferecendo o sacrifício da missa no 7º dia do nascimento de Gládstone para a verdadeira vida. Assim vemos a morte na nossa fé. Entrada no mundo pelo pecado de Adão, ela não estava nos planos divinos e foi vencida pelo Filho unigênito feito homem, novo Adão, morto e ressuscitado para nos salvar. Gládstone dizia às vezes, na sua humildade, que desejava ir para o Purgatório, ante-sala do céu para quem morre em Cristo. Teve-o aqui na terra, e por tudo o que sabemos dele, é-nos permitido pensar que foi imediatamente acolhido por Deus na felicidade eterna a que o convidava, dizia ele, sua bem-amada Cordélia, esposa por toda a vida.

Se desde os mais remotos tempos os cristãos celebravam missas pelos seus defuntos afirmando assim a sua fé no Purgatório, também é verdade que qualquer missa, na misteriosa contabilidade celeste, favorece a todos os fiéis, vivos e defuntos. Esta que estamos celebrando, deve trazer graças para todos nós, para Gládstone e todos os defuntos. Pois a missa é o mesmo sacrifício do Calvário, em forma sacramental.

Ouvistes no Evangelho: "Esta é a vontade de meu Pai: quem *vê* o Filho e nele crê, tenha a vida eterna" (*Jo* 6, 40). Pouco antes, Jesus censurava seus ouvintes, alimentados com o pão milagrosamente multiplicado, mas não querendo perceber que *ele* era o pão vivo: "Mas eu vos disse isso porque me *vistes* e não crestes" (36). E em debate com os fariseus e publicanos (que o evangelista chama "judeus", diz-lhes: "Quando levantardes o Filho do Homem, então sabereis que *eu sou*" (8, 28). Já nas vésperas da sua paixão, quando alguns "gregos" quiseram *vê*-lo e se dirigiram a Filipe (o nome não-judeu fazia-os supor que entendia a sua língua), Jesus, dizendo que era chegada a hora da glorificação do Filho do Homem, afirmava: "Se eu for elevado da terra, atrairei todos a mim". Para que não nos enganemos, e evangelista explica: "Ele dizia isso significando de que morte ia morrer" (12, 30-32). Mas que é *ver* Jesus *elevado*? Ele mesmo no-lo dá a entender, identificando-se simbolicamente com aquela serpente de bronze de *Num* 21: "E assim como Moisés levantou a serpente no deserto, também é preciso que seja exaltado o Filho do Homem, para que todo aquele que nele crer, tenha a vida eterna. Olhar para aquela serpente salvava da morte os que tinham sido mordidos pelas serpentes venenosas.

Gládstone teve sempre os olhos voltados para o Crucificado. Pode dizer-se que foi a sua ocupação constante, a ponto de tomar até uma feição doentia

que foi o seu tormento nos últimos tempos. Mas no que tinha de autêntico, não pode deixar de ter sido a sua salvação. Como no poema de autor espanhol desconhecido que Manuel Bandeira traduziu para a nossa língua, Gládstone podia dizer:

> Não me move, meus Deus, para querer-te,
> o céu que me hás um dia prometido;
> e nem me move o inferno tão temido,
> para deixar por isso de ofender-te.
>
> Tu me moves, Senhor, move-me o ver-te
> cravado nessa cruz e escarnecido.
> Move-me no teu corpo tão ferido
> ver o suor de agonia que ele verte.
>
> Move-me ao teu amor de tal maneira
> que a não haver o céu ainda te amara
> e a não haver o inferno te temera.
>
> Nada me tens que dar porque te queira
> que se o que ouso esperar não esperara
> o mesmo que te quero te quisera.

Ouçamos, nós também, a mensagem de Gládstone. Que ele nos ensine a olhar de modo a *ver* a salvação.

O LOUVOR DO FILÓLOGO

PALAVRAS DE SERAFIM DA SILVA NETO

(como Paraninfo na cerimônia de posse
na Academia Brasileira de Filologia a 18 de maio de 1951).

Senhor Professor Gládstone Chaves de Melo:

Sois dos que mantêm culto fiel à Filologia Portuguesa. Tendes dedicado a vossa vida à meditação dos problemas da nossa gloriosa língua.

Nascestes, aos 12 de junho de 1917, na vossa inspiradora Campanha, de onde viestes, em 1936, para as luzes e a ciência desta cidade capital. Lá, ainda na puerícia, conhecestes o nosso grande Mestre Padre Augusto Magne - homem precioso, cuja altíssima Ciência é ainda menor do que a Bondade. Aqui chegando o reencontrastes: e, ao calor da sua amizade, aperfeiçoastes e estendestes os vossos conhecimentos da língua portuguesa. Foi ainda pelas mãos dele que fostes encaminhado ao Prof. Sousa da Silveira, sob cuja direção, desde 1941, ensinais na Faculdade Nacional de Filosofia.

O que representa esse convívio com o Presidente da Academia Brasileira de Filologia podemos julga-lo todos aqueles que conhecemos a excelsa figura do venerando Mestre, fonte inesgotável de ricos e minuciosos conhecimentos da língua portuguesa.

Não é de estranhar, pois, que a vossa obra (e ainda estais na força da idade) seja tão opulenta e substanciosa. Há que dividi-la em três partes.

– I –

A primeira consta de monografias a respeito de assuntos vários. Assim a magnífica relação de dicionários portugueses que julgais com mão de mestre, e o penetrante ensaio sobre o estilo de Rui Barbosa, onde, com brilho e lógica, voltais a um tema que vos é caro.

– II –

A segunda refere-se à vossa magnífica edição da *Iracema*, de Alencar, edição magistral, que enriquecestes com apensar-lhe o brilhante estudo *Alencar e a "Língua Brasileira"*. Nele mui claramente deixastes demonstrado:

1º – que José de Alencar, ao contrário do que proclamavam os detratores, escreveu em boa língua portuguesa:

2º – que só a fantasia, a paixão ou a ignorância podem apresentar o grande estilista de *O Sertanejo* como patrono ou primeiro escritos da língua brasileira.

– III –

A terceira parte de vossa obra que, a meu ver, excede as outras, é constituída pelo vosso livro *A Língua do Brasil*, onde andam juntos a cerrada lógica da argumentação e o brilho das idéias. Este grande livro tem para mim, além do valor filológico, uma qualidade essencial: a de exaltar a origem portuguesa do Brasil. Vale como uma eloqüente afirmação de que desejamos continuar o estilo espiritual de vida que os nossos maiores nos legaram.

Começais aí por expender considerações gerais, subordinadas ao título "A língua portuguesa no Brasil", constantes de sete parágrafos: 1 – Resenha bibliográfica; 2 – O problema da língua no Brasil; 3 – A escola da "língua brasileira" e sua doutrina; 4 – Conceito de unidade lingüística; 5 – A paixão nacionalista; 6 – O problema em termos sociológicos; 7 – Qual seria a língua brasileira?

Estudais, em seguida, a "influência tupi" (cap. II), a "!influência africana" (cap. III), a "língua popular" (cap. IV), a "nossa pronúncia" (cap. V), "a língua e o estilo" (cap. VI), o "nosso vocabulário" (cap. VII), e terminais o livro com o magnífico ensaio sobre a "língua literária".

Sois também de opinião que o português do Brasil apresenta "notável unidade relativa, apreciável uniformidade" (pp. 73, 140) e que o "conservadorismo" é um dos seus caracteres mais frisantes (pp. 32 e 133).

Ao estudardes a influência tupi e a influência africana, não vos limitais a copiar cegamente os tratadistas, mas aplicais aos fatos sólido espírito crítico. A certa altura, concluís que "o resultado da ação da língua tupi e das línguas africanas, principalmente destas últimas, sobre o português foi a simplificação das flexões verbais e nominais (número) que se nota na linguagempopular brasileira" (p. 79).

Ainda no tocante aos influxos extra-europeus, não deixais de observar a "diferenciação" e "unificação", fato que, a nosso ver, é fundamental. Eis trechos do livro:

> Agora, pelo tempo adiante, as gerações sucessivas foram perdendo esses defeitos iniciais (...) principalmente porque as constantes ondas lingüísticas depuradoras e retificadoras, formadas pelas levas de emigrantes que, dirigindo-se ao Brasil, ameaçavam despovoar o Reino, iam desfazendo as diferenças e planificando o aspecto lingüístico brasileiro (p. 18).
>
> Mas depois, também neste caso [do negro] apareceram os elementos unificadores: as ondas lingüísticas, oriundas da Metrópole, o meio mais culto, as escolas, a língua escrita e o contato com pessoas instruídas" (p. 19).

> Cumpre, porém, não exagerar a influência do negro no nosso linguajar plebeu, cumpre assinalar que muitos fatos pretensamente africanos são portugueses e cumpre sobretudo lembrar o acentuado instinto de imitação do negro e do mulato que, a par da ascensão social que lhes vem trazendo, lhes vai não raro determinando o nivelamento lingüístico com os brancos de boa procedência" (p. 61).
>
> À medida que se eleva na escala social ou que recebe instrução, vai o negro, o mulato, o matuto ou o urbano atrasado falando melhor, flexionando os nomes e os verbos. Verifica-se com muita freqüência o fenômeno entre as alunas roceiras dos colégios do interior. Ficam elas não raro exprimindo-se melhor do que muita gente boa. Logo, à medida que se for disseminando pelo nosso *hinterland* a alfabetização, a instrução, as escolas, é de esperar que vão reaparecendo as flexões perdidas. Haverá um reajustamento lingüístico, não por baixo, por cima (p. 84).

Outros passos significativos podem ler-se nas pp. 42-43 e 64.

Tal como já o fizéramos, explicais a unidade dos falares brasileiros pelo "sincretismo" dos dialetos portugueses trazidos com os povoadores (p. 96).

O capítulo IV intitula-se "A Língua Popular" e, embora não a conceitueis, parece-me que entendeis com essa designação os fatos dialetais: "Depois de termos examinado a influência tupi e a influência africana no português do Brasil, é bem que se passe uma vista de conjunto sobre a nossa fala popular que, como já se disse, é em parte resultante da ação daqueles dois fatores estranhos" (p. 73).

Está claro, entretanto, que ele é "substancialmente o português arcaico, deformado, ou se quiserem, transformado em certo aspecto da morfologia e em alguns de fonética, pela atuação dos índios e dos negros" (pp. 73-74).

Daí por diante, entrais a discorrer sobre as particularidades de nossas falas plebéias. O capítulo termina com interessantíssima comparação entre as formas populares brasileiras e o "interamnense", dialeto português falado na região do Entre Douro e Minho. O resultado é surpreendente.

O capítulo "A Nossa Pronúncia" lembra que a pronúncia hodierna do português do Brasil está mais próxima da do século XVI do que da pronúncia portuguesa de hoje.

A nosso ver, porém, os melhores capítulos do livro são os três últimos: "Língua e Estilo", "O Nosso Vocabulário" e "A Língua Literária".

A distinção entre "língua" e "estilo" (uso individual da língua) tem as raízes, como lembrais, na clássica dicotomia de Saussure, "langue" e "parole".

A "langue" é um sistema, é um fato social exterior ao indivíduo e que se lhe impõe; a "parole" é a educação da "langue" pelo indivíduo: tem, pois, caráter psicológico.

Partindo daí, desenvolveis o seguinte raciocínio: "Mas, na mesma língua, através da mesma língua, pode manifestar-se mais de um estilo nacional. Aliás, isso é óbvio. Pois se a língua se presta ao surto de mil estilos individuais, sem se desfigurar, sem perder o "sistema", não poderá então prestar-se à manifestação de dois ou três estilos nacionais?" (p. 109).

A vossa obra já vos tem granjeado merecida reputação. Provam-no os cursos que ministrastes, em 48 e 49, na Faculdade de Filosofia do Recife e, em 49 e 50, na Faculdade de Filosofia e Letras de Juiz de Fora. É a justiça ao vosso merecimento, prêmio ao vosso trabalho, é a consagração desta tarde. Tendes direito a um lugar nesta Academia Brasileira de Filologia. Sede benvindo, pois, Prof. Gládstone Chaves de Melo.

(Trecho do discurso de recepção, in *Conceito e Método da Filologia*, Rio de Janeiro, Organização Simões, 1952, pp. 22-29.)

DUAS NOTÍCIAS CRÍTICAS DE UM GRANDE LIVRO

1. GLÁDSTONE CHAVES DE MELO, *INICIAÇÃO À FILOLOGIA PORTUGUESA* (Rio de Janeiro, Organização Simões, 1951).

Ismael de Lima Coutinho

O autor da *Iniciação à Filologia Portuguesa* não é um estreante em nossas letras filológicas, apesar de ainda moço. Não é, nem poderia ser. Obras da natureza da que escreveu, não se improvisam, mas requerem maduro estudo e uma boa dose de experiência, colhida no exercício do magistério. Gládstone Chaves de Melo já se credenciaria, no conceito público, a tão alta quão difícil empresa, com publicações reputadas de valor. É assim que lhe deve a nossa bibliografia filológica uma excelente edição de *Iracema* de José de Alencar e uma não menos excelente obra sobre *A Língua do Brasil*, além de trabalhos menores, impressos em revistas e jornais.

É o jovem autor, ademais, membro proeminente da Academia Brasileira de Filologia e docente de Língua Portuguesa na Faculdade Nacional de Filosofia, onde, ao lado do venerando mestre Dr. Sousa da Silveira, se vem esforçando por manter, em nível bem elevado, as tradições do ensino superior, na capital da república. Não ingressou na docência daquela instituição cultural, por influências estranhas, mas honestamente, graças ao próprio merecimento. A situação que ali desfruta, conquistou-a ele, após brilhante concurso, em que

deixou evidenciados os seus amplos conhecimentos da matéria e superiores qualidades didáticas.

Com tantos títulos, podia Sua Senhoria descansar, não obstante a idade, mas não o quis. Não o quis, nem seria isso talvez compatível com o seu temperamento dinâmico e espírito pesquisador. A prova temo-la palpável na obra que acaba de publicar sob o título *Iniciação à Filologia Portuguesa*, destinada à mais larga repercussão. Nela mostra o Prof. Gládstone o verdadeiro caminho que deve trilhar todo aquele que queira dedicar-se, com proveito, ao estudo dessa árdua ciência. Não se trata de um livro apenas para neófitos; com sua leitura, lucrarão todos, alunos e mestres, sem excluir mesmo alguns daqueles graves senhores que se rotulam, ou se deixam rotular enfaticamente de filólogos.

Os principais assuntos, que interessam à Filologia, são aí expostos, com pleno conhecimento da matéria e segurança metodológica. Para nos convencermos disso, basta uma leitura rápida dos capítulos que constituem a *Parte Geral*, em que estão focalizadas questão da maior relevância, como as que se referem ao caráter científico da Filologia, seus problemas e métodos, ao valor dos textos e à seleção da bibliografia. Na *Parte Especial*, merecem especial menção os relativos à língua portuguesa, ao infinito pessoal, à concordância, à colocação de pronomes átonos, à classificação das palavras, à analise sintática, onde procura o autor colocar as coisas nos seus respectivos lugares, mostrando o que se tem feito de errado até aqui, nesses domínios, e traçando as verdadeiras diretrizes, que se devem seguir no versar tais assuntos.

O que escreve sobre a análise sintática, então, pela importância demasiada que muitos professores lhe dão no ensino da língua, deveria ser transcrito em todos os compêndios de Português. Quem sabe? Talvez servisse isso para pôr de sobreaviso aos colegas ingênuos, imbuídos da falsa idéia de que a análise sintática, com as complicações da nomenclatura a que a sujeitam, é o *nec plus ultra* ou a *ultima ratio*, para o conhecimento do vernáculo.

Sabe Gládstone Chaves de Melo, como poucos, apresentar as coisas mais sérias numa linguagem clara e accessível, num estilo agradável e animado, às vezes mesmo jocoso, que desmente o conceito arraigado em muita gente de que a obra de ciência é de leitura pesada, sensaborona, indigesta. Devoram-se as quase 300 páginas da sua *Iniciação* sem fadiga, antes com aprazimento e sempre crescente curiosidade, o que convenhamos, é segredo que só possuem os grandes mestres da arte de escrever.

Infelizmente, nem sempre estamos de acordo com tudo o que diz. Achamos que Sua Senhoria se excede em certas críticas. Um exemplo? A que faz aos autodidatas. A fundação de escolas de filosofia é fato muito recente no Brasil. Até bem pouco tempo, o que imperava, entre nós, era o auto-

didatismo. Nesta escola, formaram-se os grandes mestres, que ilustraram a cátedra de Português dos nossos principais estabelecimentos de ensino, como Carlos de Laet, Silva Ramos, Maximino Maciel, Mário Barreto e outros, para só falar nos mortos. A eles se podem juntar ainda não poucos vivos, que continuam, no presente, a sua gloriosa tradição. Incriminá-los por terem sido autodidatas, é responsabilizá-los por uma culpa que não lhes cabe. Estudando e produzindo numa época em que tudo lhes era difícil, fizeram jus, por isso mesmo, ao nosso apreço e, mais do que isso, à nossa admiração.

Achamos que Sua Senhoria também é demasiado rigoroso com os gramáticos. É verdade que não se refere propriamente aos dignos desse nome, mas "aos gramatiqueiros, aos forjicadores de regrinhas, aos guarda-civis da língua, esses sujeitos de colarinho duro e punho engomado a quem um pronome "mal colocado" provoca enxaqueca e um galicismo causa arrepios ou convulsões vernáculas." Não menos verdade, porém, é que dentro do arcabouço dessa figura caricata que descreve, pode caber uma respeitável parte da geração dos mestres de antanho. Como quer que seja, não há negar que foram eles – os Figueiredos e os Lagos – que chamaram a atenção para os problemas da língua, que procuraram dar certa disciplina onde só havia o arbítrio e despertaram essa reação benéfica que hoje encontramos nas páginas do autor da *Iniciação à Filologia Portuguesa*. É mister também não esquecer que a língua francesa deve muito do que hoje é à ação de seus gramáticos, em cujo número se arrolam não poucos dos que hoje chamaríamos "gramatiqueiros".

Outros juízos e conceitos de Sua Senhoria, espalhados aqui e ali, no corpo da obra, dariam motivo a mais alguns reparos. Mas preferimos não abusar da gentileza do diretor da revista, roubando-lhe maior espaço. Como fecho às nossas considerações, entretanto, assinalemos um caso último de divergência com relação ao emprego do *r*, *s*, *f*, *l*, na antiga escrita, diz Sua Senhoria textualmente: "A geminação destas últimas consoantes na escrita era bem arbitrária, de modo que se encontram nos velhos textos grafias como *terrei* (por *terei*), *recorer*, *barete*, *coussas*..." (*Iniciação à Filologia Portuguesa*, p. 207). Ora, não nos parece acertado afirmar que a duplicação do *r*, no futuro arcaico *terrei,* seja grafia arbitrária e que, em seu lugar, se poderia empregar *terei*. Não nos parece acertado, porque *terrei* é forma legitimamente fonética, derivada de **ten(e)rei*, com assimilação do *n* ao *r*, do mesmo teor que *porrei* se originou de **pon(e)rei* e *verrei* ou *vinrei*, de **vin(e)rei*. A par de *terrei*, era também corrente, na antiga língua, *teerei*, de formação analógica, com base no infinito *teer*. Este futuro, sim poderia substituir aquele, não o moderno *terei*.

As discordâncias apontadas, diga-se de passagem, originárias o mais das vezes de situações ou pontos de vista diferentes, longe de diminuírem,

antes confirmam o alto apreço em que temos os méritos do prof. Gládstone Chaves de Melo, que é, sem favor, um dos mais altos representantes da moderna geração de filólogos brasileiros.

[Coleção de inéditos de Ismael de Lima Coutinho.]

2. Gládstone Chaves de Melo e o Bom Combate Pelo Ensino da Língua Portuguesa [Apresentação da 6ª edição de *Iniciação à Filologia e à Lingüística Portuguesa,* Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico, 1981].

Rosalvo do Valle

Quem assistiu ao nascimento deste livro em 1951 e o vem acompanhando até hoje vê agora com satisfação redobrada o lançamento desta sexta edição.

Tendo surgido num momento em que o ensino gramatical ainda não se beneficiara amplamente da orientação lingüística, o livro veio corajosamente combater certos vícios em que incorriam até alguns professores ilustres, em respeito a essa mal entendida tradição gramatical.

Vigorava, com a maior pujança, um rol de regrinhas gramaticais, nem sempre bem elaboradas, que alunos de ensino médio e candidatos a concursos deveriam memorizar para aplicação em exercícios ou em textos para corrigir. E diga-se a bem da verdade que não faltavam nessa época excelentes manuais (excelentes até hoje) que transmitiam a boa doutrina gramatical.

Então, este livrinho apologético, escrito "para defender os métodos, o espírito e as conclusões da Filologia Portuguesa Contemporânea" pregava veementemente a adoção de procedimentos metodológicos hoje pacíficos (citação precisa, escolha do texto fidedigno...), bem como inculcava noções lingüísticas fundamentais: erro e acerto em linguagem, diversidade de usos lingüísticos, norma gramatical, etc., noções que as boas gramáticas atuais apresentam como preliminares indispensáveis.

A *Iniciação* foi, portanto, um livro de vanguarda e tem seu lugar assegurado entre os melhores compêndios que propugnaram pela renovação do ensino da língua portuguesa. Por isso, é fácil compreender a acolhida que desde logo mereceu de um grande público – sobretudo do interior do país – ávido também de atualização, que, no entanto, não podia freqüentar os raros cursos superiores de Letras então existentes. Somos testemunha dessa aceitação e das "aberturas" que o livro propiciou a um sem-número de professores que freqüentaram os sempre lembrados cursos da CADES.

O livro nas sucessivas edições tem sido bem recebido e até reclamado "por professores e alunos de Letras", como reconhece o próprio Autor, e de uma para outra vem apresentando alguma novidade para atender a seus objetivos didáticos e à indispensável atualização doutrinária. Neste ponto, reconheçamo-lo, o Prof. Gládstone Chaves de Melo procede sempre com extrema discrição, para não cometer o vezo de enveredar por alguns caminhos que sente ainda inseguros na Lingüística Contemporânea.

Mas é certo que *tempora mutantur*, como se dizia quando se estudava latim. Pela amplitude e variedade do material que apresenta, o livro contém assuntos sobre os quais estão de acordo os especialistas, mas contém igualmente assuntos polêmicos, sobretudo alguns mais diretamente relacionados com modernas especulações lingüísticas. Seria, por exemplo, insustentável manter o conceito de Filologia e Lingüística até agora adotado pelo Autor, mesmo quando já no prefácio da quarta edição observara a "mudança de inteligência" que sofreram as duas disciplinas, sobretudo nos últimos dez anos. Nesta edição, além de alterações de vária natureza, o Autor refundiu especialmente o primeiro capítulo, acatando o entendimento estrito de Filologia como crítica textual, sem, contudo, abandonar o sentido lato, que retoma adiante.

Disciplinas cujo objeto – a língua/é ao mesmo tempo reflexo e expressão da cultura, a Lingüística e a Filologia não poderiam atravessar indenes uma época de profundas reformulações, de mudanças às vezes tão rápidas e desconcertantes, que abalam até cabeças que tínhamos por bem assentadas. Nesse turbilhão de informações que nem sempre temos tempo de filtrar através da reflexão tranqüila, contrastando com uma posição outrora inovadora, o Prof. Gládstone Chaves de Melo é hoje um filólogo – lingüista extremamente cauteloso, de tendências conservadoras, que faz questão de se declarar não-escravo das modas.

Coerente com essa posição tem denunciado a crise da gramática, ensinada por alguns distanciada da língua, denúncia já antiga, pois na *Iniciação* (Diretrizes), o Prof. Gládstone tratara especificamente dos "Vícios do nosso ensino gramatical" e apontava o bom caminho em "Como se deve estudar a língua". O que o preocupa ultimamente – e ele o disse sem meias palavras (como, aliás, procede sempre) no prefácio da *Gramática Fundamental da Língua Portuguesa* – são os novos rumos que agravaram aquela crise. A transcrição é longa, mas importante porque retrata com fidelidade a atual posição do Autor:

> O estudo e ensino da língua culta, da língua literária foram banidos, ante a invasão da Lingüística Geral. Em vez de aprender o vernáculo,

> os alunos são convidados a memorizar uma terminologia rebarbativa, abstração de abstrações fruto verde e murcho há um tempo – verde de um lado, murcho de outro – de uma Ciência da Linguagem em estado de ebulição, onde se encontram e desencontram correntes cruzadas, onde só se cuida da fala coloquial e onde se faz da língua um ser autônomo, desligado do homem, da cultura, da Criteriologia (uma vez que ela pretende ser a Epistemologia de si mesma).

Compreende-se então por que o Prof. Gládstone Chaves de Melo se tem declarado ultimamente "um simples professor de língua portuguesa". É claro que sua crítica se refere não à formação lingüística, necessária, indispensável – o que seria uma absurda negação de tudo quanto disse na obra – mas a uma determinada orientação, que, aliás, não é unânime entre nossos professores.

A *Iniciação à Filologia e à Lingüística Portuguesa*, pela variedade de material que apresenta, dá uma visão global de assuntos lingüístico-filológicos tratados em nossos cursos de Letras, razão por que se constitui num prestimoso manual de que os alunos muito se beneficiarão. Aliás, sua inclusão na série Estudos Gerais demonstra claramente o propósito do Coordenador-Geral, Prof. Carlos Eduardo Falcão Uchôa, de manter esta coleção aberta a obras, de ontem ou de hoje, que tragam uma contribuição realmente válida para os estudos lingüísticos e filológicos entre nós.

UMA NOVA EDIÇÃO DE *A LÍNGUA DO BRASIL* (Rio de Janeiro, 4ª edição, melhorada e aumentada, Padrão, 1981).

Rosalvo do Valle

Eis um livro que faz falta na bibliografia básica de um curso superior de Letras. Nele o estudante encontrará, numa linguagem que faz inveja a muita gente e que todos entendem, uma visão geral das questões referentes à história da língua portuguesa no Brasil. Fruto da atividade docente e, pois, destinado, sobretudo a alunos, compreende-se o tom didático do livro, a começar pelo "balanço sumário das principais publicações referentes ao português brasileiro e à controvérsia que ele suscitou" (p. 15), capítulo que tem hoje a vantagem de oferecer aos alunos uma visão histórica do problema e apresentar-lhes alguns grandes mestres, lamentavelmente ignorados nos dias atuais.

Para examinar bem as focalizações e as propostas dos autores, assim como para analisar as várias faces do problema, a indispensável orientação lingüística, que dá ao Autor segurança para colocar bem a questão do português

do Brasil e concluir que o "problema da língua brasileira" é político e sentimental e não lingüístico (p. 129).

Com a mesma segurança e com espírito crítico sempre alerta, estuda o Autor a influência tupi e a influência africana, exemplificando fartamente e desfazendo interpretações errôneas, ao apontar o caráter românico ou a arcaidade de supostos africanismos e tupinismos. No capítulo sobre a língua popular defende - e não está sozinho - a tese de uma "notável unidade relativa, apreciável uniformidade" desta nossa modalidade lingüística, e vê no movimento das Bandeiras a origem dessa unidade. Ao cotejar fatos de nossa língua popular com a portuguesa, especialmente o dialeto interamnense, conclui que "a linguagem popular brasileira, com a sua impressionante uniformidade, representa nada mais que um sincretismo de dialetos continentais portugueses" (p. 117), decorrência da "variada e arbitrária procedência e distribuição da imigração portuguesa no Brasil, desde os primeiros tempos da colonização" (p. 117).

Com relação à nossa pronúncia, "lenta, arredondada e suave" (p. 119), em contraste com a portuguesa, "rápida, incisiva e ríspida" (ibidem), insiste nos elos históricos que aproximam ou prendem indissoluvelmente Brasil e Portugal, reconhecendo, com a generalidade dos especialistas, estar "a pronúncia brasileira *de um modo geral* mais próxima da portuguesa do século XVI do que a hodierna de Portugal" (p. 121). No capítulo VII, partindo da clássica dicotomia saussuriana *langue/parole*, entendida como a oposição *língua/estilo*, admite a existência de um "estilo nacional": "Nada impede que nós tenhamos *língua* portuguesa e *estilo* brasileiro" (p.134). Entre os elementos concretos por que se pode identificar o estilo (p. 137) está o vocabulário, mais precisamente o *vocabulário cultural*, aquele que reflete as "condições sociais históricas e atuais das diversas comunidades" (p. 138). Essas considerações, como já se vê, encaminham o leitor para o estudo do nosso vocabulário (p. 145-163), o campo mais explorado (mal explorado) pelos defensores da diferenciação lingüística entre as duas grandes nações, os quais não atinaram para o fato de que o vocabulário cultural, arrolado como elemento diferenciador, não é bastante para caracterizar nova língua. Finalmente, sobre a língua literária, quem conhece o Prof. Gládstone Chaves de Melo sabe que ele não deixaria de falar do que considera "decadência" da língua literária atual e de perscrutar suas causas. Mas o objetivo do capítulo é frisar a unidade da língua literária daqui e de Portugal, "com diferenças *estilísticas* e uma ou outra levíssima divergência sintática, insignificativa e inoperante" (p. 189).

Insistimos na prestimosidade deste livrinho de 1946, que o Prof. Gládstone Chaves de Melo destinou aos não-especialistas. Os especialistas

de hoje, senhores de novas orientações lingüísticas, têm feito algumas objeções ao livro: um enfoque sociolingüístico mais patente, o problema dos crioulos e semicrioulos, a questão da "unidade" de nossa língua falada, o conceito de estilo nacional, a origem caipira da fala interiorana, a "linguagem bandeirante", o conceito de "decadência" aplicada à língua literária atual etc. Sílvio Elia, no seu recente livro *A Unidade Lingüística do Brasil* (Rio, Padrão, 1979), discutiu algumas dessas questões. Em ciência a discussão desapaixonada é até muito salutar, e um livro que merece discussões de alto nível é um livro que fica.

***ENSAIO DE ESTILÍSTICA DA LÍNGUA PORTUGUESA*, de Gládstone Chaves de Melo** (Rio de Janeiro, Editora Padrão, 1976).

Estará Morta a Estilística?

Adriano da Gama Kury

A revista *Langue Française*, em seu fascículo 3, dedicado à estilística (Larousse, 1969), assim iniciava o artigo de abertura:

"Foi tarefa embaraçosa elaborar este fascículo consagrado à "estilística". À medida que seu trabalho avançava, os infelizes editores do número faziam com inquietação uma série de comprovações cada vez mais incômodas, já que vinham pôr em jogo a legitimidade dela, e até a possibilidade da sua tarefa. Primeira comprovação: a estilística parece quase morta."

Antes de definitivamente constituída, a novel pretensa ciência agonizava... E marcavam-se alguns momentos importantes dessa agonia: a estilística debatendo-se entre a descrição lingüística estrutural de textos literários, a teoria da literatura, a semiótica e a semântica estrutural, a que "acabou de subordinar-se inteiramente".

Discordando dessa falsa comprovação, na "teimosa convicção de que passará a presente borrasca e de que homens e mulheres voltarão a apreciar o belo literário (...) numa forma lingüística apurada, inteligível e permanente", o Prof. Gládstone Chaves de Melo publica este *Ensaio*, numa reação salutar contra as "diversas, inseguras e sucessivas novidades (...) vazadas numa forma pouco vernácula e bastante esotérica" dos textos literários.

É generalizada a queixa: "Os alunos das nossas escolas superiores já estão fatigados das teorias da literatura e de sua hermética terminologia"; "querem outros alimentos que não o programa epistemológico da obra, o

substrato acústico do culminador, o espaço heterotópico, o elemento supra-segmental" – e tantas outras denominações quejandas, quase sempre vazias.

É contristador que se veja um poema de Drummond ou um romance de Graciliano reduzido a fórmulas alfanuméricas, quadros e tabelas que não levem a nada.

E é por isso mesmo animador que os estudantes tenham agora ao seu dispor um livro claro, limpo e rico de sugestões para uma análise estilística menos fechada – límpida, em suma.

Optou o Autor por uma Estilística da Expressão aplicada à língua portuguesa, nas trilhas sugeridas por Marouzeau e Cressot (que seguiram de perto a Bally) e mais recentemente por Guiraud.

Parte ele de um ponto crucial: a escolha: "Aí está a alma do estilo. A língua oferece possibilidades: o sujeito elege uma e rejeita outra."

É claro que "qualquer fala resulta de escolha, mas nem toda fala é estilo": há escolha inevitável e escolha elaborada: "As normas obrigatórias pertencem às gramática; as facultativas à estilística" – já dizia Devoto, citado pelo Autor.

"Enquanto a gramática faz a anatomia da língua, sistematizando fatos, a estilística se preocupará com as funções ou valores expressivos e impressivos."

Dá-nos assim G. C. M. uma estilística geral: estudam-se os processos da língua portuguesa, e não os de um autor particular, visto que a unicidade de cada texto tornaria impossível a estilística do indivíduo, pois "não há ciência do particular".

Pode-se achar conservadora a perspectiva do Autor; o que não tira a validade do livro, "trabalho acentuadamente didático, desprezível aos iniciados nas recentes especulações e técnicas das ciências da linguagem".

Depois das 'Noções Propedêuticas', de que demos idéia sucinta, trata G. C. M. da 'Utilização do Material Sonoro', passando a um Intermezzo sobre a Morfoestilística, até oferecer-nos, na melhor parte do livro, uma substanciosa 'Sintaxe em Perspectiva Estilística', terminando com uma 'Estilística da Palavra'. Toda a teoria é corroborada por bem escolhida exemplificação de autores de língua portuguesa, de Camões a Guimarães Rosa.

Ao lado de uma sistematização inteligente dos meios expressivos que a língua põe à disposição do falante, o Autor oferece, em vários pontos do livro, sugestões interessantes de trabalho. Primeiro, na transcrição oportuna de Marouzeau (pp. 48-49); depois na p. 118, quando expõe a dificuldade de conceituar uma "morfoestilística"; na p. 155, sugestão para um "estudo paciente e longo" sobre a freqüência do artigo (seria mesmo artigo?) precedendo os possessivos.

É de notar a falta de um capítulo sobre a expressividade das várias formas de indicar as falas (discursos direto, indireto e indireto livre), campo de ricas perspectivas estilísticas.

O livro aí está, na sua modéstia de *Ensaio*, à disposição do estudioso dessa matéria que se mantém ainda indecisa quanto ao seu objeto. Dá margem, felizmente, a uma série de debates e indagações. Registramos aqui apenas algumas, já que o local e a limitação de espaço não nos permitem estender.

– A morfologia dá ou não margem a uma exploração por parte da estilística?

– É válida ou não a "estilística do indivíduo", ao lado da "estilística da expressão"?

– É possível, hoje em dia, dar contornos mais nítidos ao "objeto fugidio" da estilística?

E por último:

– Nos vários e multiplicados rumos que tomou, não estará mais viva do nunca a estilística?

(In *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 20/3/1977.)

ATUAÇÃO DE GLÁDSTONE CHAVES DE MELO NA VIDA PÚBLICA

ESBOÇO DE UM RETRATO.

Gustavo Corção.

Escreve-me uma leitora perguntando-me se é exato que eu tenha autorizado o uso de meu nome na recomendação para votar no Sr. Gládstone Chaves de Melo para vereador pela UDN, e perguntando-me também "como é o Sr. Gládstone Chaves de Melo."

É exatíssimo que autorizei ou melhor, fomos nós mesmos, Alceu Amoroso Lima, Sobral Pinto e eu, que tomamos a iniciativa dessa candidatura e dessa recomendação que aqui reitero em nome deles e no meu próprio. Esse candidato foi também indicado pela Resistência Democrática para integrar a chapa da UDN e, sem que isso signifique restrição aos outros nomes indicados, tornou-se para nós – Alceu Amoroso Lima, Sobral Pinto, Fernando Carneiro, Eduardo Borgerth e outros – o nome que melhor representa os nossos caros ideais de uma política de regeneração.

Além desses nomes mais conhecidos há ainda uma centena de amigos, alunos, ex-alunos e companheiros de Gládstone Chaves de Melo que se arrolaram como fervorosos voluntários nos trabalhos de sua candidatura. É um grupo de entusiastas que já daria para formar uma sociedade dos amigos de Gládstone Chaves de Melo, mas que no momento se contenta com a sua eleição, para que um dos nossos esteja na Câmara Municipal.

Quanto à segunda pergunta ("como é o Sr. Gládstone") que claramente denuncia o feminino escondido nas iniciais de minha leitora (porque se fosse homem perguntaria antes "quem é") permitam-me começar por uma resposta indireta e enigmática: o Sr. Gládstone Chaves de Melo é uma pessoa capaz de suscitar o desinteressado desejo de trabalhar por sua candidatura. Aí está o nosso exemplo. Três nomes, que foram procurados pelos grandes partidos e que por motivos diversos declinaram os honrosos convites, empenham-se agora nesta candidatura. O Sr. Alceu Amoroso Lima, que foi pessoalmente e insistentemente convidado pelo Brigadeiro Eduardo Gomes, encabeça agora a recomendação do nome de Gládstone Chaves de Melo. Não lhes parece isto expressivo?

Mas eu bem sei que as moças não gostam de respostas indiretas que lhe espicacem a impaciência. Vamos pois dizer, na medida de nossos dons de retratista, "como é o Sr. Gládstone Chaves de Melo".

É um homem magro, de estatura um pouco abaixo da mediana, moço, mineiro, cheio de irmãos, de filhos, de discípulos, de amigos, de afilhados e de

admiradores. Acorda cedo, é católico desde a infância, reunindo a firmeza dos que sempre foram católicos ao entusiasmo dos que se converteram recentemente. É pontual na missa, e pontual nas visitas que faz, não sei quantas vezes por semana, escalando morros, para levar aos pobres o conforto e a mensagem de São Vicente de Paulo. Sabe que Maritain não é liberal, que Bernanos não foi um herético. Tem o retrato do Brigadeiro em sua sala. Nunca foi integralista. Nunca procurou torcer as encíclicas dos papas para dar razão à Federação das Indústrias. É um homem bom, inteligente e reto, que tem a raríssima virtude de bem cumprir a tarefa que aceitou. Modesto, de poucas demonstrações, incapaz de tirar o casaco e de abraçar gente na rua para arranjar um voto, incapaz de fazer discursos com voz de papo, tem a cara fechada e a boa antipatia dos sujeitos que levam profundamente a sério uma aproximação humana.

Se a minha curiosa leitora for procurá-lo na Faculdade Nacional de Filosofia, na Faculdade Católica, ou no Centro D. Vital onde leciona, certamente apreciará o rigor e a clareza de suas lições, mas não creio que simpatize logo com ele. No segundo ou terceiro dia começará a desconfiar de seu valor humano, e dirá consigo mesma que aquele moço fará boa figura na Câmara Municipal. No quinto dia verá nele um amigo. E no fim da semana, se perseverar, oferecer-se-á para trabalhar na sua candidatura, distribuindo cédulas, sobrescritando envelopes, tocando o telefone, e até mesmo escrevendo artigos, como este seu criado.

(In *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 11/9/1950.)

MANIFESTO ELEITORAL NA SUA REELEIÇÃO EM 1954.

PARA VEREADOR:
GLÁDSTONE CHAVES DE MELO – UDN – DISTRITO FEDERAL

O vereador Gládstone Chaves de Melo, candidato à reeleição na chapa da UDN do Distrito Federal, é nome bastante conhecido nos meios intelectuais e católicos, e também agora no cenário político, dada a sua esplêndida atuação na Câmara Municipal, onde deu excelentes contas de seu mandato, sendo pois a sua reeleição da mais alta importância para a recuperação moral da Câmara.

Eleito em 1950, graças ao trabalho perseverante de muitos e ilustres amigos, que viam a necessidade de termos um homem de tão alta formação moral e intelectual a serviço da cidade, conduziu-se de tal modo que hoje ainda o apoiam com maior entusiasmo os seus mesmo eleitores de 1950. Maior entusiasmo porque, além do que se esperava, o vereador Gládstone Chaves de Melo revelou no exercício do mandato uma coragem e desassombro quase inédito na nossa vida pública.

A linha-mestra de sua atuação na Câmara foi a seguinte:

a) defesa da Constituição e da Lei Orgânica do Distrito Federal, e do Regimento Interno da Câmara, freqüentemente desprezados por muitos vereadores que se preocupam apenas em defender seus interesses eleitorais ou outros interesses inconfessáveis;

b) vigilância constante para melhor combate aos abusos que se foram tornando praxe;

c) combate ao coleguismo mal compreendido, aos favores pessoais que tanto ofendem a virtude da Justiça;

d) restauração da Verdade em pareceres e discursos;

e) recuperação da dignidade da Comissão de Justiça da Câmara, que, por ele presidida há dois anos, foi apontada como a que mais trabalha.

Entre os inúmeros efeitos da excepcional atuação do vereador Gládstone Chaves de Melo na Câmara Municipal, lembraremos os mais importantes:

a) acabaram-se os pareceres de favor pessoal na Comissão de Justiça;

b) começaram, pois, a surgir os pareceres contrários a projetos inconstitucionais, ilegais ou lesivos dos interesses públicos;

c) praticamente cessaram as doações inconstitucionais de terrenos da Prefeitura a instituições particulares – o que constituía uma praxe que vinha acarretando aos cofres públicos seríssimos prejuízos, em benefício muitas vezes do interesse eleitoral de alguns vereadores;

d) graças às suas denúncias, projetos aprovados pela Câmara não foram mais abusivamente alterados na chamada "redação final" – porta aberta para grande fraudes como aconteceu no caso da Autarquia das Favelas em junho de 1952.

Apreciando a atuação da Câmara Municipal, a *Tribuna da Imprensa* de 12 de julho de 1954 aponta no vereador Gládstone Chaves de Melo um dos melhores oradores daquela casa parlamentar, e coloca-o entre os mais atuantes e assíduos representantes da cidade.

Tendo acompanhado a atuação do nosso candidato na Câmara Municipal, o notável publicista e conferencista Padre Álvaro Negromonte, em dois artigos no *Jornal do Brasil*, apontou seu nome ao eleitorado consciente do Distrito Federal.

Maior entusiasmo têm em recomendar o nome do vereador Gládstone Chaves de Melo os que, acompanhando a sua vida particular, sabem-no um chefe de família exemplar, homem de vida simples e austera, que sabe dar aos filhos a melhor lição – a do próprio exemplo. Estejamos neste particular atentos às palavras de João de Barros numa das suas *Décadas*: "Quem mal governa sua pessoa e casa, não se deve esperar dele que governe bem as alheias".

A escritora Rachel de Queiroz, num de seus agudos comentários políticos no Diário de Notícias, cita o vereador Gládstone Chaves de Melo como uma das grandes figuras da Câmara.

O conhecido cronista Raimundo Magalhães Júnior, também vereador, declarou a um jornalista que o seu colega de representação Gládstone Chaves de Melo foi o homem mais íntegro que conheceu em sua vida – um elogio dos mais expressivos à figura ímpar do nosso candidato.

O vereador Gládstone Chaves de Melo é professor-assistente e livre-docente (por concurso) da cadeira de Língua Portuguesa na Faculdade Nacional de Filosofia, onde exerceu o magistério desde 1941 até a sua eleição para a Câmara do Distrito Federal (1950).

Ali se tornou conhecido e estimado de seus alunos pela exata compreensão dos seus deveres, revelada sobretudo numa luta infatigável contra as facilidades que tanto desmoralizam o nosso ensino.

Das suas atividades de professor sempre preocupado em aperfeiçoar os seus conhecimentos resultaram os trabalhos que hoje o incluem entre os nossos melhores filólogos e permitiram a sua eleição para a Academia Brasileira de Filologia, dirigida pelo sábio professor Sousa da Silveira: *A Língua do Brasil* (1946); *Dicionários Portugueses* (1947); *Alencar e a "Língua Brasileira"* (1948), *Iracema*, de José de Alencar (edição crítica, 1948), *A Língua e o Estilo de Rui Barbosa* (1950); *Conceito e Método da Filologia* (1951), *Iniciação à Filologia Portuguesa* (1951), *Novo Manual de Análise Sintática* (1954), etc.

Exerce atualmente o cargo de professor de Língua Portuguesa na Universidade Católica, é redator da revista *A Ordem*, professor no Centro Dom Vital, e conhecido conferencista que se tem multiplicado nos programas organizados nas paróquias e em outros setores da Ação Católica.

Diante de tão eloqüentes provas do alto valor moral e intelectual de Gládstone Chaves de Melo, sentimo-nos bem à vontade para recomendar seu nome ao eleitorado do Distrito Federal, certos de que estamos trabalhando para a recuperação do Câmara dos Vereadores.

Rio, setembro de 1954.

Gustavo Corção
Maximiano de Carvalho e Silva
Eduardo Borghert
(Pelo Comité de Propaganda Eleitoral)
Cédulas e Informações: Resistência Democrática
Rua Pedro Lessa 35 – 6° sala 610 tel: 52-5164)

UM FILÓLOGO DESAFIA O DIABO

Aristóteles tem um representante na Câmara dos Vereadores

Ledo Ivo

Quando o vereador Trota apresenta à Câmara Municipal um daqueles projetos que fazem estremecer de pânico o erário público, e encontra pela frente, como uma parede, a oposição de Gládstone Chaves de Melo, ele está enfrentando, sem o saber, Aristóteles, S. Tomás e Maritain. E a Gaiola de Ouro, onde os relógios são parados à meia-noite para que a marcha do tempo não prejudique a elaboração dos "panamás", e onde há vereadores que estacionam no Amarelinho (em local proibido) automóveis que lhes foram presenteados por classes de funcionários beneficiados em espantosas reestruturações, torna-se o campo de batalha de duas concepções de política que, ao longo dos séculos, se digladiam. Assim, o referido Trota encarna Maquiavel: é maquiavélico sem o saber. Para ele, o fim da política é a conquista e a manutenção do poder. E esse Gládstone Chaves de Melo que deixou os seus textos medievais e os seus dicionários onde cada palavra é uma sua velha e fiel amiga para as batalhas nem sempre verbais de um plenário que até as companhias de seguro devem considerar perigoso, representa a concepção aristotélica-tomista-maritainiana, que diverge na raiz da concepção atual da política. Para Aristóteles, o fim da política é a promoção do bem comum, que é de natureza essencialmente ética, isto é, a realização, na sociedade, de um clima que permita a boa vida humana da comunidade, inteiramente dentro da Justiça, no seu tríplice aspecto comutativo, distributivo e social.

Aristóteles na Gaiola de Ouro

Gládstone Chaves de Melo, professor da Faculdade Nacional de Filosofia desde 1941, quando ali entrou a convite de Sousa da Silveira, jamais pensara em ser vereador. Pertencia, como pertence, à Resistência Democrática, que é uma entidade puramente doutrinária. Em 1950, o escritor católico Gustavo Corção, secundado pelo Sr. Adauto Lúcio Cardoso, teve a idéia de apresentá-lo como candidato da R. D. à UDN. Gládstone sentiu-se como se tivesse sido convidado para ser embaixador do Brasil no Afeganistão. Foi eleito por amigos, pais de alunos e esferas católicas aconselhadas pelos promotores de sua candidatura. Não fez campanha, não pediu votos, não prometeu empregos, e teve 4.702 votos. Legislou à sombra de Aristóteles. Eleito para a Comissão de Justiça, que tem poder de veto e de cujo pronunciamento depende a ida ou não de um projeto a plenário, ele começou a inspirar sólidas antipatias de grande número de seus pares. Gládstone dava um, dez, cem pareceres contrários, lutava pela obediência

ao Regimento, considerava as "urgências" como tapumes da fraude, procurava defender, com unhas, dentes e boa gramática, o erário público municipal. Ganhou inimigos ferozes, pois há duas coisas em política que Gládstone considera diabólicas (o vereador, como bom católico, crê no Diabo): o coleguismo e a elegância moral. Esses dois elementos já ocasionaram sangrias fantásticas aos cofres da Prefeitura. Não há espírito de coleguismo que o faça votar a favor de um projeto imoral, e costuma usar a filologia como arma parlamentar, dando aulas excelentes a uma assistência que, de modo geral, coloca muito mal os pronomes mas sabe colocar muito bem os parentes.

Em setembro do ano passado, quando seu mandato expirava, opôs-se tenazmente ao Estatuto do Funcionário Público Municipal, que haveria de ser vetado totalmente pelo Prefeito, após as eleições. Diante de sua atuação obstinada, um vereador tranqüilizou-se: "Este está liquidado. Não volta mais ao nosso convívio". Enganou-se. Gládstone, que jamais pensara em reeleição, foi intimado pelos seus amigos Alceu Amoroso Lima, Gustavo Corção, Sobral Pinto e Adauto Lúcio Cardoso a recandidatar-se. Gastou apenas mil cruzeiros. Os amigos e desconhecidos deram-lhe cédulas. E ele, que possui certa dose de "humour" e tem Chesterton como uma de suas leituras prediletas (considera o padre Brown capaz de desvendar todos os crimes que se cometem na Câmara dos Vereadores), instalou no seu fordezinho inglês 49 o seu próprio posto eleitoral. Uma manhã, um cidadão se aproximou do seu carro e lhe pediu: "Me dá uma cédula desse cara que eu vou votar nele". Gládstone foi o mais votado dos vereadores reeleitos; teve 11.115 votos, e foi rara a urna do Distrito Federal que não cantasse seu nome. De Campo Grande e dos subúrbios da Central e da Leopoldina ele recebeu votos, muito embora não tivesse participado de comícios. Na Gaiola de Ouro, é o líder da UDN. Não cumprimenta muitos dos seus 49 pares, mas, além dos vereadores udenistas, seus aliados naturais, pratica os prazeres da conversação com o socialista Magalhães Júnior, o petebista Castro Menezes, o pessedista Couto de Souza, o perrista José Bretas, o petenista João de Freitas e a pedecista Dulce Magalhães, para citar um de seus amigos em cada bancada. Uma vez, um repórter perguntou a um vereador, eleito pelos bicheiros, como ele explicava o êxito eleitoral de Gládstone Chaves de Melo. E, com a convicção de quem estava dando uma aula de ciências políticas, o interpelado respondeu: "É que ainda há muita gente honrada no Rio de Janeiro".

A Paixão e as Palavras

"A semântica é uma coisa fabulosa" diz Gládstone Chaves de Melo quando lhe pergunto se, mergulhado em seus estudos filológicos, ele sente o prazer criador de um romancista ou um poeta. Acompanhar a história das palavras com todo o rigor e meticulosidade do método crítico, descobrir porque

elas mudam de sentido como certos políticos mudam de partido, eis a paixão que consome esse professor que sente a língua como produto do homem, e através de sua história observa a própria aventura humana, sua cultura, suas concepções históricas e políticas, econômicas e sociais.

Gládstone, que se filia à linha filológica do mestre suíço Saussure, não admite que se fale em "língua brasileira". E explica que isto não existe: temos uma língua comum (a portuguesa) e um estilo brasileiro, diferente do luso, o que decorre de um modo de ser diferente. Assim, o espírito brasileiro se reflete no uso brasileiro da língua portuguesa. Esse estilo leva algumas pessoas a pensar numa língua exclusiva ao nosso país. Mas é um engano ledo e cego. Não temos língua própria por vários motivos, todos eles científicos. Não há um sistema lingüístico (que abrange os elementos fonético, sintático e morfológico) brasileiro. O nosso sistema fonético é substancialmente o mesmo de Portugal, com as mesmas vogais, consoantes, sílabas, ditongos e a mesma posição da tônica dentro da palavra. É igual o sistema das flexões: o plural, o feminino, a conjugação dos verbos, a estrutura da frase, o processo de relacionamento das palavras. A língua escrita comum é igual. E idêntico é o vocabulário.

Para Gládstone, que segue a teoria de Saussure, a língua é o mais forte cimento da vida social. É intocável – está na memória dos homens de uma ou várias comunidades. Foi Saussure que colocou definitivamente a Lingüística no âmbito das ciências do homem; antes ela estava na esfera das ciências biológicas e mecanicistas. O mestre suíço opôs-se a essas duas concepções, resolvendo o conflito entre indivíduo e sociedade ao elaborar a distinção entre "fala" individual e "língua" social, esta um elemento que está na memória da comunidade, sendo um código para a inteligência da fala, que é uma escolha feita no material lingüístico existente, e condicionada pelas mais várias circunstâncias, não havendo dois indivíduos que falem da mesma maneira.

Pergunto a Gládstone Chaves de Melo se, quando leio Machado de Assis, estou em contato com a língua ou a fala do mestre brasileiro. E ele me responde:

– Está em contato com a fala. A língua é o armazém a que recorre o escritor para exprimir-se.

E em fala, e não em língua, é a história desse homem que escreveu ll livros sobre problemas filológicos e que, quando entra na Câmara dos Vereadores, faz tremer de medo certas emendas que não estão escritas em língua nenhuma.

O Menino e o Jesuíta

Em 1930, o sábio lexicógrafo e medievalista Padre Augusto Magne foi à cidade mineira de Campanha, onde fizera o seu noviciado de jesuíta. Lá conheceu uma criança chamada Gládstone, nome que lhe deram em homenagem

a um tio que ela não conhecera, e o qual fora assim apelidado por causa do primeiro ministro da rainha Vitória. O menino, que a 12 de junho de 1917 nascera naquela cidade de região hidro-mineral, contemporânea de Ouro Preto, S. João del Rei e Mariana, era de família pobre, sendo o pai promotor de justiça. O mestre jesuíta e ele tinham um ponto em comum, que logo os aproximou: o humanismo era a tendência natural do espírito de ambos. Aos 16 anos, Gládstone Chaves de Melo perdeu o pai, que deixou a família na extrema pobreza, inclusive seis filhos. Foi estudar Direito em Belo Horizonte, onde passou dois anos. Aconteceu que, em 1936, o padre Augusto Magne foi de novo a Campanha e resolveu trazer para ao Rio o rapazinho que se interessava por Teologia, Filosofia e Letras, chegando mesmo a conseguir (o que era difícil naquele tempo) a sua transferência para a Faculdade Nacional de Direito, por onde ele se formaria em 1938, embora as letras jurídicas não traduzissem o pendor profundo de seu espírito.

No Rio, Gládstone começou a receber, do sábio jesuíta, a orientação científica de que necessitava, e a ter contato com os grandes mestres estrangeiros da Filologia. Tinha acesso à sua biblioteca. Para poder manter-se, dava aulas avulsas. E, como ficou morando perto do Colégio S. Inácio e da Casa de Rui Barbosa, não precisava caminhar muito em direção à sabedoria. Duas grandes bibliotecas estavam ao seu alcance. Muitas vezes, Gládstone vinha a pé de Botafogo até a cidade, por não ter dinheiro para o bonde. Mas em 1941 as coisas melhoraram para o discípulo do Padre Magne: Sousa da Silveira convidou-o para seu assistente na Faculdade Nacional de Filosofia. E o jovem filólogo pôs uma aliança na mão esquerda de uma moça carioca. Em 1949, fez concurso para livre-docente da Faculdade onde devia ser adjunto, mas não é.

Gládstone Chaves de Melo, depois de casado, foi morar em Laranjeiras. Em junho do ano passado, mudou-se para o Cosme Velho. Seu âmbito residencial é aquele das criaturas tranqüilas, ponderadas, amantes dos clássicos, como Afonso Pena Júnior, Sousa da Silveira, o falecido Américo Facó, Gastão Cruls, sem falar em Machado de Assis, que ainda hoje ilumina o bairro com o seu exemplo.

Diariamente, Gládstone vai à missa, na Igreja do Cristo Redentor, em Laranjeiras. Volta para casa e passa a manhã lendo, escrevendo, e estudando assuntos municipais. À tarde, vai à Câmara, numa assiduidade absoluta que incomoda muitos dos seus colegas. À noite, dá aulas na Faculdade de Filosofia (curso de jornalismo) da Pontifícia Universidade Católica. E o domingo é inteiramente dedicado à vida familiar, à escadinha de sete filhos.

(Reportagem publicada na revista *Manchete*, Rio de Janeiro, 30 de abril de 1955, ilustrada com várias fotografias de José Maria da Cruz.)

GLÁDSTONE CHAVES DE MELO

SELEÇÃO DE TEXTOS

escolhidos e revistos por

Maximiano de Carvalho e Silva

e Rosalvo do Valle

N.º 22 – 2.º semestre de 2001 – Rio de Janeiro

Aos leitores deste número da revista *Confluência* dedicado ao Professor Gládstone Chaves de Melo desejamos oferecer a presente coletânea de alguns dos seus mais importantes escritos, de difícil acesso por estarem dispersos como publicações de revistas especializadas ou em obras coletivas, ou por serem textos inéditos.

A coletânea foi organizada com o duplo propósito de favorecer o conhecimento das posições assumidas pelo homenageado na defesa dos seus pontos de vista religiosos, filosóficos, políticos e educacionais, em primeiro lugar, mas também na propagação das idéias filológicas, lingüísticas e literárias que marcaram a sua atuação no magistério de língua e literatura em nosso país e no estrangeiro.

Ao título de cada texto fizemos seguir a indicação do ano da sua publicação por nos parecer este dado de fundamental importância para a compreensão de alusões que faz o autor a acontecimentos de momentos históricos diferenciados que é necessário analisar e avaliar no contexto em que se situam.

De alguns artigos, por serem demasiado extensos, suprimimos os parágrafos de exemplos e pormenores que nos pareceram não serem indispensáveis à compreensão do pensamento do autor. Todavia, tivemos o cuidado de indicar entre colchetes e pontos suspensivos as supressões feitas [.....], e damos as indispensáveis indicações bibliográficas ao leitor interessado por algum motivo especial em conhecer os textos na íntegra.

Nas citações que faz o autor de textos clássicos, como por exemplo os de *Os Lusíadas*, reproduzimos com todo o rigor, como ele mesmo o fazia, algumas formas lexicais diferentes das usuais em nossos dias: *decerei* (por *descerei*), *dereita* (*direita*), *tredores* (*traidores*), *pera* (*para*), *ũa* (*uma*), *lião* (*leão*), *baxo* (*baixo*), *val* (*vale*), *possíbil* (*possível*), *enveja* (*inveja*), *rezão* (*razão*), *milhor* (*melhor*), *exprimentar* (*experimentar*), *cũa* (*com uma*), *prepósito* (*propósito*), *assi* (*assim*), *co* (*com o*) e muitas outras.

A - TEMAS RELIGIOSOS E EDUCACIONAIS (os primeiros e o último artigo):

UM LIVRO SOBRE A MISSA.
(1937)

Um dos característicos mais significativos do renascimento do catolicismo de atualmente é sem dúvida a preocupação da liturgia. Hoje há todo um movimento entusiástico e consciente no sentido de estudar e viver a liturgia o mais profundamente possível a cada qual. E quem chefia esse movimento importantíssimo são os beneditinos – homens, cuja especialidade é conhecer como ninguém a poesia de Deus.

O nosso Brasil, que, embora sem grande sonoridade e tardiamente, vai fazendo eco a essas vozes litúrgicas, já tem muita gente que se interessa pela "vida da Igreja". E também aqui os monges de S. Bento é que regem o coro dos liturgistas. Há tempo que eles iniciaram a publicação e a divulgação do *Folheto Litúrgico*, em S. Paulo e em todo o Brasil. Recentemente D. Beda Keckeisen publicou o *Missal Quotidiano* completo, obra primorosa não só quanto ao conteúdo, senão também quanto à feitura material, que não tem inveja aos seus melhores congêneres estrangeiros.

Agora outro beneditino, D. Gerardo Martins, teve a feliz idéia de traduzir do alemão um livrinho admirável de Pio Parsch, sobre a liturgia da missa: – *Para Entender a Missa* (Mosteiro de S. Bento – Rio).

Lêem-se deliciosamente essas 146 páginas repassadas de profunda piedade, de um homem que sente e que vive intensamente a liturgia da missa. É uma explicação das cerimônias e das orações do Santo Sacrifício, simples, clara, acessível a todos, e sem no entanto ser uma coisa açucarada. Nota-se isso no livrinho em questão, porque o defeito comum dos livros de ascética ou mística entre nós é falar muito mais ao sentimento que à razão, fomentando uma piedade patética, ao invés de uma piedade sólida e séria. Há trechos do livro dignos de particular registro. Como é bonita e elevada a explicação do *Glória* (51-55)! A do *Dominus vobiscum* (56-58)! A *Epístola* é uma *carta de Deus* (63). O canto que precede o *Evangelho – Gradual, Aleluia, Seqüência* ou *Tracto* – é o barômetro do ambiente litúrgico (71). A explicação do *ofertório* é notável (76-79)!...

Enfim se pode dizer que o livro todo é ótimo. Em certo sentido melhor do que *Paroles de Vie*, do grande Marmion, porque em português e mais fácil de entender, o que vale dizer que beneficiará a um número muito maior de leitores.

Estão de parabéns, pois, os beneditinos por mais esse trabalho de difusão e melhor explicação da poesia sobrenatural, o que significa contribuir não pouco para que a Igreja seja mais amada e Cristo melhor servido.

(In *Revista Brasileira de Pedagogia*, Rio de Janeiro, ano IV, n. 36-37, jul.-ago. 1937, pp. 78-79.)

CAMINHO DA VIDA.
(1937)

Numa carta ao Rei de Portugal, pitorescamente Vieira pedia desculpas de ter sido prolixo, por não ter tido tempo de ser breve. E de fato o trabalho de síntese é muito mais difícil do que o de análise: porque o resumir bem supõe um conhecimento profundo e suficientemente elaborado da matéria. Eis a razão de serem raríssimos os compêndios, os resumos bem feitos. Via de regra tais produções intelectuais são más, fragmentárias, fixam atenção só ao acidental, deixando de lado o essencial.

Constituindo exceção a essa regra o P^e^. Álvaro Negromonte acaba de oferecer ao catolicismo brasileiro um mimo de grande utilidade e valor: – *Caminho da Vida* (Editora Vozes, Petrópolis), – maravilhoso resumo da moral católica, onde com muita parcimônia de palavras o notável sacerdote passa em revista o que há de essencial na moral cristã. Quem lê *Caminho da Vida* está vendo o P.^e^ Negromonte no púlpito da Boa Viagem, fazendo as suas práticas aos homens da missa das onze – clareza, simplicidade, atualidade.

Cada capítulo do livro se divide em 3 partes: "Textos da Bíblia", "Exposição Doutrinária" e "Conclusão". Vê-se para logo a excelência do método empregado.

Nos "Textos da Bíblia", o A. transcreve vários passos do Antigo e do Novo Testamento atinentes aos pontos que versa no capítulo. Na "Exposição Doutrinária", estuda as questões que se apresentam naquele assunto, sendo admirável como em tão poucas palavras ele consegue examinar tanta coisa.

Finalmente as "Conclusões" são muito interessantes. E muito 1937.

Ali o Autor vergasta os males da nossa época, com serenidade e firmeza, indicando sempre os remédios para eles.

Merece especial menção a "Conclusão do capítulo "Quarto Mandamento" (p. 111), sobre o esquecimento os deveres de filho, na sociedade hodierna; a do capítulo seguinte, sobre os vícios da educação moderna (116); a da p. 121, sobre a questão social, resumo ótimo da solução da Igreja; a da p. 127, sobre a organização dos Estados; a da p. 139, sobre o respeito à vida

alheia; a da p. 230, sobre a mesquinhez dos fiéis quando se trata de auxiliar as obras da Igreja; etc...

Em *Caminho da Vida*, o P.e Negromonte não teve medo de atacar certos pontos difíceis, ou porque delicados, ou porque vão bater de chofre contra a moral burguesa. Estão nesta categoria o voto eleitoral (126), o aborto (137), a imodéstia nos vestuários (44), os dias santos (190), o luxo nas Igrejas (222), a censura e proibição de livros (233).

É em suma um livro bem feito e que contribuirá não pouco para combater o talvez maior mal do nosso catolicismo desfibrado: - a ignorância religiosa.

Um livro que merece ser lido.

(Ibidem, pp. 79-80.)

UM NOVO LIVRO SOBRE O ENSINO SECUNDÁRIO.

(1937)

Há uns quantos problemas sobre que não se pode falar sem levantar uma celeuma enorme.

Faz parte desse grupo a questão ortográfica, a sucessão presidencial, a organização dos programas do Ensino Secundário.

Quando alguém toca num desses pontos, os ânimos se exaltam e a confusão de espírito é geralmente o que vem coroar esse esforço intelectual de controvérsias descompassadas.

Mas o interessante é que há tanta discussão sobre tais assuntos, justamente porque nem sempre é a paixão da verdade que acalora tais prélios intelectuais, senão, interesses outros, confessáveis ou não.

Essas questões estão resolvidas. As vozes serenas e desapaixonadas já deram a última palavra. E quem não se quer perder num labirinto de idéias desencontradas há-de se deixar dirigir por estes cicerones que não têm outra ambição senão a de servir a grande causa da verdade.

De modo que, quando aparece uma dessas palavras equilibradas e sensatas, não se tem como recebê-la com sumo prazer intelectual.

Por isso é que é bem-vindo o novo livro do P.e Arlindo Vieira - *Subsídios Para a Reforma do Ensino Secundário* (Editora A. B. C.), onde ainda uma vez o grande jesuíta põe os pingos nos ii, pulverizando os pretensos argumentos dos que se insurgem contra a base humanista do curso secundário.

Os argumentos que invariavelmente vêm à baila contra a cultura clássica são que ela constitui perda de tempo - coisa criminosa nessa época de

dinamismo furioso –, esteriliza os cérebros infantis e juvenis, marca um recuo ao tempo do onça, etc. E os fautores do enciclopedismo acenam com os olhos deslumbrados para os Estados Unidos, onde tudo é gigantesco (até os crimes, as crises...), chamando atenção para a *grande Republica,* que não se preocupa com essas velharias nos seus programas. Bem: o livro do P.e Vieira vem, trazendo novos depoimentos, nova argumentação de fatos, lançar ainda mais luz sobre a momentosa questão.

Para bem determinar as disciplinas que devem constituir os programas do curso secundário é preciso antes de mais perquirir qual a verdadeira finalidade dele, porque os fins é que especificam os meios. Sem conhecer essa finalidade, não se podem escolher os meios de atingi-la, isto é, a matéria, que deve ser lecionada no curso secundário e em que proporção devem ser dosadas as disciplinas.

E qual a finalidade do ensino secundário? Muito bem responde o notável jesuíta num estudo que constitui todo o cap. XI do livro em questão.

O sistema do P.e Vieira nesse último trabalho é o mesmo dos outros: discute-se a questão com argumento de razão, depois recorre-se à grande mestra - a experiência, e recebe-se a lição fria das estatísticas.

De modo que não se pode dizer que o Autor está servindo a causas outras que não a da reabilitação da cultura nacional. Está aí o exemplo dos países mais adiantados da Europa, estão aí os depoimentos dos mestres mais provectos do velho mundo, estão aí os recenseamentos, defendendo a uma voz um curso secundário profundamente penetrado de "humanidades".

Isso quem compulsa o livro do P.e Vieira vê a cada passo. Ele não se esquece de examinar o reverso da medalha e o descalabro em que jaz nosso ensino secundário se espelha nas páginas sinceras dos *Subsídios Para a Reforma do Ensino*, - descalabro causado pela má feitura dos programas e pela desmoralização do aparelho educativo.

Releva notar no livro em questão o estudo que o Pe. Vieira faz da instrução nos Estados Unidos. Ele mostra que lá o ensino não é tão maravilhoso como parece, que não há tanta cultura como aparenta. Basta que se leiam as pp. 111-115, 199-211, 301-305 e *passim* para que se fique convencido disso! Sem desfazer do país *Yankee,* o P.e Vieira reconhece, ao lado dos defeitos, as qualidades inegáveis que há no aparelhamento educativo dos Estados Unidos. E mostra como lá já estão os educadores preocupados com a deficiência do ensino secundário, e como, estudando a questão, concluíram favoráveis à cultura humanística, iniciando todo um grande movimento de volta aos estudos clássicos.

É o que se vê das páginas 228, 242-244 etc., e principalmente das pp. 315-325.

Sobremodo interessante é o último capítulo do livro, que constitui um resumo, as conclusões de todo o estudo, de todo o inquérito do P.e Vieira.

Pena é que o Autor que, com tanta objetividade de vistas, se mostra no exame dessa questão magna que é a do nosso ensino, ainda não se tenha rendido à evidência e convertido à ortografia racional. Mas isso são nugas que em nada inquinam o valor do livro.

Em suma o livro que o grande jesuíta ofereceu ao Brasil é um trabalho notável e que contribuirá como os outros para esclarecer os espíritos sinceramente empenhados em reerguer a cultura nacional.

(Ibidem, pp. 80-82.)

RELIGIÃO – ALGO SOBRE A GRAÇA.

(2001)

É a Graça matéria muito importante, e geralmente ignorada.

Pode-se defini-la como "participação na vida divina". Normalmente, no regime atual, ela é conferida pelo Batismo.

Isto, porém, não quer dizer que quem não foi batizado não está em graça; basta um exemplo gritante: Maria Santíssima! Igualmente, os justos da Antiga Lei...

Perde-se a graça pelo pecado grave, também, por isso, chamado "pecado mortal"; e recupera-se pela confissão.

Mas não é este o único meio de recuperá-la: pode ser pela chamada "contrição perfeita", isto é, o arrependimento por ter ofendido a Deus, infinitamente bom e digno de ser amado sobre todas as coisas. Ainda que tenhamos tido a desgraça de cometer um pecado mortal, não é imprescindível que tenhamos um padre à nossa disposição... E quantos, quantos não têm!

Caímos em nós mesmos, tomamos viva consciência de nossa desgraça, e pedimos a Deus que nos socorra, que suscite em nós um arrependimento adequado, isto é, um arrependimento por ter ofendido um Deus infinitamente bom e digno de ser amado sobre todas as coisas.

E Ele nos atenderá, exatamente porque é infinitamente bom e porque realmente quer a salvação de todos os homens.

E o nosso arrependimento deve ser acompanhado do propósito de nos confessarmos na primeira oportunidade.

A Graça é um *estado*: estado de Graça. E esse estado de Graça é e deve ser o estado habitual do cristão.

Até aqui temos visto o que se chama Graça habitual ou santificante, que nos torna filhos de Deus.

Mas há outra modalidade, chamada "Graça atual", que são moções divinas na inteligência e na vontade, para que progridamos na vida espiritual.

Dom gratuito de Deus, ninguém se salva sem a Graça.

Tenhamos então em altíssima conta a Graça, vida da nossa vida e alimento constante da nossa Esperança!

(In *Pelo Bem Comum*, revista de Cultura Humanística,
Rio de Janeiro, n.^{0} 147, mar. 2001, p. 1.)

B - FIDELIDADE ÀS ORIGENS E LEMBRANÇAS DOS GRANDES MESTRES:

MESTRE AUGUSTO MAGNE.
(1957)

Os amigos, admiradores, ex-alunos e discípulos do Padre Augusto Magne promoveram-lhe domingo, dia 30 de junho, uma homenagem no Salão Nobre do Colégio Santo Inácio, para celebrar-lhe a investidura efetiva na Cátedra de Filologia Românica da Universidade do Brasil e consagrar-lhe os méritos quando ele se despede do magistério público, atingido que foi pela aposentadoria compulsória. Cerimônia singela, pouca gente, como costuma acontecer quando há verdadeiro valor humano que proclamar e quando o festejado viveu para os livros numa tocante fidelidade à sua vocação de intelectual.

Muitas são as pessoas, neste Brasil de Brasília e do Carnaval, que nunca ouviram sequer falar no Padre Augusto Magne. Por isso é que nos pareceu azado vir para as colunas do jornal, iniciando minha colaboração dominical nesta folha, contar quem é e o que fez e faz esse bisonho jesuíta, cuja figura esguia e hierática não revela a riqueza interior.

Augusto Magne é francês de nascimento e veio para o Brasil em 1904 para ingressar no Noviciado da Companhia de Jesus, a esse tempo estabelecido em Campanha, no Sul de Minas, aliás minha cidade natal. Esse adolescente de 17 anos terminara o curso de humanidades numa Escola Apostólica da Companhia na França e demandava o Novo Mundo com idéias de se fazer missionário nas selvas tropicais. Terminado o noviciado, atrasou um pouco sua ida para a Europa a continuar estudos, retido como professor de latim, em que já se distinguia. Depois foi para Roma e Londres, interrompendo o curso de Filosofia no segundo ano, por força de grave enfermidade que todos juravam mortal. Vencida a crise, prosseguiu o curso e, mais tarde, conseguiu o jovem teólogo licença do Superior Geral para terminar os estudos em Innsbruck, na Áustria, atraído que já estava pelas indagações lingüísticas de orientação científica. Lá conheceu Mestre Meyer-Lübke, de quem se tornou discípulo, um dos fundadores e maiores propulsionadores da Romanística. Com a sólida base que tinha de estudos clássicos gregos e latinos, pôde o discípulo fazer rápidos progressos e em pouco era um filólogo consumado.

Na Áustria, na Biblioteca Palatina de Viena, estudou longamente e fotografou um dos mais importantes senão o mais importante texto de prosa

medieval, *A Demanda do Santo Graal*, que veio a publicar em edição crítica muitos anos depois, em 1944, lançado em três volumes (um de Glossário) pelo Instituto Nacional do Livro.

Tornando ao Brasil, tratou Augusto Magne de injetar sangue novo na cultura lingüística indígena, então quase de todo entregue à gramatiquice e ao purismo estéril e irritante. Pouquíssimos eram os estudiosos e pesquisadores bem orientados: um Mário Barreto, um Silva Ramos, um Sousa da Silveira... Começou então Augusto Magne a publicar artigos substanciosos e revolucionários na *Revista de Língua Portuguesa*, onde se assinava com o pseudônimo de Mégacles, tradução helênica do seu sobrenome francês. Depois, foi trabalhar no Dicionário da Academia, que, como se sabe, parou na palavra *agonia*. Em 1930 fundou uma suculenta mas efêmera *Revista de Filologia e de História*, onde procurou congregar o que já havia de bom na terra e buscar colaboração de grandes mestres estrangeiros. Como era natural, a revista foi a pique, não sem recolher alguns ótimos trabalhos de seu diretor, que lá publicou, por exemplo, admiráveis "amostras de um dicionário etimológico da língua portuguesa" e uns excelentes verbetes relativos a palavras portuguesas derivadas do grego.

Daí por diante entrou o Padre Magne a trabalhar com incansável fôlego, atacando ao mesmo tempo várias obras, algumas de grande tomo. Primeiro uma tentativa, frustrada, de certo monumental dicionário do português, que seria uma enciclopédia da língua, nos moldes propugnados por Schuchardt. Editada por Pimenta de Melo, ficou a obra nos três primeiros fascículos. Para dar uma idéia das proporções da empresa, basta dizer que o verbete "A" tinha setenta e duas páginas em formato grande. Mais tarde, no Instituto Nacional do Livro, Augusto Magne retomou o trabalho lexicográfico, agora em moldes mais humanos, tendo até agora dois tomos do *Dicionário da Língua Portuguesa, Especialmente dos Períodos Medieval e Clássico*, parados no verbete *alicantice*.

Também no Instituto Nacional do Livro vai o eminente filólogo publicando um trabalho de altíssimo valor e muito original, *Dicionário Etimológico da Língua Latina*, estendendo os verbetes por famílias de palavras e assinalando sempre, também por famílias, as resultantes vernáculas, populares, eruditas e semieruditas. Um tal dicionário dá ao consulente e, mais ainda, ao leitor, uma idéia viva, dinâmica da língua, ao mesmo passo que fornece abundante e excelente material para a Semântica. Já saíram três volumes, tendo sido último o verbete *civis*.

Além de lexicólogo ímpar em nossa lingüística e etimologista avisado e perspicaz, tem se dedicado longamente Augusto Magne ao estudo da prosa medieval: já editou diversos importantíssimos códices e incunábulos, como a

referida *Demanda do Santo Graal*, o *Boosco Deleitoso*, o *Castelo Perigoso* e a *Vita Christi*. Por todos os títulos notável é o Glossário que constitui o terceiro volume da *Demanda*, segunda tentativa no gênero, mas que excedeu de muito o seu modelo anterior, o magistral *Glossário do Cancioneiro da Ajuda*, de D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos.

Entrementes, o Padre Magne publicou numerosas obras didáticas, de latim, de grego, de literatura, de cultura clássica, tendo adaptado ao vernáculo, com atualização bibliográfica, o famoso manual de Laurand sobre antigüidades gregas e latinas.

Vinha o consumado mestre regendo interinamente a cadeira de Filologia Românica da Faculdade Nacional de Filosofia desde 1939, ano de sua fundação. O ano passado, para atender a reclamos legais, prestou concurso, tendo apresentado como tese um rico e excelente trabalho sobre o primeiro documento da língua francesa, os célebres "Juramentos de Estrasburgo", de 842.

O Padre Augusto Magne professa grego na Faculdade de Filosofia da Universidade Católica, da qual já foi diretor, e ensinou latim longos anos no Colégio Santo Inácio. Pertence à Société de Linguistique de Paris, um dos mais importantes cenáculos no gênero, lá posto pela mão do cintilante mestre Antoine Meillet - e à Indogermanische Sprachwissenschaft Geselschaft de Berlim. Quanto ao concurso para a Cadeira de Filologia Românica, escusado é dizer que todos os examinadores tiveram dez...

Até aqui o sábio. Agora, o homem.

Conheci o Padre Magne em 1930, em Campanha (Minas), quando lá foi acompanhando o Padre Natuzzi em vilegiatura: tinha eu meus saudosos treze anos. Fiquei logo cativado pela simplicidade, pela bondade e pela doçura do jesuíta. Mais tarde, já órfão de pai, vim cá para o Rio trazido por sua mão generosa e amiga. Localizou-me numa pensão de cearenses junto ao Colégio Santo Inácio (onde fui co-hóspede do então Padre Hélder), e durante dois anos e meio convivemos dia por dia, recebendo eu dia por dia suas incansáveis lições de Lingüística, de Filologia e de vida cristã. Foi dele que tive orientação na especialidade, foi em sua farta biblioteca que tomei conhecimento dos mestres, inacessíveis ao meu furado bolso, foi trabalhando com ele em Lexicografia, em edição de textos e em colheita de materiais que aprendi ao vivo o método da Ciência da Linguagem, foi por indicação dele que o venerando Sousa da Silveira me convidou para seu assistente na Faculdade Nacional de Filosofia. Evoco estas coisas com prazer e emoção, para tornar pública minha estima, meu respeito e minha gratidão ao Padre Magne, essa extraordinária figura de infatigável estudioso e homem excelente, que agora homenageamos todos com veneração e carinho.

Aos setenta anos de idade, Augusto Magne continua debruçado sobre os livros, ávido de novidades, a receber sem parar as publicações do estrangeiro, constantemente preocupado com estar em dia com os progressos da ciência. Descansa trabalhando e distrai-se decifrando e examinando, fotografias de documentos e textos sem autor, manuscritos há oitocentos, setecentos, seiscentos anos atrás. É um boêmio, como o possa ser um virtuosíssimo sacerdote que só pensa em Deus, nas almas e nos livros, permanentemente distraído e extremamente afável com todos os que dele se aproximam. De saúde débil, tem por antiqüíssima companheira, uma velha dor-de-cabeça que nunca o deixa, mas que não o afasta do estudo. Tem cabeça de sábio e alma de criança esse vigoroso septuagenário, que deixou sua terra natal para talvez morrer mártir no Brasil, entre os selvagens, e que afinal vem dando a vida dia por dia para melhorar, engrandecer e estimular a cultura intelectual e espiritual deste Brasil do lado de cá. Sobre o qual hoje não sei dizer se é selvagem ou se é pior do que isto.

(In *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 7/7/1957.)

SOUSA DA SILVEIRA, PROFESSOR.

(1945)

O que eu mais admiro em Sousa da Silveira não é o filólogo perspicaz e seguríssimo, não é o incomparável anotador de textos, não é o sagaz e profundo e invejável interpretador de antigas e modernas mensagens literárias, não é o grandíssimo conhecedor da língua portuguesa, não é a inteligência afeita ao mesmo tempo ao rigor à exatidão das ciências físicas e matemáticas, e às finezas e sutilezas da poesia e da mística, não é o caráter alto, nobre, incorruptível, não é a simplicidade dos verdadeiros sábios; o que mais eu admiro em Sousa da Silveira é o *Professor*.

Ele realiza o ideal do mestre. Parodiando os velhos latinos, diria eu que "magister nascitur". Sim: o bom professor já nasce feito. As técnicas, as metodologias, as psicologias e biologias educacionais, os planejamentos, as motivações, os interesses vitalizados, enfim, todo esse aparato da moderna Pedagogia e da moderna Didática poderão *aperfeiçoar* o professor, mas nunca *farão* um professor: *magister non fit*. E Sousa da Silveira é desses mestres que nasceram feitos. Com todas as qualidades naturais do professor e com intensa, fortíssima vocação magisterial. Tão forte, que ele cedo deixou as atividades de engenheiro brilhante que era, para dedicar-se de corpo e alma ao magistério.

Sousa da Silveira é o professor completo e o professor permanente. Completo, porque exerceu todos os graus do magistério: primário, secundário,

normal, superior. Permanente, porque está sempre *ensinando*. Na cátedra ou na tribuna, no livro ou no jornal, na sala de aula, no salão de conferências, ou no remanso da amorável vivenda da Rua Cosme Velho, Sousa da Silveira está sempre *ensinando*, muitas vezes sem o saber, sem o querer, sem o sentir.

Seguríssimo na sua especialidade, profundo e vasto nos seus conhecimentos, claríssimo, metódico, vivo, sempre interessante e simples na exposição, ele tem como poucos o dom de *comunicar*. É o seu carisma. Doutro lado, a sua extrema e irresistível simpatia pessoal, a serenidade repousante de sua fisionomia, seu sorriso acolhedor, à Dom Bosco, sua tolerância, seu amor à disciplina que leciona e à atividade magisterial lhe enriquecem a personalidade de professor e fazem dele amadíssimo pelos alunos. Não é raro encontrar-se entre estes verdadeira fascinação pelo velho mestre.

Convivo ou estou em contacto, mesmo por dever profissional, com um sem-conto de alunos ou ex-alunos de Sousa da Silveira. Pois bem: nunca encontrei duas opiniões acerca do homem, o que é altamente significativo, pois os melhores juízes dos mestres são os alunos. Mesmo os maus alunos.

Porém, o que completa essa extraordinária figura do *Professor* em Sousa da Silveira é seu acendrado e quente e universal amor aos alunos. O velho mestre ama-os como a filhos, interessa-se vivamente e fundamente por eles, fica feliz com seus progressos ou triunfos, e sofre com suas deficiências ou insucessos. Quando tem de dar uma nota baixa, fá-lo constrangido e amargurado. Preocupa-se obsedantemente com os alunos fracos, inventa mil maneiras de melhorá-los, de ajudá-los, de salvá-los.

Lembra-me como me comoveu sentir ao vivo o ano passado esse grande amor do mestre aos discípulos, de pastor às ovelhas, do pastor que não queria perder nenhuma das ovelhas que lhe foram confiadas. Doente, de cama, sem poder presidir ao exame dos seus alunos, ele os acompanhou de perto. Interessou-se por todos individualmente, fez recomendações sobre recomendações, deu todas as instruções para a execução das provas escritas e orais. E insistia: - Benevolência com fulano, que é fraco, coitado; ampare sicrana, que tem muitas qualidades, mas é pouco inteligente; lembre-se que eles estão sem o professor, portanto podem ficar desorientados, etc. E, terminado cada exame, ele exigia minucioso relatório. De aluno por aluno. – O que foi que lhe caiu no exame oral? – Como se saiu ela? – Que nota teve? – Sinto muito que tivesse sido reprovada, mas, infelizmente, foi merecida a nota... E assim por diante.

Durante essa mesma penosa e longa doença, disse-me o venerando mestre que se lhe fosse dado escolher as circunstâncias de sua morte, diria a Deus que queria cair morto dando uma aula! Isso define bem o homem!...

Que outros lhe chamem "o filólogo Sousa da Silveira", que outros lhe chamem "Doutor Sousa da Silveira", que outros lhe chamem, em futuro próximo, "acadêmico Sousa da Silveira"; para mim ele sempre será o Professor Sousa da Silveira.

(In *Alfa-Ômega*, publicação dos alunos do Colégio Pedro II, Diretor Fernando Ferreira, ano 2, nº 5, nov. 1945, pp. 2-3.)

SOUSA DA SILVEIRA, PATRONO DO CONGRESSO INTERNACIONAL DE FILOLOGIA PORTUGUESA.

(1973)

[Palavras proferidas em nome da Comissão Diretora do Congresso, na sessão inaugural de 12/11/1973, realizada no auditório da Reitoria da Universidade Federal Fluminense, em Niterói.]

Coube-me a honra, nesta sessão de abertura do Congresso Internacional de Filologia Portuguesa, de falar das razões por que os organizadores entenderam de lhe dar como Patrono a Álvaro Ferdinando de Sousa da Silveira. No meu caso pessoal, esta honra é acrescida de alegria, porque muitos e muitos estreitos foram os laços que me prenderam ao venerando mestre e a ele ainda hoje me ligam, pela saudade e pela gratidão. Fui-lhe assistente durante 10 anos na antiga Faculdade Nacional de Filosofia, e por mais tempo ainda o freqüentei, num convívio quase diário, altamente proveitoso para mim. Aprendi então a admirar uma figura extraordinária de homem, desses que melhor representam a nossa espécie e nos defendem nas horas de cepticismo e de pessimismo quanto à capacidade ascensional do "homo sapiens", constantemente atraído para os abismos e permanentemente convidado à mediocridade moral e espiritual. Tenho de refrear-me para não gastar todo o tempo desta homenagem a falar das excepcionais e peregrinas virtudes do amigo e paradigma, quando só me cabe evocar a figura do filólogo e do pioneiro da Crítica Textual no Brasil. Realmente, ninguém poderá negar a Sousa da Silveira a excelência e a precedência nesse setor.

Embora formado em Engenharia Civil, afeito à rigorosa e mecânica exatidão da Matemática e da Física, nunca perdera, ainda quando no exercício da primeira profissão, o gosto que no colégio adquirira pelas páginas modelares de prosa artística e de poesia. Não se dedicava então de corpo e alma às letras, porque entendia que o estudo delas se situava no plano conjectural, na área

das preferências pessoais, no jogo das opiniões diferentes ou conflitantes. Quando, lendo mestre Leite de Vasconcelos, descobriu que havia uma ciência lingüística, deixou o compasso e a régua de cálculo e mudou de profissão. Foi um autodidata, mas, espírito fortemente disciplinado que era, soube abrir caminho largo e seguro, num terreno cheio de escolhos, vegetação selvagem e bruscos desníveis. Trouxe para sua nova especialidade o rigor das ciências do "quantum" e as intuições de uma alma sempre sequiosa de beleza. Usando linguagem pascaliana, direi que ao "esprit de géometrie" acrescentou o "esprit de finess". Movido pelo primeiro, sentiu a imperiosa necessidade de trabalhar com textos autênticos e fidedignos, e inspirado pelo segundo, sempre cuidou de extrair desses textos e de manifestá-los, todos os primores que neles se continham, toda a grandeza e harmonia, toda a perfeição de lavor. Além disso, esforçou-se incansavelmente, por descobrir, em cada obra de arte sobre que se debruçava, aquilo a que Maritain chama o "signe retourné", ou seja, o recado personalíssimo de autor, a mensagem discretamente posta nas dobras do quadro. Pretendi com isso dizer, que Sousa da Silveira tinha naturalmente, e desenvolveu-as acuradamente, as qualidades para ser, como foi, excelente filólogo.

Pode-se dizer que a primeira tentativa de trabalho filológico do mestre, foi *Trechos Seletos*, antologia aparecida em 1919, e que iria ter sucessivas e sempre melhoradas edições, até a 6ª e última. O livro resultou de uma seleção de textos comentados em aulas particulares, dadas a um grupo de moças que queriam aperfeiçoar seus conhecimentos vernáculos. As fontes de que se serve o autor, nem sempre são boas, mas eram as que ele teve à mão. Porém, os comentários já revelam segurança e amplo conhecimento dos fatos idiomáticos. Traz uma introdução histórico-gramatical, que mostra um homem familiarizado com a bibliografia fundamental da lingüística portuguesa, e armado de senso crítico e discernimento, que o levam a provar que muitos dos supostos brasileirismos - inclusive o da colocação de pronomes-objeto átonos - são encontráveis em Portugal, apenas com menor freqüência.

Mas a obra que consagra Sousa da Silveira como abalizado filólogo, e sobretudo como pioneiro dos trabalhos filológicos no Brasil, é a edição crítica de *Suspiros Poéticos e Saudades*, de Gonçalves de Magalhães, o introdutor do romantismo em nossa literatura. A edição é do Serviço Gráfico do Ministério da Educação, 1939, e apresenta-se como volume 2º das Obras Completas, cujo 1º nunca veio à luz. O editor crítico toma por base a edição de 1865, última de vida do autor, e coteja-a sistematicamente com a versão de 1836 e a de 1859, anotando, inclusive, as variantes gráficas. Jamais se fizera coisa semelhante no Brasil. Foram poucas as referências na imprensa, pequena a repercussão, mas numerosos e freqüentes os murmúrios que condenavam o

exagero e a descabida minuciosidade do anotador, a perder tempo e papel com ninharias. Transcrevo um tópico do Prefácio, intitulado "A presente edição", tópico este que mostra bem a seriedade com que foi conduzido o trabalho, e o escopo visado pelo editor pioneiro: "As modificações estilísticas que o autor fez de *alfa* para *beta* são numerosas; as de *beta* para *gama* são poucas; de tal maneira que se poderá dizer que o texto de *gama* quase não diverge do de *beta*. Ao limar o texto de *alfa*, Magalhães procurou eliminar a forma sincopada *pra*, que em geral substituiu por *para* ou *a*. Evitou a repetição de palavras, quando ociosa ou desagradável. Esforçou-se por melhorar a sua linguagem, reaviando-a às boas normas gramaticais em vários pontos em que delas se afastara. Por exemplo: o verso da página 149 de *alfa*: "E amanhã? Só Deus sabe onde acharei-me", o qual vem modificado em *gama* deste modo: "E amanhã? Onde irei? Só Deus o sabe". A observação atenta deste trabalho de aperfeiçoamento estilístico oferecerá ao estudioso do idioma, algumas lições proveitosas. Da maneira como está feita, esta edição, ao mesmo tempo que dá o texto da última da vida do autor, permite uma reconstituição bastante precisa da 1ª, a de 1836, que se considera como a inauguradora do Romantismo entre nós, e ministra uma idéia bem fiel da edição de 1859. Além disso, traz comentário a respeito da língua, e registra, embora muito escassamente, pontos de contacto entre passagens de Magalhães e composições de outros autores.

Até aqui, Sousa da Silveira: isto, que hoje em dia seria quase trivial, entre nós, nos trabalhos de filologia, àquele tempo eram uma grande novidade.

Em 1945, o nosso homenageado dá à estampa uma das obras mais importantes de toda a produção filológica brasileira: *Textos Quinhentistas*. Editado pela Faculdade Nacional de Filosofia, reúne quatro obras-primas da literatura clássica portuguesa, com os respectivos textos rigorosamente estabelecidos e ricamente comentados: "Sôbolos rios" de Camões, "Crisfal", supostamente de Cristóvão Falcão, "Castro", de Antônio Ferreira, e o "Auto da Alma", de Gil Vicente. Aí aparece já Sousa da Silveira em plenitude. Aquela segurança que foi seu apanágio, a medida e compostura que não lhe permitiam aventar opiniões mal fundadas, nem assumir atitude dogmática ou radical, o vasto e sólido conhecimento da língua de 500, da Bíblia e dos autores eclesiásticos, nomeadamente os Santos Padres, isto permitiu-lhe uma exegese sempre boa, e muitas vezes excelente, dos passos mais ou menos difíceis, mais ou menos obscuros. Na 3ª edição que os senhores congressistas vão receber de *Dois Autos de Gil Vicente*, preparada para sair a tempo de alcançar este Congresso, vêm reproduzidas em fac-símile a folha de rosto e seu verso do exemplar de *Textos Quinhentistas*, reservado para si pelo autor, e depois generosamente oferecido a quem neste momento vos fala. Aí vêm amostras das muitíssimas anotações e apontamentos para uma possível 2ª edição

melhorada, documento da constante atividade intelectual do autor, e de sua preocupação de aperfeiçoamento e maior penetração dos textos, mantida até o fim da vida.

Em 1940 viera a lume uma edição das *Obras de Casimiro de Abreu*, apuração e revisão do texto, escorço biográfico, notas e índices por Sousa da Silveira. Foi a 1ª edição crítica que se fez do poeta romântico. Em 1955 reapareceu ela muito melhorada, agora integrada na coleção de Textos da Língua e da Língua Portuguesa Moderna da Casa de Rui Barbosa. Neste trabalho, executado com o mesmo escrúpulo de sempre, Sousa da Silveira teve em mira defender Casimiro da pecha de escritor incorreto e mau versejador. Nesse sentido, multiplica notas pejadas de abonações, não só para mostrar e provar a vernaculidade do cantor de *Primaveras*, senão também para deixar patente que seu instinto rítmico o levou a empregar recursos excepcionais de métrica, utilizados pelos melhores conhecedores da tradição poética da língua. É uma obra de apologia, mas levada a cabo com perfeita competência e exemplar honestidade. Não posso e não devo fazer referência a todos os trabalhos filológicos do nosso homenageado. Mas creio que seria desprimoroso deixar em branco a nova edição de *Dois Autos de Gil Vicente*, muito enriquecida e trabalhada afanosamente para que pudesse ficar pronta em tempo de ser aqui distribuída aos senhores congressistas. Como outras obras congêneres do mestre, *Dois Autos* surgiu e foi-se aperfeiçoando com o tempo. A princípio eram duas conferências feitas no Instituto de Estudos Portugueses do Rio de Janeiro, durante o mês de setembro de 1943, respectivamente sobre o "Auto da Alma" e o "Auto dos Mistérios da Virgem", conhecido como "da Mofina Mendes". A rigor, duas aulas, muito didáticas, muito claras, convidativas à leitura e meditação dos dois textos vicentinos. O "Auto da Alma" desde muito antes vinha sendo objeto das investigações de Sousa da Silveira, que sobre ele já publicara várias coisas na *Revista de Cultura*, do Rio. Proferidas as conferências, publiquei-as eu, em *A Ordem*, do Rio, e tirei-lhes separata. Depois, com o acréscimo do texto integral das duas peças, em leitura crítica, saiu um pequeno volume, primeiro da série das publicações do Centro de Estudos de Língua Portuguesa, de que ele foi fundador e diretor-presidente até à morte. Talvez porque eu tivesse manifestado ao autor meu entusiasmo pela apresentação e exegese que fez dos textos, talvez porque eu tivesse escrito uma nótula sobre o silêncio de Santo Tomás no "Auto da Alma", levantando a respeito três hipóteses, mas preferindo e justificando a última (que é: quando falam os padres, os teólogos emudecem), talvez por simples e gratuita benevolência, o fato é que tive a feliz surpresa de ver este trabalho dedicado a mim. Perdoem-me a impertinência e o esquecimento da sentença pascaliana "le moi est haïssable". Penso que está aí uma das razões de ter sido o escolhido

ensejo do lançamento da nova e bela edição de *Dois Autos de Gil Vicente*. Não faltou nem faltará quem ponha defeitos nesta obra de Sousa da Silveira, mas os aristarcos se esquecem de que na época em que foi feita, e com os recursos de que dispunha o autor, melhor coisa não se podia fazer. E principalmente, não lhes é lícito negar que como visão geral, como exegese de conjunto, como interpretação do sentido global de cada uma das peças, nunca tinha havido antes, e nunca apareceu depois, nada semelhante. Até porque a fina e alta espiritualidade de Sousa da Silveira entrava em perfeita sintonia com a beleza, com a doutrina, e com o "signe retourné", postos nas duas obras-primas.

Ao tempo em que viveu e atuou Sousa da Silveira, ainda não se tinha firmado, ao menos no Brasil, a distinção que hoje se faz entre os diversos ramos da ciência da linguagem. Para ele, Filologia era o estudo científico da língua, fundado principalmente nos textos, originais ou criticamente estabelecidos e rigorosamente comparados. Aplicando o conceito ao português, ele, seguindo a Leite de Vasconcelos, conceituava Filologia Portuguesa, como "o estudo da nossa língua em toda a sua amplitude, no tempo e no espaço, e acessoriamente o da literatura, olhada sobretudo como documento formal da mesma língua". Entendendo assim a especialidade, nela progrediu consideravelmente ao longo do tempo, sempre muito bem aproveitado, e todas as vezes que empreendeu trabalhos de texto, fê-lo com tal segurança e acuidade, que hoje em dia eles continuam a ser absolutamente válidos.

Eu não queria dar por terminada minha gratíssima tarefa, sem fazer referência à atuação magisterial de Sousa da Silveira. Já não direi que foi professor modelar, zelosíssimo no cumprimento do dever, que isto talvez fosse dispensável a meu intento. Quero salientar, isso sim, que mais do que professor, ele foi Mestre, porque fez discípulos, porque marcou fundamente os que dele receberam lições regulares. A mais sensível, a mais característica dessas marcas, foi a tomada de consciência da importância do texto. E dentre os discípulos assim marcados, lugar de relevo cabe a Maximiano de Carvalho e Silva, o idealizador e organizador deste Congresso. Absorveu ele em cheio, e fundamente, o espírito do Mestre, e veio a ser seu mais fiel seguidor, modernizando, naturalmente, os processos de trabalho e aprimorando as técnicas de estabelecimento de texto. Mas, apaixonado por esse mister, também ele fez escola, no sentido estrito e rigoroso da palavra. Há vários anos vem formando e adestrando pequenos grupos de preparadores de textos, que sob sua orientação já têm realizado belas tarefas. Não contente, sonhou com um Congresso Internacional de Filologia, especialmente voltado para a Crítica Textual. Planejou-o, pôs-se em campo, e hoje ele é esta realidade que constitui empresa pioneira no gênero. De fato, é o primeiro que se realiza em tal

perspectiva. Como vêem os senhores congressistas, a circunstância de estarmos aqui reunidos decorre diretamente, por via de natural sucessão, da atividade inaugural de Sousa da Silveira. Logo, não poderia ser outro o Patrono deste certame: "et par droit de naissance, et par droit de conquête". Os organizadores fizeram-lhe esta justiça. Aplaudimo-los nós outros, e nesta hora de abertura dos trabalhos, abrimos também os corações e elevamo-los num preito de louvor e de homenagem a um dos mais eminentes desbravadores de caminho no campo da Filologia e da Crítica Textual.

[Texto policopiado e distribuído aos congressistas.]

C - CULTURA HUMANÍSTICA E CULTURA POLÍTICA:

DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS DO CENTRO DE CULTURA HUMANÍSTICA.

(1968)

Os fundadores do CENTRO DE CULTURA HUMANÍSTICA adotam os seguintes princípios, que propõem à adesão dos seus sócios:

1. O homem é um ser dotado de inteligência e de vontade livre, ser que transcende o universo físico, a sociedade e o tempo. Por sua mesma natureza, é capaz de conhecer a verdade e de querer (ou rejeitar) o bem, assumindo com isso a responsabilidade de suas opções.

2. A busca da verdade, em todos os domínios, é para o homem indeclinável obrigação moral, o exige a tensão de todas as faculdades cognoscitivas.

3. A religião insere-se, portanto, entre as obrigações morais, e deve-se traduzir pela mais autêntica, profunda e honesta procura de Deus, entrevisto, contemplado e aceito como Fim Último da vida humana.

4. Por *verdade* entendemos a concordância da mente com a realidade. Por isso tem ela caráter absoluto, independente de época, envolvimento cultural, processo histórico ou interesses ocasionais. Baseados nessa convicção, repelimos todo relativismo, que esvazia a verdade do seu conteúdo objetivo e faz dela uma atitude pessoal, ou um efêmero produto do tempo, da era histórica, do tipo de cultura ou da evolução.

5. Proclamamos a existência de uma lei moral, razão da Ética e fundamento do Direito, decorrente da natureza do homem e da sociedade, ordenada ao bem individual e ao bem comum, portanto não derrogável por eventuais vontades de maiorias, manipuladas ou não.

6. Afirmamos que o homem é sujeito e objeto da História, comanda o processo histórico e, por isso, é capaz de progresso ou de descanso, conforme a tensão ou distensão das faculdades espirituais. Daí porque repelimos a idéia de progresso linear e necessário, estranho ao esforço moral, desumanizador do homem, que ficaria reduzido a mero títere de forças cegas e desconhecidas.

7. Nisto firmados, repudiamos igualmente toda idéia de reforma *de fora para dentro*, supostamente apta a produzir efeitos mágicos sobre a conduta humana e o funcionamento da sociedade. Só acreditamos em reformas – necessárias e urgentes, aliás – que partam de uma visão de verdade, de uma nova mentalidade de bem comum e de uma eficaz vontade de ascensão humana.

8. Por bem comum entendemos um valor predominantemente ético: o clima espiritual que permite e estimula a boa, reta e feliz vida humana dos membros da comunidade. As riquezas materiais, componentes imprescindíveis do bem comum, são por natureza inferiores, inábeis por si sós, ainda que muito abundantes e bem distribuídas, a tornar justa e boa a sociedade e o Estado.

9. Sem querer minimizar as ciências de observação, reconhecemos uma hierarquia no saber, de modo que precedam, em nobreza e importância, as ciências do espírito sobre as da matéria.

10. Por *Cultura Humanística* entendemos o esforço inteligente e constante de assimilar conhecimentos relativos ao homem como pessoa, aprofundá-los e estendê-los, com vistas ao aperfeiçoamento próprio e alheio e, conseqüentemente, ao progresso da civilização.

[Texto de autoria de Gládstone Chaves de Melo,
Presidente do Centro, fundado a 20/3/1968, como
consta do registro em cartório do Estatuto da entidade.]

CONSIDERAÇÕES SOBRE DEMOCRACIA.

(1986)

[.....]

A VERDADEIRA DEMOCRACIA

Se a liberal democracia é inaceitável, aceitável e digna de louvor é uma verdadeira democracia, não necessariamente como regime, nem talvez, inteiramente, como sistema, mas como ideal, sempre buscado e talvez jamais plenamente atingível neste vale de lágrimas.

Desde logo, a democracia é difícil e só se ajustaria a povos que já tivessem alcançado certo grau de verdadeira civilização. Ela exige clara noção de bem comum, clara noção de que ele tem de ser uma conquista de todos, paradoxalmente mantida e recomeçada cada dia.

Exige virtude nos cidadãos, exige que eles acreditem na verdade e no bem objetivos. Que se disponham a sobrepor ao egoísmo e ao espírito de campanário a amizade cívica. Que mereçam a liberdade, *com responsabilidade*. Que saibam respeitar religiosamente em cada semelhante a eminente dignidade da pessoa humana. Que coíbam a paixão do mando, fazendo crescer em si o desejo, a alegria e a glória de *servir*.

Tal democracia ainda não se implantou. Mas é desejável, sumamente desejável, precariamente realizável e, repito, deve ser buscada dia por dia. Com eterna vigilância.

Pensando nisto, com certeza, é que o filósofo vitalista e judeu, reto e inteligentíssimo, Henri Bérgson, disse, no último dos seus livros, *Les Deux Sources de la Morale et de la Religion*: "A democracia é de essência evangélica".

Como que a glosar esta ousada, e verdadeira, asserção, Jacques Maritain disse as seguintes e magníficas palavras, que transcrevo na íntegra, para acabar bem esta primeira parte:

> O Cristianismo anunciou aos povos o reino de Deus e a vida do século futuro, ensinou-lhes a unidade do gênero humano, a igualdade de natureza de todos os homens, filhos do mesmo Deus e resgatados pelo mesmo Cristo; a inalienável dignidade de cada alma criada à imagem de Deus; a dignidade do trabalho e a dignidade dos pobres; a primazia dos valores internos e da boa vontade sobre os valores externos; a inviolabilidade das consciências, a exata vigilância da justiça e da providência de Deus sobre grandes e pequenos; a obrigação imposta aos que comandam e aos que detêm o chamado poder econômico de comandar segundo a justiça, como ministros de Deus, e de gerir os bens que lhes são confiados para a vantagem comum, como intendentes de Deus; a submissão de todos à lei do trabalho e o apelo a todos para partilharem da liberdade dos filhos de Deus; a santidade da Verdade e o poder do Espírito, a Comunhão dos Santos, a divina supremacia do amor redentor e da misericórdia, e a lei do amor fraterno, que a todos se estende, até aos inimigos, porque todos os homens, qualquer que seja o grupo social, a raça, a nação, a classe a que pertençam, são membros da família de Deus e irmãos adotivos do Filho de Deus. O Cristianismo proclamou que onde estão o Amor e a Caridade aí está Deus; e que de nós depende transformar qualquer homem em nosso próximo, amando-o como a nós mesmos e tendo compaixão dele, isto é, morrendo de certo modo a nós mesmos por ele. Cristo amaldiçoou os ricos e os fariseus, prometeu aos pobres e aos que sofrem perseguição por amor da justiça que a eles pertence o reino do céu; aos mansos que eles possuirão a terra; aos que choram que eles serão consolados; aos que têm fome e sede de justiça que eles serão saciados; aos misericordiosos que com eles haverá misericórdia; aos de coração puro que eles verão a Deus; aos pacíficos que serão chamados filhos de Deus. Declarou que tudo que é feito ao menor de Seus irmãos é feito a Ele próprio; deu a seus discípulos o mandamento novo de se amarem uns aos outros como Ele próprio os amou. (*Cristianismo e Democracia*, p. 53-55 [alterei levemente a tradução, com vistas a maior vernaculidade].)

Aí, nesse trecho de *Cristianismo e Democracia* está uma síntese, particularmente feliz, da mensagem cristã que é, em si, estritamente *sobrenatural*. Porém essas verdades, assimiladas e vividas, ao longo do séculos

foram refletindo-se na ordem temporal, na "consciência profana", como diz o autor, e têm servido e servem e sempre servirão de campo altamente propício à fecundação e ao desabrochar da verdadeira democracia.

[.....]

A JUSTIÇA SOCIAL

Mais alta ainda que a Justiça Distributiva é a *Justiça Social*, como hoje quase sempre se diz. Santo Tomás chamava-lhe "Justiça Legal", enquanto outros autores, de inspiração tomista, costumam dizer "Geral".

O Doutor Angélico prefere "Legal", porque esta justiça procede imediatamente da lei, que, para ele, é coisa muito séria e até venerável, é *rationis ordinatio ad bonum commune* (*Summam* Iª, IIªe, q. 90, art. 1) – "ordenação racional ao bem comum". Depois do jusnaturalismo e, principalmente, de Montesquieu e de Rousseau, a lei perdeu a intrínseca nobreza e passou a ser resultado da "vontade" do soberano ou da "vontade" da eventual e ocasional maioria parlamentar, não raro agressora do Direito e da Lei Natural. Por isso, agora já não tem sentido a expressão "Justiça Legal". Ou melhor, não diz nada, porque "legal" é o que decorre da lei; e tudo pode ser lei, até, como disse atrás, o homicídio frio e covarde chamado *aborto*, lei já em diversos países "adiantados" (e não tardará em sê-lo no Brasil, que nestas coisas não pode ficar "atrasado").

Esta Justiça maior, ordena ao bem público *todos* os atos de *todos* os membros da sociedade. Ela desempenha, ou deve desempenhar, na ordem natural o mesmo papel da Caridade na ordem sobrenatural, virtude que, segundo a sã Teologia, é a *forma*, a vitalizadora das outras. Virtude geral, portanto, inspiradora, iluminadora.

Na vida social organizada, a pauta, o ponto de referência de toda a atividade dos membros tem de ser a Justiça. Santo Tomás expende, a propósito, um riquíssimo e fecundíssimo conceito, que, inclusive, responde à inquieta indagação de muitos espíritos generosos.

Por quê, perguntam, gemendo, por quê, num grupo social, há pessoas mais inteligentes, mais habilidosas, mais jeitosas, mais cultas, mais sábias, mais inventivas, mais eficientes, mais criativas, mais isto, mais aquilo? Responde o Santo Doutor: "toda superioridade é para o bem comum". Logo, traz um encargo, um ônus, uma obrigação, exige compromisso interior.

Um indivíduo que honestamente se descubra superior neste ou naquele ponto - longe de se envaidecer, longe de se vangloriar, deve temer e tremer.

Deve compreender, *vitalmente*, que tem de pôr essa superioridade a serviço dos consócios, dos outros membros da sociedade. Não a pode guardar para si; não pode sentir-se enfatuadamente melhor; antes, há de sentir-se onerado. Aquilo que São Paulo Apóstolo diz dos carismas (*Rom.* 12, 5-8) aplica-se em cheio na vida social, família, cidade, nação.

Deus fez Bach ou Mozart grandes músicos para que eles, compondo obras imortais de beleza rítmica, convidassem os homens do seu tempo e do futuro a elevar-se acima do cotidiano banal, da disputa mesquinha do lugar na praça, da cansada luta pelo pão-nosso-de-cada-dia; a lembrar-se da sua vocação transcendente. E não só, mas também para que esses gênios oferecessem um compensatório contra-ponto ao desolador espetáculo da degradação humana, tanta vez conscientemente buscada!

META CONSTANTE E UNIFICADORA

A democracia, bem entendida, impõe-nos escrever e inscrever todos os nossos atos na pauta do bem comum. Em clave de sol, de fá ou de dó, não importa, mas, inscrevê-los. Imperativo da justiça social!

Mais: esta virtude alta e enformadora obriga os governantes do executivo, do legislativo e do judiciário a, efetivamente, atender ao que hoje se chama, em péssima tradução do inglês, "direitos humanos". Em melhor linguagem e, ainda assim, eufêmica: os "direitos fundamentais do homem". Os que figuram na natimorta Carta da ONU. Os direitos do *homem* como tal, do homem como membro de uma sociedade civilizada. Direito à vida, ao trabalho, ao salário condigno, à livre escolha do cônjuge, à geração e à educação dos filhos, a realizar a própria vocação, sem entraves de ordem econômica, político-partidária, racial, étnica ou religiosa.

Obriga primordialmente aos governantes, mas não isenta ninguém. Porque a criação, a sustentação e o aprimoramento do "clima" de bem comum é tarefa de todos. De teor positivo e de teor negativo, pela vigilância, pela denúncia, pelo protesto ordeiro.

Sem Justiça inteira não há democracia plena. Haverá nobilitantes ou viciadas tentativas. Haverá contrafações, o que, em certo sentido, é pior.

O anseio pela Justiça Social é tão antigo como o homem, porém se tornou mais agudo e urgente do século passado para cá, em virtude disto que já se chamou, e bem, "progresso da consciência moral". Intensificaram-se os apelos, acutizaram-se as reivindicações, levantaram-se excelentes vozes em defesa dos injustiçados, e esse concerto de esforços produziu consoladores efeitos. Basta comparar a situação dos operários das fábricas inglesas no

primeiro quartel do dezenove com a de hoje. Nem tanto: confronte-se a vida do trabalhador manual alemão de 1886 e a de 1986. Um abismo de diferença!

Claríssimo que em muitos países, mormente do chamado "terceiro mundo", a situação ainda é terrível. Mas, ainda assim, aqui no Brasil, por exemplo, já melhorou. Ou despiorou... Não me é necessário fazer cotejos por demais conhecidos.

Há ainda um longo e áspero caminho que percorrer. Caminho cercado de precipícios. A longeva desnutrição, a fome urgente, o sistemático trabalho dos demagogos, pescadores de águas turvas, e dos profetas do paraíso no fim. Sem falar dos ingênuos que acreditam no idealismo moral dos marxistas, e dos que, mais grave, pensam que o marxismo se interessa pela sorte dos "proletários", quando ele, na verdade, é apenas o esplendor do maquiavelismo. Sedenta busca do poder, feroz manutenção do posto conseguido, deleitosa usufruição.

A quem tivesse dúvidas a respeito, eu aconselharia a leitura, ou releitura, de *A Nova Classe*, de Milovan Djilas, e pediria olhos para a perpetuidade dos governantes comunistas, que só mortos caem do poleiro. Nikita Kruschev é a clássica exceção confirmadora da regra...

Os democratas lúcidos e sinceros têm de desfraldar a bandeira da Justiça Social, empunhada um dia por esse grande precursor e pioneiro que foi Frederico Ozanam, primeiro reformista e primeiro crítico severo do socialismo. (V. o magistral estudo "Les Origines du Socialisme", *Oeuvres*, VII, pp. 185-230)

A Quarta Justiça

Falta-nos ainda dizer uma palavra acerca do quarto aspecto da virtude, aquele que podemos chamar de "vindicativo" ou de "punitivo". Em rigorosa lógica e coerente Filosofia, devemos considerá-lo como modalidade, ou contra-aplicação, da Justiça Distributiva.

Está-se vendo que ela manda castigar os violadores, os criminosos de diverso tom e gravidade. O delito é pesado gravame à verdadeira consciência democrática, ao sagrado senso de justiça, ínsito no coração do homem, que clama pela reparação. Pela restauração do equilíbrio. Pela extirpação da nódoa.

Escusado dizer que aí reina, soez, a impunidade para os ricos, os poderosos, os bem relacionados, os "cartolas", os "colarinhos brancos", os depenadores do Tesouro, os negocistas de todos os mares. E isto é pior, mais gritante num país como o nosso, em que os aventureiros quase sempre se tornam venturosos possuidores de larga fazenda, sem que dela possam explicar

a origem. Fazem ouvidos moucos à velha indagação da sabedoria popular - "Quem cabritos vende e cabras não tem, donde lhe vêm?".

Torno ao meu Padre Antônio Vieira:

> Navegava Alexandre [Magno] em ũa poderosa armada pelo mar Eritreu a conquistar a Índia; e, como fosse trazido à sua presença um pirata que por ali andava roubando os pescadores, repreendeu-o muito Alexandre de andar em tão mau ofício. Porém ele, que não era medroso nem lerdo, respondeu assim: "Basta, senhor, que eu, porque roubo em ũa barca, sou ladrão, e vós, porque roubais em uma armada, sois Imperador?" Assim é. O roubar pouco é culpa, o roubar muito é grandeza; o roubar com pouco poder faz os piratas, o roubar com muito, os Alexandres. (*Sermões*, III, p. 326.)

O Sangue Arterial

Muito incompletas ficariam estas desalinhadas "considerações", se eu não fizesse menção de outro componente essencial da verdadeira democracia, aquilo que se lhe pudera chamar "cimento", ou, muito melhor, "sangue". Sangue, porque atravessa, perpassa todo o organismo social, vitalizando-o, dando-lhe cores de boa saúde. Trata-se da *amizade cívica.*

Se eu me quisesse valer do queirosiano Conselheiro Acácio, ele me diria pronto que a *amizade* se enquadra no amor. Amor recíproco, multiplicado, circular.

Mas... que é o amor? Aqui, sinto divergir de muita gente boa, mas tenho de sustentar que o amor é ato da vontade. Não do sentimento, como tantos pensam, convictos, sem atentar em que o sentir não depende de nós, varia da manhã para a tarde, é inconstante como as ondas ou, ao menos, como a lua.

Amar é "*querer* o bem de...", e neste ponto a língua portuguesa é mais filosófica do que outras, tanto é verdade que sinonimiza *amar* e *querer bem*. Ora, a faculdade que "quer" é a vontade.

A mesma boa Filosofia, no entanto, nos previne sobre a existência de dois amores, antagônicos, contraditórios um do outro. Existe *amor de concupiscência* e *amor de benevolência.*

O primeiro é amor de si mesmo, e tudo ou todos que aparentemente sejam objeto de dileção – na realidade não passam de instrumentos de auto-estima. Conforme o ímpeto e conforme o tipo psicológico do "amante", extroverso ou introverso, podem abundar ou rarefazer-se os engodos, os "fingimentos de amor". E são tantos os homens e mulheres que se deixam embair, que caem nas armadilhas...

O amor de *benevolência*, como o nome diz, é o que quer o bem do outro. O *verdadeiro* bem, porque, se ele é alto e nobre, deve também ser lúcido. Claro que efetivamente não amaria o filho a mãe que, para não magoá-lo ou contrariá-lo, deixasse de ministrar-lhe os remédios prescritos, ainda que fosse uma injeção muito dolorosa. Seria falso amor, amor puramente sentimental.

Busquei o singelo exemplo mui de propósito para repelir a idéia da identificação amor: sentimento. É claro que, dada a unidade radical do composto humano, a uma inclinação da vontade deve corresponder uma ressonância sentimental coerente. Mas nem sempre as coisas se passam assim, porque, embora uno, o homem é um ser dilacerado.

Quando Cristo peremptoriamente nos manda amar os inimigos, fazer bem aos que nos perseguem, estar prontos a vir em socorro dos que nos caluniam – é obvio que não nos está mandando *sentir* ternura por esses homens. Está ordenando, sim, que lhes *queiramos bem.* Com a vontade. Porque esta depende de nós, ao passo que o sentimento não.

A simpatia se converte fácil em antipatia, o fervor em indiferença. Se o maior dos mandamentos é "amar a Deus sobre todas as coisas", isto não quer dizer que sejamos obrigados a *sentir afeição* por Ele, mas a ter a vontade voltada para Ele, sempre empenhada em servi-Lo. "Quem me ama, disse Jesus, observa os meus mandamentos"(cf. *Jô*, 14, 21).

Até prescindindo da ordem sobrenatural, temos obrigação de amar nossos semelhantes, isto é, de *querer-lhes bem*, de efetivamente contribuir para o êxito de seus legítimos empreendimentos, de socorrê-los nas aflições e nas necessidades. E por quê? Exatamente porque são nossos semelhantes, habitantes da mesma cidade terrestre, da mesma *polis*, da mesma *ciuitas*, da mesma sociedade politicamente organizada. Por isso, amizade *cívica.*

"Nous sommes embarqués", lembrava Pascal. Transpondo este "pensamento", direi que, por estarmos no mesmo barco, nosso destino é comum. Necessariamente temos de nos entreajudar. O feliz desfecho da viagem depende absolutamente disso. Amizade, amor recíproco, correspondido, ativo. Confiança do homem no homem. Certeza de que o barbeiro que nos escanhoa o pescoço não se vai aproveitar da privilegiada situação para nos seccionar a carótida. Exatamente o contrário do que, torvo, imaginava Hobbes com seu *homo homini lupus*. Não há dúvida que das nossas entranhas perversas nasce a tendência de cada um ser lobo para o outro. Mas podemos e devemos sofrear e reprimir esses instintos bestiais. Sem apelar para o controle do "deus mortal", sem sacrificar ao Leviatã.

CONCLUSÃO

A verdadeira democracia, *regime difícil e tenso*, receita e exige a boa convivência. Que na sociedade de *homens livres* se atenda ao direito de todos e de cada um, que impere a Justiça, que todos respirem desafogados, que ninguém tema ser esbulhado, certo de que "ainda há juízes em Berlim". E tal sociedade de homens livres, ideal nunca totalmente realizado, mas *nunca abandonado*, sempre perseguido sem desfalecimentos, tal sociedade terá por soldura entre seus membros, livres e ativos, a amizade cívica. Amorosa cultivará o amor, e proscreverá crispada o ódio.

Para fechar bem, tomo a Boileau, fora de sua intenção (que não pensava nisto), tomo ao famoso poeta o que chamarei de "breviário do democrata perfeito":

> Concluons qu'ici bas le seul honneur solide
> C'est de prendre toujours la verité pour guide,
> De regarder en tout la raison et la loi;
> D'être doux pour tout autre et rigoureux pour soi;
> D'accomplir tout le bien que le ciel nous inspire;
> Et d'être juste en fin: ce mot seul veut tout dire.

(Excertos do opúsculo *Considerações Sobre Democracia*, Rio de Janeiro, Presença, 1986, pp. 22-23 e 36-43.)

MARITAIN E A FÉ NA DEMOCRACIA.

(1946)

1. Num dos livros mais poderosos que tenho lido e que mais profunda mossa me tem causado no espírito - *Ascensão e Decadência da Burguesia*, de Emmet John Hughes, posto em vernáculo por Cipriano Amoroso Costa, - nesse livro-monumento se faz esta observação justíssima:

> Em meio à desintegração e ao colapso da sociedade liberal burguesa, em face das forças avassaladoras do fascismo, a mais grave ameaça ao que há de melhor na tradição cultural e política do Ocidente é o possível enredo da fé democrática na catástrofe liberal. A necessidade mais imediata e premente é que a fé na democracia, longe de ser assim deturpada e desarticulada, venha a receber o influxo de uma nova e perseverante energia.
>
> (*Ascensão e Decadência da Burguesia*, Livraria Agir Editora, 1945, p. 338).

Realmente, nesta hora decisiva que vivemos, cheia de inquietação e cheia de esperança, nesta hora única na história do mundo moderno, em que se apagam as luzes da civilização que a Burguesia criou para seu uso e gozo, nesta hora de revolução e de renovação, em que as energias latentes dos povos se põem em ação para plasmar uma Nova Idade – o máximo problema político e social que se nos apresenta é *salvar a Democracia*.

E *salvar a Democracia* significa preservar-lhe a essência, e defendê-la contra os fariseus que lhe usam do nome para *salvar-se* matando-a.

2. Não há vocabulário mais movediço que o vocabulário político. Tonto fica o lexicógrafo quando pretende definir um termo de tonalidade política, porque o conceito varia segundo a mentalidade e a paixão de cada grupo sectário, de tal modo que, sob o mesmo nome, se designam coisas diametralmente opostas.

Haja vista o que acontece com a palavra *socialismo*. Quem seria capaz de dar-lhe uma definição que satisfizesse a gregos e troianos?

Não é, pois, de estranhar que a palavra *democracia*, que adquiriu depois da Guerra uma ressonância profundamente sentimental, - não é de estranhar que a palavra *democracia* rotule os conceitos mais desencontrados na teoria e na prática política. Temos exemplo em casa. O mais temível inimigo que tivemos da *democracia*, (difícil é escrever-lhe o nome!) Getúlio Vargas, veio instaurar nesta infeliz terra a "verdadeira democracia", a "democracia orgânica". Plínio Salgado, depois de ter pregado uma democracia verde, deglutida em tempo pelo citado "estadista", volta a falar-nos compungidamente sobre a "verdadeira democracia". Prestes abandonou seu retiro da Rua da Relação empunhando a bandeira democrática e se nomeou paladino da Democracia tachando de "reacionário", "fascista", "nazista", e "traidor" a todo aquele que não reza pela sua cartilha, inclusive a mais autêntica figura de democrata entre nós surgida, o Brigadeiro Eduardo Gomes!

3. Diante disso, impõe-se uma cruzada, à qual são chamados todos os homens de boa vontade e de bom espírito, cruzada para atender àquela "necessidade mais imediata e premente" dos nossos tempos, isto é, - que a "fé na democracia venha a receber o influxo de uma nova e perseverante energia".

"Ninguém crê", porém, "sem saber por que crê", como ensina Santo Tomás. Por isso, para que sólida seja e racional a nossa "fé na democracia", é imprescindível que desta tenhamos noção perfeita e expungida de deformações.

4. Que eu saiba, ninguém até hoje estudou com mais clareza e aprofundou com mais segurança o verdadeiro conceito de *democracia* que Jacques Maritain. E não é de admirar que assim tenha sido: metafísico, esteta e humanista, no vero sentido da palavra, aprimorou o espírito na prática das distinções mais

sutis, penetrando a realidade – ontológica, política, social ou estética – até o âmago, "distinguindo para unir", desvendando os erros no nascedouro, separando o ouro da ganga, descobrindo a verdade no meio das maiores aberrações do pensamento e revelando o veneno escondido sob a mais açucarada das pílulas.

Depois que, contrariando as tendências mais fortes do seu espírito, se entregou ao exame dos grandes problemas políticos do seu tempo, Maritain foi bastas vezes incompreendido, não raro vivamente combatido e até caluniado. Houve quem nele visse um "liberal" e mesmo um "herege". No entanto, a realidade dos dias que vivemos mostra, com clareza meridiana, que ele foi um profeta, uma voz na tormenta, "uma das grandes clareiras do século XX", como disse Alceu Amoroso Lima, num artigo que, há uns doze anos, orientou para o Mestre francês meu espírito ávido de adolescente.

Tendo acompanhado *pari passu* a pregação política do grande filósofo, pregação que caiu em terra arada, pois que sempre tive o espírito cem por cento democrata, - tendo acompanhado ao de perto a pregação do mestre, não tenho dúvida em afirmar que o "breviário político" de Maritain é esta pequena obra-prima que se chama *Cristianismo e Democracia.* "Breviário político" de Maritain e "breviário político" dos tempos atuais.

Este o livro da nossa cruzada, este o livro para nos alentar a fé na Democracia, porque este é o livro que nos apresenta em toda a sua pureza a verdadeira democracia, a democracia cuja essência sentíamos e entrevíamos no sub-consciente, mas que jamais fôramos capazes de definir com tanta precisão, com tanta suficiência, com tanta beleza e tanta elevação, como o fez esse grande homem que a Providência de Deus trouxe para a luz da Fé há quarenta anos, a fim de que ele iluminasse os seus contemporâneos.

5. O que para logo chama a atenção na obra de Maritain, e muito particularmente neste grande livro que escolhi para parafrasear, comentando-lhe e salientando-lhe os pontos capitais, – o que para logo chama a atenção é *a confiança na força intrínseca da Verdade e a confiança na ação do sobrenatural na história.*

O mundo moderno de tal modo se impregnou de cepticismo e de naturalismo, o clima espiritual da nossa época a tal ponto se empestou desses venenos, que dificilmente se encontra, entre cristãos e católicos de hoje em dia, quem não tenha de rezar o *confiteor*, ao menos por pecados leves. Daí a inquietação de muitos, daí a "reação" que surge furibunda, querendo matar as idéias a pau e querendo substituir a ação da Providência pela cadeia e pelo fuzilamento.

Por isso é que a *serenidade* de Maritain nos conforta, nos anima, *nos corrige* e nos comunica um sadio otimismo. Maritain nada tem de reacionário

porque ele crê e confia profundamente, *vitalmente* no poder da Verdade, porque ele recebeu em toda a plenitude aquela palavra do Cristo: "Confiança! Eu venci o mundo!".

Eis por que na hora mais negra da guerra, quando o Império Pagão, no apogeu de sua força, ameaçava esmagar o mundo e tripudiar sobre a dignidade humana, quando "o espectro satânico do Nacional-Socialismo" estava a pique de nos mergulhar numa imensa e trevosa noite, - eis por que Maritain nos manda do seu bendito exílio uma mensagem de confiança, tranqüila, segura, partida de quem não teme as forças do Mal, visto como tem por si e *em si* o Deus dos Exércitos.

Esta, a meu ver, a primeira grande lição do "breviário político" de Maritain. Inútil citar textos e colher frases para provar o asserto. A confiança na força intrínseca da Verdade e a confiança na ação do fermento evangélico na história constituem o *espírito* do livro, espírito que se sente ou se pressente em cada uma de suas sentenças.

Aí está por que Maritain é menos um apologeta que um afirmador. Ele crê na Verdade, por isso a *afirma.* Não lhe prepara os caminhos, não pede licença para apresentá-la, não pede desculpas aos circunstantes por trazê-la à luz. Ele não tem esse incompreensível "sentimento da culpa", de que muitos católicos se acham possuídos e que os leva dar uma humilde explicação ao "respeitável público" de porquê são católicos. Ele não quer mostrar que a fé está de acordo com a ciência, como faz certa apologética barata, satisfeita de "ganhar mais um protestante na América", como diria o nosso Corção, - mas sustenta corajosamente que a ciência é que tem de concordar com a fé.

Por isso, nesta hora de democratismo e de namoro e pazes apressadas com a democracia, ele pode fazer esta afirmação estupenda: "Mas o que importa à vida política do mundo e à solução da crise da civilização não é, de modo algum, pretender que o cristianismo estaria ligado à democracia e que a fé cristã obrigaria cada fiel a ser democrata; é verificar que a democracia está ligada ao cristianismo, e que o impulso democrático surgiu na história humana como uma manifestação temporal da inspiração evangélica" (*Cristianismo e Democracia*, tradução e Introdução de Alceu Amoroso Lima, Livraria Agir Editora, 1945, p. 45).

6. A grande tese do presente livro é aquela mesma entrevista por Bergson em *Les Deux Sources* e agora iluminada de luz solar: "a democracia é de essência evangélica".

Maritain não se cansa de proclamá-lo ao longo de seu livro, e fez todas as suas magníficas análises convergir para esta conclusão: "Em seu princípio essencial, essa forma e esse ideal de vida comum, que chamamos democracia,

provém da inspiração evangélica e sem ela não pode subsistir". (p. 35). "A condição para que as democracias ganhem a paz, depois de terem ganho a guerra, é que a inspiração cristã e a inspiração democrática se reconheçam e se reconciliem". (p. 37). "O problema não é encontrar um nome novo para a democracia, e sim descobrir sua verdadeira essência e realizá-la". (p.38). "Através dessas ilusões, porém, tornava-se sensível aos corações uma verdade sagrada: é que as energias do Evangelho não podem deixar de passar para a vida temporal dos homens. É que a boa nova anunciada para abrir o céu e a vida eterna quer também transformar a vida das sociedades terrestres no próprio seio de suas misérias e contradições. É que existem na mensagem evangélica virtualidades políticas e sociais que devem, a qualquer preço, desenvolver-se na história". (p. 52).

7. Aquela mesma confiança que tem Maritain na força intrínseca da Verdade manifesta ele na capacidade de ação e de renovação do espírito humano e da "alma naturalmente cristã". O espírito do Bem aí está, a sedução da Verdade aí se acha, a atração do sacrifício e o impulso para o heroísmo aí se encontram, e tudo isso pode pôr-se em movimento e de fato se põe, sobretudo nas horas críticas, em que tudo pareceria perdido. "Devemos esperar que, a despeito do esgotamento físico e moral dos povos, as reservas vitais neles ocultas, e antes de tudo nos povos formados pela liberdade, farão surgir os homens necessários e prepararão o caminho a uma nova civilização e a uma nova civilização e a uma nova democracia, cuja inspiração cristã invocará, não apenas no Ocidente as tradições vivas da religião do Cristo, mas em todo o mundo as energias morais da "alma naturalmente cristã". (p. 23). "No seio da tremenda provação, tudo indica que se prepara, nas profundezas da consciência humana, uma poderosa renovação religiosa, que interessa ao mesmo tempo e levará de novo às suas fontes vivas todos os perseguidos, todos os crentes da grande família judaico-cristã". (p. 47-48). "A filosofia democrática do homem e da sociedade tem confiança nos recursos e na vocação da natureza humana. Na grande aventura de nossa vida e de nossa história, ela aposta sobre a justiça e sobre a generosidade. Aposta portanto sobre o heroísmo e sobre as energias espirituais. Esse idealismo corre todos os riscos, sempre que não busca a sua fonte em altura suficiente e sempre que desconhece ao mesmo tempo as duras realidades naturais no seio das quais deve trabalhar, pois então não ousa olhar de frente a existência e o poder do mal por não se sentir bastante forte para sobrepujá-los". (pp. 77-78).

8. Outra admirável lição de Maritain é distinguir na concepção democrática do homem e da sociedade um elemento subjetivo e um elemento objetivo, ou seja, "um estado de espírito democrático" e uma "doutrina democrática": "[A palavra democracia] designa de início e antes de tudo uma

filosofia geral da vida humana e da vida política, bem como um estado de espírito" (p. 41).

Tal distinção é capital e justíssima, porque corresponde profundamente à realidade e porque nos previne contra erros desastrosos.

Antes de mais, é necessário atentar para essa "mentalidade democrática". O trato dos homens e o debate das idéias nos fazem conhecer para logo o fascista e o democrata. Num caso, o reacionário, o ditatorial, o que receita chicote e cadeia para acabar com as idéias que lhes parecem erradas, o que não admite contradita, o que classifica os homens em quadros tendenciosos e traçados *a priori* no seu espírito, o que está absolutamente convencido que a sua caixa craniana é o habitáculo da verdade, o que, enfim, não reconhece e portanto não respeita a *pessoa* do seu próximo. Por outro lado, se nos depara o democrata, o tolerante, o que quer convencer pela persuasão e quer conquistar pelo amor, o que odeia a violência e a disciplina no *"passo de ganso"*, inimigo das falsas hierarquias, o que ama a contradita porque tem necessidade de repensar constantemente os seus conceitos, o que busca a verdade com toda a alma, mas com toda a humildade, o que "não quer a morte do pecador, mas quer que ele se converta e viva", o que, numa palavra, reconhece e respeita a *pessoa* do seu próximo. Muito antes de haver Fascismo já havia fascistas, e muito antes de haver Democracia já havia democratas.

O que nós vemos hoje é que muitos homens, enganados antes pela pregação falaciosa dos "salvadores" da humanidade e das pátrias, caíram em si, "despertaram de um longo torpor", abriram os olhos à realidade, "tomaram diante do Estado e dos governantes uma nova atitude interrogativa, crítica, desconfiada". Ensinados por uma experiência amarga, opõem-se com a maior violência aos monopólios de um poder ditatorial, indevassável e intangível, e requerem um sistema de governo mais compatível com a dignidade e liberdade dos cidadãos", consoante as palavras, - não de um "liberal", como poderia parecer a algum fascista que acaso me leia, - mas de ninguém menos que o Papa Pio XII, na sua radiomensagem do Natal de 1944.

O estado de espírito democrático e a predisposição para a democracia ganham terreno e tomam vulto, sobretudo depois da guerra e, por isso, mais do que nunca é necessário formular e aprofundar a "doutrina da democracia", para preservá-la das aberrações e das deformações dos fariseus. É o que faz Maritain, salientando sempre que a democracia não é uma "forma de governo" mas "uma filosofia geral da vida humana e da vida política", filosofia essa que pode informar tanto uma república como uma monarquia, embora encontre na forma republicana de governo "a sua expressão mais normal". (p. 81).

Essa conceituação da Democracia como "filosofia geral da vida humana" é importantíssima, porque não faltaram no passado como não faltam no presente

fariseus que quiseram e que querem valer-se do nome e de certos acidentes da democracia, para, esvaziando-lhe o conteúdo, deturparem-na à sua imagem e semelhança. Foi o que fez ontem a Burguesia, que quis identificar a Democracia com a *sua* concepção de vida, e que agora quer arrastá-la na sua queda fragorosa e inevitável. "Esses erros, que correspondiam ao advento da classe e da ideologia burguesas, longe de participarem da essência da democracia, são destruidores da democracia", nota-o Maritain. (p. 83).

É o que fazem hoje os comunistas, que se apresentam como arautos da Democracia. São eles que se pretendem os detentores da vera noção de Democracia, são eles que, únicos, sabem apontar ao povo os seus "amigos" e os seus "inimigos", são eles os democratas reais, sem embargo de ser o comunismo, segundo observa Maritain, "a última etapa da destruição interna do princípio democrático, devido à rejeição do princípio cristão". (pp. 93-94).

Da tremenda crise da guerra, sobreviveu a Democracia, renovada, purificada, restaurada, mais próxima de sua verdadeira essência. Cumpre aproveitar a boa maré, cumpre aproveitar o anseio universal para a Democracia, a fim de firmar-lhe melhor o conceito, expurgando-o de elementos estranhos, e cumpre trabalhar de corpo e alma para instaurar na Idade-Nova a Verdadeira Democracia, a democracia cristã, de que é hoje Maritain o mais cabal doutrinador.

9. Maritain nos fala a cada passo do fermento evangélico que Cristo depositou na história, e que vai crescendo e que se vai manifestando aqui e ali, não raro como aquelas "idéias loucas" de Chesterton, não raro trabalhado de mãos profanas e até profanadoras, mas que tem a força e a vida de tudo o que participa do Cristo ou que sai do Cristo. Assim é que, por exemplo, "desde a Revolução Francesa e a explosão de idealismo cristão laicizado que ela provocou na História, o sentido da liberdade e o sentido da justiça social transmutaram e vivificaram nossa civilização: e é preciso ter uma alma de escravo para aspirar ao aniquilamento desse próprio sentido da Liberdade e da Justiça, por causa dos sofrimentos e das desordens que possa ter ocasionado. Em suma, enquanto frutificavam no mundo moderno os males cujo germe ele carregava em si, nele, prosseguiam o crescimento natural da civilização e o trabalho interno devido ao fermento evangélico". (pp. 30-31).

Esta observação tão exata de Maritain permite-nos ver, se somos providencialistas *de fato* e não apenas de *palavra*, permite-nos ver no apostolado comunista, no anseio verdadeiro de muitos comunistas pela justiça social, na condenação que fez o comunismo da economia e da rapina capitalista, permite-nos ver, digo, idéias cristãs laicizadas, que a Revolução Russa e os partidos comunistas espalharam pelo mundo, preparando assim, *a seu pesar*; o advento de uma Idade Nova recristianizada e realmente democrática.

10. Por outro lado, aponta-nos Maritain para o grande perigo, para a grande manobra dos reacionários, para a artimanha daqueles que "têm o nome do Senhor nos lábios" e se valem miseravelmente do sagrado nome do Cristo, do nome santo da Igreja ou das palavras sublimes, para oprimirem as consciências, violarem a Verdade, renegarem a Justiça, favorecerem ou praticarem o crime, tripudiarem sobre a dignidade dos filhos de Deus, remidos pelo Sangue Salvador. Nada realmente mais ignóbil. Antes, mil vezes antes negar e combater a Verdade e o Cristo que usar das palavras da verdade e das palavras do Cristo para obrar a iniqüidade.

Nós vimos Hitler falar na Providência, querendo fazer de Deus seu cúmplice. Assistimos à ignomínia da quinta-coluna na Polônia, explorando vilmente um misticismo de martírio do povo polonês. "Os homens contaminados pelo fascismo, pelo nazismo fazem muito mais do que mentir: perverterem a própria função da linguagem. Em França, procurou o regime Pétain espalhar por todo o país uma ideologia farisaica, em que a penitência, a compunção, a purificação do coração e dos costumes, todos esses termos veneráveis perdem o sentido e a honra para se tornarem sinônimos da auto-acusação doentia solicitada de um povo para fornecer uma escapatória aos verdadeiros culpados"; (p. 28) ..."as ambições de aventureiros sórdidos e a filosofia escravocrata ensinada em todos os países da Europa por utopistas ávidos de verem suas idéias conquistarem o poder de qualquer modo, sadistas do racismo, embriagados pela alegria de empregar o espírito para trair ao espírito e vulgares traficantes da degradação humana" (pp. 33-34).

Aliás, tivemos portas a dentro exemplo dessa torpe manobra, na Ditadura infanda que infelicitou o Brasil para meio século. E também não nos faltaram "defensores da civilização cristã", destituídos de qualquer escrúpulo de consciência e sempre dispostos a todas as concessões.

11. E já que andamos a rever a prata falsa de casa, é bem que lembremos estas palavras de Maritain, ditas a propósito dos totalitarismos de todas as cores e que, por isso mesmo, vêm a talho de foice para caracterizar e condenar a longa noite que passou sobre o horizonte político de nossa pátria: "Membros da mesma espécie, todos iguais perante Deus e perante a morte, é contrário à natureza que os homens não passem de instrumentos do poder político, instrumentos de um ditador, única pessoa humana em face de um rebanho de escravos organizados, ou então instrumentos de um poder paternalista, único adulto em face de um bando de menores" (pp. 60-61).

12. Nas suas finas e seguras análises dos fatos e dos conceitos políticos, não escapou a Maritain uma importantíssima distinção, que vem pôr a nu mais uma mistificação dos totalitários da direita ou da esquerda, - distinção aliás retomada, glosada e confirmada pelo Papa gloriosamente reinante, na sua

esplêndida mensagem sobre a Democracia. Refiro-me à distinção entre *massa* e *povo*, estabelecida pelo filósofo às páginas 88 e 89 do nosso livro. Aí se mostra bem que *massa* é um conjunto amorfo de indivíduos sem discernimento e sem liberdade, joguete fácil na mão dos tiranos e ditadores que os levam para onde lhes apraz, à custa da mentira, da hipocrisia e da opressão. O *povo*, pelo contrário, é um conjunto de *homens*, pensantes, conscientes e livres. "O povo são almas, são pessoas humanas reunidas pelas tarefas humanas comuns e pela consciência comum do trabalho que cada qual deve fazer para ter o seu lugar ao sol com sua família e seus amigos, por uma longa experiência das fadigas e das alegrias da vida sem glória, por um capital comum de sabedoria hereditária acumulada no espírito dos laboriosos, por sentimentos humanos, tradições humanas e instintos humanos que alimentam em cada um, muito próximo da natureza, um esforço pessoal, por mais limitado que seja, de razão e de liberdade" (pp. 88-89).

"Daí desponta clara outra conclusão: a massa – qual acabamos de definir – é a principal inimiga da verdadeira democracia, e do seu ideal de liberdade e de igualdade", segundo as palavras de Pio XII, inteiramente consoantes com as do "herege" Maritain.

13. Em todas as páginas do nosso livro se lê ou se deduz que a Democracia supõe verdade, dignidade, lealdade, honestidade, integridade moral, respeito à personalidade e à liberdade alheias, amor e solidariedade, seja da parte dos governantes, seja da parte dos governados. Numa palavra, a democracia tem base moral e humana. Assim é que "está sendo derramado [o sangue de tantos homens] para que prevaleça em todos essa consciência da vocação da nossa espécie para realizar, em sua vida temporal, a lei do amor fraterno e a dignidade espiritual da pessoa humana, que é a alma da democracia" (p. 44).

14. Por isso mesmo, não pode deixar de ser cristão o fundamento e a essência da democracia. Democracia anticristã ou indiferente à mensagem cristã é moeda falsa, ou será o rótulo demagógico de uma nova forma de tirania. Assim, é absolutamente verdade que "se o futuro pertencer à democracia, uma parte essencial de sua realização deverá pertencer à religião de Cristo e à Igreja, mensageira da palavra do Redentor e continuadora de sua missão salvadora. Ela de fato ensina e defende as verdades, comunica as forças sobrenaturais da graça para realizar a ordem dos seres e dos fins estabelecida por Deus e que é o fundamento último e a norma diretiva de toda democracia". (Pio XII, *Mensagem de Natal* de 1944).

O cristianismo é o fundamento da verdadeira democracia, porque ele "anunciou aos povos o reino de Deus e a vida do século futuro, ensinou-lhes a unidade do gênero humano, a igualdade de todos os homens, filhos do mesmo

Deus e resgatados pelo mesmo Cristo, a inalienável dignidade de cada alma criada à imagem de Deus, a dignidade do trabalho e a dignidade dos pobres, a primazia dos valores interiores e da boa vontade sobre os valores externos, a inviolabilidade das consciências, a exata vigilância da justiça e da providência de Deus sobre os grandes e sobre os pequenos, a obrigação imposta aos que comandam e aos que possuem o poder – de comandar segundo a justiça como ministros de Deus, e gerir os bens que lhes são confiados para a vantagem comum, como intendentes de Deus, a submissão de todos à lei do trabalho e o apelo a todos para partilharem da liberdade dos filhos de Deus, a santidade da Verdade e o poder do Espírito, a Comunhão dos Santos, a divina supremacia do amor redentor e da misericórdia, e a lei do amor fraternal que a todos se estende, mesmo aos que são nossos inimigos, porque todos os homens, qualquer que seja o grupo social, a raça, a nação, a classe a que pertençam são membros da família de Deus e irmãos adotivos do Filho de Deus" (pp. 53-54).

15. Na verdadeira Democracia, o que conta é a *qualidade* e não a *quantidade*, porque ela é o campo de luta onde devem triunfar o Bem e a Verdade. Por isso, com o seu advento hão de surgir também novas "elites", uma nova nobreza. Não, porém, a "nobreza do sangue" dos antigos absolutismos, nem tão pouco a "nobreza do dinheiro", da era burguesa, mas a "nobreza do trabalho e do valor moral". "Agora, por bem ou por mal, será preciso que, de acordo com um postulado essencial do pensamento democrático, saiam as novas elites das camadas profundas das nações. Serão elas compostas das próprias elites operárias e camponesas, juntamente com os elementos das classes outrora dirigentes que estarão decididos a trabalhar com o povo. O problema essencial da reconstrução não é problema de homens, problemas das novas elites dirigentes vindouras. Não se qualificariam como tais se pretendessem o privilégio de se recrutarem a si mesmas. Possam elas ser designadas pelo heroísmo e pelo devotamento" (pp. 91-92).

16. Aí estão, creio eu, os tópicos principais deste grande livrinho de Maritain, a que se pode aplicar o mesmo que de Saussure disse Meillet: "Il faut le mediter d'un bout à l'autre".

Não chamei a atenção para a atitude que Maritain aconselha aos veros democratas em face do comunismo e dos comunistas, porque é ela bastante conhecida e porque já é mais que hora de ir cortando as asas a este já longo artigo. Seria falta de espírito democrático ignorar que a paciência alheia tem limites...

17. Retomando o tema do início: nesta hora de graves inquietações mas principalmente de sólida esperança, nesta encruzilhada em que nos achamos da História, é preciso, é urgente, é decisivo preservar a Democracia. Mais do que nunca, estou convencido da verdade da tese do nosso Otávio Mangabeira:

"Fora da democracia não há salvação". O que a observação nos revela é que os extremos se atraem: os fascismos de todos os matizes provocam o surto e o desenvolvimento do comunismo, ao mesmo passo que as atividades comunistas provocam a reação. E neste círculo vicioso há duas grandes vítimas, dignas de melhor sorte: a Democracia e a Consciência Cristã.

Para preservar a Democracia é preciso conhecê-la, conhecê-la profundamente, vitalmente. É preciso que a *vivamos* e que a comuniquemos ao nosso próximo, formando, nos que não a possuem, a "mentalidade democrática".

Urge gritar aos quatro ventos, com convicção e com segurança, que a Igreja nada tem que ver com a filosofia burguesa, com a economia capitalista ou com a reação. Que a Igreja quer a reforma social para que se edifique uma cidade mais *humana,* onde o sol nasça para todos, onde *todos os homens* tenham o bem-estar econômico, exigido pela sua dignidade de filhos de Deus e necessário até para que eles melhor atinjam o seu destino sobrenatural, conforme o tese de Santo Tomás. Urge revidar aos interessados em defender, em nome do Cristo e da Igreja, a ordem social capitalista, com a terrível palavra do Evangelho: "É mais fácil um camelo passar pelo orifício de uma agulha do que um rico entrar no reino dos céus".

Trabalhemos e confiemos. Aprendamos com Maritain a confiar na força da Verdade, aprendamos com ele a crer na Democracia, na verdadeira Democracia, cuja essência cristã ele tão esplendidamente analisou.

Estejamos certos, firmemente certos que "a um futuro melhor podemos e devemos chegar pela verdadeira democracia, progredindo numa ordem social mais justa, na qual o triste espetáculo da opulência excessiva de uns não afronta a miséria extrema dos outros; para uma era em que os ricos sejam menos poderosos e os pobres menos sofredores", consoante a sentença lapidar do mais alto cidadão da nossa pátria, Eduardo Gomes.

(In *A Ordem*, Rio de Janeiro, maio-jun. 1946, pp. 134-144.)

D - FREDERICO OZANAM: DEFESA DOS POBRES E MARGINALIZADOS:

A PRESENÇA DE OZANAM.
(1953)

ANTÔNIO FREDERICO OZANAM é uma das mais simpáticas e empolgantes personalidades católicas do século passado. Viveu numa época agitada e difícil, a época pós-revolucionária, em que muitos espíritos se perderam julgando diabólica a obra da Revolução e sonhando com aliança necessária entre o trono e o altar. Em era histórica tão difícil, é quase um milagre que Ozanam se tenha conservado na posição que assumiu, reconhecendo o que havia de bom na avalanche de idéias novas e reagindo contra o enfeudamento da Igreja a regimes periclitantes ou caducos.

Realmente o que é mais admirável e mostra nele um devoto da cultura verdadeiramente cristã é que, embora mergulhado de alma toda no passado e num passado glorioso para a Igreja - medievalista que era -, não foi um saudosista, um reacionário, um propugnador de retrocessos históricos ou de instituições transactas. Pelo contrário, foi um homem de seu tempo, que amou o seu tempo, que teve olhos para os candentes problemas humanos, sociais e políticos que via em torno de si, isto quando lhe era tão fácil refugiar-se nos seus apaixonantes estudos, onde ninguém o contraditaria, onde ninguém o olharia com suspeição, onde não incomodava ninguém.

Ele compreendeu perfeitamente que a missão da inteligência católica é "viver o doloroso paradoxo de uma fidelidade absoluta ao eterno, estreitamente unida à mais diligente compreensão das angústias do tempo", como veio a dizer depois Maritain. Ozanam é uma personalidade que nos domina, pela riqueza e variedade de suas facetas. Foi homem de meditação, homem de gabinete, erudito minucioso e bem aparelhado, farejador de documentos e arquivos, senhor de quase dez línguas, estudioso impenitente e infatigável; foi homem de letras, escritor primoroso, alma aberta à poesia das palavras, e à poesia das coisas, que encontrou nele um São Francisco de Assis; foi amigo incomparável, líder suave e incontestado de uma mocidade que o admirava e o amava com respeito e carinho; foi homem de ação multiplicada e vária, caridosa aqui, apologética ali, político-social acolá, pondo em tudo o acento daquela *discretio*, que também constituiu a marca de S. Vicente de Paulo, um dos seus santos prediletos.

Vemo-lo sábio debruçado sobre livros e enfurnado em arquivos; vemo-lo professor eloqüente e arrebatador, despertando entusiasmos numa cátedra

escrupulosamente servida; vemo-lo viajante enamorado a decantar as maravilhas da terra italiana, da Suíça, ou do país do Cid; vemo-lo jornalista vibrante e combativo, advogando para a Igreja a prioridade na preocupação com os pequeninos e injustiçados; vemo-lo humilde e confuso no tugúrio do pobre, que ele semanalmente visitava com o espírito de S. Vicente; vemo-lo fardado e empunhando fuzil na revolução de 43, batendo-se pela justiça e pela paz honrosa e sugerindo a gloriosa travessia do arcebispo de Paris até as barricadas rebeldes, onde morreu nos braços de um operário; vemo-lo afrontar a morte aos 40 anos, com tristeza humana na primeira hora e com tranqüila alegria depois, proclamando que jamais trabalhara pelos louvores dos homens mas unicamente pelo serviço da verdade.

Já tivemos oportunidade de estudar e chamar a atenção para alguns aspectos da personalidade intelectual e espiritual de Ozanam, em três conferências publicadas todas nesta revista. O que hoje queremos sublinhar é a atualidade de Ozanam, ou melhor, a força de presença de Ozanam, ao nosso lado no combate, ao nosso ouvido na meditação, adiante de nós no exemplo.

Ozanam foi profético neste sentido, que pressentiu com nitidez e anunciou tempos mais negros, lutas tremendas entre duas civilizações e o advento de uma nova era histórica, marcada pela verdadeira democracia:

> "Sempre acreditei na invasão dos bárbaros; acredito nela agora mais do que nunca; julgo que será longa, mortífera, mas destinada, cedo ou tarde, a vergar-se à lei cristã e, por conseqüência, a regenerar o mundo".
>
> "O que conheço de história me dá bases para crer que a democracia é o termo natural do progresso político e que para lá Deus conduz o mundo".

Pela sua atuação, foi Ozanam um modelo de apóstolo leigo e doutrinador da ação católica. É o que diz Mons. Villepelet, bispo de Nantes, autor de um interessante livrinho antológico, *L'Esprit d'Ozanam:*

> Por seus escritos, Ozanam figura como "pensador" de nossa atual Ação Católica. Se é verdade que ele não redigiu um código metódico, é certo que se acham esparsos pelos seus estudos e sua correspondência todos os elementos para isso; basta reuni-los em ordem lógica para oferecer ao leigo de hoje um instrumento excelente, capaz de orientar de modo eficaz sua ação apostólica". (op. cit., Egloff, Paris, [1949], p. 11).

Nunca Ozanam deixou de ter preocupação de dar seu testemunho cristão. Estudante em Paris, organizou logo um grupo de colegas vigilantes e preparados, que não permitiram que os professores sem Fé atacassem impunemente o cristianismo e a Igreja. Se numa aula os mestres se excediam, na aula seguinte choviam perguntas incomodativas, por escrito, a preveni-los de que aquilo não era terra de ninguém, que havia oposição, que havia

personalidades e personalidades cristãs. E a conseqüência foi que o ambiente mudou, passou a ser respeitoso ou cauteloso em relação à Igreja. Os moços estudavam, religião e história, estimulados por Ozanam, para não permitirem essas condenações fáceis que o *livre pensamento* costuma fazer à Igreja, apoiado na própria ignorância e animado pela ignorância alheia.

Mais tarde, temendo que suas "conferências de história" se perdessem num intelectualismo perigoso e pedante, propôs Ozanam a substituição pelas "conferências de caridade", início da grande obra que é a Sociedade de S. Vicente de Paulo. "Ponhamos nossa Fé sob a proteção da Caridade", foi a palavra de ordem com que um moço de vinte anos, quase menino, lançava a semente de uma fundação que em pouco tempo cobriria o mundo.

Veio depois a preocupação com o chamado "grande público", as chamadas "elites", e aquele moço, pouco mais que adolescente, conseguiu do arcebispo a instituição das "Conférences de Notre Dame", inauguradas por Lacordaire e até hoje mantidas, sempre com a marca da mais pura e tranqüila ortodoxia, realizadas pelo tempo afora por grandes pregadores, como Monsabré, Janvier e tantos outros, hoje representados pelo admirável padre Michel Riquet.

Na cátedra da Sorbona o professor exemplar sempre foi um homem de ciência e um apologeta, ministrando com grande exação e pontualidade excelentes cursos cheios de descobertas, de colocações pessoais e de originalidade.

Hoje em dia provoca riso a afirmação de que a Idade Média foi a "noite de mil anos", provoca riso, porque qualquer pessoa medianamente informada sabe o que foi o estudo, o que foi a arte, o que foram as catedrais, o que foi a organização social, a organização profissional, a organização urbana da Idade Média. Sabe que foi a Idade Média que caldeou e preparou a civilização moderna, inclusive o desenvolvimento das técnicas e das ciências experimentais. Mas essa reviravolta na cultura se deve a Ozanam, que foi quem se decidiu a estudar cientificamente a Idade Média e a fazer-lhe a apologia com seguros dados históricos.

Ozanam sentiu fundo a gravidade da "questão social", que então começava a manifestar-se, e pôs-se logo em campo para reivindicar posições e prioridades, e para alertar os burgueses, as "gens de bien", para a grande convulsão que se avizinhava, desencadeada pelo egoísmo dos que têm tudo mas ainda cobiçam mais.

***

Quero agora deter-me um pouco em mostrar a importância e sobretudo a *atualidade* da Sociedade de S. Vicente de Paulo, das conferências vicentinas.

Bem sei que elas passaram de moda, bem sei que os moços de hoje olham com desdém e piedade para essa associação de velhos enferrujados que, na época da "ação social", da "assistência social", teimam em levar um cartãozinho ensebado à casa do pobre, para matar-lhe a fome por meia hora na semana. Bem sei que a Sociedade está em decadência, por falta de renovação de quadros, pelo peso de uma rotina esterilizante, por esquecimento do espírito inicial. Mas sei também, com a força de uma convicção, que nada quadra melhor aos nossos tempos, nada responde melhor às necessidades e deficiências espirituais da nossa época do que a Sociedade de S. Vicente de Paulo.

Explico-me:

Revela-nos uma análise, aliás fácil, do que vai em torno de nós que os homens de hoje se caracterizam pelo gosto do aparato, do "espetacular", do gritantemente visível; que os homens de hoje são egoístas, a correr porfiadamente após o próprio interesse, despreocupados da sorte alheia; que os homens de hoje não têm perseverança, preferem a agitação à ação, a improvisação à edificação.

Revela-nos uma análise mais detida e profunda que o grande pecado do nosso século é o pecado contra a Esperança, à diferença do século passado, que pecou contra a Fé. Os homens de hoje apostam tudo nos bens presentes, no conforto proporcionado pela técnica, na vida fácil, leve e variada, apostam tudo no dinheiro, que dá tudo isto e mais o prestígio. Ora, esta atitude, levada ao desvario como a vemos e transformada em princípio, provoca o desespero dos bens futuros e invisíveis. É a negação prática da Esperança, é a certeza vivida de que o paraíso está por aqui e que, portanto, não há um minuto a perder. É uma interpretação blasfema daquela palavra do Evangelho, que "o reino dos céus padece violência e que os violentos o roubam". (*Mat.*, XI, 12).

Ora, a Sociedade de S. Vicente de Paulo aparece como o mais perfeito antídoto para esses males que nos cercam e nos invadem. Cumpre assinalar de início que ela não é, como muita gente pensa, uma obra de misericórdia. É uma escola de santidade. O fim primeiro dela é *a santificação do confrade,* através do serviço ao pobre.

Exige como obrigação a freqüência semanal às reuniões, onde só se trata de interesses dos pobres, e a visita semanal ao domicílio da família ou das famílias confiadas a cada confrade. Ora, aqui está um mister obscuro, incômodo, áspero, desagradável, sem "claque", sem ressonância. É muito mais interessante ficar a conversar com amigos vivazes sobre arte, ciência, filosofia ou política, ouvir música ou ir ao Museu de Arte Moderna, do que escalar um morro escabroso, sujo e pelado, estragado pela erosão e pelo mau trato, para depois entrar na casa de um pobre mal cheiroso, sem educação, sem graça, desfigurado pela doença, pela miséria, pela indolência e pela ignorância, um

pobre tão distanciado de nós pela mentalidade, pelo nível econômico e pelo estilo de vida.

E as visitas são decepcionantes. Muitas vezes nada conseguimos no terreno moral e espiritual, o pobre não melhora, não sobe na escala humana, não se interessa pela religião. Outras vezes, ele simula interesse e prática religiosa, para não perder o auxílio magro que lhe levamos. Tantas vezes, enquanto conversamos com a velha mãe ou o velho pai, os filhos, já envenenados pelo granfinismo, ficam a zombar da nossa imbecilidade, da nossa ingenuidade, do nosso passadismo, de falar em religião e resignação e trabalho, numa época de progresso, de ascensão rápida e de golpes, em que a grande fonte de dinheiro é a esperteza e o oficio de "intermediário".

As visitas são acabrunhantes. À medida que nos aproximamos da miséria, ela se mostra maior, mais profunda e mais extensa. Vamos visitar um e quatro outros pedem socorro. A coisa se agiganta, passa muito as nossas medidas e a da nossa pobre Conferência. Onde e como arranjar uma casa melhor para esta família de oito filhos, que mora num quarto ao lado de um chiqueiro, em que dois porcos nédios e exalantes são um escárnio para a magreza de olhos tristes dos meninos barrigudos? Como vencer o alcoolismo daquele pai, que só trabalha quando está sem dinheiro para beber e que absolutamente não se interessa pela sorte dos filhos que pôs no mundo? Como consolar esta mulher, que já se tinha disposto a regularizar sua situação matrimonial, e cujo marido dias antes foi cortado ao meio por um reboque de bonde em que viajava de volta de um trabalho penoso e mal pago? Como resolver o caso desta mulher, mãe de quatro filhos, cada qual de um pai, sozinha e cardíaca, a quem o médico simplesmente proibiu de lavar roupa? E que dizer àquela outra, que sustenta a família lavando, e que está intimada pela patroa rica e mãe de filho único a pagar pelo preço de novas, seis camisas e duas colchas que lhe foram roubadas da corda quando secavam?

Seria melhor desertar, mas e o remorso? Seria melhor não visitar esta semana, porque afinal o descanso de hoje é merecido, mas se ela estiver com fome? Se ela estiver sozinha e triste, esperando o consolo de nossa visita a que já se acostumou?

Vamos, corpo sem fibra e alma egoísta, porque te negas a subir uma vez o caminho áspero que eles sobem sete? Porque não queres ver quinze minutos a agra miséria que eles sofrem vinte e quatro horas? Vamos, jumento, é o amor de Deus que pede, os pobres são o Cristo, que "está em agonia até o fim dos tempos". A vida não tem só prazeres, é preciso mortificar a carne e preparar o espírito, porque não temos morada neste mundo.

Esta a luta do confrade, estes os aguilhões que lhe mantêm a perseverança, que lhe vão substituindo os colarinhos engomados por outros sem goma

e trocando-lhe o sibaritismo pela inquietação, a falsa tranqüilidade pelo sofrimento da solidariedade e da Comunhão dos Santos.

Apesar de tudo isto, no entanto, dias há em que as visitas são particularmente penosas. Falta-nos o ânimo, porque também nós nos achamos acabrunhados, roídos intimamente por alguma tristeza, algum problema, alguma contrariedade. E vamos a reboque morro acima. Então, a meio caminho, toma-nos o braço um invisível personagem, homem de meia idade, barba aparada e cabelos longos, fisionomia extremamente séria e grave, olhos serenos e tristonhos, de um brilho suspeito, que nos denuncia uma doença consumptiva e mortal, um homem afável e meigo, que nos diz ao ouvido: "Quantas vezes também eu", como você agora, meu amigo e confrade, "sob o peso de uma angústia interior, inquieto por minha saúde periclitante, entrei cheio de tristeza na casa do pobre confiado a meus cuidados e aí, à vista de tantos infelizes mais dignos de pena do que eu, censurei e reprovei minha falta de coragem, senti-me mais forte contra a dor, e dei graças a esse coitado que me tinha consolado e fortificado com o aspecto de suas próprias misérias! E como desde então poderia eu deixar de amá-lo ainda mais?" (Ozanam, *Mélanges,* II, tomo VIII das *Oeuvres Complètes,* Paris, 1855, p. 49).

Está-se vendo como a Sociedade de S. Vicente de Paulo é lugar e fonte de santificação, que bem pode ela fazer a nossas almas entibiadas ou efeminadas, quanto pode desbastar nosso monstruoso comodismo e egoísmo, em que sentido e em que escala nos aumenta a Esperança.

Tomada a sério a vida vicentina, ela nos aquieta a consciência, apesar de nossas deficiências e misérias. Aquieta-nos, porque nos mostra que estamos no caminho certo.

Sim, o serviço do pobre, serviço no sentido próprio, já que o pobre é considerado nosso amo –, o serviço do pobre é uma das coisas que mais agradam a Deus e uma das coisas que mais nos consolam, que mais nos enchem a vida. Aquela obrigação de todas as semanas ir à mansarda do miserável levar-lhe uma palavra de compreensão, a voz de amigo, isso tendo como bilhete de entrada um modesto óbolo, - vai-nos mostrando no imo d'alma a inconsistência das coisas do mundo, a inanidade das glórias deste século, vai-nos filtrando no coração um certo remorso de ter isto e mais aquilo, quando o pobre nada tem, de ser isto e mais aquilo, quando o pobre nada é, de esperar isto e mais aquilo da vida, quando o pobre nada espera. E esse remorso nos vai abatendo o orgulho, vai-nos abrindo o coração, vai incitando-nos a substituir os nossos mesquinhos projetos, os nossos rasteiros sonhos de triunfo, as nossas vesgas ambições, - por um ideal de serviço do próximo. E assim vamos pouco a pouco preferindo estudar para servir, falar para servir, trabalhar para servir, cansar-nos para servir, descansar para servir, mortificar-nos para servir, alegrar-nos para servir. Vamos aprendendo a ter santa inveja da pobreza do pobre, a ter sadio desprezo pela riqueza e pelas pompas e pelos prestígios dos ricos, a ter respeito profundo do pobre e a ter compaixão

dos ricos, dos miseráveis camelos que só podem contar com um minúsculo buraco de agulha para tentar o ingresso no Reino.

E cada dia que passa, a vida ganha para nós nova perspectiva: invertida, mas verdadeira; angustiosa por vezes, mas bela; sem flores e festões, mas luminosa - a perspectiva da Esperança e do Dom de Ciência.

***

Estudando a vida de Ozanam, palpita-nos agudo interesse por ele e por ela; lendo-lhe as obras, encontramos a cada passo uma página de flamante atualidade. Sentimos nele um irmão, um companheiro de lutas e de ideais, um mestre e um condutor. Mas, sobretudo, conhecendo de perto a Sociedade de S. Vicente de Paulo, que ele fundou para os moços de seu tempo e de todos os tempos, conhecendo-a com aquele "saber só de experiências feito", sentimos Ozanam junto de nós: o intelectual do século passado, o professor emérito, o defensor das nossas posições de hoje, torna-se para nós algo de maior e mais palpável, torna-se uma poderosa Presença.

***

O peregrino que descer à cripta da longínqua igreja de Saint-Joseph des Carmes na encantadora Paris, encontrará no mais escuro canto uma obscura pedra tumular. Ela fecha uma campa onde aguardam a ressurreição gloriosa as cinzas de Frederico Ozanam, e sobre ela se lê uma inscrição, tomada ao Evangelho e que misteriosamente profetiza o destino de quem continua, de quem está presente: "Por que buscais entre os mortos a quem está vivo?"

[Nota dos organizadores desta coletânea: completam este artigo a transcrição de dois textos de Ozanam - "A Igreja e os regimes temporais", uma página de mocidade, e o manifesto "Aos eleitores do Ródano" (datado de 1848), e mais a "Bibliografia de Ozanam" e "Bibliografia Sobre Ozanam (Fontes Para Estudo)" preparadas e comentadas por Gládstone Chaves de Melo.]

(In *A Ordem*, Rio de Janeiro, set. 1953, pp. 199-223.)

OZANAM: CULTURA E ERUDIÇÃO.

(1951)

[.....]

Em outra oportunidade tratamos de Ozanam sob o prisma intelectual e o apresentamos como precursor: precursor da moderna reabilitação histórica da Idade Média, precursor das atuais posições da exegese dantesca, precursor dos estudos sobre o franciscanismo artístico, precursor das mais avançadas afirmações do catolicismo social.

Já se está a ver a importância de Ozanam no mundo da cultura. Insistiremos no ponto, não sem primeiro estabelecer uma distinção necessária.

Refiro-me à que se deve cuidadosamente estabelecer entre cultura e erudição.

São duas coisas bem diferentes e, de certo modo, até incompatíveis. A cultura forma, a erudição informa. A cultura se aprofunda, a erudição se espraia. A cultura é vertical enquanto a erudição é horizontal. A cultura pede inteligência, a erudição a dispensa, por vezes a repele, ou afoga-a, quando se vê a braços com ela. Freqüentemente o erudito é um homem que estuda com a vontade. Um homem tenaz e persistente. Um ledor sem tréguas e sem norte. Um viciado na leitura. Além disso, é um homem que renuncia a ter opinião: repete as opiniões alheias. Falta-lhe a operação própria da inteligência que é a crítica, o discernimento entre o bom e o mau, entre o falso e genuíno. Todo o mundo que escreve um livro passa a ser um autor, que merece tanta honra e acatamento como qualquer outro autor. Quando o erudito busca um critério, não raro escolhe um extrínseco, como o da modernidade, por exemplo. Melhor é o último livro. Como é insaciável seu afã de ler, o erudito não pára para pensar: seria perder o precioso tempo da leitura. Raramente escreve. Porque, para escrever alguma coisa, precisaria antes ter lido tudo que se publicou sobre o assunto, e como nunca se cessa de escrever, ele não pode meter mãos à obra.

Quando escreve, no entanto, ele é um mero alinhador de opiniões. Cita descompassadamente, e na verdade se torna autor apenas das frases de liame entre uma e outra colação. Isto, contudo, lhe dá um grande prestígio nos arraiais da meia cultura: ele vence a resistência física de seus leitores, que passam a respeitá-lo como um grande sabedor. Sabedor, sim, mas sabedor de empréstimo é o que ele é. Há casos de sólida estupidez gravemente escondida por trás de uma larga erudição, onde é preciso uma percuciente inteligência para atravessar a crosta e surpreender o indigente.

Outras vezes o erudito resolve colecionar conjecturas, e se dá ao desporto de contestar ou abalar convicções tranqüilas. Eruditos já puseram em dúvida a existência de Shakespeare, de vários personagens históricos, e até de Nosso Senhor Jesus Cristo! Entre nós houve um que compôs um livro para mostrar que a história do Brasil, a verdadeira, a secreta, foi tramada por judeus.

Já a cultura é outra coisa. É um conhecimento de inteligência, onde a meditação e a observação têm parte maior que a leitura. Onde a crítica e o discernimento são permanentes. Onde na realidade se repassa o objeto, onde se acredita na existência da coisa, palpável, tangível, obrigando a inteligência a se debruçar docilmente sobre ela num esforço de identificação. Muitas vezes a cultura exige erudição, mas como *meio*, jamais como *fim*. Por isso mesmo, para o homem culto essa erudição necessária é olhada como ancila, ele tem por ela um certo desdém, porque o que lhe vale acima de tudo é o *objeto*. Tem vergonha da erudição, quando o outro tem garbo. Uma das ciências que pede

erudição é a história. E pede muita erudição. Mas o verdadeiro historiador se apega ao fato, procura por um esforço potente de imaginação reviver os tempos passados, na sua realidade existencial, e procura com a maior plasticidade da inteligência interpretar com veracidade os fatos, para descobrir o fio condutor da história.

Direi ainda que a cultura é difusiva, ao passo que a erudição é egoísta. O homem culto quer comunicar, e não raro o erudito quer saber para o próprio deleite.

O católico que seja dotado de inteligência e vocação intelectual tem de visar à posse da cultura, mas as coisas para ele são mais sérias e mais graves. Se ele humildemente reconhece os talentos que recebeu e o chamamento que teve, não pode esquecer-se de que "toda superioridade é para o bem comum", conforme luminosamente ensina Santo Tomás de Aquino. Se ele em alguma coisa é mais, este mais está ordenado para o bem da comunidade. Suas responsabilidades são maiores. Ele precisa de estudar, com afinco, em profundidade, mas para trazer uma mensagem, para pagar seu imposto à comunidade. Não pode enterrar os talentos, há de fazê-los frutificar bons e multiplicados frutos, mas frutos para a comunidade.

Ainda não é tudo. A missão do intelectual católico não está definida só nesta ordenação ao bem comum. Falta ainda uma dimensão, e uma dimensão difícil, excelentemente apontada por Maritain:

> Como homem (o católico) está no tempo e submetido a todas as vicissitudes do *devenir*. Como membro do Corpo Místico de Cristo, está jungido à eternidade, sua vida mais íntima assenta raízes onde não se encontra nem mutação, nem sombra de vicissitude, sua inteligência está fixa na Verdade primeira, a fidelidade a esta é nele fundamento de todo o edifício da graça, e o primeiro benefício que toda criatura espera dele. Esta espécie de mediação entre o tempo e o eterno é para a inteligência cristã uma cruz dolorosa e uma sorte de missão redentora, ao mesmo tempo. Ela deve a cada instante pensar, sob a luz da eternidade, o mundo que passa e vai mudando (*Religion et Culture*, 2ᵉ édition, Paris, Desclée de Brouwer, s/d (1930), pp. 81-82).

Alerta-nos o filósofo para o duplo perigo que se apresenta ao intelectual cristão. De um lado, o esquecimento, ao menos de fato, o abandono do eterno, em proveito do tempo. "Freqüentemente generosos, e advertidos das necessidades do momento pelas intuições do coração, na sua precipitação para correr a realizações concretas, esquecem as condições primeiras da própria eficácia prática, que são de ordem espiritual" (ib., p. 84). São os ativos, que se perdem mais na agitação do que na ação, porque esquecem a longa oração e o longo estudo, que vivificam e fecundam as obras exteriores.

Do outro lado se situa um erro mais sutil, porque mais solene e mais escondido.

"Sob pretexto de fidelidade ao eterno", continua Maritain, "o outro erro [....] consiste em permanecer presos, não ao eterno, mas a fragmentos do passado, a momentos da história, imobilizados e como embalsamados pela lembrança, e sobre os quais nos deitamos para dormir; os que assim procedem não desprezam o mundo como os santos, desprezam-no como ignorantes e presunçosos, não o pensam, recusam-no; comprometem as verdades divinas com formas moribundas: e se acontece que eles tenham melhor que os primeiros, a inteligência dos princípios que não mudam, e uma nítida visão dos erros, desvios e deficiências do momento presente, tal ciência fica estéril, incompleta e negativista, porque certa estreiteza de coração lhes impede "conhecer a obra dos homens", e render justiça à obra de Deus, no tempo e na história" (ib., pp. 89-90).

[Excertos do artigo "O Testemunho Cristão de Ozanam em Relação à Cultura", in *A Ordem*, Rio de Janeiro, mar.-abr. 1951, p. 119-123.]

SOBRE "O PROBLEMA DA RIQUEZA".

(1949)

[Nota da redação da revista *A Ordem*.]

A propósito do artigo do universitário Eduardo Prado de Mendonça, "O Problema da Riqueza", publicado no *Jornal do Brasil* de 15 de maio p.p., nosso secretário Gládstone Chaves de Melo dirigiu ao autor a carta que abaixo transcrevemos:

"Rio, 26 de maio de 1949.

Meu caro Eduardo.

Pax Christi!

Li, com a atenção que me merecia, o artigo que você teve a gentileza de me remeter, publicado no *Jornal do Brasil* de 15 deste e versando sobre o "Problema da Riqueza".

Um comentário minucioso me levaria muito longe, levar-me-ia a escrever muito mais do que você. Quero, porém, aqui fazer algumas observações de ordem geral, com o intuito de fornecer elementos para reexame ou para completação do seu esquema.

Faço-o, porque vejo, pelo artigo, que você está empenhado no problema, que, aliás, é o problema do século. Nossos dias são caracterizados pela progressiva "maioridade" das classes populares, de tal modo que elas já não se contentam de ser as "classes menos favorecidas", mas se vão convencendo que são "classes injustiçadas".

Por outro lado, a Igreja, sempre vigilante, fala hoje quase obsedantemente no problema da justiça social, nos direitos do trabalho, na primazia do trabalho, na defesa dos trabalhadores. Tenho sobre a mesa o último número aqui aparecido de *La Documentation Catholique* (de 24-4-49). Pois bem: aí se acha o texto de uma carta autógrafa do Papa ao Cônego Cardijn por ocasião do 25º aniversário da fundação da JOC; uma alocução do Papa a 1.200 operários, tomando a defesa dos trabalhadores; uma carta pastoral do bispo de Parma, publicada no *Osservatore Romano* com o título "Ou a justiça social ou a guerra", e onde o prelado cita estas palavras do P.e Lombardi a um grupo de 500 industriais de Turim: "A idade que está para vir não será a do comunismo, mas certamente não será a sociedade dos privilegiados e dos ricos"; uma pastoral do bispo sardo de Ales, publicada na primeira página do *"Osservatore"* com o título de "Justiça para os trabalhadores".

Como vê, é o sinal dos tempos. E, como vê, é a Igreja zelosa dos direitos dos homens do trabalho, é a Igreja denunciando injustiças, marcando posições e insuflando no mundo o espírito evangélico de carinho para com os pequenos.

O que me pareceu do seu artigo, Eduardo, - permita-me que o diga com franqueza de amigo-, é que ele está essencialmente incompleto e é um pouco simplista. Você sabe que entre "completo" e "exaustivo", entre "simplista" e "simples" vai uma grande diferença. Você, num artigo, poderia ter tido uma visão completa, ainda que se colocasse num só ângulo - teológico, filosófico, político ou econômico.

Do ponto de vista das distinções filosóficas, seu esquema é muito sumário: rico e pobre; rico ante o rico; pobre ante o pobre. Realmente há que distinguir entre riqueza e opulência, entre pobreza e miséria. Sobre a opulência você leria, por exemplo em S. Jerônimo, que ela "é sempre o produto de um roubo cometido, quando não pelo seu possuidor atual, pelos que o precederam" (ap. Emmet John Hughes, *Ascensão e Decadência da Burguesia,* Agir, 1945, p. 28). Sobre a miséria, eu lembro que Santo Tomás diz que ela é causa tão poderosa de pecado como a opulência e te aconselho a ler as páginas imortais de Péguy, em que ele mostra com força insuperada que a miséria é o inferno na terra.

Assim, considerada a questão, surge um outro problema, para o qual você não teve olhos: a gênese da riqueza. Como pode o rico entesourar tanto? Esta indagação é incomodativa, porque você seria forçado perguntar: pode o homem, só com o fruto do trabalho, sem injustiça e sem fraude, ficar nadando em ouro? Adquirir milhões? Tornar-se uma potência econômica? E, se fosse afirmativa a resposta, levantar-se-ia uma outra questão, agora mais grave: pode o homem, nos dias de hoje, manter e acrescentar a sua riqueza sem fechar os ouvidos aos clamores dos necessitados, sem criar para si uma sólida rede de proteção, selecionando, por exemplo, suas amizades entre os de sua classe econômica, realizando o casamento de filhos e filhas entre as famílias ricas ou, na

impossibilidade, procurando converter à sua mentalidade as futuras noras ou genros, para que não venha a suceder que o matrimônio dissolva o patrimônio?

Portanto, meu caro Eduardo, reexamine acurada e objetivamente o problema da gênese e da mantença da riqueza. E, já que você andou pesquisando textos escriturísticos, leve em consideração este que te escapou, da epístola católica de S. Tiago: "Eia, agora, vós, ricos, chorai gemendo, por causa das desgraças que sobre vós virão. As vossas riquezas apodreceram e as vossas roupas foram comidas pela traça. O vosso ouro e a vossa prata enferrujaram-se e a sua ferrugem dará testemunho contra vós e devorará a vossa carne como um fogo. Ajuntastes para vós um tesouro de ira para os últimos dias. Eis que o salário que defraudastes aos trabalhadores que ceifaram os vossos campos clama, e as suas vozes têm chegado ao Senhor dos exércitos. Tendes vivido em delícias sobre a terra, e em dissoluções tendes cevado os vossos corações para o dia da imolação". (Tiago, V, 1-5).

***

Outro elemento que não pode deixar de ser levado em conta é o testemunho da tradição católica. É necessário ver o que disseram os Padres e os teólogos medievais. Se você consultar os antigos, verá que a coisa entre eles é radical. S. João Crisóstomo: "Eis a idéia que temos dos ricos e dos cúpidos: eles são na verdade como salteadores, que se postam nos caminhos e despojam os transeuntes. Transformam suas salas em cavernas, onde enterram os bens alheios" (ap. Emmet J. Hughes, op. cit., p. 28). S. Basílio Magno: "É do faminto o pão que tu guardas; do nu é a coberta que encerras na arca; do descalço, o sapato que apodrece em tua casa; dos indigentes é o dinheiro que trazes enterrado" (Homil. in illud Lucae: "Destruam", etc., in Migne, *Patrologiae Graecae*, XXXI, 278). Para te facilitar a consulta, e na impossibilidade de citar aqui em abundância trechos significativos, aponto alguns lugares dos Padres, sempre na Patrologia de Migne, que você pode ler no Mosteiro de S. Bento, por exemplo: S. Cipriano, *Liber de opere et de eleemosynis*, P. L., IV, pp. 601-622; S. Ambrósio: *De Nabuthe lib. unus*, P. L., XIV, 747; S. Agostinho, in *Ps.* 147, P. L. XXXVII, 1922; S. Gregório de Nissa, *De pauperibus amandis*, P. G., XLVI, 466; S. Crisóstomo, in *ep. 1 ad Corinthios homil.* 10, c. 3, P. G.., XLI, 86.

Na Idade Média a formulação dos conceitos é mais nítida, mais precisa, mais filosófica e mais bem arrumada, porém há uma mentalidade que é a condenação formal do capitalismo e do espírito de lucro. Leia tudo que escreveu Santo Tomás sobre a propriedade, sobre o supérfluo, sobre a esmola, e que vem indicado nas excelentes conferências do jesuíta Riquet, *Le Chrétien Face à l'Argent*, obra que você deveria conhecer e que deve aparecer brevemente traduzidas por iniciativa da Agir. Leia toda a questão LXXVII da Secunda-Secundae, que tem por título "Da fraude que se comete nas compras e vendas". Leia o célebre sermão de Bossuet sobre "a eminente dignidade dos pobres na

Igreja de Jesus Cristo", pregado em Paris em 1659, em que se defende a tese de que "a Igreja, em seu primeiro plano, não foi edificada senão para os pobres, que são os verdadeiros cidadãos dessa bem-aventurada cidade que a Sagrada Escritura chamou de Cidade de Deus", e de que não é bastante assistir aos pobres para ter parte nos seus privilégios, mas é necessário, além disso, "ter para com eles grandes sentimentos de respeito". Não me furto de transcrever um trecho desse sermão admirável, para que você veja qual é a linguagem de Bossuet: "Si tous les droits, si toutes les grâces, si tous les privilèges de l'Evangile sont aux pauvres de Jésus Christi, ô riches, que vous reste-t-il et quelle part aurez vous dans son royaume? Il ne parle de vous dans son Évangile que pour foudroyer votre orgueil: Vae vobis divitibus! Qui ne tremblerait à cette sentence? Qui ne serait saisi de frayeur? Contre cette terrible malediction, voici votre unique espérance. Il est vrai, ces privilèges sont donnés aux pauvres; mais vous pouvez les obtenir d'eux et les recevoir de leurs mains; c'est? que le Saint-Esprit vous renvoie pour obtenir les grâces du ciel" (Bossuet, *Oeuvres Choisies,* par J. Calvet, 13e. ed., Paris, Hatier, 1941, p. 67).

Portanto, como você vê, Bossuet exige que os ricos honrem, respeitem e sejam gratos aos pobres. E eu te pergunto: é isto que se observa, ainda entre os chamados ou pretensos "bons ricos"? A regra não é o paternalismo, a superior generosidade de quem dá fazendo favor?

***

Outro ponto para que eu quero chamar a sua atenção é para isto: você, seguindo ao Dr. Paulo Seabra, pôs-se à cata de uma interpretação evangélica para o conceito de rico. E foi descobri-la em Marcos, X, 24: "os que confiam no dinheiro": *confidentes in pecuniis*. Ora, é necessário que você saiba que precisamente estas palavras - no texto grego: *tous pepoithótas epi chrémasin* - tudo indica que são uma glosa. Não aparecem nos melhores testemunhos do texto e por isso exegetas e escrituristas do peso de um Swete, de um Lagrange, de um Nestle, de um Huby, de um Jouon as suprimem, o mesmo fazendo a monumental edição de Pirot, que assim traduz o verseto 24 do cap. X de S. Marcos: "Les disciples furent stupéfaits de ses propos. Mais Jésus, prenant de nouveau la parole, leur dit: Mes enfants, qu'il est difficile d'entrer dans le royaume de Dieu!" E, no que nos interessa, assim comenta o passo o notável autor: "Aceitar como autêntico o inciso os que confiam nas riquezas é atenuar singularmente a declaração do v. 23; nesse caso dificilmente se compreenderia, depois dessa atenuação, que o espanto dos discípulos se tenha tornado ainda maior no v. 26. O movimento geral do pensamento, o contexto estão pois de acordo com os manuscritos para fazer rejeitar esta glosa muito antiga que não teve outro fim senão tranqüilizar certos ricos" (os grifos são meus - Louis Pirot, *La Sainte Bible*, tome IX, Paris, 1935, p. 523).

***

Lembro-te, ainda, meu caro Eduardo, que há no Evangelho um exemplo de "bom rico", muito pouco imitado. É Zaqueu, que, quando soube que o Senhor vinha hospedar-se com ele, disse: "Senhor, eis que dou aos pobres a metade dos meus bens e, se lesei alguém em qualquer coisa, restituir-lhe-ei o quádruplo" (*Luc.*, XIX, 8). Ao que Jesus diz: "Hoje entrou a salvação nesta casa". Leia os comentários de Marchal na *Bíblia de Pirot*, X; p. 224.

***

Por fim, permita-me dizer-te que você não foi feliz naquelas expressões relativas ao que chamou de "burguesia de transição". As suas palavras sobre "o mesmo exército", apenas "divididos em dois destacamentos com bandeiras diferentes", a sua referência à "burguesia", "caracterizada por todos aqueles que não querem passar por reacionários", etc., tais palavras, digo, podem fazer crer aos que não te conhecem que você cai nesse primarismo de tachar de "criptocomunista" ao nosso grupo, ao seu padrinho Corção, ao Dr. Alceu, ao Carneiro, ao Lage, ao Fábio, aos nossos amigos do Mosteiro, aos nossos amigos do Convento do Leme.

Sei que você não está se referindo a nós, porque você nos freqüenta, você nos lê, você nos conhece e sabe que somos nós que detestamos o comunismo com profundidade, porque o detestamos com a inteligência e com a vontade e não com as glândulas, com os nervos ou com os músculos crispados de apertar a boca do saco de dinheiro. Você não ignora que quem odeia passionalmente o comunismo não tem dificuldade de estabelecer um pacto com ele, quando possa convir num *modus vivendi*. Você sabe que nós não fazemos mais que glosar as palavras do Papa e dos grandes mestres do pensamento cristão. Você sabe da preocupação e do cuidado que temos em ser fiéis à Igreja de Cristo. Sabe, porque convive conosco.

Por isso, as suas palavras não podem ter realmente aquele infeliz sentido. Mas parecem ter e com isso você estará dando uma fugaz e triste alegria aos nossos caricaturistas sem arte.

Espero que você veja nas palavras desta carta a intenção que nelas ponho: colaborar com um amigo caro, na elucidação de um problema que lhe tem interessado.

Pedindo desculpas pela extensão, abraça-te fraternalmente seu padrinho e amigo certo in C. I.

Gládstone."

(In *A Ordem*, Rio de Janeiro, jul.-ago. 1949, p. 78-84.)

E - TEMAS LITERÁRIOS:

O SILÊNCIO DE SANTO TOMÁS NO "AUTO DA ALMA" (NÓTULA VICENTINA).

(1949)

Não pode deixar de causar espécie a quem atentamente lê e estuda o sublime *Auto da Alma*, o silêncio em que se mantém um dos personagens, Santo Tomás, em todo o curso da peça.

Na verdade, é fato curioso o contraste: Gil Vicente faz figurar no auto quatro Doutores, *pilares da Igreja*; dá largamente a palavra a três deles e não põe uma só frase na boca do Anjo das Escolas.

Por que assim procedeu o grande Autor?

Que nos conste, ainda não se tentou solver esse interessante problema da obra vicentina.

Em vista disso, mais por suscitar úteis pesquisas que por pretender achar solução, ousamos aventar, para o caso, três hipóteses, sendo que a primeira é de teor negativo.

Passemos a explaná-las:

1ª - Pode muito bem ser que o silêncio em que se mantém o Doutor Angélico no *Auto da Alma* seja coisa casual, não propositada, um esquecimento de Gil Vicente, que, por isso mesmo, não buscou, assim procedendo, nenhum efeito especial. Não nos inclinamos, porém, a tal hipótese.

2ª - Contam-nos os biógrafos que o autor da *Summa Theologica* era homem ensimesmado, de temperamento melancólico, muito dado à reflexão, à meditação profunda e muito parco em palavras. Era tão recolhido o Santo, tão avesso a expansões, tão meditativo, tão calado, que lhe deram os colegas o apelido de "boi mudo", *bos mutus*, quando ele em Colônia ouvia as aulas do seu grande mestre Alberto Magno.

Pois bem: é possível conjecturar que Gil Vicente, em toda a peça em questão, não atribuiu uma só palavra a Santo Tomás, por representá-lo coerente com o retrato que dele fazem seus biógrafos e principalmente por figurá-lo conforme ao cognome que lhe deram os companheiros de estudos: *bos mutus*.

3ª - Esta terceira hipótese que aventamos é a que nos parece mais plausível.

No *Auto*, aparece a Igreja ladeada de quatro Doutores, seus pilares (vs. 510-512): S. Agostinho, S. Jerônimo, S. Ambrósio e Santo Tomás. Agostinho

introduz o assunto e mais tarde volta à cena, juntamente com os três outros, para servir à Alma as iguarias.

Cumpre salientar, antes de mais, que a escolha que fez Gil Vicente dos quatro esteios da Igreja não foi arbitrária. Tomaram-se três Padres e um Teólogo [(1)], o maior de todos.

Jerônimo, Ambrósio e Agostinho viveram na mesma época (Ambrósio morreu em 397, Jerônimo, em 420 e Agostinho, em 430) e são grandes Padres da Igreja Latina.

S. Jerônimo foi um vigoroso polemista, conhecia a fundo o grego e o latim, é autor da *Vulgata*, e ficou consagrado, na história do pensamento cristão, como o mais seguro e mais luminoso dos intérpretes das Sagradas Letras, o que lhe valeu o título de "Pai dos Exegetas". A Igreja oficialmente corrobora esse juízo quando lhe chama, na *Oratio* da sua missa (a 30 de setembro), Doutor Máximo na exposição das Sagradas Escrituras: "Deus, qui Ecclesiae tuae in exponendis sacris Scripturis beatum Hieronymum Confessorem tuum, Doctorem maximum providere dignatus es..."

S. Ambrósio, o célebre Arcebispo de Milão, é um dos mais acatados e mais celebrados Padres da Igreja Latina. Grande doutrinador, deixou obra numerosa e altamente significativa, tendo desenvolvido importantíssimo trabalho de assistência social. A vida de S. Ambrósio é das mais empolgantes de toda a hagiografia cristã, tanto que católicos e acatólicos são uníssonos em exaltar-lhes as peregrinas virtudes. Foi ele quem converteu S. Agostinho. Dos escritos do Arcebispo de Milão se fizeram várias edições, sendo primeira em antigüidade a de Basiléia, organizada e dirigida por Erasmo, em 1512.

S. Agostinho é o vulto máximo da Patrologia, assim latina como grega, e uma das inteligências mais poderosas que a humanidade já produziu. Durante os trinta e cinco anos em que foi Bispo de Hipona, desenvolveu prodigiosa atividade, espancando erros e desviações da doutrina, sendo, por isso, chamado "Martelo das Heresias".

Santo Tomás de Aquino é a figura mais alta da Teologia, o grande gênio da Escolástica, o homem mais sábio e mais profundo do seu tempo, filósofo que repensou toda a obra de Aristóteles e acomodou o peripatetismo ao pensamento cristão, o que inaugura uma nova era na filosofia das Escolas. É cognominado o Doutor Comum da Igreja Católica. Viveu no séc. XIII. Seu sistema filosófico, notável pela grande e robusta unidade, é chamado *Tomismo* e assinala o apogeu da Escolástica.

Depois desse esclarecimento, tornemos ao nosso ponto. Como dizíamos e como se vê, Gil Vicente escolheu bem os quatro Doutores que deviam figurar como sustentáculos da Igreja.

E agora se põe a nossa questão: porque no *Auto da Alma* falam os três Padres e Santo Tomás fica calado?...

Será talvez por isto. O século XV e o XVI trazem, com o Renascimento, uma reação violenta e cega contra a Escolástica. O clima espiritual que respirou Gil Vicente foi de antitomismo o mais radical.

Verdade é que nesse mesmo séc. XVI houve uma importante ressurreição do Tomismo, conhecido como Idade de Prata da Escolástica, reação essa que teve dois grandes baluartes em Salamanca e em Coimbra e em que figura entre outros um importantíssimo filósofo de nacionalidade portuguesa, João de Santo Tomás.

Mas Gil Vicente não teve conhecimento de tal revivescência escolástica, pela simples razão que ela se deu no fim do século de quinhentos, morto já o Plauto Português. Quase todos os grandes nomes dessa Idade de Prata nasceram depois da elaboração do *Auto da Alma*, que foi levado à cena em 1518.

Portanto Gil Vicente, - católico, sabia que Santo Tomás é o Doutor Comum da Igreja -, homem do seu tempo, sabia que a Escolástica estava superada e era mesmo digna de irrisão e de desprezo.

Acresce a isso que o fundador do teatro nacional português era bastante erasmiano [2], deixou-se impregnar não pouco do espírito do grande humanista de Roterdão, o qual, como se sabe, foi uma das mais altas e prestigiosas vozes que, no Renascimento, combateram e ridicularizaram a Escolástica. Note-se ainda que Erasmo, inimigo da Escola, era grande admirador dos Padres, tanto que promoveu e dirigiu a publicação das obras de vários deles, entre os quais S. Ambrósio (a 1ª edição de suas obras, como ficou dito, é de Erasmo), S. Jerônimo e S. Agostinho...

Diante disso, não é lícito supor que, no *Auto da Alma*, Gil Vicente, influenciado por Erasmo, respirando a atmosfera antitomista do seu tempo, propositadamente fez falar os Padres e deixou mudo a Santo Tomás para significar que a voz da Escolástica estava calada, que a hora desta já passara, e que os homens do século dezesseis já não iam pedir conselhos aos filósofos e teólogos medievos, nem mesmo se interessavam em ouvir-lhes a palavra?

(1) Na técnica da linguagem eclesiástica se distingue a *Patrologia* da *Teologia*. Aquela é a doutrina dos Padres, e vai desde o princípio do 2º século da era cristã até o século V. Seu maior nome é Agostinho, que lhe marca o apogeu. Seguem-se dois séculos de transição (VI-VII), e depois surge a *Teologia* propriamente dita, que, para conceituar em uma palavra, é a investigação e a explicação dos dados da Revelação pela filosofia. O maior vulto da Teologia católica é Santo Tomás de Aquino (séc. XIII).

(2) V. Carolina Michaëlis de Vasconcelos, *Notas Vicentinas*, I (Gil Vicente em Bruxelas), Edição da Revista "Ocidente", Lisboa, s/d., p. 55.

(In *A Ordem*, Rio de Janeiro, out.1949, p. 230-233.)

AS REGRAS DE BEM VIVER EM "OS LUSÍADAS".

(1980)

[Comunicação à III Reunião Internacional de Camonistas, em Coimbra.]

Hesitei antes de dar titulo a este ensaio: "regras de bem viver"? Pareciame, e parece-me, que seria útil empreender um estudo sistemático dos ditos sentenciosos que enxameiam na obra do épico, tão ricos são eles de conteúdo e tão reveladores de uma sabedoria haurida no estudo, sim, mas principalmente na experiência intensamente vivida. Certamente não é este o lugar nem a ocasião para tal estudo, mas tem plena cabida acenar para ele, convocar interessados e voluntários, fazer, enfim, um convite formal. É possível até que um dos atendentes ao convite venha a ser o próprio convidante de hoje.

Abalancei-me ao ensaio, apesar do título imperfeito, porque, ao que me conste, o assunto ainda não mereceu especial atenção dos muitos camonistas de hoje e de outrora. E se estou enganado, que me contestem e relevem a minha ignorância, aliás, de si, injustificável numa assembléia como esta [1].

"Regras de *bem viver*"... vá lá. Porque, afinal, são regras de vida essas que colhi na epopéia. E regras de *bem* viver, tomando-se o advérbio na tríplice área semântica do *bonum* da Filosofia Clássica: *honestum, utile, delectabile.* O bem procurado por si mesmo, como conveniente à natureza racional do homem; o bem buscado, como simples meio relativamente a outro; o bem consistente no desfrute de outro bem alcançado.

Verdade é que não topei em Camões nenhuma regra de viver alinhável na terceira categoria. Apenas uma classificável como pragmática, repetidora, aliás, com muito mais apuro de forma, de um provérbio ou brocardo latino - "A ocasião é careca" - isto é, desprovida de cabelos: em passando, cumpre pegá-la de cernelha, não nos escape.

O nosso Poeta deixa ao malvado Baco o conselho de aproveitar a fugidia ocasião para se alcançar o pretendido, no caso, deitar a perder o nobre Gama, porque não chegue nunca à Índia desejada:

> Eu decerei à terra e o indignado
> Peito revolverei da maura gente;
> Porque *sempre por via irá dereita*
> *Quem do oportuno tempo se aproveita.* (I, 76)

Claro que mal intencionado andava Baco, mas a utilização do oportuno tempo independe da tenção danada, pode legitimamente ser feita por quem, de coração limpo, empreenda um ato bom. Ou até neutro. Mais facilmente, certo, o conseguirá se meter a foice na hora justa.

Remontam à mais alta antigüidade as regras ou normas de vida, quase sempre concisas, lapidares, convincentes, apelativas, nascidas da madura experiência, acumulada, comprovada, transmitida de geração em geração. Neste trajeto ao longo do tempo é que elas se terão depurado, decantado, assumindo, por fim, uma forma perfeita, vernácula, exemplar. Dada sua natureza apelativa (penso em Bühler), valem-se de recursos fonoestilísticos, quais a aliteração ou, mais freqüente, o homeoteleuto: "Duro com duro não faz bom muro"; "Varão, manda ele e ela não; varela, manda ele e manda ela; varunca, manda ela e ele nunca"; "Quem em tudo sua mulher contenta cornudo depressa se apresenta"; "Péché avoué est à demi pardonné"; "La pluie du matin réjouit le pèlerin"; "Nocumentum documentum"; "Si uis uiuere sane debes cottidie cacare mane".

Esses ditos sentenciosos têm vária origem, aspecto multiplicado, conteúdos eventualmente conflitantes, estrutura multifária e, compendiados e estudados, constituem aquilo que se poderia chamar a "filosofia de vida" de um povo. Mais: o estudo comparativo, endógeno e exógeno (digamos assim), de tais frases conceituosas, preceptivas ou pragmáticas, leva a conclusões confortantes umas, decepcionantes outras. Descobriremos coincidências, u.g. "duro com duro não faz bom muro" e "dois bicudos não se beijam", - discordâncias e até contradições, isto tanto na exploração endógena como na exógena.

A razão das concordâncias é óbvia; a das discordâncias e contradições é que poderia constituir problema. Como e porque ante a mesma situação conselhos antagônicos? É que o homem é vário e inconstante, ora quer o bem, ora prefere o mal. Num caso, deleita-se com a verdade, noutro a detesta. Já o vira, há mil e quinhentos anos, Santo Agostinho, que, cheio de sabedoria, o explica: *Amant ueritatem lucentem, oderunt eam redarguentem.* (*Conf.* X, cap. 23, 34). Não poucos homens se regalam com a verdade, quando seu agir e gostos recebem dela concordância; passam a detestá-la com todas as veras, quando os contraria, quando lhes condena os atos ou não lhes aplaude a escolha. Note-se que todo esse esplêndido parágrafo trinta e quatro das *Confissões* nada mais é que sagacíssima e preciosa explicação de um dito, também sentencioso, do compatriota do grande doutor cartaginense, Terêncio, inserto em *Andria,* 68*: ueritas parit odium.*

Entre os espécimes da fauna humana, existem uns que amam o bem por si mesmo, outros que o desamam por si mesmo, tais outros que aceitam as

normas do reto agir mas não nas seguem, ao menos quando lhes contraria os interesses *hic et nunc*. Os detestadores do bem filiam-se àquele demônio do *Paraíso Perdido,* que, emerso das profundezas, fita o sol e lhe diz: "És belo e luminoso, mas eu te odeio!"

Ai está a razão dos conselhos contraditórios na "sabedoria" popular - *uariante causa, uariatur effectus,* como assinalam as tabuinhas de Bacon.

Cabe outra indagação neste assunto que ora nos ocupa: porque é tão abundante a nomenclatura relativa a esse tipo de textos paremiológicos? Cobrirá cada significante um significado diferente ?

Embora não sejam do meu feitio nem do meu gosto as citações largas, transcrevo aqui um verbete do *Dicionário de Sinônimos,* do festejado e saudoso lingüista brasileiro Antenor Nascentes, para que, já não ouvindo-o, senão lendo-o depois, meditadamente, concordem ou discordem:

> ADÁGIO, AFORISMO, ANEXIM, APOTEGMA, AXIOMA, BROCARDO, DITADO, DITO, MÁXIMA, PAREMIA, PENSAMENTO, PROLÓQUIO, PROVÉRBIO, RIFÃO, SENTENÇA – *Adágio* é um provérbio antiquado e anônimo. *Aforismo* é uma curta prescrição de um tratado científico, sobretudo de medicina; são célebres os de Hipócrates. *Anexim* é um dito picante, chulo, em linguagem rude, como aqueles de que usa comumente o povo. *Apotegma* é palavra memorável de homem notável, sobretudo dos antigos; Plutarco colecionou muitos, de reis e generais lacedemônios. *Axioma* é uma verdade evidente por si mesma; encontra-se muito na matemática. *Brocardo* é regra jurídica concisa, como as constantes do Livro I, título XVII, do Digesto, *De diuersis regulis iuris antiqui. Ditado* é frase popular, curta, anônima, na qual se dá uma noção, um conceito vulgar, um bom conselho. *Dito* é frase pronunciada em tom de pilhéria. *Máxima* é um pensamento importante, no ponto de vista prático, um sábio conselho dado em poucas palavras e tendo autor conhecido; são notáveis as de La Rochefoucauld. *Paremia* é a expressão proverbial em que predomina a feição alegórica. *Pensamento* é o juízo enunciado com intenção de exprimir, de modo simples, mas com certa eloqüência, uma verdade, um conselho útil, fruto da meditação; são notáveis os de Pascal. *Prolóquio* é sentença filosófica com que se inicia discurso ou escrito, anunciando o assunto ou ponto de vista do orador ou do escritor. *Provérbio* é máxima ou sentença, popularizada e consagrada pelo uso, podendo ter autor conhecido; são célebres os de Salomão. *Rifão* é o provérbio que anda repetido na boca do povo, como se repete o estribilho de uma canção (fr. *refrain*). *Sentença* é provérbio de sentido profundo, com caráter literário ou oratório, solene, brilhante na forma; são notáveis as de Públio Siro (op. cit., Rio, Livros de Portugal, 1969, s.u., pp. 33-34).

Os "ditos sentenciosos" (para lhes dar um rótulo genérico) quase sempre são anônimos, tanto é verdade que integram a cultura de um povo, tomada a palavra "cultura" em sentido antropológico. São repetidos a cada passo, transitam de uma geração a outra, aparecem com assídua freqüência na pena dos escritores, que, aliás, muita vez os põem na boca de seus personagens, qual se vê, por exemplo, nas falas de Sancho Pança. Anônimos, sim, mas evidentemente não caídos do céu por acaso: alguém os cunhou. Depois, ouvidos, aprovados, difundidos, quiçá retocados e apurados, esquecem o autor e vêm a tornar-se patrimônio da comunidade.

Isto não impede, claro está, que o escritor A ou B elabore, e com requinte, novos "ditos sentenciosos". Aliás, a ressalva é quase tautológica. O que, no entanto, eu quis dizer é que, além de se utilizar do acervo tradicional, o escritor forja novos, esculpe-os, encaixa-os num contexto, para lhes precisar bem o conteúdo ético, utilitário ou agradável.

Tal fizeram sempre os grandes escritores, da idade clássica, da média e da moderna. Os latinos nos legaram não poucos primores nesse terreno. Que nos seja permitido trazer um que outro, para ilustrar e para que todos aqui *ament meminisse.* Que nos venha o *Labor omnia uincit improbus,* de Virgílio (*Georg.,* I, 144-45); ou aquele, cheio de amarga sabedoria, do triste Ovídio (*Trist.,* I, 1, 5): *Donec eris felix multos numerabis amicos; / Tempora si fuerint nubila, solus eris.* (*Trist.,* I, 1,5-6). Ou, do mesmo Sulmonense, aquele esplêndido conselho e prevenção do palinódico *Remedium amoris:* "Principiis obsta: sero medicina paratur / cum mala per longas inualuere moras." (I, 91-92). O Mantuano não tinha razão quando decantava Lucrécio, mas, fazendo-o, deu-nos incentivo a que sondemos os arcanos: "Felix qui potuit rerum cognoscere causas" (*Georg.,* II, 489).

Já na aurora dos tempos modernos, mas todo impregnado do mais alto espírito do médio-evo, Dante nos legou ricos "conceitos", alguma vez "sotto 'l velame de li versi strani" (*Inf.,* IX, 61), e entre tais primores se inclui aquele em que, a um tempo, nos aflige e consola, com lembrar que "Nessun maggior dolore / che ricordarsi del tempo felice / nella miseria" (V, 121-23). Aliás, diga-se de passagem, que o divino poeta está quase traduzindo um dos seus mestres, Santo Tomás de Aquino: "Memoria praeteritorum bonorum ... in quantum sunt amissa, causat tristitiam" (*Summa Theol.,* II^{a} II^{ae}, q. 36, a. 1).

Entre as muitas "sentenças" que Petrarca foi deixando cair ao longo de sua grande obra, Camões aproveitou esta, *uerbis*[(2)]: "Tra la spica e la man qual muro è messo" (IX, 78).

Escusado, e ainda uma vez tautológico, dizer que para esse opulento acervo de "ditos sentenciosos" contribuíram largamente os "profissionais", ou seja, os moralistas. Creio que não estarei sendo subjetivista, ao menos muito subjetivista, colocando em primeiro lugar, entre os latinos, a Sêneca.

Assim municiado e assim estimulado quase não podia deixar Camões de pontilhar sua epopéia com ditos, conceitos e sentenças, que extrai, por assim dizer, dos acontecimentos que narra ou que comenta. Estas sentenças tais valem por si, desligadas do contexto e, em certos casos, até ao arrepio do contexto. O mais das vezes são normas de bem viver *secundum uirtutem,* homem de excelente formação moral que era. Mas podem também ser regras pragmáticas, de muita serventia para alguém se defender de um perigo ou para ser bem sucedido em transes dificultosos.

De acordo com o ritmo da narrativa, ou o desenrolar do epos ou a tensão do discurso ou a atitude do emissor, varia no correr do poema a freqüência desses *memorabilia Camonis dicta.* Assíduos no primeiro e segundo cantos, rareiam depois, para reaparecerem numerosos no oitavo, que termina com aquela magnifica objurgatória ao dinheiro, "metal luzido e louro":

Este rende munidas fortalezas;
Faz tredores e falsos os amigos;
Este a mais nobres faz fazer vilezas,
E entrega capitães aos inimigos;
Este corrompe virginais purezas,
Sem temer de honra ou fama alguns perigos;
Este deprava às vezes as ciências,
Os juízos cegando e as consciências.

Este interpreta mais que sutilmente
Os textos; este faz e desfaz leis;
Este causa os perjúrios entre a gente
E mil vezes tiranos torna os reis.
Até os que só a Deus omnipotente
Se dedicam, mil vezes ouvireis
Que corrompe este enganador, e ilude,
Mas não sem cor, com tudo, de virtude. (VIII, 98-99.)

***

Seria de tentar uma classificação dos aforismos camonianos, mas, ao parecer, não se chegaria a resultado satisfatório, tão vários são eles, decorrentes sempre de uma situação descrita e imaginariamente vivida.

Em todo caso, repito, predominam absolutamente os conceitos morais, emanados de seguros princípios da Ética natural. São conclusões tiradas por uma consciência reta, iluminada pela sabedoria, que não pela ciência. Do que se disse, do episódio narrado, dos diálogos travados se infere que o certo é fazer isto ou aquilo. E esta inferência, induzida, transforma-se agora numa regra aplicável a conjunturas análogas.

Princípios ou normas de Ética natural, sim, mas, não raro, na aguda percepção camoniana, transfigurados em preceitos de moral cristã, sobrenatural. Isto porque o maior Poeta da nossa língua foi rigorosamente ortodoxo, conforme tive já oportunidade de demonstrar: era católico convicto e muito esclarecido. Aceitou integralmente a Revelação e admitiu, sinceramente, cada uma das conseqüências do "amar a Deus sobre todas as coisas e ao próximo como a si mesmo". Aí incluiu, não há negar, a virtude da temperança e sua anexa, a castidade. Se não praticou esta, foi por fraqueza. Aplica-se-lhe em cheio o que Ovídio faz Medéia dizer nas *Metamorfoses* (VII, 20):

Video meliora, proboque; deteriora sequor.

Aliás, isto, em escala maior ou menor, é a íntima tragédia de todos nós, é não nos comportarmos em tudo e por tudo como nos manda a consciência. É capitular ao amor próprio, ao interesse, ao egoísmo, a esta ou àquela paixão, neste ou naquele momento, ou - pior, e ai de nós - sempre. Nem os santos escapam ilesos à fraqueza ínsita - "Também dos portugueses alguns tredores houve algũas vezes" (*Lus*. IV, 33). São Paulo, o arauto de Cristo, a Ele rendido desde a estrada de Damasco, o Apóstolo nos previne, prevenido ele pela própria experiência: "Não faço o bem que quero, mas pratico o mal que abomino" (*Rom*. 7, 19).

Tornando a Camões: se não é possível classificar os "ditos sentenciosos" notáveis na epopéia, é possível e até necessário verificar e proclamar que são maioria os relativos à virtude da força. Isto talvez porque, naqueles tempos do Portugal quatrocentista e quinhentista, era esta a virtude mais estimada, mais procurada, mais exercitada. A incompreensível expansão marítima portuguesa e o estabelecimento do Império foi obra de contagiante coragem. Para usar uma detestável palavra da moda, foi obra de "socialização" da coragem, se virtude fora coisa passível de ter sujeito coletivo. Muito melhor: foi uma epifania da *força*. Não, é claro, força-poder, força-violência, mas força interior, capacidade de dominar o medo, de vencer a natureza, de submeter as faculdades ao império da razão.

Já se disse que mais dificultoso é vencer-se a si mesmo que vencer o mundo, e a razão é que só pode vencer o mundo quem foi capaz de vencer-se.

Por isso, muito bem formado e informado e extremamente perspicaz, demorou-se Camões no elogio da fortaleza e soube vituperar e declarar desprezível a fraqueza. Mais: sentiu-se no dever de para ela chamar a atenção dos contemporâneos, surpreendendo-a e denunciando-a principalmente nos lugares e situações em que ela se oculta e se disfarça sob capa de força, de coragem, de valentia ou, já noutra pauta, de conveniência.

Fica patente isto no episódio de Inês de Castro. A linda dama, condenada, na verdade interpela corajosa o rei, quando aparentemente lhe pede clemência. Até lhe chama covarde, se estou interpretando bem:

E se, vencendo a maura resistência,
A morte sabes dar com fogo e ferro,
Sabe também dar vida com clemência
A quem pera perdê-la não fez erro (III, 128).

E agora, falando já pela própria boca, apostrofa o Poeta todos os "valentes", todos os déspotas, todos os de mãos manchadas de sangue inocente, todos os brutos matadores:

Que furor consentiu que a espada fina,
Que pôde sustentar o grande peso
Do furor mauro, fosse alevantada
Contra ũa fraca dama delicada? (III, 123)

Vejamos, por alto, como Camões explora a *fraqueza*.

Por exemplo: a alguém, menos atilado, poderia parecer que fosse preguiça, ou comodismo, ou dissipação deixar a meio uma empresa. Não ao Poeta. Ele vê claro que aí o pecado é contra a virtude da força. E, para valorizar o que proclama, vale-se de uma antítese e de um homeoteleuto - *fortaleza X fraqueza:*

E tu, Padre de grande fortaleza,
Da determinação que tens tomada
Não tornes por detrás, pois *é fraqueza*
Desistir-se da cousa começada. (I, 40)

Deleita-se, por assim dizer, o vate em denunciar, e condenar, um tipo de fraqueza, às vezes abjeto (como no caso da linda Inês): estadear, ou simplesmente aparentar força diante de sujeitos inermes. Cobardia, sim, mas sobretudo fraqueza:

Porque o generoso ânimo e valente,
Entre gentes tão poucas e medrosas,
Não mostra quanto pode; e com razão,
Que *é fraqueza entre ovelhas ser lião.* (I, 68)

A mesma idéia está em IX, 80:

Fraqueza é dar ajuda ao mais potente.

Vindo do alto o exemplo, o vício é contagiante, como se viu do comportamento do "brando, remisso e sem cuidado algum Fernando", que quase levava à ruína o indomável reino antigo, sim,

Que *um fraco rei faz fraca a forte gente.* (III, 138)

Mas não só: também quebranta, debilita e imbeciliza o ânimo dar pasto a paixão desregrada, atender aos apelos da carne infiel, contra razão. Por isso, bem parece

Que *um baxo amor os fortes enfraquece* (III, 139).

A ociosidade também traz o mesmo triste efeito:

> Despertai já do sono do ócio ignavo,
> Que o ânimo, de livre, faz escravo. (IX, 92)

O poeta, sentencioso, não se cansa de ir lançando aqui e ali observações e análises das manifestações e dos efeitos, bons e maus, da segunda virtude e do vício correlato:

> Não sofre muito a gente generosa
> Andar-lhe os cães os dentes amostrando (I, 87).

> .... mui pouco val esforço e arte
> Contra infernais vontades enganosas;
> Pouco val coração, astúcia e siso,
> Se lá dos céus não vem celeste aviso. (II, 59)

> .... As cousas árduas e lustrosas
> Se alcançam com trabalho e com fadiga (IV, 78).

> O coração sublime, o régio peito
> Nenhum caso possíbil tem por grande (VIII, 69).

> Se por ventura vindes desterrados,
> Como já foram homens da alta sorte,
> Em meu reino sereis agasalhados,
> Que *toda a terra é pátria pera o forte* (VIII, 63).

Aqui me permito dizer que interpreto este "toda a" como "qualquer". Não me parece que Camões quis aí dizer que a terra inteira serve de pátria ao forte, senão que qualquer terra, qualquer país, qualquer canto, independente de raça, ou língua, ou cultura, acolhe e perfilha o forte.

O poeta não se cansa, nem cansa. Mas este pobre prosador à Monsieur Jourdain cansa e deve estar cansando-vos. Hora é, pois, de colher as velas a esta parlenda. Já agora irei ao termo sem devanear em comentários, certamente gratos a mim, porém molestos a vós outros. Fiquemos só com os textos camonianos, enxutos, que todos sairemos ganhando. Até porque sempre virão a propósito, depois da introdução geral que aqui se lhes antepôs.

***

O magistrado judicial há de ser isento, e melhor lhe será desfazer-se de informes parciais de interessados.

> *Não ouças mais, pois és juiz direito,*
> *Razões de quem parece que é sospeito.* (I, 38)

enérgico e altaneiro disse Marte a Júpiter.

Poeta, homem de rara sensibilidade, Camões acredita no coração, inclina-se aos avisos dele, admite sem rebuços que ele pode ter premonição:

.... *o coração pressago nunca mente.* (I, 84)

Os homens mal intencionados de tudo desconfiam, tudo temem, porque se tornam incapazes de vivenciar a existência da pureza, da descontração, da simplicidade:

.... *da tenção danada nasce o medo* (I, 80).

Que onde reina a malícia está o receio,
Que a faz imaginar no peito alheio. (II, 9)

.... *nunca tirará alhea enveja*
O bem que outrem merece e o céu deseja. (I, 39)

A vitória é o quinhão do forte, não do violento, do que, falto de razão, apela para a bruteza, crendo matar com sangue o amor do bem:

Quem faz injúria vil e sem rezão,
Com forças e poder em que está posto,
Não vence; que *a vitória verdadeira*
É saber ter justiça nua e inteira. (X, 58)

Quão preciosos são nestes tempos de mentira, de farisaísmo, de impostura, de falso louvor, de nebulosidade procurada na linguagem, para simular profundeza de juízo e de ciência, quão preciosos estes conceitos de Camões! Como, à sua vista, ficam ridículos os "intelectuais", que a respeito de tudo hão de parvoejar, aflitos sempre por estarem "na moda":

De Formião, filósofo elegante,
Vereis como Anibal escarnecia,
Quando das artes bélicas, diante
Dele, com larga voz tratava e lia:
A disciplina militar prestante
Não se aprende, Senhor, na fantasia,
Sonhando, imaginando ou estudando,
Senão vendo, tratando e pelejando. (X, 153)

Nem lhe venham com enovelados raciocínios, palavrório retorcido ou tirante a sublime. Perdem o tempo, porque ele sabe e proclama que

.... *fácil é a verdade de entender-se.* (VIII, 75)

Atrás foi visto e dito que as coisas lustrosas só se alcançam com trabalho e com fadiga, como, aliás, já tinham dito os antigos que *per angusta ad augusta*, ou os cristãos da prisca idade que *per crucem ad lucem.* Bem senhor desta verdade, cônscio de que os altos feitos exigem aturada vigilância para realizados, Camões afirma peremptório:

.....nunca louvarei
O Capitão que diga: - Não cuidei. (VIII, 89)

Se é trágico fiar-se da infiel e falsa gente (cf. II, 6), é bom, é louvável, é remansoso viver do afeto verdadeiro,

.... porque do certo e fido amigo
É não temer do seu nenhum perigo. (VIII, 85)

Tanto se corre hoje atrás dos prêmios, da riqueza, do dinheiro! Muita vez até com descompassada ganância, com mal disfarçada avareza, e isto é grande estultice,

Porque essas honras vãs, esse ouro puro [3]
Verdadeiro valor não dão à gente:
Milhor é merecê-los sem os ter
Que possuí-los sem os merecer (IX, 93)

***

A Camões devemos não apenas a fixação desta esplêndida língua em que nos expressamos, não só alguns dos mais altos momentos da poesia universal, senão também uma bela coleção de regras de vida, que nos poderá fazer andar por caminhos seguros. Ouçamos-lhe também esta perene lição, saibamos estimá-lo também por isto. Será nosso tesouro maior, por sugestão sua, procurar sempre a verdade, como único farol da inteligência e base única do agir. Não nos surpreendamos com certos destemperos, porque devemos de saber

Que *inimiga não há tão dura e fera*
Como a virtude falsa da sincera. (X, 113)

Tenhamos por vento toda ambição (cf. X, 150), principalmente a de amontoar ciência vã e só erudita e momentaneamente aplaudida; só estimemos o honesto estudo, com longa experiência misturado (X, 154), e, quando, perplexos, necessitarmos de conselho, tomemo-lo "só de exprimentados" (X, 152).

E, com isto,

chego, por fim, ao porto desejado.

(1) Realmente, nos debates o Doutor Américo da Costa Ramalho, de Coimbra, informou-me que o grande musicólogo português Viana da Mota escreveu um trabalho nesta mesma linha. Raro que é, não pude pôr olhos nele, para ver se anula este meu ensaio. Em todo caso, o notável pianista não chegou a ser um camonista.

(2) Disse *uerbis,* não *litteris,* porque o verso 8º do soneto 56 de *Rime Sparse* traz a forma herdada - *spiga* -, que Camões, ao que parece, preferiu substituir pela forma poética e latina - *spica.* Além disso, o Arezano interroga, enquanto o nosso afirma. Lembra muito bem Epifânio (1918, p. 192) que o sentido do verso é o mesmo do provérbio português "Da mão à boca se perde muitas vezes a sopa".

(3) Supondo interpretar corretamente, dou a este "puro" valor concessivo - "ainda que puro" -, exatamente como em I, 87: "Não sofre muito a gente (ainda que) generosa / Andar-lhe os cães os dentes amostrando".

(In *Actas* da IV Reunião Internacional de Camonistas, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1984, pp. 373-384.)

UMA INTERPRETAÇÃO DO EPISÓDIO DO "VELHO DO RESTELO".

(1980)

[Comunicação apresentada à III Reunião Internacional de Camonistas, em Coimbra.]

Apresentando esta pequena e singela comunicação livre à III Reunião Internacional de Camonistas, quero, antes de tudo, dar uma demonstração da importância que atribuo a esses encontros, em que, com ciência e erudição, se celebra a glória do maior poeta de Portugal e um dos maiores da Humanidade. E, acrescentando, não hesito em concordar com Sílvio Elia, que diz ser Camões também o maior poeta do Brasil.

A língua é a mesma, podemos, como os portugueses, sentir, em toda a força e sonoridade, o canto épico e o lírico desse incomparável cantor das glórias de Portugal e da alma portuguesa, que são também as nossas glórias e a nossa alma.

Na I Reunião, de Lisboa, 1972, apresentei, como agora, uma pequena comunicação, intitulada "A Língua de Camões e a Linguagem Brasileira", onde mostrei que muitos fatos do discurso camoniano coincidem com fatos da fala corrente do Brasil, não só no campo da pronúncia mas também no da sintaxe, embora hoje destoantes da fonologia e de algumas construções da fala e escrita corrente de Portugal.

Camões é, na verdade, um dos grandes laços que unem Portugal e Brasil, não só na admiração e entusiasmo que desperta, senão também na influência que exerceu em toda a literatura brasileira, como sobejamente provado ficou com os trabalhos apresentados no concurso aberto pela nossa Comissão Camoniana de 1972, o qual tinha por tema, precisamente, "Camões e a literatura brasileira". O trabalho premiado, de Gilberto de Mendonça Teles, repassa e perpassa toda a nossa literatura, rastreando nela a presença de Camões.

Escolhi para tema desta comunicação uma interpretação já antiga que tenho do magnífico episódio do Velho do Restelo. Até sobre o assunto escrevi um artigo no *Jornal do Brasil,* do Rio, em 1957.

Na ocasião não o sabia, mas vim a saber depois, que meu entendimento coincidia, nas linhas essenciais, com o do saudoso Hernâni Cidade, esboçado antes do meu artigo.

Na verdade, isto é motivo de alegria e desvanecimento para mim, que me vi, *avant la lettre*, tão bem acompanhado.

Por isso, esta pequena colaboração será também homenagem ao mestre camoniano, com quem tanto privei e de quem pude bem conhecer a larguíssima erudição e a riqueza humana tão aliciante.

O episódio do velho do Restelo é a passagem de *Os Lusíadas* que mais tem dado margem a interpretações e perplexidades, pelo que representa de contradição ao todo do poema.

Num artigo que escrevi em junho para o *Jornal de Letras*, do Rio, chamei ao episódio o "Anti-Lusíadas", sem saber que a mesma idéia já ocorrera antes ao Prof. Houwens Post, o que não é para surpreender, porque se trata de coisa óbvia.

O Visconde de Juromenha, Teófilo Braga, Hernâni Cidade, Rebelo Gonçalves, Roger Bismut, Jacinto de Prado Coelho, Giuseppe Tavani, entre outros, ocuparam-se do "velho de aspeito venerando", que misteriosamente apareceu à hora da partida das naus, fez um eloqüentíssimo discurso e misteriosamente desapareceu, sem deixar nome nem explicar a que veio àquele lugar e àquela hora.

Sem, de modo nenhum querer ser irenista, tenho para mim que todas as interpretações são válidas, como está na moda hoje dizer, inclusive a erudita de Rebelo Gonçalves, que vê no discurso a voz dos homens do norte, conservadores e apegados à terra, e um eco dos coros da tragédia grega. Seria também a voz do "homem da rua", da aristocracia inconformada com a perigosa audácia dos reis, o choque da política mediterrânea contra a política ultramarina (tão bem glosado por Fernando Pessoa em *Mensagem*), o contraponto da orquestração laudatória.

Será tudo isto e mais alguma coisa. Mas para mim tem um sentido mais profundo e mais íntimo.

O velho do Restelo, anti-herói, é o maior dos heróis camonianos, maior do que o próprio Vasco da Gama; seu discurso é o mais eloqüente e caloroso dentre os tantos discursos que enchem o poema; tem uma intensidade e uma força de sinceridade, que nenhum outro tem. Dele se pode dizer aquilo de Pascal: "La vraie éloquence se moque de l'éloquence".

Donde essa força, donde esse fascínio arrebatador, donde a extraordinária pujança daquelas palavras tiradas do "experto peito"?

Creio que todas as supra-referidas interpretações são insuficientes para explicar o estranho episódio que, em oitenta e oito versos, condena o que os outros oito mil setecentos e vinte e oito enaltecem, em voz canora e belicosa, que o peito acende e a cor ao gesto muda.

Existe, por certo, algo de misterioso neste misterioso contraponto.

Para mim, só há uma explicação: o velho do Restelo é o próprio Camões. É o Camões devolvido à pátria, "à ditosa pátria minha amada", e que a encontra decadente, submersa em austera, apagada e vil tristeza. O mesmo ardoroso patriota que cantou as glórias da expansão marítima, a construção do Império, vê agora, desiludido, já desdenhando sua grande cultura e vasta erudição, com um saber só de experiências feito, numa vida de sofrimentos, de exílios, de privações, de maior conhecimento dos homens, do falso louvor dos áulicos, da falta de espírito público dos homens públicos, Camões velho e alquebrado, sem negar nem diminuir - notem bem! - o extraordinário valor da expansão da Fé em terras de infiéis, invectiva, com a maior veemência, o lado negativo, sem grandeza, da epopéia real escrita nos mares e nas terras conquistadas.

Ó glória de mandar, ó vã cobiça
Desta vaidade a quem chamamos fama!
Ó fraudulento gosto que se atiça
Cũa aura popular que honra se chama!
Que castigo tamanho e que justiça
Fazes no peito vão que muito te ama!
Que mortes, que perigos, que tormentas,
Que crueldades neles exprimentas! (IV, 95.)

***

Tenho para mim como certo (desculpem-me!) que o famoso e misterioso episódio foi escrito depois de pronto o poema.

O canto quarto terminaria na estância noventa e três, como é altamente provável, para não dizer quase evidente:

Nós outros, sem a vista alevantarmos
Nem a mãe, nem a esposa, neste estado,
Por não nos magoarmos ou mudarmos
Do prepósito firme começado,
Determinei de assi nos embarcarmos,
Sem o despedimento costumado,
Que, posto que é de amor usança boa,
A quem se aparta ou fica mais magoa. (IV, 93.)

Fim. Nada mais para dizer. Completado o canto. Vão partir as naus. Vamos estender velas ao vento e sair à aventura, pisando afetos, vencendo a invencível saudade portuguesa, fechando os corações ao descompasso. Que mais falta para encerrar um canto?

Mas...

Note-se que o episódio principia com a adversativa, que é a forma normal de retomar uma narrativa ou de acrescentar-lhe qualquer coisa inesperada,

contraditória ou lembrada, já a contratempo. No caso, não se trata de contradição ou restrição ao anteriormente dito, como é o valor mais comum da conjunção. Tratar-se-á, pois, do inesperado ou do lembrado depois.

Há contradição, isto sim, com o resto do poema, antes e depois do episódio; não, porém, na seqüência do sentido, com o embarque sem o despedimento costumado. O velho não vai censurar esta, digamos, falta de cortesia, essa infração à usança boa, essa aparente dureza de coração e falta de afeto.

Muda-se o narrador. Deixa de falar Vasco da Gama e toma a palavra o venerando e incógnito ancião, que, apesar de ter voz pesada, foi ouvido claramente dos aventureiros navegantes. Passado o episódio, retoma a palavra o chefe da expedição, no começo do canto quinto.

Isto e outras considerações que eu pudera fazer me levam à forte impressão de que o trecho foi inserido muito depois. Por outro Camões. Não aquele, cheio de entusiasmo, que se tornara a voz da pátria, para cantar os inexplicáveis feitos dos habitantes da pequena casa lusitana. Para celebrar, com fatos reais, uma epopéia escrita nos mares do mundo, nas partes do Oriente e na quarta parte nova.

Agora temos um velho desencantado a cantar sua palinódia. Como que a pedir perdão do que, com tanto engenho e arte, dissera em estilo grandíloquo e corrente.

Camões disse do velho que ele tinha um saber só de experiências feito. Mas, no próprio discurso o desmente, porque o orador faz referência ao miserando Faetonte e ao grande arquitetor Dédalo com o filho Ícaro, vitimas de um desastre fatal. São casos mitológicos, que supõem estudo, informação, erudição. Portanto, o "só de experiências feito" tem de ser entendido como uma hipérbole, uma sobrevalorização da experiência, um como já tardio desprezo pela vã ciência haurida nos livros.

Isto afina com o que o Poeta de si mesmo diz já quase no fim do poema, à estância 154 do canto X: "Nem me falta na vida honesto estudo, com longa experiência misturado".

E esta madura experiência lhe ensinou, vitalmente, que a maior paixão humana é a paixão do mando, do domínio, do querer ser mais, a soberba, o orgulho, o *eritis sicut dii* (*Gen.,* III, 5). Daí a tremenda objurgatória contra a glória de mandar, a vã cobiça da vaidade, o ardente desejo da fama.

***

A ser aceitável minha hipótese, como creio, teríamos que Camões alterou o início do canto quinto, para emendá-lo com o acrescentado fecho do quarto.

Dando de novo a palavra a Vasco da Gama, o Poeta assume a psicologia do chefe da expedição e mostra nele desprezo e má-vontade contra o autor do

tremendo discurso, embora reconheça que o inopinado orador era um *honrado* velho. Mas acrescenta que ele *vociferava*, termo que me parece aqui tomado à má parte, embora Aulete lhe dê como primeiro sentido "proferir ou pronunciar em voz alta". E vêm como exemplo precisamente as palavras introdutórias do canto quinto de *Os Lusíadas*. No entanto, sinto o verbo como sinônimo de "falar com fúria", "berrar", "gritar com raiva e com impertinência", embora não me faltasse um erudito que me trouxesse um passo de Virgílio igualzinho, o qual seria "fonte" de Camões: "Talia vociferans" - "Estas palavras *tais* o velho honrado / *Vociferando* estava"...

Mas a continuação mostra que a objurgatória não terá produzido a menor comoção, o menor abalo no capitão e marinhagem: "quando abrimos / As asas ao sereno e sossegado / Vento, e do porto amado nos partimos". A menos que este trecho já estivesse na suposta redação primitiva.

É claro que não quero perder-me em divagações inúteis, mas é objetivamente certo que na redação que nos chegou, depois da objurgatória do velho, o Gama, tranqüilo, deu ordem de partida, abrindo velas ao sereno e sossegado vento.

Depois da tempestade armada pelo "velho honrado", paz e bonança na natureza física. Indiscutivelmente um contraste...

***

Aí está, em modesta exposição, o que tenho pensado do mais eloqüente discurso camoniano e da identidade do misterioso velho, herói sem nome e sem jaça, que seria o próprio autor do magnífico poema, cansado, desiludido das ilusões da vida, armado não já de ciência, mas de sabedoria ("um *saber* só de experiência feito"), um Camões já todo voltado para a Jerusalém Celeste, chorando sentado "sôbolos rios que vão por Babilônia".

(In *Actas* da III Reunião Internacional de Camonistas,
Coimbra, 1987, pp. 341-345.)

PELO REPATRIAMENTO DE "OS LUSÍADAS".

(1942)

[Nota da redação da revista *Ocidente* - Lisboa] - No número anterior desta revista, aparecido em 1 de junho, suspendemos a campanha iniciada há quase dois anos em prol do repatriamento do exemplar de *Os Lusíadas*, que se dizia ter pertencido a *Luís de Camões seu dono*, por havermos recebido do Rio de Janeiro informação autorizada sobre a não autenticidade da assinatura, que tão extraordinariamente valorizava o precioso cimélio. Parece que se sorriram de

mofa ou de satisfação aqueles bons portugueses, exaltados brasilófilos da última hora, que censuraram e combateram a ingênua pretensão de pleitearmos a vinda da sagrada relíquia para o templo dos Jerônimos, e que chegaram a aventar a insidiosa hipótese de que outros eram os motivos da interrupção do Apelo.

Para responder por nós, com prestígio indiscutível e argumentos públicos que ainda não conhecíamos, recebemos no dia 11 de junho último a seguinte carta de Alceu Amoroso Lima (Tristão de Ataíde), crítico e sociólogo brasileiro dos mais ilustres das últimas gerações:

Rio, 1 de dezembro de 1942.

Meu caro Álvaro Pinto.

Passo às suas mãos este recorte que o A. me enviou. Trata-se de um jovem professor assistente de Língua Portuguesa na Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil.

Acho sérios os seus argumentos contra a pretensão do nosso Instituto Histórico e Geográfico de possuir o exemplar dos Lusíadas *que pertenceu a Camões.*

V. não julga interessante uma transcrição, com uma pequena nota explicativa, no Ocidente*? Tendo a tese da "devolução" sido lançada sobre a base autenticidade, - uma vez que esta é posta em dúvida com argumentos tão fortes que o próprio Max Fleiuss nada respondeu - a tese perde sua razão de ser.*

De qualquer modo, vale a pena transcrever o artigo.

Aproveito a oportunidade para agradecer-lhe a remessa da revista, que sempre leio com o mais vivo interesse e constitui mesmo a melhor informação que atualmente tenho do movimento intelectual português.

Faço votos por que a revista prospere e a sua saúde seja cada vez mais firme.

Um abraço do muito grato

Alceu Amoroso Lima.

Eis o artigo do Professor Gládstone Chaves de Melo, publicado em *O Jornal* do Rio de Janeiro, a 8 de novembro de 1942, sob o título "Um Preciosíssimo Exemplar de *Os Lusíadas*":

"Como turista apressado de navio que atracou por duas horas, tive a fugidia oportunidade de ver o célebre exemplar da edição *princeps* de *Os Lusíadas*, que foi doado ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro como tendo pertencido ao próprio Camões.

Recentemente houve grande arruído e publicidade em torno da sensacional aquisição e o Sr. Max Fleiuss, num dos seus infalíveis "Recordando...", do *Jornal do Commercio* (15 de julho de 1942), deu notícia mais miúda acerca das características do valiosíssimo exemplar.

O precioso espécime teria sido de propriedade do Poeta, que seria autor das incontáveis notas que se alinham às margens do texto. Realmente, ao fim da Licença se acha estampado este manuscrito, difícil de ler: "Luís de Camões seu dono".

Das notas uma das que mais impressionou o Secretário Perpétuo do Instituto Histórico está na página 79, onde, acerca de uma alusão do texto, se lê isto: "Este he Phebo, filho do Sol e de Clymene. Já falei nelle." Ao Sr. Max Fleiuss lhe causou espécie este *falei*, na 1ª pessoa. Depois de lembrar que "em muitas outras páginas vêm anotações com a mesma letra, atribuída a Camões, o autor de 'Recordando..' aceita entusiasticamente a idéia que lhe deram de publicar tais notas, o que seria, no seu aviso, 'de incalculável importância'.

Até aqui o Sr. Max Fleiuss.

***

A mim me parece que a questão está a exigir um estudo sério, feito por especialistas, paleógrafos e filólogos, honestos e competentes. Dirá o paleógrafo se a letra e a tinta são do século XVI, a quantos punhos pertencem as anotações marginais, se a mão que firmou "Luís de Camões seu dono", é a mesma que lavrou os comentários, etc.

Trata-se, de fato, de um exemplar da autêntica edição *princeps*, com todos os caracteres extrínsecos e intrínsecos, em mau estado, até com falta de páginas.

Da minha turística visita saí, porém, com impressão céptica. E isto porque:

1º - O único indício de que tivesse pertencido a Camões o exemplar é a referida inscrição "Luís de Camões seu dono". Ora, estamos diante de um sinal longínquo, por três razões:

a) Do Poeta não se conhece *com certeza* nenhum autógrafo que possa servir de base para o cotejo.

b) É sabido que os antigos nem sempre merecem crédito nestas questões de fidelidade aos textos, autenticidade de exemplares, de relíquias de santos, de raridades, etc. Aliás, ainda hoje as falsificações são obra de todos os dias. De resto, seria a coisa mais fácil neste mundo que um cristão qualquer, ou judeu, tivesse escrito no exemplar as cinco palavras mágicas para torná-lo mais precioso.

c) A conhecida revista *Lusitânia*, em seu número de 5-6-1925, publicou o fac-símile de um manuscrito de duas linhas e meia, que traz ao pé, desenhada

por outra mão, a seguinte nota: "Do punho de Luís de Camões 1579". Acerca de tal documento, lê-se esta explicação no dito número da revista: "O documento que esta gravura reproduz andou nos arquivos da casa de Monsanto, que depois se uniu com a dos marqueses de Nisa. No cartório da casa de Nisa o achou o Sr. Jordão de Freitas. Contém duas linhas de letra de pessoa culta dos fins do século XVI: por esse lado, nada impede de acreditar que fosse escrito por Camões, como afirma a nótula que mão desconhecida lhe lançou. Julgamos interessante arquivá-lo neste fascículo da nossa Revista, pensando na possibilidade de um achado futuro vir a confirmar a asseveração. Devemos os maiores agradecimentos ao Sr. José de Almada e a sua excelentíssima esposa a senhora Dona Isabel Teles da Gama Almada, por nos haverem facultado a reprodução do manuscrito, bem como a Sua Excelência o ministro da Alemanha, Dr. E. A.Voretzsch, que o mandou fotografar para a *Lusitânia*".

Com olhos de leigo na matéria comparei os manuscritos, o do fac-símile e os do livro, e não tive impressão de estar diante da mesma letra. Aliás, em teoria, a inscrição do fac-símile pode ser falsa e as do livro autênticas, as duas podem ser falsas, pode ser autêntica a do fac-símile, mendaz a do livro... Só se possuem dois elementos de comparação, ambos contestáveis...

2º - Há muito por onde supor que se trata de uma contrafacção ou que, pelo menos, nenhuma anotação do livro seja de Camões. Sou levado a tal crença por isto:

a) As notas e comentários, aliás profusos, se referem exclusivamente aos nomes próprios históricos, mitológicos, geográficos e às alusões a tais nomes. Por exemplo, no texto se lê: "Trouxe o filho de Jápeto do céu / O fogo", etc. O anotador sublinha "o filho de Jápeto" e explicita ao lado a história do personagem. Coisa assim. "Este é Prometeu, filho de Jápeto e de Climene, que foi o criador do homem". Estou exemplificando e não reproduzindo nota. Infelizmente não dispus de vagar para tresladar senão duas. Porém, o seu teor é sempre este. Ora, por que diabo haveria Camões de se explicar a si mesmo coisas que estava cansado de saber? Em razão de quê? Ele conhecia a história e o "pedigree" daqueles deuses e heróis magnificamente, tanto é verdade que a eles poeticamente se referiu a três por dois com justeza e graça. As notas dir-se-iam de um leitor curioso e honesto que a cada nome próprio encontrado no texto fosse a um dicionário enciclopédico, ou coisa que o valha, para se esclarecer. Que necessidade tinha Camões de proceder assim?... É concebível que estivesse ensinando o Padre-Nosso ao vigário, que no caso era ele próprio?

Impressionou muito ao Sr. Fleiuss a 1ª pessoa do singular usada num dos comentários da página 79: "Já *falei* nelle". Ora, isto não prova nada, porque, admitindo-se a hipótese de discussão que levantei - as notas são de um leitor curioso e honesto -, não é perfeitamente aceitável que tal anotador, ao topar na

leitura pela quinta vez com uma referência a Febo, se limitasse a dizer "Já falei nelle"? Até o ponto desta nota (canto IV, est. 104), Febo já apareceu no texto quatro vezes: em I, 4, v. 7, I, 56, v. 5, III, 20, v. 4 e IV, 75, v. 5. Procurei nestes outros lugares algum esclarecimento marginal sobre o deus da inspiração poética e não o achei. Creio que o anotador o lançou em I, 4, a primeira vez que ocorre no texto, mas infelizmente as primeiras páginas se perderam e foram substituídas por outras manuscritas, de modo que não me foi possível ver o comentário ao referido passo.

Há mais, porém. Se ao Sr. Max Fleiuss lhe causou mossa a 1ª pessoa - *falei* -, a mim me causou a 3ª, usada neste outro lugar, uma das duas únicas anotações que não pude deixar de copiar: comentando a estância 18 do canto primeiro, diz o anotador, com respeito aos Argonautas: "*alude* aos Argonautas que forão aquelles Magnates que na nau Argos forão com Jasom á conquista do velocínio douro", etc. Este lanço *não pode ser* de Camões, mas *pode ser* do meu hipotético e anônimo anotador, que lá adiante escreveu: "Já falei nelle".

b) Se as notas marginais fossem realmente de Camões, não é lícito supor que o imortal Vate se desse *também* às correções dos muitos erros tipográficos que se encontram na edição *princeps* e, principalmente, não era de esperar que corrigisse os lugares em que o texto se acha evidentemente errado, por ter sido composto e impresso longe das vistas do Autor, conforme ensina o saudoso e sábio camonista José Maria Rodrigues?

Por que não procedeu assim o Poeta, ao invés de fazer chover no molhado, ensinando-se a si mesmo coisas que estava farto de conhecer?

Fui aos sabidos erros tipográficos da *princeps* e lá os encontrei intactos, e não vi *nem uma correção* do texto. Pode ser que haja, mas *não vi*. Fui ao discutidíssimo "que todo o mande" (I, 6), sôfrego, a ver se Camões me dava a chave do mistério, se confirmaria a hipótese de José Maria Rodrigues ou se ainda me deixaria continuar na ilusão de uma interpretação que engendrei... mas infelizmente falta a página onde estava I, 6!...

c) Agora vem o melhor, que propositadamente deixei para o fim: "Finis coranat opus"...

Refere-se a célebre nota da página 79 à estância 104 do canto quarto. Começa a estrofe assim: "Não cometera o moço miserando / O carro alto do pai". A propósito de "moço miserando" se lê na margem esquerda: "*Este he Phebo, filho do Sol e de Clymenen. Já falei nelle*". Pois bem: este "moço miserando" *não é Febo*, é Faetonte, outro olímpico cidadão, cuja história é esta: Filho do Sol e de Climene, obteve do pai licença para dirigir por um dia apenas o carro do sol, mas não pôde ter mão nos cavalos, que se aproximaram demais da terra, abrasando-a. O pai dos deuses, Júpiter, tomou-se de cólera

olímpica e fulminou Faetonte, que se precipitou no Erídano, rio mítico que de Eurípedes em diante é identificado com o Pó, em latim *Padus (Phaetontei Padi*, lê-se em Marcial, X, 12). Camões faz alusão a este triste caso com alta poesia em I, 46.

Febo, por sua vez, é o próprio Sol, conforme se vê deste passo do Vate Lusitano:

> Nisto Febo nas águas encerrou
> Co carro de cristal o claro dia,
> Dando cargo à Irmã que alumiasse
> O largo mundo enquanto repousasse. (***Lus***., I, 56)

Voltando ao ponto: o anotador meteu os pés pelas mãos. No texto se falava em Faetonte e ele entendeu que era Febo. E, ao identificar Febo, tomou-o por filho do Sol, isto é, *filho de si mesmo*, mais ou menos como D. Quixote, que, no dizer de Unamuno, era "descendiente de si mesmo"...

Pergunto eu agora: é concebível que Luís de Camões seja autor de tais despautérios? É crível que ele não soubesse que o "moço miserando" é Faetonte? Poderá aceitar alguém que ele desse Febo como filho de si próprio?

De tudo isto que acabo de alinhavar, não é justo concluir que o problema da autenticidade deste exemplar duplamente camoniano está a exigir um estudo sério, longo e profundo? Não é justo concluir que a afirmação de que o cimélio pertenceu ao Poeta é apressada?

"Adhuc sub iudice lis est", como lá diz o velho Horácio (*Ars Poetica*, 78).

Gládstone Chaves de Melo."

(In *Ocidente*, Lisboa, vol. XX, 1942, pp. 251-255.)

VIEIRA, OS TEXTOS E OS LADRÕES.

(1957)

O título deste artigo está meio louco, coisa que terá a vantagem de afinar com o mundo atual, que também está meio louco. Ou inteiramente. De qualquer modo, com tal epígrafe quero inserir três assuntos, ligados por conexão.

O primeiro é a volta de interesse pelo grande orador e pensador seiscentista Padre Antônio Vieira. O ano passado o Sr. Ivan Lins, excelente Ministro do Tribunal de Contas do Distrito Federal, publicou um livro de estudos sobre o insigne jesuíta. Tal livro resultou de uma série de conferências feitas há tempos no Instituto de Estudos Portugueses, e representa anos de convívio e de conversa com o autor da *História do Futuro*. Pretendo fazer uma recensão do livro nestas colunas e discordar de algumas interpretações do

ilustre autor que, sendo positivista, dificilmente poderia entrar em perfeita consonância com seu ídolo seiscentista. Não se trata de conhecimento da obra vieirística, que isso o Sr. Ivan Lins tem de sobra, trata-se de interpretações, trata-se, por exemplo, de atribuir ao Padre Vieira uma tal ou qual emancipação do pensamento da Igreja, o que realmente não acontece. Vieira viveu num tempo bastante medíocre do ponto de vista filosófico e teológico e, homem soberbamente inteligente e culto que era, superou tais deficiências, engolfou-se no estudo dos Padres e da Escritura, ao mesmo passo que procurou enfronhar-se do que havia de novidade na especulação científica do tempo. Certas atitudes que parecem ousadias ao eminente Ministro Ivan Lins são posições de Santo Tomás ou de Santo Agostinho.

Tertuliano já no segundo século reclamava aos brados: "Uma coisa vos pedimos, é que não nos condeneis sem nos conhecer!" E Chesterton nos nossos dias, em seu magistral *A Igreja Católica e a Conversão* observa que para um inglês culto de seu tempo o catolicismo, estudado, aparecia como uma religião nova. O que há em relação ao cristianismo em todos os tempos é má informação ou deformação. Eu pessoalmente tenho encontrado inúmeras pessoas retas e inteligentes que objetam mil coisas contra a Igreja, usando para isso só argumentos católicos: um equívoco a mais, e agora muito sério, dada a transcedência dos problemas e dos valores em jogo.

Ainda não tive vagar para analisar o livro do Sr. Ivan Lins, que, no entanto, numa primeira leitura me pareceu perturbado pela distorsão do pensamento cristão. Não vai nisto qualquer restrição à pessoa do Ministro, que eu reputo um dos melhores homens deste País. Culto, erudito, estudioso infatigável e minucioso, tem ele um caráter paralelo ao seu valor intelectual. Ministro do Tribunal de Contas, tem sido sempre uma sentinela avançada e indormida do bem público. Exerce seu mister com altíssima dignidade e completa proficiência, tendo já inúmeras vezes impedido que se consumem atentados contra este desservido povo carioca, vítima quase indefesa de salteadores, traficantes, ladrões, canalhas e parasitas de toda ordem. O Ministro Ivan Lins é um benemérito, credor antigo e constante da gratidão do munícipe desta cidade infeliz. Uma discordância intelectual e ideológica em nada prejudica o enorme apreço que tenho pelas qualidades morais e pelo exemplar espírito público desse perfeito servidor da cidade.

Mas não foi só o Sr. Ivan Lins que se ocupou de Vieira. No corrente ano mais dois empreendimentos editoriais, como se costuma dizer, vieram mostrar que o magnífico pregador não morreu. A Editora das Américas iniciou a publicação dos *Sermões,* com ortografia modernizada, com sumários explicativos, "de acordo com a edição de 1679". Foi editor Frederico Ozanam Pessoa de Barros, com a supervisão do Padre Antônio Charbel e do Prof. A

Della Nina. Não vi ainda o primeiro volume, único saído, nem conheço, infelizmente, os editores: estou lendo a notícia no jornal. Notícia incompleta, claro está, porque não faz sentido, por exemplo, falar em edição de 1679 de Vieira. Este é o ano do lançamento do primeiro volume da edição seiscentista, única autorizada.

O segundo volume, por exemplo, é de 1682, o terceiro de 1683, o quarto de 1685, e assim por diante, até 1748 que é a data da folha-de-rosto do último volume póstumo, o décimo sexto. Entrementes, a Companhia Editora Nacional publicou um volume de sermões seletos, com introdução sobre Vieira e a obra, a cargo do Sr. Jamil Almansur Haddad. Num breve exame que fiz, verifiquei contristado que o texto está alterado. Seguiu-se, ao que me pareceu, a edição Lello, que não tem valor filológico. Sim, encontrei formas modernizadas, como *Salomão* por *Salamão, lhes* por *lhe*, referente a um plural, e outras coisas assim. Não fiz o cotejo sistemático, mas a amostra é assustadora. Tem-se a impressão de que o resto vai pelo mesmo diapasão.

Creio que ainda passarão muitos anos sem que se compreenda no Brasil a importância da fidelidade aos textos autênticos. Para muitos isso é matéria de somenos, de modo que se gasta dinheiro em edições de autores de outras épocas, cuida-se muitas vezes da apresentação, de longos prefácios, de introduções sobre o autor e a obra, mas do texto ninguém cogita. Se o autor disse *A* ou *B* não interessa. A primeira fonte que vem à mão serve: pode estar alterada, pode ter interpolações, pode trazer contribuições várias de editores antigos, não faz mal. Quando se vê o trabalho de apuração de textos e de elaboração de edições críticas magistrais, como tem a Clarendon Press de Oxford, ou a Biblioteca Teubneriana de Leipzig, ou a Societé d'Edition "Les Belles Lettres" de Paris (a coleção Budé), ou a Biblioteca de Autores Cristianos de Madrid, ou a edição paleográfica de *Pensées* de Pascal, longa e miudamente realizada por Zacharie Tourneur (autor também de uma edição crítica do mesmo texto - Editions de Cluny) na Librairie Philosophique J. Vrin, de Paris, e tantas outras, - fica-se melancolicamente a pensar que ainda estamos muito atrasados. A ingenuidade com que leitores até cultos se lançam a um livro sem sequer suspeitar que haja um problema de texto, sem desconfiar nem vagamente que ali pode não estar a lição autêntica, é sinal de que ainda temos muito que fazer.

Seja exemplo, um exemplo incomodativo, que damos só para mostrar o interesse que temos pela coleção e para homenagear com homenagem real e válida os organizadores, Alceu Amoroso Lima e Roberto Alvim Correia, seja exemplo a coleção "Nossos Clássicos" que a Livraria Agir Editora lançou e vem mantendo acesa. Trata-se de uma empresa editorial bem imaginada, bem ideada, mas incompletamente planejada. São antologias, de cerca de 120 páginas cada uma, relativas aos diversos autores da literatura portuguesa e da literatura

brasileira, acompanhadas de um estudo crítico, de uma cronologia, uma bibliografia "de" e uma bibliografia "sobre", de um panorama da situação histórica em que viveu o autor, etc., coisa nos moldes dos famosos "Classiques Larousse", coleção já antiga, fundada por Felix Guirand. Com o lançamento de "Nossos Clássicos" pretendeu-se obviar a um mal, a uma grave deficiência no estudo de Literatura em nossas Faculdades de Filosofia, ou seja, a falta de textos.

Pois bem: a coleção, que tinha tudo para ser excelente, deixa a desejar, principalmente pela qualidade dos textos. Já não quero falar de escolhas infelizes, como aconteceu com o volume de Eça de Queirós, trabalhado por João Gaspar Simões, que incluiu textos horrendos do romancista português. Quero ficar só na fidelidade e rigor dos textos. E, como não posso deter-me, que nem este é o ponto fundamental do artigo, nem um suplemento literário é lugar para isto, chamo atenção para um exemplo. Neste mesmo volume dedicado a Eça se encontram dois erros de texto na página 21, seis erros na página 22, seis erros na página 23, um salto na página 24 e outro na página 25.

É pública e notória a minha amizade e longa admiração por Alceu Amoroso Lima, inteligência fulgurante, invejável cultura, erudição assombrosa, alma aberta, coração generoso, homem que conseguiu chegar aos sessenta anos sem perder o belo riso de menino, que encanta e arrasta. Também são conhecidas minhas ligações com a Livraria Agir, editora de meu primeiro livro *A Língua no Brasil*, dirigida por meu amigo Cândido de Paula Machado, homem de negócios a quem os afazeres comerciais e industriais não destruíram nem empanaram a inteligência e o idealismo, a Livraria Agir gerida por Ernest Fromm, uma das melhores e mais finas pessoas que conheço, amigo de preciosa convivência. Mas... "amicus Plato sed magis amica veritas"; estou fazendo a observação para que se melhore a tempo a coleção. Muita coisa existe ainda programada, e algumas edições estão em via de escoar-se. Pode-se corrigir a deficiência da qualidade dos textos e valorizar-se muito mais a coleção, já vitoriosa. Aqui fica o cordial apelo e a sugestão amiga, de quem quer ver os amigos sempre melhor.

Enquanto isso, uma editora carioca, Gertum Carneiro S. A. se apropria tranqüilamente de um trabalho meu, o estabelecimento do texto de *Iracema* de Alencar, realizado em 1948 para o Instituto Nacional do Livro, e publica assim o poema alencariano sem uma palavra de explicação. Parece até que eles fotografaram o texto da Imprensa Nacional, porque o prelo tem a mesma medida (40 cíceros), os mesmos tipos, apenas um pouco menores (redução de clichê), a mesma paginação, os mesmos erros tipográficos e as mesmas chamadas de texto, com a agravante de não corresponder ao pé nenhuma nota. Por exemplo: logo na página 10, linha 6, há uma chamada *1)*, a que na minha edição corresponde a nota: "A 1ª, 2ª e 3ª edições trazem *ela*, talvez referido a *jangada*, ou a *alma*?" Isto a propósito do texto "Que deixara *ele* na terra do exílio?" É facílima, pois, uma constatação da apropriação indébita que, no

clima cultural do Brasil, não tem valor, porque não se faz idéia concreta e viva da importância dos textos e do trabalho de estabelecimento dos mesmos. Qualquer texto é "res nullius".

Vamos agora aos ladrões, para justificar o título do artigo.

Volto ao Vieira, para dizer que é antigo sonho meu dar uma edição crítica e comentada, com boa apresentação tipográfica, do magistral "Sermão do Bom Ladrão", pregado na Igreja da Misericórdia de Lisboa em 1655. Este é um dos mais interessantes, pitorescos e ricos sermões de Vieira. Toma como lema a passagem evangélica referente ao Bom Ladrão "Domine, memento mei, cum veneris in regnum tuum: Hodie mecum eris in Paradiso" (*Luc*, 23, 43), e discreteia largamente sobre os ladrões públicos: "Mas o que vemos praticar em todos os reinos do mundo é tanto pelo contrário que, em vez de os reis levarem consigo os ladrões ao Paraíso, os ladrões são os que levam consigo os reis ao Inferno". (*Sermões*, vol. III, 1683, p. 319).

O sermão é de uma grande atualidade e ao mesmo tempo é entristecedor. Por ele vê-se que, passados três séculos, ocorrido o advento da Democracia e dos regimes representativos, a coisa aqui no Brasil não melhorou, senão piorou. "Dom Fulano (diz a piedade bem intencionada) é um fidalgo pobre: dê-se-lhe um governo. E quantas impiedades, ou advertidas ou não, se contêm nesta piedade? Se é pobre, dêem-lhe uma esmola honestamente com o nome de tença, e tenha com que viver. Mas, porque é pobre, um governo? Para que vá desempobrecer à custa dos que governar? E para que vá fazer muitos pobres à conta de tornar muito rico?". (p. 335)

A certa altura, esta má etimologia mas boa doutrina: "Antigamente os que assistiam ao lado dos príncipes chamavam-se *laterones*. E depois, corrompendo-se este vocábulo, como afirma Marco Varro, chamaram-se *latrones*. E que seria se, assim como se corrompeu o vocábulo, se corrompessem também os que o mesmo vocábulo significa? Mas eu nem digo nem cuido tal cousa. O que só digo e sei, por ser Teologia certa, é que em qualquer parte do mundo se pode verificar o que Isaías diz dos príncipes de Jerusalém: "principes tui socii furum" - "os teus príncipes são companheiros dos ladrões". E por quê? São companheiros dos ladrões, porque os dissimulam; são companheiros dos ladrões, porque os consentem; são companheiros dos ladrões, porque lhe dão os postos e os poderes; são companheiros dos ladrões, porque talvez os defendem; são finalmente seus companheiros, porque os acompanham e hão de acompanhar ao inferno, onde os mesmos ladrões os levam consigo" (pp. 345-346).

Como vêem os leitores, a coisa não mudou, apenas se aperfeiçoou: melhoraram e multiplicaram-se os processos, aumentou o número de beneficiários inconfessáveis e até confessos, e ficou mais assegurada a impunidade.

(In *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 17-11-1957.)

MACHADO DE ASSIS, DEFENSOR DO HOMEM.
(1964)

Foi Joaquim Maria Machado de Assis (Rio de Janeiro, 1839-1908), sem contestação válida, a figura maior da literatura brasileira. Tendo realizado sua vocação literária com exemplar fidelidade, chegou ao fim coroado de glória e por todos reconhecido como mestre inexcedível.

Depois da sua morte, começaram a aparecer estudos sobre o conjunto da obra, o primeiro dos quais, do severo e honesto crítico José Veríssimo [1], já reconhece, em termo enfáticos, a situação pinacular do autor de *Brás Cubas*. As conferências de Alfredo Pujol, depois reunidas em livro [2], constituíram a primeira biografia sistemática e a primeira tentativa de exegese machadiana. E vieram outros e mais outros ensaios, em artigos, opúsculos ou livros, tudo a analisar e a pesquisar, a explicar e a interpretar a mensagem ímpar do genial mulato, nascido no Morro do Livramento, de família pobre e desconhecida, desse homem de requintada cultura, que, no entanto, só teve escola primária e foi desde os 12 anos obrigado a trabalhar para viver.

Um paciente e notável investigador, J. Galante de Sousa, fez já o levantamento da numerosíssima bibliografia de estudos machadianos [3], volume que dá bem idéia do que representou para as letras brasileiras o extraordinário contista, romancista, poeta, cronista e crítico.

A impressão dominante da crítica e da grande maioria dos leitores é de que a obra machadiana se marca pelo cepticismo, pelo pessimismo, pela negação dos valores absolutos, pelo escárnio, pelo desencanto total, pela inaceitação da condição humana, pelo desespero, enfim.

Realmente, não se pode negar o mal-estar e incômodo profundo que causa o desfilar dos tipos machadianos, analisados com fina penetração e em mágico estilo, homens e mulheres sem grandeza, muita vez sórdidos, movidos pela cobiça, pela vaidade ou pelo amor próprio. Não pode deixar de deixar gosto de cinza a leitura do último período de *Memórias Póstumas de Brás Cubas:*

> Não tive filhos, não transmiti a nenhuma criatura o legado da nossa miséria.
>
> (Ed. Jackson, Rio de Janeiro, 1946, p. 407) [4];

ou do fecho de *Quincas Borba*, que oferece isto ao leitor acabrunhado e comovido com a imensa tragédia:

> Eia! Chora os dous recentes mortos, se tens lágrimas. Se só tens riso, ri-te. É a mesma cousa. O Cruzeiro que a linda Sofia não quis fitar, como lhe pedia Rubião, está assaz alto para não discernir os risos e as lágrimas dos homens."
>
> (Ed. Jackson, 1955, p. 394).

Não se pode negar essa impressão penosa que deixa a leitura atenta de Machado. Não se pode negar que ele teve, agudo e doloroso, o "sentimento trágico da vida". Ninguém o nega. Como igualmente ninguém (ressalvadas as exceções de praxe) deixa de reconhecer nele uma personalidade invulgar, quer do ponto de vista literário, quer do ponto de vista da mensagem humana que deixou.

Dentre os livros publicados sobre Machado, o que, no nosso entender, mais penetrou, o que conseguiu realizar uma exegese mais autêntica foi o de Barreto Filho [5], livro escrito quase de um fôlego, a rigor sem divisão em capítulos, a revelar a sofreguidão de ir ao fundo do problema e decifrar a esfinge. E dentre os ensaios queremos destacar a série de memoráveis artigos que, em diversos números do *Diário de Notícias* do Rio, durante os anos de 1957 e 1958, publicou o agudíssimo analista e pensador Gustavo Corção, alma gêmea de Machado de Assis, e, também como ele, extraordinário prosador desta nossa plástica e admirável língua portuguesa.

Estas reflexões que aqui trago aos leitores de *Brasília*, velhas já de alguns anos e que ficam como um marco de minha estada na amorável terra portuguesa, são mais a proposição de um tema que tentativa de solução; mais uma longa pergunta que uma resposta cabal; mais uma provocação que uma explicação final e pacificadora.

Para muitos conhecedores e admiradores (ou não) de Machado, este ensaio será um paradoxo. Poderia até parecer, a quem não me conhece, exibicionismo, desejo de chamar a atenção pelo escândalo, pela originalidade barata e inconseqüente, pelo gosto da contradição. No entanto, assim não é. Representa o termo de uma elaboração, de um reexame, de uma retomada, o estágio possivelmente último de quem se enfeitiçou por Machado de Assis aos quinze anos e nunca mais abandonou a devoção, embora tenha modificado mais de uma vez suas impressões e sua exegese.

Com efeito, já vi Machado de Assis por mais de um ângulo. No primeiro contacto, encontrei nele um escritor primoroso e diferente, dono de expressões magníficas, novas, frescas, vigorosas, e também o homem tocado de uma amargura e de um pessimismo destruidor, que afinavam muito com a crise da minha adolescência, melancólica e céptica das coisas humanas. Então, deliciava-me naquelas expressões negativistas. Lembra-me bem como degustei longamente aquele passo em que Machado fala na "volúpia do aborrecimento", e satisfeito, ele mesmo, de ter descoberto a expressão, manda que o leitor a guarde e saboreie.

Vivendo eu uma crise de angústia e de conflito com o mundo, encontrei em Machado alguém que estaria em idêntica situação, alguém capaz de me revelar a mim mesmo.

Mais tarde, comecei a descobrir no grande escritor um analista do homem. Um profundo e percuciente analista, mas amargo e pessimista, negador, que não acreditava em nada, que deixava, ao cabo da leitura, gosto de cinza na boca, uma sensação de desencanto, de vazio, de nada. Um analista do homem, que não acreditava no homem. Um escalpelador que escalpelava para mostrar, convincentemente, que o objeto sobre que se debruçou nada tem de positivo, de valioso.

Foi a minha fase de juventude.

Chegado à maturidade, fui levado a ir reformando este meu juízo, e Machado então começa a me aparecer sob outra luz, tão clara, tão iluminante, que me deu a sensação espiritual de segurança, de verdade. Já não seria impressão, já não seria opinião: seria visão intelectual.

Machado de Assis agora começa a tomar vulto, a crescer, como o *defensor do homem*. Como o condenador veemente, mas discreto, como o denunciador genial da falsa filosofia burguesa da vida.

Teria sido ele dos primeiros no mundo a perceber fundo, no auge mesmo da civilização burguesa, a falácia, o erro de raiz dessa civilização individualista baseada no amor próprio.

Prosseguindo nesta linha de exegese, aprofundando-a, encontrei por fim em Machado um escritor, um homem misteriosamente bafejado pelo Dom da Ciência, um homem penetrado do espírito desse estranho, incômodo e fascinante livro bíblico do *Eclesiastes*.

[.....]

Proposto o tema e antecipadas algumas linhas-mestras do pensamento, entro agora esquematicamente na fundamentação, utilizando, no primeiro momento, a perspectiva do "olho direito" de Machado, a exposição metódica e chã, o tom quase didático.

Por mais de uma razão me parece que podemos sustentar que Machado foi defensor do homem, e não seu destruidor.

Em primeiro lugar, pela sua própria vida, que foi uma esplêndida afirmação. Ele se fez com esforço pertinaz e racional, passo a passo, fidelíssimo à vocação que sentia em si. Subiu a custo, mas com firmeza, cada degrau de sua escalada, que começa no mulatinho órfão, gago, doente, vendedor ambulante de doces em São Cristóvão, instruído só na escola primária, e termina no prestígio incontestável e incontestado de Príncipe das Letras Brasileiras, Presidente perpétuo da Academia Brasileira de Letras, cercado pela admiração respeitosa dos melhores de seus contemporâneos.

Em segundo lugar, pela preocupação moral, que foi indiscutivelmente, a constante de sua obra, de contista, de romancista, de teatrólogo e até de crítico.

A propósito deste último item, vale lembrar a crítica que fez de *O Primo Basílio*, de Eça de Queirós [6]. Mestre, também ele, do romance, penetra na urdidura da obra, analisa-a miudamente e, a certa altura, a propósito de Luísa exclama: "Por Deus! Dêem-me a sua pessoa moral."

Quer dizer: indo ao âmago da obra, encontrou acontecimentos, encontrou fatos, encontrou intrigas, encontrou caricatura, encontrou movimento e ação, mas não encontrou o *homem, a alma* do homem, o drama moral, a luta entre o bem e o mal nos refolhos da consciência, a opção, enfim.

Ora, quem não se contenta com a trama de uma história, quem busca mais fundo e quer encontrar a alma, quem entende que a tragédia humana se situa no uso do livre arbítrio, esse crê no homem, crê nos valores humanos, defende o homem, defendendo-lhe a natureza racional e livre, contra as desfigurações de escolas e teorias.

Em terceiro lugar, pela exigência do *caráter* para a realização plena da própria inteligência, portanto, para a realização do homem todo.

Para justificar este ponto, escolho, entre tantos passos e composições, dois contos profundamente diversos: "Um Erradio", de *Páginas Recolhidas*, e "Teoria do Medalhão", de *Papéis Avulsos*.

No primeiro, é personagem o Elisiário, tipo inteligente, vivo, conversador, encantador, que atraía e fascinava a juventude boêmia ou simplesmente curiosa - com sua erudição, suas observações, seus chistes, suas fulgurações. O homem não tinha pousada certa, aparecia na "república" dos estudantes, depois desaparecia longamente, para reaparecer inopinado, com novos ditos, com outra *verve*, a discorrer agora sobre outro assunto. Noctívago, atento para tudo, despojado de ambições e carente de programas, o admirável e eruptivo Elisiário com o tempo se foi diluindo, amortecendo, apagando, até que acabou e deu em nada. Porquê? Porque lhe faltou caráter, disciplina interior, essa capacidade de afirmação pessoal e de fidelidade à própria vocação.

No outro conto, "Teoria do Medalhão", vemos um pai a dar conselhos ao filho no dia da maioridade, depois de retirados os convivas e restaurado o silêncio na casa. Diz o pai ao filho que, tendo chegado a um marco da vida, cumpria escolher ofício, como o fazem todos os homens normais. À pergunta do jovem sobre que ofício escolheria, aconselha o pai que eleja o de "medalhão". E segue-se uma longa e minuciosa explicação de como se chega a esse resultado. A coisa, tratada em tom de maior seriedade, resume-se nisto: falta de caráter, ausência de idéias próprias, constante preocupação de fazer como os outros, de agradar a todos e de dançar sempre conforme à música. Com esta receita, cria-se o tipo bem sucedido na sociedade burguesa, mas o tipo irrealizado, banal, informe, amolecido, destruído.

Em quarto lugar, pela admiração franca e aberta que ele, Machado, cultivou e externou por muitas figuras humanas: Henriqueta Renan, D. Vital, Alencar, Leão XIII, Pio IX. Sobre estas e outras personalidades, manifestou-se com o coração transbordante de admiração.

A página a respeito de D. Vital, que ele viu de relance quando se dirigia ao banco dos réus, é deveras impressionante. Do bispo-mártir, contemplado em segundos, guardou o olhar, onde leu caráter, grandeza de alma, força de convicção. E passados anos, revive com tal força e tal presença o encontro, que se vê claro quão fundamente o tocou a figura do bispo de Olinda.

Ora, quem admira crê no homem, aposta nos valores humanos. O verdadeiro céptico, o verdadeiro pessimista assume atitude cínica, de nivelamento de todos no mesmo pântano, de explicação de *todos* os atos humanos por motivos interesseiros ou sórdidos, quando não (mais modernamente) prefere explicar tudo pelos hormônios, pelos recalques ou pelas condições econômicas. O autêntico pessimista traz em si a concepção da maldade radical da natureza humana. Acha que nada vale nada, que todos são venais, têm seu preço, que os atos aparentemente heróicos ou excepcionais se reduzem à vaidade ou a uma forma de loucura, mansa ou furiosa.

***

Machado de Assis criticou, sim, acremente, implacavelmente, o homem burguês. Como não tinha vocação de apóstolo, em vez de pregar, de tentar convencer com argumentos e veemência, preferiu a derrisão, o sarcasmo, a destruição fibrilar, o uso sistemático do "humour", forma superior da inteligência crítica, essencialista e ultra-sensível ao ridículo.

Aqui me parece encontrar-se o traço mais importante, mais marcante da genialidade de Machado de Assis. No auge, no apogeu da civilização individualista-burguesa - que começou a organizar-se na Renascença -, no momento em que se diria indiscutível e perene sua prevalência e sua intrínseca superioridade, inclusive pelo aparente arcabouço moral em que se alicerçava, Machado sente nitidamente a falácia do sistema, vê, com excepcional argúcia, o erro radical da filosofia que o enforma, e dispõe-se longamente a pôr a nu a miséria moral de um homem que ostentava virtude, mas estava corroído internamente, por ter desligado a Moral de suas bases verdadeiras, a justiça e o amor.

Não digo que Machado fosse capaz de analisar filosoficamente o erro burguês. Longe disso. O que afirmo é que sua privilegiada inteligência, sua intuição, seu "sense of humour" (que considero presente divino, análogo, no plano natural, ao Dom da Ciência), seu talento estilístico, seu senso poético deram-lhe a "vivência" de tal erro, que se dispôs a combater a seu modo.

Ridicularizando, negando, destruindo com afrouxar as molas mestras, com atingir as fibrilas vitais.

Hoje sabemos, lendo, por exemplo, os inquéritos realizados em Londres em 1823, sobre as condições de trabalho nas fábricas da Inglaterra, sabemos como se construiu a grandeza da civilização burguesa. Conhecemos o regime desumano, escravocrata, a que eram submetidos os operários; fremimos de indignação, quando lemos que crianças de 10 anos trabalhavam das 6 da manhã às 9 da noite, despertas da sonolência com chicotadas no lombo. Sabemos que essa grandiosa civilização se baseou na injustiça, no egoísmo e no desamor. E sabemos, por via de conseqüência lógica, que a moral que ela ostentava era uma moral de costumes, uma moral de conveniência, uma moral de aparências, mas nunca a Moral, exatamente porque lhe faltava o fundamento autêntico.

Machado sentiu agudamente isso. E lançou-se à destruição do monstro. Rindo, caçoando, solapando, desnudando, negando, aniquilando.

Creio que esta é a luz verdadeira para compreender o famoso *pessimismo* de Machado. A luz que se lhe acendeu no "olho esquerdo", depois da grande guinada dos 40 anos.

Foi com essa luz e com esse olho que ele viu Brás Cubas, Sofia, Palha, Marcela, Virgília, Capitu, Flora, Pedro e Paulo, Falcão (aquele que vendeu a sobrinha, na "Anedota Pecuniária"), D. Camila, a outra Sofia (do incomparável "Capítulo dos Chapéus"), Camacho, D. Benedita, Escobar e tantas e tantas figuras inesquecíveis.

Permito-me lembrar a "Galeria Póstuma", rápido e admirável conto de *Histórias sem Data*. Um homem, que tinha uma constante e alegre roda para o voltarete e o gamão, regressando de um baile passou por sua escrivaninha, recolheu-se ao quarto e morreu. De volta do enterro, os saudosos e compungidos amigos acompanharam o sobrinho até a casa do falecido. Aí falaram muito do morto, relembraram-lhe passagens da vida, ditos pitorescos ou espirituosos e, remexendo nas coisas órfãs, descobriram que o homem tinha uns manuscritos, ia escrevendo um diário.

Como o sobrinho estava cansado, do velório e da emoção, decidiram os amigos tornar ao dia seguinte, para ler e degustar os escritos do pranteado defunto. Nesse meio tempo, porém, o sobrinho explora o manuscrito e verifica que são notas magistrais, perfis incisivos, mas perfeitos, dos amigos, dos freqüentadores do voltarete. Ali estavam, postas a nu, as vaidades, as fraquezas, a imbecilidade, a mediocridade, a maldade, a falsidade, deste, daquele, de todos.

No dia seguinte, conforme combinado, aparecem os amigos, circunspectos e curiosos, para em comum lerem e comentarem o manuscrito

do companheiro morto. O sobrinho então tergiversa, disfarça, protela e não deixa ver o cobiçado texto. Ao cabo de algum tempo de inútil espera, retiram-se decepcionados os visitantes, meneando a cabeça: "Tão diferente do tio!"

Essa "Galeria Póstuma" é uma galeria de burgueses vistos por dentro, atravessados pelos raios X do olho esquerdo.

[.....]

Creio ser esta a clave, o código de interpretação e de compreensão para os romances, os contos e a atitude destruidora de Machado de Assis. Foi ele destruidor, sim, mas destruidor de um falso humanismo, baseado sobre uma falsa filosofia da vida. E denunciando e destruindo esse falso humanismo, estará defendendo o homem autêntico, o homem eterno.

Com o temperamento discreto que tinha, com o seu "tédio à controvérsia", com seu pudor quase doentio, compreende-se que Machado não se tenha jamais disposto a *pregar* o humanismo autêntico, a analisar logicamente e em posição dialética o erro da civilização burguesa. Coerente com seu modo de ser, com seu feitio, mostrou, com força, com escândalo, com forte abalo do leitor, os funestos efeitos do desvio radical, os frutos podres de um humanismo descentrado e renegador da natureza humana.

Tenho para mim que ele foi céptico, céptico radical, descrente total, mas desse homem e desse humanismo, e que empreendeu destruí-lo a seu modo, com suas armas, dirigindo-se a um leitor, atual ou futuro, que tivesse bastante "esprit de finesse" para compreendê-lo.

[.....]

Para mim, guardadas as proporções e, principalmente ressalvadas as diferenças de plano, um sobrenatural, outro natural, um da Palavra Divina, outro da palavra humana, para mim a obra *toda* de Machado é uma longa paráfrase do *Eclesiastes*, um pouco como o insuperável "Babel e Sião" de Camões é paráfrase do Salmo 136. O jogo desencontrado de afirmações e negações, de avanços e recuos, de modestas alegrias e pesados desalentos, de sombra e luz, de tenaz insistência nos desconcertos do mundo, de perplexidades traduzidas em aparentes blasfêmias, essa obra cheia de altos e baixos, estranha e contraditória, negativa e afirmativa, será uma paráfrase do *Eclesiastes*, cujo epílogo, posto antes do fim, é o trecho que acima transcrevi e que tem passado despercebido aos melhores machadianos.

Não contesto nem ignoro que a obra do genial mulato possa causar ou tenha causado devastação em muitas almas, como diz Barreto Filho[6]. Mas tenho para mim que o sentido *final* dela é positivo e cristão.

A alma devastada pela visão dos desconcertos do mundo pode optar pela solução do cinismo ou pela solução da Esperança. Pode concluir que, se esta

vida é descompassada e se este mundo só oferece escândalo, tantas vezes com a opressão dos bons e a glorificação dos maus, o melhor é seguir a máxima: "Comamos, bebamos e forniquemos". Mas pode concluir também que, se "a figura deste mundo passa", é preciso aproveitar o tempo para ganhar a eternidade e que, sendo aqui peregrinos, não devemos viver com espírito de moradores e proprietários. Pode abrir as suas velas ao Dom da Ciência, e viver mergulhada na Esperança, salva já em Esperança, como diz S. Paulo (*Rom.,* VIII, 24).

***

Para mim, para minha sensibilidade, Machado foi alguém que enfrentou com extraordinária coragem a angústia da condição humana, que realizou quase brutalmente a experiência metafísica do nada, que mergulhou nos arcanos da contingência do ser contingente, que encontrou na civilização em que viveu o erro fundamental de se fundar no perecível, na vaidade, nas aparências, na riqueza, na perseguição do vento. E que, tendo tido essa experiência e essa visão, empenhou-se em destruir um falso humanismo, o burguês, em denunciar - pelo ridículo e pelo "humour" - um homem descentrado e desviado, um homem que pôs no amor-próprio o eixo de si mesmo, e por isso falhou redondamente, só produzindo frutos podres.

Assim procedendo, Machado convidou, a seu modo, segundo seu estilo espiritual, a uma reconversão; convidou o Homem a buscar seu verdadeiro centro na fidelidade à sua natureza de ser racional e livre, e a caminhar para as bem-aventuranças do Sermão da Montanha.

Daí por que ouso propor essa gigantesca figura literária como um *defensor do Homem.*

---

(1) *História da Literatura Brasileira*, Liv. Francisco Alves, Rio, 1916.

(2) *Machado de Assis*, Tip. Brasil, São Paulo, 1917 [2ª ed., José Olímpio, Rio de Janeiro, 1934.]

(3) *Fontes para o Estudo de Machado de Assis*, Instituto Nacional do Livro, Rio de Janeiro, 1958.

(4) Sirvo-me da edição Jackson, primeira ou segunda, porque não tenho à mão, aqui em Lisboa, nem a Garnier, nem o que vai saindo das modernas, críticas. Como se trata, porém, de um estudo interpretativo do sentido geral da obra, e não filológico ou estilístico, não posso merecer censura.

(5) *Introdução a Machado de Assis*, Livraria Agir Editora, Rio, 1947.

(6) Ibidem, p. 27.

(*Machado de Assis, Defensor do Homem*, Coimbra, separata da rev. *Brasília*, 1964, 32 pp. - excertos correspondentes às pp. 5-8, 11-17, 31-32)

A ANTIGÜIDADE CLÁSSICA NA OBRA DE MACHADO DE ASSIS.

(1988)

[.....]

Com certeiro instinto, ele [Machado de Assis] integrou-se na civilização do universal; inteligente, decompô-la e abraçou-a; reto, serviu-a devotado. Percebeu que a cultura clássica, *lato sensu*, constitui expressão adequada e alta desta civilização do universal e escolheu-a decidido como forma de pensamento e de expressão.

Convencido disto há muito tempo, folguei quando vi fazer o mesmo asserto, palmilhando embora outros caminhos, um dos maiores e mais lúcidos ensaístas contemporâneos brasileiros, o jornalista Otávio Tirso de Andrade. Tratava ele de uma forma de neo-racismo, que de certo modo empolgou alguns setores do pensamento europeu e se tornou bandeira de luta da esquerdência brasileira, empenhada agora em despertar e espevitar uma "consciência negra", que antes nunca existira e que seria a feição cabloca do *Volksgeist*. Assim conclui Tirso de Andrade seu brilhante artigo "Neo-racismo", publicado no matutino carioca *Jornal do Brasil* (8-2-88, 1º caderno, p.11):

> A prova do acerto da definição de neo-racismo formulada pelo autor de *La Défaite de la Pensée* nos é dada por sabermos que o maior, o mais inteligente, o mais autenticamente universal de todos os ficcionistas brasileiros, o genial mulato Machado de Assis, jamais se alistaria entre os partidários da *identidade cultural*, que anda por aí a bradar: Axé!

Podemos identificar a presença da cultura clássica na obra de Machado de Assis, atentando nestes três aspectos: 1. freqüência de remissões a fatos da história grega e da romana e alusões à mitologia e à literatura; 2. repetido aproveitamento de autores pinaculares da fase clássica das literaturas modernas (e aqui destaco Shakespeare); 3. o extremo cuidado que pôs na correção da linguagem, exemplarmente vernácula.

É realmente notável nele a porfiada, quase obsessiva busca do termo próprio, do adjetivo insubstituível, a sistemática fuga ao verbalismo, ao tropicalismo, à ênfase. A este propósito já disse eu dele que, contrariando tudo o que se poderia esperar de um suposto recalcado, mulato, pobre, epiléptico, de só escolaridade primária, contrariando tudo, nos saiu um grego do século de Péricles!

Seria intolerável, e descortês, que fosse documentar exaustivamente o que acima alinhei como provas da presença, viva e atuante, da antiguidade

clássica na obra machadiana. Contentar-me-ei, pois, em transcrever, eventualmente comentando-os, alguns tópicos do que ficou em livro, desde as primeiras manifestações da juventude até os escritos da pródiga velhice.

Na poesia (de valor indiscutivelmente menor), apontamos para "Uma ode de Anacreonte", composta entre os vinte e seis e os trinta anos, peça de imitação, onde ele aproveita onze versos de certa tradução de Castilho e põe, em oito cenas, um diálogo entre Lísias, Cléon, Mirto e três escravos, tudo passado em Samos. Versos alexandrinos clássicos e rimados, 435, que já para o fim alternam com dissilábicos agudos. Em "Pálida Elvira", poema a que antecede uma evocação de Ulisses, tirada a Stern, a décima sexta estrofe começa com um verso de Virgílio, das *Éclogas* (III, 93):

> - *Latet anguis in herba*... Neste instante
> Entrou a tempo o chá... perdão, leitores,
> Eu bem sei que é preceito dominante
> Não misturar comida com amores;
> Mas eu não vi, nem sei se algum amante
> Vive de orvalho ou pétalas de flores;
> Namorados estômagos consomem;
> Comem Romeus, e Julietas comem.
> (*Poesias Completas*, ed. Garnier, p . 143.)

O poema "Clódia", todo romano, assim termina:

> .... Ingrata e fria,
> Lésbia esqueceu Catulo. Outro lhe pede
> Prêmio à recente, abrasadora chama;
> Faz-se agora importuno o que era esquivo.
> Vitória é dela; o arúspice acertara. (p. 351)

Nos romances da primeira fase, inferiores, como se sabe, meio convencionais e marcados por jogos de situação, muito raras ocorrem alusões à antiguidade. Creio que não serão muito mais que este passo de *A Mão e a Luva* (1874):

> Eu, que sou o Plutarco desta dama ilustre, não deixarei de notar que, neste lance, havia nela um pouco de Alcibíades, – aquele gamenho e delicioso homem de Estado, a quem o despeito também deu forças um dia para suportar a frugalidade espartana. (p. 132, ed. Garnier.)

O primeiro grande romance, *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, apresenta-se recheado de tais reminiscências, de que arrolo algumas:

> Por exemplo, Suetônio deu-nos um Cláudio, que era um simplório, – ou "uma abóbora" como lhe chamou Sêneca, e um Tito, que mereceu ser as delícias de Roma. Veio modernamente um professor e achou meio

> de demonstrar que dos dous césares, o delicioso, o verdadeiro delicioso foi o "abóbora" de Sêneca. (p. 9 da 4ª ed. Garnier.)
>
> Que, em verdade, há dous meios de granjear a vontade das mulheres: o violento, como o touro de Europa, e o insinuativo, como o cisne de Leda e a chuva de ouro de Dânae, três inventos do padre Zeus, que, por estarem fora da moda, aí ficam trocados no cavalo e no asno. (p. 51.)
>
> Nos primeiros dias meti-me em casa, a fisgar moscas, como Domiciano, se não mente o Suetônio, mas a fisgá-las de um modo particular: com os olhos. (p. 295.)
>
> Não tinha remorsos. Se possuísse os aparelhos próprios, incluía neste livro uma página de Química, porque havia de decompor o remorso até os mais simples elementos, com o fim de saber de um modo positivo e concludente, por que razão Aquiles passeia à roda de Tróia o cadáver do adversário, e Lady Macbeth passeia à volta da sala a sua mancha de sangue. (p. 324.)
>
> Não tinha vasto alcance o objeto da pergunta; mas ainda assim demonstrei que não era indigno das cogitações de um homem de Estado; e citei Filopêmen, que ordenou a substituição dos broquéis de suas tropas, que eram pequenos, por outros maiores, e bem assim as lanças, que eram demasiado leves; fato que a História não achou que desmentisse a gravidade de suas páginas. (p. 337.) [Brás Cubas, na Câmara dos Deputados, perguntara ao Ministro se não era útil diminuir a barretina da Guarda Nacional.]
>
> – Há de lembrar-se, disse-me o alienista, daquele famoso maníaco ateniense que supunha que todos os navios entrados no Pireu eram de sua propriedade. Não passava de um pobretão, que talvez não tivesse, para dormir, a cuba de Diógenes; mas a posse imaginária dos navios valia por todas as dracmas da Hélade. Ora bem, há em todos nós um maníaco de Atenas; e quem jurar que não possuiu alguma vez, mentalmente, dous ou três patachos, pelo menos, pode crer que jura falso. (p. 370.)

O romance que se segue, *Quincas Borba,* já é bastante mais parco em greguices e romanices. Lembro estas duas:

> Os seus eclipses [da lua] (perdoe-me a astronomia) talvez não sejam mais que entrevistas amorosas. O mito de Diana descendo a encontrar-se com Endimião bem pode ser verdadeiro. Descer é que é de mais. Que mal há em que os dous se encontrem ali mesmo no céu, como os grilos entre as folhagens cá de baixo? A noite, mãe caritativa, encarrega-se de velar a todos. (p. 64 da ed. Garnier.)

Ou muito me engano (e então se me releve a ignorância), ou laborou em equívoco Machado de Assis. Terá feito confusão, identificando Ártemis, ou

Diana, com Selene. Nunca vi tal identificação. Terá o mestre tomado a nuvem por Juno, chamando à Lua Diana?

> Perdoem-lhe esse riso. Bem sei que o desassossego, a noite mal passada, o terror da opinião, tudo contrasta com esse riso inoportuno. Mas, leitora amada, talvez a senhora nunca visse cair um carteiro. Os deuses de Homero, – e mais eram deuses, – debatiam uma vez no Olimpo, gravemente, e até furiosamente. A orgulhosa Juno, ciosa dos colóquios de Tétis e Júpiter em favor de Aquiles, interrompe o filho de Saturno. Júpiter troveja e ameaça; a esposa treme de cólera. Os outros gemem e suspiram. Mas quando Vulcano pega da urna de néctar, e vai coxeando servir a todos, rompe no Olimpo uma enorme gargalhada inextinguível. Por quê? Senhora minha, com certeza nunca viu cair um carteiro. (p. 98.)

Em *Dom Casmurro* (para não poucos o maior romance de Machado) quase não aparece a velha Grécia, mas ausente não está. A respeito de uma citação da Sagrada Escritura feita pelo Padre Cabral e tomada ao *Livro de Jó* (5, 18), diz o narrador:

> "Ele fere e cura!" Quando, mais tarde, vim a saber que a lança de Aquiles também curou uma ferida que fez, tive tais ou quais veleidades de escrever uma dissertação a este propósito. Cheguei a pegar em livros velhos, livros mortos, livros enterrados, a abri-los, a compará-los, catando o texto e o sentido, para achar a origem comum do oráculo pagão e do pensamento israelita. (p. 56 da ed. Melhoramentos.)

Vale agora transcrever todo um pequeno capítulo (CXXV) relativo ao discurso beira-túmulo feito por Bentinho ao seu maior amigo e suposto corneador:

> Príamo julga-se o mais infeliz dos homens, por beijar a mão daquele que lhe matou o filho. Homero é que relata isto, e é um bom autor, não obstante contá-lo em verso, mas há narrações exatas em verso, e até mau verso. Compara tu a situação de Príamo com a minha: eu acabava de louvar as virtudes do homem que recebera defunto aqueles olhos... É impossível que algum Homero não tirasse da minha situação muito melhor efeito, ou quando menos, igual. Nem digas que nos faltam Homeros, pela causa apontada em Camões; não, senhor, faltam-nos, é certo, mas é porque os Príamos procuram a sombra e o silêncio. As lágrimas, se as têm, são enxugadas atrás da porta, para que as caras apareçam limpas e serenas; os discursos são antes de alegria que de melancolia, e tudo passa como se Aquiles não matasse Heitor. (p. 275.)
>
> O meu plano foi esperar o café, dissolver nele a droga e ingeri-la. Até lá, não tendo esquecido de todo a minha história romana, lembrou-me que Catão, antes de se matar, leu e releu um livro de Platão. Não tinha

> Platão comigo; mas um tomo truncado de Plutarco, em que era narrada a vida do célebre romano, bastou-me a ocupar aquele pouco tempo, e, para em tudo imitá-lo, estirei-me no canapé. (p. 293.)

No romance *Esaú e Jacó* não faltam alusões e reminiscências, várias delas da boca ou da pena do Conselheiro Aires (que muitos consideram a principal encarnação de Machado). Logo no início, falando das duas irmãs que tinham ido consultar a cartomante do Morro do Castelo e receberam um número a indicar a vez de serem atendidas, comenta o narrador:

> Também não há que dizer do costume, que é velho e velhíssimo. Relê Ésquilo, meu amigo, relê as *Eumênides*, lá verás a Pítia, chamando os que iam à consulta: "Se há aqui helenos, venham, aproximem-se, segundo o uso, *na ordem marcada pela sorte*..." A sorte outrora, a numeração agora, tudo é que a verdade se ajuste à prioridade, e ninguém perca a sua vez de audiência. (p. 3 da ed. Garnier)

Deixando de lado o passo em que o Conselheiro declama o começo da *Ilíada*, acrescentando ser homenagem, digamos, de Homero a Paulo, e a seguir recita a abertura da *Odisséia*, atribuindo ao outro gêmeo, Pedro, o imortal poema (p. 136) - deixando-o de lado, atento no capítulo LXI, cujo título já traz a Grécia, "Lendo Xenofonte":

> Almoçou tranqüiço lendo Xenofonte: "Considerava eu um dia quantas repúblicas têm sido derribadas por cidadãos que desejam outra espécie de governo, e quantas monarquias e oligarquias são destruídas pela sublevação dos povos; e de quantos sobem ao poder, uns são depressa derribados, outros, se duram, são admirados por hábeis e felizes..." (...) Tudo isto em grego, e com tal pausa que ele chegou ao fim do almoço, sem chegar ao fim do primeiro capítulo. (pp. 192-193.)

Aqui um espírito maldoso vislumbraria certa pacholice no ex-aprendiz de tipógrafo, só possuidor de curso primário, nascido no Morro do Livramento. Sendo Aires um *alter ego* do autor, ler Xenofonte no original é *un peu fort*...

Numa tirada magnífica sobre o *encilhamento* (que, à p. 228, se nomeia), aquela falsa e trágica euforia econômica da aurora da República brasileira (1890-1892), encaixa nosso autor esta greguice, sugerida pelo exibicionismo dos novos-ricos:

> As parelhas [das carruagens] arrancavam os olhos à gente; todas pareciam descer das rapsódias de Homero, posto fossem corcéis de paz. As carruagens também. Juno certamente as aparelhara com suas correias de ouro, freios de ouro, rédeas de ouro, tudo de ouro incorruptível. Mas nem ela nem Minerva entravam nos veículos de ouro para os fins da guerra contra Ílion. Tudo ali respirava a paz. Cocheiros e lacaios,

> barbeados e graves, esperando tesos e compostos, davam uma bela idéia do ofício. Nenhum aguardava o patrão, deitado no interior dos carros, com as pernas de fora. (p. 230.)

***

Nos contos, que são muito numerosos e em que Machado exceleu antes de ter chegado no romance à plenitude, nos contos, digo, também ocorrem não poucas reminiscências, alusões ou evocações da Antigüidade.

No célebre "O Alienista", única peça longa e movimentada, em todo o elenco machadiano, o protagonista é o Dr. Simão Bacamarte, médico notável, recheado de ciência adquirida nos grandes centros do mundo. Afinal posto na Vila de Itaguaí, decidiu-se por identificar as diversas formas de demência, descobrir-lhes as causas e, conseqüentemente, a cura. Acaba ficando patente que o único louco da Vila era o doutor. Assim termina Machado a sua apresentação do herói:

> um grande homem austero, Hipócrates forrado de Catão. (*Papéis Avulsos*, ed. Garnier, p. 67.)

Na "Teoria do Medalhão", um pai zeloso vai ensinando ao filho de 21 anos como ele poderá chegar a este estágio "superior". A certa altura da conversa, atalha o rapaz:

> - Isto é o diabo! Não poder adornar o estilo de quando em quando...
>
> - Podes; podes empregar umas quantas figuras expressivas: a hidra de Lerna, por exemplo, a cabeça de Medusa, o tonel das Danaides, as asas de Ícaro, e outras que românticos, clássicos e realistas empregam sem desar, quando precisam delas. (ibid., pp. 92-93.)

É obvio que aí se está fazendo caricatura e mofa; porém uma coisa e outra possuem a virtude de ressaltar o positivo, o autêntico, no caso, o alto valor da cultura séria e elaborada.

Na mesma coletânea temos "Uma visita de Alcibíades", conto-fantasia, em que o narrador, lendo Plutarco, mergulha na Grécia e conversa com Alcibíades (pp. 237-248).

O livro *Histórias sem Data* abriga um "Conto Alexandrino", onde dois sábios, Pítias e Stroibus, porfiam em isolar, no sangue dos ratos, o princípio da ratonice. E conseguem-no, tendo o primeiro injetado, cobaia espontânea, imediatamente surripiado uma idéia do colega. Daí por diante os dois, fartamente inoculados, se tornam ladrões agilíssimos e universais, em quem ninguém pode pôr mão. Interessante é notar que neste conto (como em outros passos) Machado foi profético, porque pressentiu que a degradação que então

se iniciava da inteligência chegaria ao ponto, hoje atingido, de atribuir, como causa, a distúrbios e carências fisiológicas muitas desordens morais.

Páginas Recolhidas oferece-nos em "Um Erradio" a rica figura de um boêmio, lido e inteligente, Elisário, que, espraiando-se tanta vez, se tornou alvo da maior admiração do narrador. Olhe-se este trecho:

> Elisário entrou a comentar a bela obra anônima, com tal abundância e agudeza que me deixou ainda mais pasmado. Que de cousas me disse a propósito da Vênus de Milo, e da Vênus em si mesma! Falou da posição dos braços, que gesto fariam, que atitude dariam à figura, formando uma porção de hipóteses graciosas e naturais. Falou da Estética, dos grandes artistas, da vida grega, do mármore grego, da alma grega. Era um grego, um puro grego, que ali me aparecia e transportava de uma rua estreita para diante do Pártenon. A opa do Elisário transformou-se em clâmide, a língua devia ser a da Hélade, conquanto eu nada soubesse a tal respeito, nem então, nem agora. Mas era feiticeiro o diabo do homem. (p. 33 da ed. Garnier.)

Em "Eterno!", outro conto do mesmo livro, damos com isto:

> A aurora registrou o nosso pacto imoral. Não consenti que ele fosse a bordo despedir-se. Parti. Não falemos da viagem... Ó mares de Homero, flagelados por Euros, Bóreas e o violento Zéfiro, mares épicos, podeis sacudir Ulisses, mas não lhe dais as aflições do enjôo. Isso é bom para os mares de agora, e particularmente para aqueles que me levaram daqui à Bahia. (p. 63.)

Não nos passe despercebido que aí Machado, ao contrário da opinião comum, chama violento ao zéfiro. Mas ele está certo: trata-se de vento do oeste, habitualmente suave, mas eventualmente tempestuoso.

No esplêndido conto "Papéis Velhos", damos com esta glosa de Dáfnis e Cloé:

> Parece que o anjo L...a, exausto da perpétua antífona, ouviu cantar Dáfnis e Cloé [o autor pôs acento agudo na vogal final] cá em baixo, e desceu a ver o que é que podiam dizer tão melodiosamente as duas criaturas. Dáfnis vestia então uma casaca e uma comenda, administrava um banco, e pintava-se; o anjo repetiu-lhe a lição de Cloé; adivinha-se o resto. (p. 121.)

Relíquias de Casa Velha, cuja só metade é de contos, dá título grego a um deles, "Pílades e Orestes", que é, de fato, uma complexa história de dois amigos inseparáveis, Quintanilha e Gonçalves, um dos quais acaba por casar-se e leva o outro para padrinho de núpcias e de dois filhos. O solteiro morre de uma bala perdida, por ocasião da Revolta da Armada (1893). E assim termina o conto, buscando analogia nas letras helênicas:

> Orestes vive ainda, sem os remorsos do modelo grego. Pílades é agora o personagem mudo de Sófocles. Orai por ele! (p. 123 da ed. Garnier.)

***

Machado de Assis andou constante nos jornais da Corte, depois nos da República. Aí publicou poemas, folhetins (mais tarde recolhidos em romances), contos, ensaios, crítica literária e teatral, crônicas. Comentou acontecimentos do Brasil e do mundo, com muita liberdade, chiste e *humour*.

Deste cronista disse muito bem outro mestre da crônica:

> Ninguém mais, neste século, e principalmente neste país, é capaz de escrever com aquela graça dançarina; ninguém mais é bastante sábio e bastante livre para começar sua crônica pelas rosas e borboletas do jardim, para emendá-las, com a lógica suprema do delírio, numa intimação da Intendência Municipal; e ninguém mais sabe compor aquela salada, a que se referia Montaigne, onde entram Voltaire, a instituição do júri, a carta que o Grão-Turco escreveu do próprio punho no jubileu do Papa, as saudades de Granada, algumas reflexões sobre o Corão, aplicadas logo após às eleições de Ubá, tudo isto envolto nos melhores molhos da língua e enfeitado com o creme destas considerações finais sobre um parecer dos síndicos da Geral... (Gustavo Corção, in Machado de Assis, *Obra Completa*, III, p. 235.)

Nestas crônicas, sobretudo nas do *Diário de Notícias*, "A Semana" (1892-1897), andou Machado à solta evocando os antigos dos dois pólos do Mediterrâneo. Aí é que dá asas mais largas ao vezo, muito seu, de, a propósito dos sucessos locais ou remotos, de pessoas e de conflitos, fugir para a Grécia ou para Roma, levado por fatais associações de idéias e imagens.

Claro que não vou trazer para aqui todos os lanços pertinentes. Atenção pedirei só para dois ou três, não necessariamente os melhores, mas adequados ao meu fim.

Vem ao caso, por exemplo, mostrar esta comparação da Grécia de 1892 com a antiga:

> Sombra de Aristóteles, espectro de Licurgo, de Draco, de Sólon, e tu, justo Aristides, apesar do ostracismo, e todos vós, legisladores, chefes de governo ou de exército, filósofos, políticos, acaso sonhastes jamais com esta imensa banalidade de um gabinete que pede demissão? Onde estão os homens de Plutarco? Onde vão os deuses de Homero? Que é dos tempos em que Aspásia ensinava Retórica aos oradores? Tudo, tudo passou. Agora há um parlamento, um rei, um gabinete e um presidente de conselho, o Sr. Tricoupis, que ficou com a pasta de fazenda. Ouves bem, sombra de Péricles? Pasta da fazenda. E notais mais que todos

> esses movimentos políticos se fazem, metidos os homens em casacas pretas, com sapatos de verniz ou cordovão, ao cabo de moções de desconfiança... (*A Semana,* ed. Garnier, p.7.)

Numa crônica de 18 de março de 1894, comentando uma escaramuça, que ele chama "batalha", ocorrida a 13, episódio da Revolta da Armada, nosso autor longamente discreteia sobre a velha Grécia. Aí, detenho-me neste passo:

> Todos os guerreiros me apareciam, com as armas homéricas, rutilantes e fortes, os seus escudos de sete e oito couros de boi, cobertos de bronze, os arcos e setas, as lanças e capacetes. Agamêmnon, rei dos reis, o divino Aquiles, Diomedes, os dois Ájax, e tu, artificioso Ulisses, enfrentando com Heitor, com Enéias, com Páris, com todos os bravos defensores da santa Ílion. Via o campo coalhado de mortos, de armas, de carros. As cerimônias do culto, as libações e os sacrifícios vinham temperar o espetáculo da cólera humana; e, posto que a cozinha de Homero seja mais substancial que delicada, gostava de ver matar um boi, passá-lo pelo fogo e comê-lo com essa mistura de mel, cebola, vinho e farinha, que devia ser mui grata ao paladar antigo. (p. 121.).

A propósito de um Sr. Lopes Neto, provavelmente "o primeiro brasileiro que se deixou queimar", envereda Machado por estas considerações:

> São gostos, são costumes. De mim confesso que tal é o medo que tenho de ser enterrado vivo, e morrer lá em baixo, que não recusaria ser queimado cá em cima. Poeticamente a incineração é mais bela. Vede os funerais de Heitor. Os troianos gastam nove dias em carregar e amontoar as achas necessárias para uma imensa fogueira. Quando a Aurora, sempre com aqueles seus dedos cor de rosa, abre as portas ao décimo dia, o cadáver é posto no alto da fogueira, e esta arde um dia todo. Na manhã seguinte, apagadas as brasas, com vinho, os lacrimosos irmãos e amigos do magnânimo Heitor coligem os ossos do herói e os encerram na urna, que metem na cova, sobre a qual erigem um túmulo. Daí vão para o esplêndido banquete dos funerais no palácio do Rei Príamo.
>
> Bem sei que nem todas as incinerações podem ter esta feição épica; raras acabarão um livro de Homero, e a vulgaridade dará à cremação, como se lhe chama, um ar chocho e administrativo. (p. 280.)

***

Quanto ao segundo e ao terceiro itens justificadores da atitude clássica de Machado de Assis, dispenso-me de comprová-los, seja pela extensão do que foi posto aqui, seja por já terem ficado obliquamente documentados. Eu acrescentaria somente que, apostado sempre em testemunhar a civilização do universal, ele, com extrema freqüência, traz à colação a Bíblia, Antigo e Novo Testamento.

Atrás ficou dito que, digamos, a "mania" grega de Machado o acompanhou até os últimos dias. Permito-me transcrever um trecho de preciosa carta escrita a Mário de Alencar em 21 de janeiro de 1908, quase exatamente oito meses antes da morte, ocorrida a 29 de setembro. Aí, o mestre incentiva muito o "querido amigo" a prosseguir na preparação e feitura de um projetado poema, em versos brancos, *Prometeu*. E acrescenta:

> Agora, ao levantar-me, apesar do cansaço de ontem, meti-me a reler algumas páginas do *Prometeu* de Ésquilo, através de Leconte de Lisle; ontem entretive-me com o *Fédon* de Platão, também de manhã; veja como ando grego, meu amigo! Oxalá possa chegar a ver parte que seja do seu trabalho. (*Obra Completa*, III, pp. 1085-1086.)

***

E, para rematar com chave de ouro, esta "confissão", de quatorze anos antes, numa crônica do *Diário de Notícias*, 11 de novembro de 1894, comparando acontecimentos da Bahia com os da Grécia contemporânea:

> A antigüidade cerca-me por todos os lados E não me dou mal com isso. Há nela um aroma que, ainda aplicado a cousas modernas, como que lhes troca a natureza. Os bandidos da atual Grécia, por exemplo, têm melhor sabor que os clavinoteiros da Bahia. Quando a gente lê que alguns sujeitos foram estripados na Tessália ou Maratona, não sabe se lê um jornal ou Plutarco. Não sucede o mesmo com a comarca de Ilhéus. Os gatunos de Atenas levam o dinheiro e o relógio, mas em nome de Homero. Verdadeiramente não são furtos, são reminiscências clássicas. (*A Semana*, pp. 170-171.)

BIBLIOGRAFIA

Salvo indicação em contrário, os textos alegados de Machado de Assis tomei-os às edições originais, Garnier, reproduzidas por estereotipia até o fim da década de vinte. Passo agora a identificar a fonte de outras citações.

Assis, J. M. Machado de. *A Semana*. Edição coligida por Mário de Alencar. Rio de Janeiro - Paris, Livraria Garnier, 1910.

Dom Casmurro. Apuração do texto, revisão, introdução e notas por Maximiano de Carvalho e Silva. S. Paulo, Edições Melhoramentos, 1966.

Obra Completa. (...) 3 volumes. Rio de Janeiro, Companhia José Aguilar Editora, 1971, 1974, 1973.

Ceriani, Graziozo *et alii*. *Heresias do Nosso Tempo*. Prefácio de Dom Giovanni Rossi. (Tradução portuguesa de Antônio Marques). Porto, Livraria Tavares Martins, 1956.

Cohen, Gustave. *La Grande Clarté du Moyen Age.* Paris, Gallimard, 1945.

Febvre, Lucien *et alii*. *Civilisation, le Mot et l'Idée*. Paris, La Renaissance du Livre, 1930.

Franca, Leonel. *A Crise do Mundo Moderno*. Rio de Janeiro, Livraria José Olímpio Editora, 1941.

Pichon, René. *Histoire da la Littérature Latine*. Paris, Librairie Hachette, 1947.

(In *Carta Mensal*, Rio de Janeiro, set. 1988, pp. 48-58.)

F - FILOLOGIA E LINGÜÍSTICA

GRAMÁTICA EM CRISE.
(1957)

A Gramática, a mais antiga das disciplinas lingüísticas, se acha em grave crise, *crise externa* e crise *interna*, - qualificativos que uso à falta de melhor nome. Por crise externa entendo a perda de prestígio na opinião leiga e até na dos especialistas; por crise interna quero significar as perplexidades, a retomada do problema, a busca de novos caminhos que se verifica na Lingüística atual com relação ao conceito e aos conceitos, à divisão, aos métodos e ao próprio valor da Gramática.

Nota-se na opinião geral uma séria desconfiança para com a Gramática, descrédito e hostilidade. O "gramático" de há muito passou a ser objeto de chacota e de irrisão, apontado como um tipo ridículo, presunçoso, insociável e insuportável. Muitos são os que se declaram libertos da Gramática, tendo surgido até um movimento literário, o chamado Modernismo, que levantou a bandeira do antigramaticismo. Se assim se passa com os escritores, que dizer dos médicos, bacharéis, engenheiros e outros, que dão de ombros às normas, à nomenclatura e às leis gramaticais.

Por outro lado, os próprios filólogos e lingüistas se armaram de indisfarçável prevenção contra a Gramática e os gramáticos, chegando ao ponto de se sentirem diminuídos e ofendidos quando são equiparados ou misturados com os gramáticos.

Isto tem sua explicação justa e razoável. É que a Gramática se desmandou em regrinhas impertinentes, os gramáticos se arvoraram em donos da língua e propuseram-se a decidir da vernaculidade, a dirigir os escritores, multiplicando proibições, fazendo crer que só os iniciados, os grandes iniciados podiam mover-se com liberdade no labirinto das classificações e subclassificações, das leis, regras, regrinhas e exceções. Por outro lado, eles ficaram fossilizados, esclerosados nas concepções do século XVIII, apostados apenas em agravar os erros do logicismo lingüístico, por isso, tendo passado ao largo da renovação dos estudos iniciados por Bopp em 1816 e tão prodigiosamente desenvolvidos de então para cá. Refiro-me à Lingüística científica, que deslocou a Ciência da Linguagem do campo da Lógica para o da História e que renunciou à subserviência ao modelo da Gramática Latina, considerada padrão e pauta. O chamado "grande público" pressentiu ou teve vaga notícia da renovação, ao mesmo passo que por instinto reagia à arbitrária ditadura dos profissionais do "está errado".

O advento da Lingüística científica, de base histórica, já dera margem à retificação de muitos conceitos inaceitáveis do gramaticismo lógico, já dera fundamentação objetiva e concreta à formulação normativa, já permitira o tratamento do material lingüístico com outros métodos e outra segurança, o que representou considerável progresso.

Por outro lado, foram-se sucedendo concepções gerais relativas à natureza do fenômeno-língua, donde resultou a constituição de uma Lingüística Geral ou Glotologia, com uma larga parte teorética, - cujos princípios haveriam de influir, como influíram, nos estudos gramaticais. Daí, a tentativa de renovar a Gramática, de estabelecer uma nova Gramática nas linhas da tradicional, sim, mas bafejada pelas novas conquistas, pelas novas descobertas e arejada com novos ares, e aprimorada com novos métodos de investigação. Foi a empresa iniciada aqui, por exemplo, por um Júlio Ribeiro ou um João Ribeiro, e levada a bom termo em Portugal por Epifânio Dias, cuja *Gramática Elementar*, hoje raridade, é um modelo de boa sistematização dos fatos da língua portuguesa.

Surgiram depois, para o nosso idioma, boas gramáticas, como a de Mário Pereira de Sousa Lima, esgotada, ou a *Gramática Secundária,* de Said Ali, também esgotada. Agora os fatos são *fatos*, isto é, existem e são documentados com método e crítica, de modo que o leitor não tem de "acreditar" no autor ou de acatar sua "autoridade". Muita baboseira foi posta por terra, muita regrinha inventada foi desmoralizada, muito tabu desfeito e, sobretudo, foi proclamado que a Gramática não é uma bitola, menos ainda um espartilho, jamais um instrumento sufocador da liberdade de criação artística.

Mas perduravam e perduram os conflitos, alguns agravados. A nomenclatura tradicional tem uma base filosófica e lógica, que não encontra ressonância na terminologia lingüística atual ou nas concepções e até nas conclusões modernas, como, por exemplo, tudo que diz respeito à linguagem afetiva, à linguagem ativa ou à linguagem instintiva e espontânea. O aparecimento da Estilística foi um novo elemento de conflito: não ficaram bem delineados os campos, a terminologia em larga parte é comum, a Estilística tem por si o prestígio da modernidade e a vantagem da finura, da inteligência e do interesse profundo, humano e estético. Daí o despreza pela Gramática em nome da Estilística, daí uma falsa Gramática-Estilística, daí as gramáticas com um capítulo de Estilística, muitas vezes mal conceituada e confundida com uma Retórica de roupa nova e recém-chegada de uma viagem de instrução.

Muitos são os moços, principalmente das Faculdade de Letras, que renegam a Gramática e se lançam num culto fervoroso à Estilística, como se fosse possível dedicar-se à segunda sem estar firme na primeira.

Isto, para dar um rápido panorama da crise *externa*, a que de início aludimos. Quanto à crise interna, esta é mais grave e mais profunda. Muitos

são os lingüistas que estão repensando o problema da Gramática. Que não se conformam com uma Gramática modernizada apenas nos métodos de pesquisa e em alguns nomes. E estes propõem novidades substanciais, novidades de alto a baixo, a partir do conceito, da divisão e da nomenclatura.

Cabe fazer referência, por exemplo, ao livro famoso de Brunot, *La Pensée et la Langue*, de mais de mil páginas, em que o eruditíssimo autor sugere novas classificações à base de idéias a exprimir e suas manifestações idiomáticas na língua A ou B. Não é aqui o lugar de discutir o discutido livro do mestre francês, senão apenas de assinalar seu aparecimento e enquadrá-lo num movimento de idéias aparentemente vitorioso. Digno de especial menção é também o livro de Georges Galichet, *Essai de Grammaire Psychologique du Français Moderne,* que propõe uma metodologia e um tratamento novo. Galichet pretende atentar na coesão interna da língua, buscar o que constitui sua unidade, "remontando à fonte primeira, aos fundamentos do conhecimento espontâneo" (Prefácio). Já se viu daí e do título que o autor parte da Psicologia e não da Lógica, como até agora se tem feito. Distingue na língua "espécies gramaticais", que correspondem às classes de palavras, "categorias gramaticais", gênero, número, grau, aspecto, tempo, voz, modalidade, pessoa, e "funções", inatualizadas (de caracterização e de determinação) e atualizadas (sujeito, complemento do verbo, etc.), numa divisão e caracterização inédita e complicada.

No entanto, a maior revolução é a que tenta ou tentou operar o *estruturalismo*, que se avoca a paternidade de Saussure, o maior nome da Lingüística moderna. Saussure estabeleceu uma diferença rigorosa entre sincronia e diacronia, como perspectivas diversas e estanques de encarar a realidade lingüística. A sincronia é o "estado de língua", é a situação global da língua num momento dado, o sistema vivo, com suas interdependências, suas interligações, seus recíprocos compromissos, suas relações permanentes e coerentes. Um "estado de língua", uma sincronia é, na feliz expressão de Saussure, como uma partida de xadrez, em que o conjunto forma um todo coeso, estreitamente relacionado e intercomprometido. A visão sincrônica representa um corte transversal na língua e nos patenteia o "eixo das simultaneidades". Já a visão diacrônica se realiza em perspectiva histórica, representa um corte longitudinal, que patenteia o "eixo das sucessividades", que deixa ver as fases da língua, que mostra cada elemento de *per si* ao longo do tempo, isolado, insolidário, desgarrado, apenas fiel a si mesmo, apenas continuado no tempo, apenas com presença anterior, ainda que com fisionomia diversa. Num caso, é o conjunto a explicar-se a si próprio, o sistema a explicar os elementos, os fatos singulares, que isolados, não têm sentido; noutro caso, é o presente explicado pelo passado, é cada elemento justificado pela sua história.

Saussure já entendia que a verdadeira Lingüística é a sincrônica. Por isso é que os estruturalistas se apóiam no mestre suíço e se dão por discípulos seus. O movimento surgiu, pode-se dizer, do Círculo Lingüístico de Copenhague, mas quem lhe deu feição e lhe estabeleceu teoria, aliás rígida e sistemática, foi o dinamarquês Luis Hjelmslev, fundador da Glossemática e autor principalmente de *Principes de Grammaire Générale* e de *Prolegomena to a Theory of Language*. Aí propõe ele uma Gramática puramente sincrônica, renovadora, renegadora dos quadros tradicionais e aristotélicos, gramática que se dispõe a descrever estados de língua, entendida esta como um todo auto-suficiente e *sui-generis*. Não cabe aqui uma explicação, ainda que por alto, das posições e revoluções do lingüista germânico: remeto o leitor curioso para a exposição fiel, clara e rigorosa feita por Silvio Elia no seu excelente *Orientações da Lingüística Moderna* (Livraria Acadêmica, Rio, 1955, pp. 147-162). Aí se verá que a sistematização é difícil, complexa, excessivamente abstrata e direi mesmo abstrusa. Não acredito que venha a ter seguidores numerosos, menos ainda, que venha a formar escola. Baste como amostra este conceito de Llorach, um dos entusiastas e corifeus, autor de uma *Gramática Estrutural:* número é "morfema fundamental intenso que contrai recção nexual simultânea homonexual e heteronexual". Mal comparando, parece até certas tiradas oratórias da Câmara dos Vereadores...

Está, pois, em crise a Gramática. Espero que da crise resulte um progresso, uma revisão racional, autêntica e proveitosa. Enquanto ela não se firma, padece a língua literária, padecem os estudantes, padece o ensino.

De qualquer modo já nos vamos beneficiando das revisões mais moderadas, que não rompem instantâneamente com a tradição, mas não compactuam com a rotina estéril, esterilizante e confusionista. Está nesta linha de boa revisão a recente *Gramática* de Rocha Lima, lançada pela Livraria Briguiet e que será objeto de uma notícia e comentário num dos nossos próximos artigos, se Deus quiser.

(In *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 18-8-1957.)

A HERANÇA DE CÂNDIDO DE FIGUEIREDO.

(1946)

Dentre os escritores que versaram assuntos relativos à língua portuguesa, nenhum houve certamente que tivesse tido nos meios leigos ou entre os amadores tanto prestígio como Cândido de Figueiredo.

Tendo inaugurado o sistema dos "consultórios gramaticais", pôs-se, nos jornais, a escrever sobre vernaculidade, incorreções, vícios, deformações, etc., ganhando, em breve tempo, imensa popularidade e fama de grande filólogo.

As suas "lições" e "respostas" sobreviveram ao efêmero das folhas das gazetas, juntaram-se em livros, cujas edições se sucederam, chegando o lexicógrafo ao fim da vida aureolado de glória e com respeitável bagagem de obras especializadas, várias nos assuntos tratados, mas solidarizadas na preocupação do purismo gramatical e no combate aos erros de toda casta.

Além de gramático, foi Cândido de Figueiredo operoso lexicógrafo e bom tradutor. Seu dicionário, o mais copioso do tempo em que foi escrito, chegou, em mãos do autor, à quarta edição e hoje navega em sexta, reprodução estereotipada da quinta, que foi atualizada e enriquecida por Jorge Daupiás.

Aqui nestas colunas já tivemos oportunidade de apreciar o Cândido de Figueiredo lexicógrafo: hoje nos ocuparemos do Cândido de Figueiredo filólogo.

Começando pela conclusão, diremos, sem embargo do *parce sepultis*, mas por sermos fiéis ao programa que nos traçamos, diremos que Figueiredo foi o mais pernicioso e ruinoso dos amadores da Filologia. Grandíssimo e dificilmente reparável foi o mal que ele fez e continua a fazer aos estudiosos e curiosos da vernaculidade e à ciência filológica.

Em virtude daquele prestígio a que atrás aludimos e à popularidade que teve, fez-se ele o principal responsável pela disseminação da "gramatiquice", pelo descaso de muitos pelo estudo da língua e pelo descrédito da Filologia em certos meios.

Raramente encontramos hoje um homem de alguma cultura que não haja lido Cândido de Figueiredo e que não se tenha intoxicado com as doutrinas e idéias do gramático português.

Três vezes desastrada foi a facunda pregação figueirediana: inventou regras e multiplicou proibições e condenações; contribuiu poderosamente para se formar um conceito falso de Filologia; criou, animou e alimentou, até nossos dias, uma gramatiquice funesta, que desafia o esforço, o trabalho e o apostolado do bom magistério e dos veros filólogos e sabedores da língua.

a) Inventou regras e multiplicou proibições e condenações. Realmente não têm conta os preceitos, normas e doutrinas surgidas da imaginação do Sr. Cândido de Figueiredo e que, infelizmente, pegaram de galho.

Começou o popular gramático a sua atividade jornalística em 1890, publicando no *O Português* de Lisboa uma série de artigos intitulados *Lições aos Mestres*. Despreparado, falto da indispensável formação lingüística, alheio aos progressos da Filologia científica, - que já contava em Portugal nomes como Adolfo Coelho, Epifânio Dias, Júlio Moreira, Leite de Vasconcelos e outros, - enfim, desapercebido do material necessário à tarefa que se propôs, entrou a distribuir sentenças à direita e à esquerda, fazendo-se de árbitro

supremo da vernaculidade, agindo quase sempre negativamente, isto é, apontando *erros* e *condenando* formas e construções, muitas vezes do melhor cunho português. O tom dogmático do infatigável vernaculista caiu no goto do público português, o que estimulou o escritor a prosseguir no caminho palmilhado. O público brasileiro foi nas mesmas águas que o público português e logo o superou na admiração a Cândido de Figueiredo, passando-se a contar por milheiros, no Brasil, o número de devotos e sequazes entusiastas do homem das *Lições Práticas*.

Cedo surgiu quem viesse a campo a denunciar a ignorância do Sr. Figueiredo em matéria de Filologia. E esse foi ninguém menos que Leite de Vasconcelos, que, a partir de 10 de agosto de 1891, pelo jornal lisbonense *O Dia,* em artigos sucessivos, foi corrigindo os destemperos e desbastando a suficiência do pseudo-filólogo. Travou-se polêmica desigual entre os dois escritores, da qual resultaram, para a boa parte, dois livrinhos de Leite de Vasconcelos, *As "Lições de Linguagem" do Sr. Candido de Figueiredo* e *O Gralho Depenado,* livrinhos que tiveram mais de uma edição e que foram, bem mais tarde, em 1929, incorporados no quarto volume dos *Opúsculos* do Mestre (pp. 927-1124).

Mas não foi só em Portugal que apareceu justa reação aos excessos do Sr. Figueiredo. Aqui no Brasil também se levantaram vozes em contradita ao verboso gramático, cujos erros foram analisados e rebatidos: Mário Barreto, no seu livro de estréia, hoje raríssimo, *Estudos de Língua Portuguesa* (Rio, Alves, 1903) e Heráclito Graça, no seu admirável e também raríssimo *Fatos da Linguagem* (Rio, 1904).

No entanto, apesar da seriedade das críticas e emendas, manteve-se o prestígio do gramático luso, de tal sorte que suas invencionices fizeram carreira. Aliás, é de lembrar que nem todos os erros de Figueiredo nasceram de seu cérebro, tanto é verdade que ele veiculou e divulgou algumas gramatiquices de antecessores seus.

Cumpre dizer ainda que muitas coisas materialmente certas afirmadas por Figueiredo trazem explicação falsa, o que é talvez mais grave, porque vai gerando nos leitores aquela ignorância que Platão achava pior que a ignorância rasa, ou seja, a insciência presumida. O discípulo de Figueiredo fica de posse de uma *doutrina* errada, e empavona-se, acastela-se naquele falso saber, tornando-se impermeável à verdade. Não há nada mais inexato que chamar a Cândido de Figueiredo filólogo, pois que neste terreno o homem era de extrema pobreza. Como diz Leite de Vasconcelos, "para o Sr. Cândido de Figueiredo a Filologia é como a túnica de Nesso: logo que ele se mete nos assuntos dessa ciência, fica queimado." (*Opúsculos, IV,* Coimbra, 1929, pp. 1047-1048).

b) Contribuiu poderosamente para se formar um conceito falso de Filologia. Sim, não só por força do que acabamos de ver, isto é, a ignorância do nosso autor no que concerne à ciência filológica, como pelos métodos impróprios que empregou.

Já acenamos para uma das funestas conseqüências das filologices do lexicógrafo, qual seja a de desenvolver nos seus leitores uma doutrina insustentável mas custosa de erradicar. Cabe-nos agora lembrar o tom das lições e os processos defeituosos empregados nos escritos gramaticais do nosso autor. O homem era dogmático e bastante leviano. Muito freqüentemente, tal coisa estava errada porque não lhe sabia bem. "Só os açougueiros dizem isso"; "os escrevedores, ainda os menos lidos, sabem que *neste* é a contração de *em este,* eliminando-se o primeiro *e* e substituindo-se *m* por *n*"; "nisto de nomes, Crispim amigo, cada qual se chama como quer... Não me perguntes pois a razão dos nomes próprios e dos apelidos, em português"; "este adjetivo [*ambos*] .... atrai sempre o pronome pessoal objetivo e terminativo"; "ambas as pronúncias [*rúbrica* e *rubrica*] são permitidas, e opto pela *rúbrica*"; "a gramática, ou seja de Bento [é Bento José de Oliveira], ou do Epifânio [é ninguém menos que o grande Epifânio Dias!], ou do Eufrásio [não se sabe de quem se trata], ensina muitas definições... mas... não ensina português", e, noutro ponto, "não vou muito com o Epifânio"; etc., etc.

Ora, esse tom dogmático, pretensioso e leviano do Sr. Figueiredo faz crer a muita gente que isso de Filologia é questão de gosto e de opiniões: Fulano *acha* isso, Sicrano *acha* aquilo, Beltrano *acha* aquilo outro. E esse conceito é a negação mesma da *ciência* filológica, que é qualquer coisa de muito objetivo, consistente e permanente.

Ademais, o Sr. Figueiredo colocou mal um sem-número de problemas, aplicou métodos inaceitáveis em Filologia, meteu-se não raro a corrigir autores-modelos da língua literária (sempre que tais autores escreveram em desacordo com as *suas* regras), trazia abonações (as raras vezes que o fazia) sem indicar os lugares de onde as tirou, portanto sem selecionar edições (como se pode ver, em grande cópia, naquele trágico *O Problema da Colocação dos Pronomes*), citava sem critério, arrolando exemplos para provar a vernaculidade de um fato lingüístico, querendo com isto provar que a forma ou construção em contrário era errônea, etc. Aliás, este último processo, que contém um argumento paupérrimo, impressiona muita gente boa, razão por que se abre aqui um pequeno parêntesis para pôr os pingos nos ii.

Realmente, se alguém alega 300 exemplos para mostrar que, digamos, a forma de interrogar "que é isto?" está certa, daí não se pode concluir que "o que é isto?" seja erro. Se se alinham 200 frases de bons autores para provar que se faz próclise nas orações que têm por sujeito o indefinido *todos*, isso

não significa que a ênclise é inaceitável em tal caso. E assim, por diante. Quer dizer: provar alguém, por documento fotográfico, que tal pessoa existe não é provar, ao mesmo tempo, que tal outra já morreu ou nunca existiu...

Nesta surradíssima e felizmente resolvida questão da colocação dos pronomes foi negativa a contribuição de Figueiredo, porque ele criou ou popularizou a respeito uma falsíssima teoria que costumamos apelidar de *magnética*, qual seja, a de que tais ou quais palavras *atraem* o pronome oblíquo, e, além disso, fez crer aos apedeutas que é mais difícil colocar bem os pronomes em português, que dominar o sistema flexional do Sânscrito védico.

Em suma: os leitores e apreciadores de Cândido de Figueiredo fazem da Filologia a mais deformada das idéias e, por isso, não raro estranham e abominam os bons cultores e mestres da ciência. É dificílimo convencer aos que se acham ou que algum dia estiveram, direta ou indiretamente, na "zona de influência" de Figueiredo, é dificílimo convencer que a Filologia é *ciência de fatos* e não *jogo de opiniões*.

É claro que, ao lado de coisas erradas, disse Figueiredo coisas certas e às vezes até deu uma explicação correta para o caso que estava tratando. Porém, o leitor despreparado não está em condições de distinguir o bom do mau, pelo que fica desorientado, ao invés de aprender. Eis por que costumamos dizer que o Figueiredo não deve ser lido: os apedeutas se desnorteiam nos seus livros e ficam com a mentalidade deformada, e os que já têm critério e poderiam separar o joio do trigo nada têm que aprender do laborioso lexicógrafo...

c) *Criou, animou e sustentou, até nossos dias, uma gramatiquice funesta.* Já deixamos indicada, nas linhas acima, essa atividade do autor de *O Que se Não Deve Dizer.* Se ele inventou um sem-conto de preceitos e condenou inúmeras formas e construções vernáculas, se ele falseou nos seus leitores e admiradores o conceito de Filologia nada mais lhe resta que ser o pai e mentor da gramatiquice contemporânea.

Realmente, Figueiredo fez escola. Muitos lhe seguiram as pegadas, continuaram-lhe a obra, enriqueceram-lhe o código de proibições, imitaram-lhe o tom emproado e suficiente, tornaram-se mestres na palmatória, e fizeram-se temidos e respeitados em certas rodas porque "encontraram erros até em Camões", "sabem análise lógica" (à moda deles, bem entendido!), "sabem colocar pronomes", e "discutem com qualquer um" assuntos de vernaculidade.

Esse grupo de pseudofilólogos tem sua platéia e seu prestígio. Publicam livros, opúsculos e artigos, mantêm acesa a chama da gramatiquice, trabalham à luz e nos bastidores, supliciam alunos e candidatos a concursos, cuidam de manter inacessível o seu recinto sagrado, vedando-o com uma terminologia rebarbativa, classificações, divisões e subdivisões complicadíssimas e desanimadoras. São os pajés da Filologia.

Recentemente, batidos aqui e ali pelos bons elementos, eles lograram uma revivescência, com êxito estrondoso, nos tais "textos para corrigir", armadilha em que caíram até filólogos de valor indiscutível, como um Sílvio Elia, por exemplo. O tal método negativo, que consiste em ensinar a escrever por meio de textos errados se transformou em quartel-general da gramatiquice. Todas aquelas invencionices que, felizmente, iam a caminho do esquecimento foram reavivadas e trazidas para os "textos errados", que passaram a constituir tortura para os pobres candidatos a concursos e ocasião de prazer sádico para os pajés, os colecionadores de picuinhas e cata-piolhos de pronomes "mal colocados".

Essa triste herança de Cândido de Figueiredo forma a resistência passiva à ação dos bons professores e filólogos verdadeiros, fornece pretextos para os defensores da "língua brasileira", - que se insurgem, cheios de razão, contra as falsas regras de gramática impingidas à nossa chamada mocidade estudiosa - , e contribuiu poderosamente para o estado de decadência a que chegou a nossa pobre língua literária, pelo horror que a muitos escritores inspirou o impraticável estudo das normas da língua-padrão.

(In *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 22-9-1946.)

QUE LÍNGUA SE FALA NO BRASIL?
(1966)

A questão do idioma é das que mais apaixonam as comunidades. Por ser a língua o mais cotidiano e o mais poderoso dos fatos sociais, sentem os homens que nela está o critério exterior primeiro distintivo de uma nacionalidade. Os bascos se reconhecem e se aglutinam pela língua, embora se achem divididos politicamente entre a Espanha e a França; os catalães usam sua língua para afirmar a nacionalidade; neste momento se encontram em viva dissensão os belgas, extremados entre flamengos e valões, sendo a língua, germânica ou românica, de uns e de outros, a senha de partido. As múltiplas nações encampadas sob o nome de União Soviética têm seu último bastião de resistência na língua, ciosa e penosamente guardada no recesso dos lares.

O Brasil é, no mundo de hoje, um dos países de mais forte e profunda unidade nacional. Não há aqui minorias, não há regionalismos agressivos e separatistas, o filho do imigrante se integra com a maior facilidade, e enfaticamente se proclama brasileiro, às vezes até com certo jacobinismo. Apesar da formação segregada dos diversos núcleos de povoamento e colonização, que fez com que o país até muito recentemente fosse um arquipélago, surgiu e solidificou-se uma consciência de nacionalidade, que

irmana, *a priori* e *a posteriori*, um gaúcho e um amazonense, um carioca e um mato-grossense, um mineiro e um potiguar, um papa-goiaba e um barriga-verde.

E correspondendo a esse admirável e impressionante espírito nacional, uma admirável e impressionante unidade lingüística.

Enquanto na Europa se falam quarenta línguas e centenas de dialetos, nestes nossos oito milhões e meio de quilômetros quadrados a rigor só há dois dialetos, um dos quais obsolescente, em vias de desaparecimento, o caipira.

Portanto, forte unidade nacional e notável unidade lingüística, ambos tesouros preciosos, que se concausam e reciprocamente se sustentam.

Mas que língua é essa nossa, tão solidamente una?

O homem comum, que geralmente tem instinto de acerto, fundado no bom-senso, não tem dúvida sobre qual seja ela: é o português. A própria fraseologia o atesta. Qualquer pessoa diz, por exemplo: "Falando português claro, o que eu quero é aumento de salário"; ou "Em bom português isso se chama preguiça"; ou "Esse Fulano parece que não entende português!".

Enquanto isso em diversas oportunidades grupos de intelectuais, quase sempre escritores, têm ventilado o problema de uma "língua brasileira", autônoma, diferente da portuguesa, chegando uns a afirmar a existência de tal língua, contentando-se outros em anelar por ela. Um dos ingredientes do famoso Movimento Modernista de 1922 foi a "língua brasileira", conforme este claro depoimento de um dos participantes ativos, Plínio Salgado:

> Foi em 1922 que erguemos, em São Paulo, na memorável Semana de Arte Moderna, o grito de liberdade contra todos os preconceitos literários do Passado; contra o academicismo artificioso; contra a mecanização dos processos de estilo, contra as cansadas filosofias ocidentais. E, desde então, começamos a ler no livro aberto da vida nacional as verdades humanas essenciais... A um conceito clássico, estaticista do idioma, opusemos a concepção clara e dinâmica da língua brasileira, em função histórica de existência e de transformação".
>
> (*Obras Completas,* Editora das Américas, S. Paulo, vol. XIX, pp. 170-171).

Igualmente, tornou-se bandeira do nacionalismo fundado por Plínio Salgado, o Integralismo, a defesa da "língua brasileira", como se vê por exemplo, num Herbert Parente Fortes.

Temos, pois, a consciência espontânea do homem da rua a considerar como "língua nacional" o português, e a consciência refletida de escritores e ensaístas a apelar para o "brasileiro" como única legítima língua nacional. Com quem está a razão?

Para responder, é necessário apurar o conceito de "língua", operação a que se aplicam aquelas palavras de Santo Agostinho: "Se não me perguntarem o que é o tempo, eu sei o que é o tempo; se me perguntarem o que é o tempo, eu não sei o que é o tempo".

Confusamente, todos sabem o que é uma língua; mas se tiverem de defini-la, muitos ficarão embaraçados.

Libertar-nos-á da perplexidade uma grande figura, Ferdinand de Saussure, pai da Lingüística atual. É dele uma distinção importantíssima entre "langue" e "parole", língua e fala.

Língua é o fato social, é essencialmente um sistema, isto é, um conjunto harmonioso, homogêneo, interiormente travado, solidário e comprometido, uma armação, um rígido e rico esquema de sons, de formas, de processos, de relações. Assim, as palavras de uma língua têm certo jeito próprio *(pietà, pitié, piedade, pity* são originariamente a mesma palavra, vestida à italiana, à francesa, à portuguesa e à inglesa), fazem o feminino ou o plural de determinado modo, utilizam este ou aquele processo para exprimir o grau, aumentativo ou diminutivo, comparativo ou superlativo, agrupam-se desta ou daquela maneira na frase, onde se relacionam por meio de tais ou tais preposições ou conjunções, ou por meio de tais ou tais desinências verbais.

Nessa estrutura, nessa travação, nesse sistema é que reside, fundamentalmente a língua. Uma frase como esta: "a girl flirtava com um sportman no hall" todos concordarão que é portuguesa, sem embargo de serem inglesas todas as suas palavras significativas. E por quê é ela portuguesa? Porque sua estrutura é portuguesa, sua arrumação, sua armação, seu sistema é português: artigo (determinante) *a*, relacionamento do verbo com o sujeito da 3ª pessoa por intermédio da desinência *-ava*, subordinação do complemento ao verbo por meio da preposição *com,* relação de lugar expressa pela preposição *em* ("no hall").

A língua, o *sistema*, é um grande reservatório, um imenso armazém, arrumado e coerente, onde vamos buscar nossa expressão.

E aqui está o segundo elemento da dicotomia de Saussure, a *fala* (parole). Quando nos comunicamos, quando nos externamos, seja na conversa despreocupada, seja na entrevista cerimoniosa, seja na palavra escrita, rigorosa, literária ou poética, estamos sempre *escolhendo* no grande armazém, no armazém que está na nossa memória e na memória de todos os membros da mesma comunidade lingüística. Nesta escolha consiste a *fala*, que é o uso individual da língua, marcado pela nossa personalidade, pelas modas do momento, pelas sugestões do ambiente, físico ou espiritual.

Postas estas noções, sumaríssimas, porém claras (assim o espero), podemos concluir com segurança: nossa *língua* é a portuguesa, porque o *sistema*

é o mesmo de que se servem e onde se abastecem os portugueses. Mesmas palavras *fundamentais* (nomes de parentesco, das partes do corpo, das coisas, enfim, diretamente ligadas ao homem essencial), feminino em *-a*, plural em *-s,* aumentativo em *-ão,* superlativo em *-íssimo*, primeira pessoa do plural, nos verbos, em *-mos,* futuro em *-rei,* relação de posse indicada por *de* ("o livro é *da* minha irmã"), pessoas gramaticais expressas por *eu, tu, ele, nós*, relacionamento espacial das coisas às pessoas gramaticais por meio de *este, esse, aquele,* etc., etc.

Agora, a maneira de usar a língua portuguesa é uma aqui e é outra em Portugal. Não se trata apenas de diferenças individuais, que evidentemente variam ao infinito, tendo cada pessoa, escritor ou não, seu próprio estilo: "O estilo é o homem". Não se trata das milhentas expressões individuais, mas de um modo de falar ou escrever, de um estilo de estilo intimamente ligado ao sentimento e ao espírito nacional.

O brasileiro tem um modo de ser, uma atitude, uma sensibilidade, uma afetividade e uma reação diferentes do português. Esse modo de ser é determinado por diversos fatores, de educação, de história, de tradição, de circulação social, de organização política, de influência de paisagem e de meio físico, de tipo de convivência, de escalonamento de valores, de influência alienígena, e tantos outros, que conformam o espírito nacional brasileiro.

E desde que existe esse espírito brasileiro, natural é que ele condicione as escolhas que cada brasileiro faz no sistema da língua. Tanto as escolhas da fala ("parole") coloquial como nas da fala literária ou artística.

O resultado de tal condicionamento é aquilo que eu chamo de estilo brasileiro. Afirmo, pois, que ao lado, ou melhor, dentro da língua portuguesa há dois estilos nacionais, o estilo português e o estilo brasileiro. E se amanhã se formar uma nação angolesa, ou uma nação moçambicana, ou uma nação guineense, prevalecendo aí o fato social da língua portuguesa, natural é que surja um estilo nacional angolano, moçambicano ou guineense.

Esse estilo brasileiro, muito reconhecível em certos escritores como Carlos Drummond de Andrade (mormente na primeira fase), em José Lins do Rego ou em Manuel Bandeira, é que tem levado certas pessoas sagazes mas ignorantes do assunto a falar em "língua brasileira".

O estilo brasileiro se manifesta em muitos vocábulos que aqui se usam, nascidos de importação tupi, africana ou de línguas européias modernas, nascidos de formação própria (pelos processos portugueses, como sufixação ou composição), vocábulos conservados da língua antiga (e esquecidos em Portugal), ou enriquecidos de significados novos. Manifesta-se também em certos tipos de escolha sintática, seja da sintaxe de posição (a questão da colocação dos pronomes, por exemplo), seja da sintaxe de regência (v.g., "abra

a porta para F." brasileiro; "abra a porta a F." - português). Manifesta-se, igualmente, nas imagens, comparações, metáforas, e na *conotação*, ou tonalidade afetiva, de muitas palavras.

Concluindo: nossa língua é a portuguesa, mantida aqui admiravelmente una; mas utilizamos esse riquíssimo e plástico *sistema* de acordo com nossa visão e nossa sensibilidade brasileira, com "estilo brasileiro". Por uma estamos integrados na cultura luso-tropical e na civilização românica; pelo outro afirmamos nossa vigorosa nacionalidade.

(In *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 3-4-1966.)

ETIMOLOGIA POPULAR.
(1946)

Tem-se dado este nome a um processo de modificação e de formação de palavras, e às vezes até de frases, muito caro ao povo e comum a todas as línguas. Consiste nisso: ouve a gente do povo uma palavra ou expressão estranha à sua linguagem e a relaciona imediatamente com outra palavra ou combinação de palavras que lhe são familiares e que apresentam com a nova expressão certas analogias obscuras, o mais das vezes paridade de som. Influi o termo conhecido no desconhecido e o ajeita à sua imagem e semelhança. Desta sorte se produzem alterações não raro violentas na estrutura de certos vocábulos que entram no uso popular, alterações essas que aberram das leis da fonética histórica e que acaso poderiam constituir problemas insolúveis para o filólogo ou lingüista que não atentasse à "etimologia popular".

Nos seus magníficos *Novos Estudos*, dedica o saudoso Mário Barreto um interessante capítulo ao processo em questão (cap. XIX, da 2ª ed., de 1921). Vêm aí apontadas várias metamorfoses ocasionadas por aproximações fonéticas. É o caso de *vagamundo* por *vagabundo*. Para o vulgo, a palavra, nesta forma última, é desprovida de conteúdo significativo, e ele inconscientemente a transforma em *vagamundo*, por influência de *mundo* e do verbo *vagar: vagamundo* = "aquele que erra pelo mundo". É o caso de *praia-mar,* novo traje de *prea-mar,* vocábulo composto de *prea* (do latim *plena,* "cheia") e *mar,* formado quando esta última palavra ainda era feminina (cf. francês *la mer),* significando, pois, o composto "mar cheio". Desconhece o povo a estrutura do vocábulo, ignora o sentido de *prea,* que se arcaizou, e tendo na mente *praia,* sugerido por *prea*, sem o querer muda a expressão em *praia-mar.* Lembra o filólogo patrício que o povo transformou o brocardo

latino "necessitas caret lege" ("a necessidade está acima da lei") em "a necessidade tem cara de herege", coisa que positivamente não quer dizer nada, mas que tem com a máxima latina inegável similitude fonética. O grande filólogo colombiano Rufino Cuervo, citado por Mário Barreto, reporta que ouviu em Bogotá a uma velha rezar a Ladainha de Nossa Senhora, dizendo "ya no hay cielo" (isto é "já não existe céu") em lugar de "Ianua caeli" ("porta do céu"), que é o que figura no texto [1].

Os lingüistas dos nossos dias, com boa razão, têm rejeitado por inadequada a expressão "etimologia popular", preferindo denominar de "atração homonímica" o processo ora em questão. Realmente, na maioria dos casos registados não seria lícito enxergar *etimologias* feitas pelo povo, mas apenas modificações operadas na fisionomia da palavra, por influência inconsciente ou subconsciente de vocábulo homônimo ou parônimo.

No entanto, ousamos dizer que se deviam conservar e usar as duas expressões. Sim, porque, se a maior parte dos fatos capitulados até agora como "etimologia popular" representam, na verdade, fenômenos de "atração homonímica", em outros há trabalho psicológico de *interpretação do sentido da palavra nova pela discriminação dos elementos que, supostamente, lhe entram na estrutura*. É o que se dá, por exemplo, com o citado *vagamundo,* onde se vê, mais que a simples influência fonética de *mundo,* uma análise semântica da palavra: *vaga-mundo,* "o que vaga pelo mundo", "corre-mundo". Observa-se ai indiscutivelmente um processo de "etimologia popular".

Donde, parece-me que devemos distinguir. Nos casos em que houve apenas "ouvido lingüístico", nos casos em que o indivíduo percebeu uma palavra semelhante àquela tal que já conhecia, e, portanto, enquadrou o novo vocábulo no seu sistema fonético e morfológico pessoal, nesses casos, estamos diante de "atração homonímica". Quando seja possível ver na palavra modificada um esforço de interpretação, um raciocínio, embora viciado, uma necessidade de *compreender* o vocábulo novo, que será então decomposto semanticamente, aí haverá sem dúvida, segundo penso, *etimologia popular.*

Notemos agora, com o Mestre da Lingüística moderna, Saussure, que embora a *etimologia* popular (ou a "atração homonímica") [2] tenha algo de comum com a *analogia,* desta no entanto se distingue essencialmente. "Os dois fenômenos têm apenas um caráter comum: em um e outro utilizam-se elementos significativos fornecidos pela língua; porém, no mais são diametralmente opostos. Supõe sempre a analogia o esquecimento da forma anterior: na base da forma analógica *il traisait* não há nenhuma análise da forma antiga *il trayait*; é mesmo necessário o esquecimento desta forma para que apareça sua rival. A analogia nada tira da substância dos sinais que ela substitui. Em contrário, reduz-se a etimologia popular a mera interpretação da

forma antiga; a memória desta, mesmo confusa, é o ponto de partida da deformação que ela sofre. Assim, num caso é a lembrança, noutro o esquecimento, que está na raiz da análise, e é capital essa diferença" (Saussure, *Cours de Linguistique Générale*, Payot, Paris, 1931, pp. 240-241).

Em seguida, passo a estudar aqui, como pequena contribuição pessoal, alguns fenômenos de "etimologia popular" ou de "atração homonímica" por mim observados ou registrados.

1. "Gloria no céu se deu". - Esta frase, um verso que fecha uma estança de certa canção folclórica do nosso "ciclo do Natal" é sem duvida a transformação de "Gloria in excelsis Deo", frase estranha e incompreendível para o vulgo, que a trasvestiu em outra, que tem com a latina parentesco sonoro e nada mais. Aliás o fato não passou desapercebido a Gustavo Barroso, que o anota, e lhe dá a mesma interpretação, à página 145 do seu rico *Ao Som da Viola* (Rio, 1921). Aqui houve, a meu aviso, real "etimologia popular", dado que se verifica nitidamente a tentativa de interpretar a expressão latina e buscar-lhe um sentido, que, aliás, faz perfeitamente ao contexto da canção.

2. "Artéria asquerosa", transformação de "arterioesclerose", ouvida por mim a um boçal pedante e falastrão. Creio que também aqui há "etimologia popular", porque a nova fisionomia da expressão forma sentido e supõe, muito provavelmente, um conceito pessoal de patologia dos vasos sangüíneos.

3. "Se eu pudera no princípio e nunca e sempre", metamorfose da resposta do "Gloria Patri", em latim, cujo texto, como se sabe, é: "sicut erat in principio, et nunc et semper", palavras inexpressivas para os ouvidos do povo, que as reproduziu sob aqueloutra forma ofensiva da lógica, mas homófona da expressão original. Colhi esta durante uma procissão em que o povo cantava o terço, no povoado do Mundo Novo, município de Campanha, no Sul de Minas. Aqui há simplesmente "atração homonímica", porque a frase alterada não só não forma sentido como encerra contradições: "e nunca e sempre". Não houve preocupação ou intenção de desvendar o significado das palavras latinas, mas apenas o cuidado de repeti-las. O povo simples tem muito nítido o sentido do mistério, de tal sorte que para ele o *ininteligível* é o normal nas coisas religiosas. Ademais, está bem trabalhado por atavismos e influências de cabalística e magia, o que leva a atribuir força intrinsecamente operativa às palavras esotéricas e incompreensíveis.

4. "Dentologia", disse-nos uma vez certa senhora, para explicar que o filho se tinha ido a estudar "odontologia". Claro que, no caso, a transformação se operou sob o influxo de "dente", tendo havido interpretação semântica do vocábulo, a qual deu certo, por conhecer a autora do termo adulterado a significação do legítimo. Aqui me parece muito clara a existência de "etimologia popular".

5. "Pretensão e água benta cada um toma o que quer", reza o provérbio, que positivamente não tem pé nem cabeça. Que vem fazer aí "água benta"? Fica tudo esclarecido, se nos lembranmos que a versão antiga do anexim é "Pretensão, *água e vento*, cada um toma o que quer". Neste caso, não se percebe a razão que levou o povo a mudar a roupa ao ditado. Realmente, só tem sentido e graça o texto primitivo, porque *água* e *vento* são bens do domínio público por natureza e destinação (quanto à primeira, estou ouvindo os protestos do carioca!). Dá que pensar este exemplo, não só pela sem-razão alegada, como pelo fato de se ter perdido definitivamente o texto primitivo do adágio. Todos, inclusive as pessoas cultas, hoje dizem "Pretensão e água benta". Teria havido influência do espírito e das práticas religiosas? teria havido impressão de pregadores que diriam, encarecendo o uso de água-benta, que todos se deviam aspergir, o que cada um faz quantas vezes quer? ou tudo isso é fantasia minha?...

6. "Abre as portas". – Conta o ilustre pedagogo jesuíta Arlindo Vieira que encontrou na prova de um aluno seu de história, o qual pretendia ter sido essa a mais importante das conquistas liberais inglesas no Médio-Evo (v. Arlindo Vieira, *Subsídios Para a Reforma do Ensino*, Rio, 1937, p. 23). *Habeas corpus* é o que o bom do aluno queria dizer. Aqui, neste novo traje, influíram à uma o som e o sentido da forma originária. Como houve tentativa de interpretação semântica, cuido que deve ser capitulado de "etimologia popular" o fenômeno. Terá ficado no subconsciente do aluno a idéia de liberdade, soltura, reivindicações populares, etc. e daí esse magnífico *abre as portas.*

7. *Empalhativo* - modificação de *paliativo*. Tenho ouvido isto a pessoas incultas que tem tido contato com pessoas instruídas. Este caso ainda deve ser considerado como de "etimologia popular" uma vez que aí houve influência da palavra *empalhar*, de largo uso na linguagem vulgar, e que tem o sentido de *enganar*, "apresentar motivos fúteis para faltar ao prometido", "fazer alguém de tolo". Ora, *paliativo* é um remédio que *empalha* o doente...

8. *Viramão* - irreconhecível à primeira vista, nada mais é que a nova casaca de *Veramon*, um desses analgésicos providenciais furiosamente anunciados. Colhi este pitoresco exemplo de "atração homonímica", em uma viagem pelo Estado de S. Paulo, da boca de uma romeira que se dirigia, fazendo parte de numeroso grupo, a Aparecida do Norte. Na mesma ocasião, pesquei estoutro:

9. *Plantaforma* - em lugar de *plataforma*, caso em que trabalhou a associação com o vocábulo conhecido *planta* (rigorosamente *pranta*), para desterrar o elemento desconhecido *plata.* Aqui não há esforço de interpretação, senão apenas "ouvido lingüístico".

10. *Buscarré*. - É assim que no Sul de Minas se nomeia o corte de cabelo, que se chama de seu verdadeiro nome, aliás peregrino, *brosse-carrée*. Eu parece-me que aí houve influência de *busca-pé*, tão grande é a semelhança fonética entre um e outro vocábulo. É evidente que estamos ante um caso de mera "atração homonímica".

11. *Lei de Benteli*. - Era deste modo que se referia à *Lei do Ventre Livre* uma boa preta velha, muito boa, dessas que não se usam mais. Dizia ela - que hoje repousa no seio de Deus - que nunca fora escrava, porque nascera depois do *benteli*. Creio que a esta metamorfose presidiu o vocábulo *bem-te-vi*, nome vulgar de um pássaro muito conhecido. Temos aqui simples "atração homonímica".

12. *Pisadeira* - é como a gente do povo, no Sul de Minas, principalmente na zona rural, chama ao *pesadelo*. Está claro que aqui houve influência de *pisar*, e provavelmente influência de sentido. Como o *pesadelo* oprime, pesa, angustia, *pisa* o indivíduo, terá sido transformado em *pisadeira*. A ser exata minha impressão, teremos aqui um caso de "etimologia popular". Caso contrário, o fenômeno seria de simples "atração homonímica".

13. *Correr cotia*. - É esta uma expressão corrente em Minas, para significar "correr seca e meca", "andar daqui pra ali". Creio que se trata de modificação, por "etimologia popular", da expressão regional portuguesa *correr a coxia*, que significa, segundo Figueiredo, "andar à tuna, vadiar; andar por toda parte". Terá havido substituição de *coxia*, termo estranho ao vocabulário local, por *cotia*, nome de conhecido roedor: "correr cotia" = "correr atrás de cotia", "andar ao encalço de cotia".

Todos sabem que *cuspido e escarrado* é transformação de *esculpido e encarnado*; que *missa de libra e meia* é metamorfose de *missa de libera me*; que *errar é dos Manuéis* é deformação de "*errare humanum est*"; que a forma primitiva do provérbio "Não se pescam trutas a *barbas* enxutas" é "Não se pescam trutas a *bragas* enxutas"; que "cantar o *Estêvão de Matos*" é "cantar o *Stabat Mater*" - fenômenos todos de "etimologia popular" ou de "atração homonímica", que me dispenso de comentar.

É de lembrar que o grande Leite de Vasconcelos versou rapidamente o assunto em *Opúsculos, I*, Coimbra, 1928, pp. 354-355 e aí reporta alguns fenômenos por ele observados: *Santo Oubido*, por *Santo Ovídio*; *migalhada* e *migalheiro*, por *mealhada* e *meallheiro*; *mão refinada,* por *mão de finado*; *Pisco Paulo*, por *episcopal*; *semessuga* (= "se me suga"), por *sanguessuga*; *sancristão*, por *sacristão* (fato também corrente no interior do Brasil); *Santanás,* por *Satanás*; *já nu' há céu* (aqui referido em nota), por *Ianua caeli*; *filho-faminto*, por *filho-família*.

No seu magnífico *O Amanuense Belmiro*, diz Ciro dos Anjos que lá em Vila Caraíbas se dizia *Valsa-Viana* por *Varsoviana*, nome de uma peça musical popularizada. (v. *O Amanuense Belmiro*, 2ª ed., José Olímpio Editora, Rio, s/d, p. 20). Não sabemos se se trata de fantasia do romancista ou de reminiscência do escritor que, aliás, se revela, em vários lugares do livro, muito atento a fatos de língua, sobretudo da linguagem popular.

A minha colheita pessoal é bem mais farta, vai bastante além do que o que para estas colunas carreei. Fico, porém, aqui, por não abusar da paciência do leitor amigo. No entanto, o que se apontou e comentou é bastante expressivo para mostrar a força da inventiva popular e o poder de associação, aliás muita vez falta de lógica, que tem o povo. O estudioso de questões de Filologia e de Lingüística não pode esquecer-se da existência do fenômeno que hoje nos serve de assunto, sob pena de ficar embaraçado e sem saída diante de problemas de fácil solução.

Notas:

1) Observou Leite de Vasconcelos, em Portugal, a mesma transformação: "já nu'há céu". Dá a entender o Mestre que o fenômeno lá é generalizado entre as mulheres do povo.

2) No livro de Saussure não se faz referência a estoutra denominação.

(In *O Jornal*, Rio de Janeiro, 18-8-1946.)

LINGUÍSTICA, FILOLOGIA E CONHECIMENTO DA LÍNGUA.

(1973)

[Comunicação apresentada ao Congresso Internacional de Filologia Portuguesa, em Niterói.]

A rigor, não vou fazer uma comunicação, mas simplesmente expender algumas considerações que não me parecem impertinentes ao temário deste Congresso, embora eu tenha plena consciência de que possa estar sendo um impertinente no juízo dos ilustres congressistas.

Posso justificar-me fazendo minhas as palavras de um grande brasileiro, infelizmente esquecido, Júlio Maria: "Se nos meus pensamentos e reflexões acharem alguma valia, continuarei a pensar e a refletir; se não acharem nenhuma, continuarei também". Isto poderia parecer nele, e em mim, desprezo pelos outros, mas não é. É respeito pela atividade da inteligência.

Ninguém realmente nega que um dos característicos mais sensíveis da crise espiritual dos nossos dias seja o irracionalismo. Ou, para sermos mais enérgicos e mais exatos, a *logofobia*, como diz Jacques Maritain.

Tudo que se apresenta como pensamento disciplinado, coerente, lógico, ordenado, com início, meio e fim, e com argumentos justificativos é liminarmente repelido. No jargão corrente tacham de "quadrado" o autor; na linguagem de gabinete, dizem que ele *se fixa* em posições, quando só interessa levantar problemas, fazer indagações, pôr dúvidas, manifestar ceticismo sistemático, tudo num agitado "provisorismo" reverentemente inclinado ante o *chronos*. É a reedição de Heráclito, sem a aflição de Heráclito.

Em Lingüística teórica não me filio, como sabem, à corrente chomskiana. Estou até bem distante dela.

Por isso mesmo, tem sua significação o fato de eu buscar em Chomsky apoio para a minha primeira série de observações.

Diz o mestre americano, justamente no livro apresentado como mais importante, a *Lingüística Cartesiana*, que houve uma ruinosa interrupção no "pensamento racionalista" aplicado à Ciência da Linguagem e que é urgente reatar os fios.

Entende ele que hoje em dia se está descrevendo muito bem cada língua, mas que isto não basta. A ciência não pode contentar-se com essa atitude periférica: tem de aspirar à explicação dos fenômenos.

De fato, Chomsky louva os gramáticos-gerais do século XVII e do século XVIII "por terem acentuado a importância da procura de princípios universais e de uma explicação racional do fato lingüístico" [(1)].

Se me permitem, digo, entre parênteses, que Chomsky labora em equívoco quando caracteriza como "cartesiana" a doutrina desentranhável da *Grammaire Générale et Raisonée*, de Arnauld e Lancelot, mais conhecida por *Gramática de Port-Royal*. Ela é de 1660. Dois anos depois, o mesmo Arnauld, agora com a colaboração de Nicole, publica a *Logique de Port-Royal*.

A circunstância de ser jansenista o autor e de haver influências de Descartes no pensamento dos teólogos e filósofos do movimento heterodoxo francês não faz que a Lógica e a Gramática, livros intimamente ligados, sejam cartesianas.

Na verdade são clássicas, escolásticas, radicalmente aristotélicas.

Para documentar o equívoco chomskiano, basta este trecho: a *Gramática de Port-Royal*, por exemplo, começa a discussão da sintaxe com a observação de que há "trois operations de notre esprit: concevoir, juger, raisonner" (p. 27) ["três operações de nosso espírito: conceber, julgar e raciocinar"], das quais a terceira não tem importância para a gramática (é retomada na *Lógica* de Port-Royal, que apareceu dois anos mais tarde, em 1662). Partindo do modo pelo qual os conceitos se combinam no juízo, a *Gramática* deduz o que julga ser a forma geral de todas as gramáticas possíveis, e passa a elaborar esta estrutura

universal subjacente considerando "la manière naturelle en laquelle nous exprimons nos pensées" (p. 30) ["a maneira natural em que exprimimos nossos pensamentos"]. A maior parte das tentativas seguintes de criar um esquema de gramática universal foram feitas seguindo estas mesmas linhas" (2).

Ora, quem conhece os primeiros rudimentos da Lógica aristotélica sabe que o Estagirita ensina serem três as operações do espírito: simples apreensão, formadora da *idéia*; *juízo,* comparação de duas idéias; e *raciocínio*, encadeamento de juízos. A expressão verbal da idéia é o *termo*; do juízo, a *proposição*; do raciocínio, o *argumento*.

Daí sai o esquema da gramática clássica, reformulada no século XVII, eventualmente com mais clareza, mas sem qualquer novidade essencial.

Quanto à importância do *uso* como gerador de norma, também parece enganar-se Chomsky, porque traz à baila Vangelas e Lamy, transcrevendo deste o passo em que apresenta o uso como "le maistre et l'arbitre souverain des langues". Isto faz pensar que o famoso lingüista se esqueceu de Horácio, na *Epistula ad Pisones*: "si uolet usus, quem penes arbitrium est et ius et norma loquendi". Estou certo de que é esta a fonte de Vangelas, de Lamy e da própria *Grammaire Générale*.

Ainda vou estender o parêntese: pedirei atenção para um problema sério, que devia preocupar a todos nós e que, em artigo publicado há tempos, chamei "drama da cultura". Escrevi-o a propósito de uma bela conferência de Eugênio Coseriu, na Biblioteca Nacional, em que ele mostrava diversas coincidências entre conceitos lingüísticos de Platão e Aristóteles e certas posições da Lingüística Moderna (não digo contemporânea...)

Homens inteligentes, honestos, excelentes pesquisadores, seguros no processo mental da indução descobrem, a duras penas, o que já fora descoberto e sistematizam o que já tinha sido sistematizado, não raro melhor. É o que acontece, por exemplo, com a teoria do sinal, esboçada por Saussure, porém já muito antes aprofundada e desdobrada por Aristóteles, Tomás de Aquino e João de Santo Tomás, como o demonstrou Herculano de Carvalho...

Terminado o excurso, voltemos a Chomsky. Penso que uma das causas (não a principal) do seu incontestável prestígio é a denúncia da pobreza e superficialidade da Lingüística americana contemporânea, incapaz de explicar os fatos minuciosamente descritos.

Todos os adeptos dos estruturalismos, apesar de entusiasmados com as doutrinas de primeiro e segundo plano e com a insólita nomenclatura, sentiam certo mal-estar, certo vazio, sentiam a falta de pontos de referência. Voltar atrás não lhes era possível, porque ficariam monologando, como fantasmas, entre os fervorosos adeptos da religião nova - a *cronolatria epistemológica*. A

tábua de salvação vieram a ser as concepções de Chomsky, que tem a vantagem de ser destacada figura da *new-left*, e, portanto, não envergonha ninguém.

Apesar da sua escassa formação filosófica, o mestre americano viu que ciência puramente descritiva, periférica, pragmática não é ciência. *Scire per causas*... É preciso explicar. A inteligência imperiosamente exige que se atravesse a superfície das coisas e que se vá até o âmago: "estrutura superficial, estrutura profunda". Tirado, nesta dicotomia, o jargão "estrutura", o resto é sadio, e corresponde a uma insofreável necessidade intelectual.

Dentro ainda dos esquemas e da crítica de Chomsky, extraindo-lhes o espírito, ouso dizer que ele entende ser a Lingüística contemporânea uma simples metodologia. Descreve bem e miudamente as línguas, tem processos seguros para tal, mas não passa daí; não explica.

Sim, não explica, digo agora eu, porque os homens do nosso tempo se tomaram de horror ao pensamento organizado, à descoberta de algo fixo, que comprometa, que obrigue, à "pedra no meio do caminho". É a *logofobia* de Maritain.

Negaram a natureza das coisas, negaram o princípio de identidade e o da não-contradição, afirmaram que a realidade é essencialmente cambiante, é um *perpetuo mobile*. Portanto, o homem, também volúvel, é mero espectador do *panta-rẽi*.

O resultado só pode ser pragmatismo, tecnicismo, imediatismo, presentismo, atitudes inimigas da ciência "conhecimento certo, pelas causas".

A crise é inegável. Talvez seja Noam Chomsky, apesar dos pesares, o pioneiro de uma volta à normalidade.

Nada mais natural nem mais previsível do que a perda de prestígio da Filologia, como conseqüência do culto e dos progressos materiais da Lingüística descritivista. O atual predomina sobre o passado, o itinerante sobre o assentado, o revolto sobre o tranqüilo, o coloquial sobre o escrito, a fala ocasional sobre a habitual.

Ora, por mais que se queira sofismar, os textos são fixos. Muitas vezes documentam a língua de outros tempos, eventualmente remotos, ou até muito remotos. Desde logo, um objeto desinteressante. Por outro lado, dá muito trabalho estar horas infinitas a cotejar edições, lições, códices, variantes.

"A mocidade de hoje não está para se maçar", observava-me outro dia um ilustre médico português, e ninguém lho pode contestar.

Vale a pena, sim, ditar normas rígidas, severas, objetivas, isentas, materialíssimas - para o estabelecimento de textos. Mas aplicá-las, não. Rever provas tipográficas cinco e seis vezes, não! Fica para o *profanum vulgus*, para os trabalhadores braçais das Ciências da Linguagem.

Mas... ainda nos raros casos de textos muito bem estabelecidos, é comum virem eles secos, desprovidos de qualquer explicação ou comentário; apenas acompanhados das variantes, no local devido.

Porque essa diminuição, esse empobrecimento, se a Filologia tem por tarefa estabelecer, explicar e comentar textos, segundo um conceito geralmente aceito, apesar de muito antigo?

A mim me parece que a causa está no progressivo descaso pelo conhecimento da língua.

A princípio difundiu-se a idéia de que só valia a pena conhecer e ensinar a língua contemporânea. Foram abandonados os autores, grandes e pequenos, de eras pretéritas. As antologias só ofereciam textos de escritores vivos, sem outro critério que não o da atualidade. Já não se fala em *bom* escritor, mas simplesmente em *escritor*. Nas escolas só se lêem tais autores, principalmente quando bastante realistas, porque a juventude de hoje precisa estar inserida na problemática de hoje.

E assim, a pouco e pouco, mas muito depressa, a gente nova, inclusive a universitária e a voltada para as letras, ficou reduzida a uma espécie de *basic-portuguese*, *basic-french*, fortemente pigmentado com a chamada gíria dos *teen-agers*.

Então acontece que até gente de grandes responsabilidades afirma não existir neste ou naquele país tal ou tal construção, simplesmente porque o pesquisador não a detectou e o professor não a conhece. Não existe, porque ele não a ouviu. Espécie de radical idealismo, segundo o qual as coisas existem ou não existem, porque eu as penso ou não as penso.

Eu iria longe se quisesse prosseguir, sobretudo exemplificando. Poderia tomar certas traduções de livros muito atuais, em que o tradutor deixou à mostra sua evidente falta de senso idiomático. Mas não posso nem devo exceder os razoáveis limites de tempo.

Para terminar, gostaria de sugerir que aproveitássemos este encontro, esta oportunidade, este brado de alerta dado pelo lingüista mais em voga, para reparar os estragos, reconquistar o terreno perdido e reatar o fio partido da tradição, no seu sentido próprio e etimológico.

---

(1) Chomsky, Noam. *Lingüística Cartesiana* (*Um Capítulo da História do Pensamento Racionalista*). Tradução de Francisca M. Guimarães. Petrópolis – São Paulo, 1972.

(2) Id., ibid., p. 43.

(Texto policopiado e distribuído aos participantes do Congresso, em novembro de 1973, não revisto pelo autor.)

A REINTEGRAÇÃO GALEGO-PORTUGUESA.

(1980)

[Trechos de conferência pronunciada em sessão do Conselho Técnico da Confederação Nacional do Comércio, Rio de Janeiro.]

Como de outras vezes, no meu caso, o título desta palestra é assustador, e o assunto parece desafinar por completo do tom dominante das conferências que semanalmente aqui se fazem e que em geral versam temas diretamente ligados à Confederação Nacional do Comércio, como Economia, Finanças, produção, mercado nacional e internacional, empresariado, quando não, já mais longe, matérias de cultura geral como História da Civilização e História do Brasil.

Tenho, no entanto, esperança de que, no desenvolvimento da minha arenga, os meus ilustres pares venham a ter algum interesse na matéria e, assim, não darão por de todo mal empregado o tempo aqui gasto, nem terão suas paciências por demais postas à prova.

Tempos atrás, nosso ilustre companheiro Artur César Ferreira Reis ocupou-se de um desses assuntos, por assim dizer marginais, e foi bem acolhido, embora tratando de um objeto não ligado à sua estrita especialidade.

Versou ele, com desembaraço e bom senso, aquilo a que se tem chamado política da língua, defendendo a tese de que é de desejar que, a todo preço, se conserve o idioma português nas ex-províncias ultramarinas de Portugal - Guiné, Cabo Verde, Angola e Moçambique, para que se mantenha alto o número de falantes da língua portuguesa, o que contribuirá para lhe dar maior prestígio internacional e, eventualmente, direito a uso nas assembléias multinacionais.

O de que vou tratar está na mesma linha.

Nesta altura, tenho para mim que o número de falantes de português se aproxima de 150.000.000, o que nos coloca, se não me engano, em sétimo lugar no mundo, - com uma vantagem, porém, a da impressionante unidade.

O chinês não constitui uma única língua, como geralmente se cuida, mas pelo menos duas, e os habitantes do país se entendem, de extremo a extremo, por causa do sistema de escrita, o ideograma, que permite a quem conheça os sinais ler qualquer texto em sua própria língua, exatamente porque não se trata de alfabeto fonético ou silábico, nem mesmo de sistema hieroglífico.

***

Vou dar notícia a este Conselho e, através da *Carta Mensal*, a quem interessar possa - de um movimento que toma corpo na Galiza, e cada dia mais se avoluma - o de se reintegrar a língua galega na língua portuguesa, o que, tornado realidade, aumentaria ainda mais o número de falantes do nosso idioma.

Para que se tenha uma idéia bem fundada do que isso seja e do que representa, necessário se torna um excurso histórico, abrangente daquilo que se denomina história externa das línguas.

Todos sabem, talvez desde o curso primário, e ressabem, através da escolaridade posterior e das multifárias leituras, que o português, como o espanhol, o italiano, o francês, o romeno, o occitânico, o rético, o extinto dalmático, o catalão *et similia* provêm do latim.

A expressão é cômoda, mas não corresponde à justa com a realidade histórica. Melhor e mais certo é dizer que essas diversas línguas são o latim nas suas variadas formas atuais. Porque, na verdade, nunca houve um momento, uma decisão, um decreto ou uma proclamação, em que os diversos povos da antiga România tenham deliberado criar uma língua nova. Falavam latim, e continuaram a falá-lo, dia por dia, hora por hora, minuto por minuto, segundo por segundo, ininterruptamente até hoje. O que houve é que, a partir de certa época, nas diferentes regiões, o latim se foi alterando, de tal modo que aquela gente que se entendia, de uma ponta à outra do Império Romano do Ocidente, passou progressivamente a não se entender, quando alguém se deslocava para um sítio mais distante.

Isto se terá dado sobretudo depois da invasão dos bárbaros, que, falando diversos dialetos ou línguas germânicas, vieram a adotar o latim como língua sua.

Tê-lo-ão falado com sotaque, diferente de povo para povo, sotaque resultante do involuntário transporte, para a nova língua, de hábitos articulatórios próprios. Mais ou menos como acontece hoje em dia, quando um alemão, um francês, um sírio ou um japonês imigrante fala o português. Cada um dá à língua-segunda uma execução diferente.

Mas a situação teria sido diversa no caso da adoção do latim. Porque no exemplo dado, do nosso imigrante, os filhos já perdem os defeitos de aquisição contraídos pelos pais, em razão de estarem num meio lingüístico homogêneo.

No caso remoto do latim vulgar (como geralmente se designa o latim coloquial), os defeitos iniciais de aquisição tenderam a permanecer, ao menos alguns, por ser heterogêneo o meio lingüístico. Chama-se a isto, ação da língua C sobre a língua B, agora adotada, influência de superstrato, que correrá parelhas com a influência de substrato, que seriam impregnações da língua A na língua B, adotada.

Com a expansão do Império, muitas províncias foram anexadas e depois romanizadas. Isto é, diversos povos de línguas e culturas diferentes passaram a falar latim e provavelmente terão transposto para o novo idioma, no caso o B, hábitos lingüísticos seus, alguns dos quais terão persistido. E esta seria uma das causas da dialetação do latim vulgar imperial.

Esta teoria do *substrato* teve grande voga, mas ultimamente tem sido contestada por lingüistas de valor.

Eu, porém, modestamente aceito, em termos, a influência de substrato, comparando o caso com o que atualmente ocorre em qualquer aquisição de língua-segunda.

Mas, ainda admitindo prudentemente a influência de substrato, temos de distingui-la, no caso do latim, da influência de superstrato, - porque no primeiro caso atuaram os fatores, extralingüísticos, de unificação: a escola, a unidade cultural, o poder político, a ação das elites, as tendências de imitação e de seleção por parte das camadas inferiores.

Resumindo, pois, diríamos que o latim, expandindo-se, teria sofrido multifárias influências de substrato das diversas línguas A, influências depois atenuadas pela ação das forças unificadoras.

A situação no III e IV séculos seria algo semelhante à do Brasil de hoje: uma vasta região com impressionante unidade idiomática, porém com colorações locais: um cearense, por exemplo, não fala como um carioca nato e filho de cariocas, embora se entendam ambos perfeitamente. Admito, como disse, sensível unidade no latim falado no fim da época imperial.

Mas, com a invasão dos bárbaros, nova adoção do latim, agora com influências de superstrato, a língua de Roma ficou entregue à sua própria sorte, desaparecidos os elementos frenadores e unificadores.

Como se sabe, a tendência natural das línguas é para a diferenciação.

Teremos então, depois dos bárbaros, um latim progressivamente diversificado nas múltiplas regiões. Entramos agora na fase dita *românica*, em que, nos vários pontos do antigo Império do Ocidente, se falavam modalidades do latim chamadas *romances* ou *romanços*, cujos falantes já não se entenderiam entre si, ao menos de uma região para outra mais longínqua.

No latim hispânico, isto é, da Península Ibérica, se terão formado vários romances, cujos falantes depois sofreram a ação do rolo compressor dos mouros, invasores e conquistadores da terra, a partir do século VIII, em 711.

Os remanescentes dos vencidos se acastelaram nas estratégicas montanhas das Astúrias, de onde partiu o movimento da Reconquista, concluído em 1492, com a queda de Granada, último bastião mouro.

Formaram-se, então, três grupos de romances, bastante diferenciados, um ao centro, outro a nordeste e outro a noroeste, cuja continuação histórica são, respectivamente, o castelhano, o catalão e o galego-português, além de outros menores, como o aragonês e o lionês.

Esse romance galego-português é que, adquirindo fisionomia mais nítida, veio a dar a nossa língua, esta em que me dirijo a meus ouvintes e leitores.

A região noroeste, onde ela se formou, foi habitada pelos bárbaros suevos, e bem pode ser que esteja aí um dos fatores diferenciadores entre o atual espanhol e o português.

Entre o tempo em que o latim deixou de ser língua literária e o aparecimento dos primeiros escritos em línguas modernas, chamadas neolatinas, novilatinas ou românicas, escreviam-se os documentos jurídicos num latim muito maltratado gramaticalmente, chamado latim *bárbaro*, que, a partir de certo momento deixa filtrar palavras do romance ou língua local.

Estas palavras e, mais tarde, frases que, "perfuram", por assim dizer, os textos latino-bárbaros, constituem documentação indireta das línguas românicas, que estão, então, na fase proto-histórica.

No caso do galego-português, os documentos mais antigos que deixam escapar palavras locais datam do século IX.

Podemos, pois, afirmar que já neste século estava formado, em estado embrionário o nosso idioma. Para exemplificar, um pequeno trecho de uma escritura de doação, cujo manuscrito foi encontrado no mosteiro da Pendurada, Minho, e é do ano de 874:

"Et qui minima fecerit, et istum placitum excesserit, pariet parte *de que isto* placito obseruauerit X boues" etc.

Está claro que, neste tópico, "de que isto" é galego-português e não latim. Escapou ao escrivão, que ou se distraiu ou não sabia como dizê-lo na língua tabeliônica, e então o pôs na feição cotidiana de seu falar. E assim nos mostrou que já estava constituída a nossa língua.

A princípio, pois, temos uma mesma língua, formada no noroeste da Península Ibérica, na região hoje compreendida pelo Minho, por Trás-os-Montes, em Portugal, e a Galiza, na Espanha.

Começam a aparecer textos inteiramente escritos em vernáculo no século XIII e daí, ininterruptamente, até nossos dias. Este período, a que chamamos *histórico* de nossa língua, divide-se em duas fases nitidamente distintas, a *arcaica* e a *moderna,* cuja linha divisória costumo, simbolicamente, colocar no ano de 1536, data da morte ou silêncio de Gil Vicente e do aparecimento da primeira gramática, de Fernão d'Oliveira.

[.....]

Nos primeiros tempos, como se disse, galego e português não se distinguiam, eram a mesma língua, e língua prestigiosa pela maleabilidade e pela sonoridade, de tal modo que um castelhano ilustre como o rei D. Afonso X, cognominado o Sábio (1221-1284), preferiu escrever em galego-português seus poemas, as famosas *Cantigas de Santa Maria* (em honra de Nossa Senhora).

[.....]

No século XII, D. Afonso Henriques proclama a independência do Condado Portucalense, fundando Portugal e separando-o, politicamente, da Galiza, que continuou ligada a Castela.

O Fundador tratou de expandir seus domínios, que, aliás, pela destinação inicial, feita por D. Afonso VI de Castela a D. Henrique de Borgonha, deviam ir até o rio Tejo. Porém, grande parte do território estava em poder dos mouros. Combatendo e vencendo os infiéis, D. Afonso Henriques chegou até Lisboa, onde tomou aos sarracenos o castelo de S. Jorge, que lá está, a servir de visita obrigatória aos turistas.

Os sucessores prosseguiram na Reconquista, chegando ao Algarve em 1250, firmando assim, nas grandes linhas, os limites do Portugal de hoje.

Nessa marcha para o sul, foram sendo absorvidos os dialetos moçarábicos assim chamadas as falas românicas conviventes, em posição de inferioridade, com a língua semita. Por seu turno, o galego-português de Aquém-Minho perdeu alguns de seus característicos nortenhos, e sofreu algumas evoluções fonéticas como, por exemplo a convergência em *-ão* dos finais de vocábulos em *-õ* e *ã*: razão não *amaram (= amárão), multidão, pão, cão.*

Nos fins do século XV começa a grande aventura marítima de Portugal, tão bem sintetizada nestes magníficos versos de Camões:

> Não faltaram cristãos atrevimentos
> Nesta pequena casa lusitana:
> De África tem marítimos assentos,
> É na Ásia mais que todas soberana,
> Na quarta parte nova os campos ara,
> E, se mais mundo houvera, lá chegara. (*Lus.*, VII, 14.)

Nesta expansão pelas quatro partes do mundo, a língua, ora por influência de substrato, ora por influência de adstrato, foi-se enriquecendo com palavras novas, provindas de línguas africanas, indianas, do persa, do japonês, do malaiala e, que nos interessa particularmente, aqui no Brasil, de vozes tupis e ameríndias, que andam por mais de 1.500, ainda assim excluindo-se os numerosíssimos topônimos.

Entretanto, a feição culta do idioma foi sendo praticada e apurada, até que o Poeta Máximo deu feição definitiva à língua, criando, por assim dizer o português moderno. Com efeito, depois de Camões, todos foram e todos somos camonianos.

Quanto ao galego-português transminhoto, foi ficando, cada vez mais, ilhado pelo castelhano, arvorado, como se sabe, em língua oficial da Espanha. Conservou o galego alguns traços arcaicos e ficou na situação de língua quase

que só falada e, ainda por cima, nas zonas campesinas, nas aldeias e pequenas vilas.

Assim, o que a princípio fora uma só língua acabou por se bifurcar em galego e português, este, evidentemente, com muito mais vitalidade, riqueza e vigor.

Eis porque, em linguagem técnica se diz que o galego é um co-dialeto do português.

No entanto, no século passado, a partir de 1828, os falantes de galego reagiram, trataram de apurar sua língua, deram-lhe foros de cidade, o que veio a propiciar que nela cantasse, em alta voz lírica, uma das grandes poetisas européias do tempo, Rosalia de Castro. Poetou ela também em castelhano, mas seus *Follas Novas* e *Cantares Gallegos* talvez nos falem mais à alma, pela semelhança tão grande dos dois idiomas e pela identidade de sentimentos, que tem na famosa *saudade* sua mais típica expressão

Um galego ilustre, Manuel Murguia, assim se manifestou, num discurso nos Jogos Florais de Tuí, à margem do Minho, em 1891:

> O primeiro, o noso idioma. O noso idioma!
>
> O que falaron nosos pais... o que falan os aldeaos; aquel en que cantaron reis e trovadores; o que, fillo maior da pátria galega, nola conservou e conserva como um don da Providencia; o que ainda ten nos nosos lábios as dozuras eternas, e acentos que van ao corazón o formoso, o nobre idioma que do outro lado dese rio é língua oficial que serve a mais de vinte millons de homes e ten unha literatura representada polos nomes gloriosos de Camoens e Vieira, de Garrett e de Herculano; o galego, en fin, que é o que nos dá o direito á inteira posesión da terra en que fomos nados.

O renascimento galego recebeu grande impulso do trabalho de filólogos e gramáticos, que procuraram esclarecer bem a feição arcaica do idioma e tratar de disciplinar uma língua que, depois de longo uso puramente oral e socialmente inferior, volta a ter importância e significação literária e culta.

Significativa etapa desse esforço de intelectuais foi a criação da Real Academia Galega, em 1906.

Antes, a língua se achava, quase diria, bastante enfeudada ao castelhano, com uma grafia castelhanizada e com sensível oscilação de formas, em virtude de ser só falada.

Esse estado de coisas refletiu-se na feição literária, durante bastante tempo, e não desapareceu, até as modernas propostas de reintegração com o português.

[.....]

Mas há outros escritores e poetas que batem noutras teclas e decantam alegres as belezas, as famosas belezas da Galiza, o Minho da Espanha.

***

O crescente progresso do renascimento, seja nas letras, seja nas ciências da linguagem, levou altos espíritos galegos e até não galegos, a se darem conta de que a língua caíra num impasse, cuja solução mais racional e mais rica seria a reintegração na língua de além-Minho, com a qual já fora una, em tempos idos, pelo menos até o século XV.

Já dizia em 1891 Manuel Murias: "Podemos dizer com verdade que nunca, nunca, nunca pagaremos aos nossos irmãos de Portugal ... sobretudo que hajam feito do nosso galego um idioma nacional. Mais afortunado que o provençal - encerrado na sua comarca própria - não morrerá."

Entre os integracionistas, enfileiram-se hoje homens como Ernesto Guerra da Cal, professor da Universidade de Nova Iorque e mundialmente famoso por seu trabalho sobre o estilo de Eça de Queirós, Pilar Vásquez Cuesta, professora da Universidade de Madri e autora de uma excelente gramática portuguesa para espanhóis, Valentin Paz-Andrade, Carlos Durán, Isaac Alonso Estravis, Higino Martínez Esteves, Xosé-Luis Rodríguez e muitos outros, que seria longo e fastidioso enumerar, sem esquecer, em todo caso, Ricardo Carballo Calero, que vem, com pertinaz insistência, há anos, escrevendo sobre a reintegração a defendendo-a. Dentre os estrangeiros, cabe destacar duas conhecidas figuras da Lingüística hispânica, Manuel Rodrigues Lapa, autor da vários livros, entre os quais interessa, para o caso, *Estudos Galego-Portugueses*: *por uma Galiza Renovada* (Lisboa, Sá da Costa Edit., 1979), e Joan Corominas, catalão (o maior etimologista da Península Ibérica com seu monumental *Diccionario Crítico Etimológico de la Lengua Castellana*), que escreveu em *Grial*, nº 53, julho-setembro de 1976, um artigo "Sobre a Unificación Ortográfica Galego-Portuguesa".

Valeria talvez a pena, antes de prosseguir, citar um testemunho valioso, por sua sinceridade, humildade e verdade, qualidades boas em si e que soam bem aos nossos ouvidos luso-brasileiros: "O seu idioma [dos portugueses] é o nosso, e tais são as suas afinidades, que em nada diverge do galego, pela sua estrutura, pela sua fonética, pela sua fraseologia, pelas suas desinências, etc.: só que os portugueses o civilizaram." Estas palavras são de Francisco Tettamancy, escritas em 1904, antes, portanto, da fundação da Real Academia Galega.

***

Que eu conheça, a primeira proposta global concreta de reintegração, tocando nos diversos pontos (excluídas a sintaxe e a semântica, onde não há problemas) é o trabalho de Xosé-Martiño Montero Santalla, se não me engano, professor da Universidade de Santiago de Compostela: *Diretrices Para a Reintegración Lingüística Galego-Portuguesa*, editado em Ferrol, Galiza, o ano passado.

Seria longo, fastidioso e, sobretudo, impertinente aqui dar notícia pormenorizada da proposta de Montero Santalla. Teria eu de entrar em minúcias de ortografia e de morfologia, de tal arte que o mínimo que me aconteceria era encontrar todos dormindo, até os mais resistentes e heróicos, ao dar por terminada minha parlenda.

Pretendo apenas fornecer uma idéia geral do projeto, de sua sensatez, de seu equilíbrio, da sua viabilidade e, portanto, deixar claro que se deu um passo largo para a reintegração, que será um benefício para os falantes de galego, mas que também a nós brasileiros e portugueses nos interessa, na linha, a que atrás me referi, daquilo a que se tem chamado política do idioma.

Montero Santalla quer ir por etapas, deixar correr o tempo, dar tempo ao tempo, para que este se encarregue de ultimar a obra da unificação.

Haverá um período mais ou menos longo, de duplicidade de formas, seja intralingüística, seja interlingüística.

A proposta ortográfica se resume nisto: afastar a grafia galega da castelhana e adotar a nossa grafia, com uma ou outra exceção, como, por exemplo no caso do artigo indefinido feminino e seus congêneres.

Infelizmente (ou felizmente) Montero Santalla não está a par da absurda dualidade ortográfica luso-brasileira, que já podia estar resolvida, se os governos do Brasil e de Portugal tivessem prestado atenção e ligado interesse à proposta concreta que um significativo grupo de professores universitários brasileiros e portugueses fizeram em Coimbra em 1967.

Proclama o nosso autor que "pelo menos em teoria, dois são fundamentalmente os caminhos que se oferecem ao idioma da Galiza, no que tange ao seu desenvolvimento interno: ou reintegrar-se em cheio no âmbito lingüístico originário (ou luso-brasileiro), ou constituir-se em língua independente do português". Pouco adiante, assinala o perigo para a solução autonomista, que seria a desgaleguização do galego: "Além disso, dada a situação sócio-política da Galiza, o nosso isolamento lingüístico dos luso-brasileiros aumentaria a vulnerabilidade do galego ante o espanhol e agravaria o perigo de que se degrade a mero dialeto do castelhano, com o que viria a tornar-se ameaçada a própria sobrevivência do idioma."

Acrescenta que "a reintegração lingüística galego-portuguesa que defendemos implicaria modificações na atual norma lingüística galega (aliás, ainda indeterminada em vários pontos): antes de mais nada exigiria uma reforma da ortografia e, em menor grau, afetaria também a norma morfológica."

Adiante, previne, com senso de realidade e prudência: "Reconhecemos que a reintegração lingüística galego-portuguesa não poderá realizar-se de uma hora para outra, subitamente, de uma só vez. Especialmente no terreno

ortográfico, a reintegração terá de ser um processo gradual, que caminhe progressivamente, em fases sucessivas, desde os pontos fáceis até os mais difíceis."

E segue-se a proposta concreta das etapas que vencer, enumerando-as e ordenando-as. Quanto à primeira etapa, observa que "simultaneamente se poderiam implantar todas as medidas relativas à morfologia, pois não implicariam outra dificuldade que não o aprendizado das formas normativas".

Um ponto para que não acena o autor é a maior simplicidade do atual sistema fonológico do galego, em relação ao nosso, especialmente na feição portuguesa. Noutras palavras, não há nenhum fonema no galego atual (se bem interpreto a pronúncia do artigo indefinido feminino), não existe lá nenhum fonema que seja estranho ao nosso material sonoro. Pelo contrário temos ditongos nasais, que a língua de além-Minho desconhece.

Portanto, concretamente, é possível uma adaptação da escrita galega ao nosso sistema ortográfico. Não haverá, isto sim, em futuro previsível, uma perfeita conformação.

A morfologia, conquanto apresente algumas divergências, pode ir sendo planificada pela ação da escola e da nova língua escrita.

Em certos casos, trata-se de influência castelhana, como o gênero feminino de palavras como *leite, costume, nariz, sal, mel, sangue*, ou o masculino, de vocábulos como *árvore, cor, dor, cútis, ordem.* Noutros casos, como no das palavras ditas *estruturais* ou de *significação interna,* freqüentes vezes o galego se apresenta arcaizante, em relação ao português atual, como, por exemplo, *esto, esso, aquelo*, em vez de *isto, isso, aquilo.*

O verbo ainda apresenta o *-d-* intervocálico nas segundas pessoas do plural, como era no português antigo, e de que conservamos remanescentes em alguns verbos de infinitivo monossilábico, tais como *ver* ou *ir - vedes*, *ides*, ou nos verbos em que o antigo *–d-* estava precedido de nasal: *mantendes, contendes, compondes,* etc.

A proposta de Santalla, para este último caso concreto, é a manutenção da dualidade de formas (existentes nos falares locais), e a substituição das formas em *e-* dos demonstrativos neutros, para formas em *i-*, como no português de hoje.

Ainda se ouve na Galiza o indefinido *ren*, com valor de *nada*, que tem curso e que o nosso autor propõe que venha a ser a única forma aceitável.

No entanto, sugere que se mantenha o pronome neutro *todo*, igual a *tudo*, como era no português arcaico. Talvez, em razão da etimologia, uma vez que a nossa forma sobrevivente é de difícil explicação.

Quanto às preposições ou palavras preposicionadas, prefere o autor que o uso oficial e único do galego corresponda inteiramente com o do português. Por isso, escreve: "Qualquer variante distinta das formas relacionadas no parágrafo anterior será considerada incorreta; .... de *até: ate, ata, asta, astra*; de *contra: descontra, escontra;* de *desde: dende, dendes, dendesde, des*; de *entre: antre, ontre*; de *para: pa, pra*; de *sem: sin*; de *sob: so, su*; de *sobre: sóber, sober, sóbor, sobor*; de *segundo: assegún, assegundo, según.*"

Fiz esta citação, para mostrar a presença de variantes nas preposições galegas, tais como as há em português se considerarmos toda a área da língua e todos os estratos sociais e dialetais.

[.....]

Na sintaxe e no vocabulário não há diferenças sensíveis. Eu notaria apenas uma, que normalmente nos parece estranha, embora escape alguma vez da boca de um falso bem-falante. Trata-se da ênclise pronominal ao futuro do presente e ao futuro do pretérito (ainda chamado condicional por alguns retardatários: *usará-se, seguirá-se, empregará-se, considerará-se*, etc.

Lembra-me que uma vez, viajando num táxi em Portugal, o motorista, percebendo que eu não era um imbecil, mas talvez fosse um "senhor doutor", passou a falar "difícil". A certa altura, saiu-se com esta: "Eu, por sua vez, perguntaria-lhe".

Se não me engano, já ouvi, lá também, um Ministro de Estado dizer na televisão *adotará-se*, ou coisa que o valha.

O léxico português é, naturalmente, mais rico do que o galego, não só porque a língua escrita tem uma tradição ininterrupta de oito séculos, mas também, porque, na sua expansão pelo mundo, foi anexando numerosas vozes de línguas várias, dos quatro cantos da terra.

Por outro lado, é menor o número de galicismos viciosos no galego, porque lá não houve a influência cultural francesa do século XVIII, que tanto arrepiou os nossos puristas.

Agora é a vez dos anglicismos, cada vez mais numerosos, inclusive na sintaxe, desvantagem de que também se forrou o galego, segundo penso.

***

E chegamos ao fim, para alívio dos meus ilustres pares. Tem-se aqui tratado de assuntos áridos, mas talvez ainda nenhum como este.

Mas a título de justificativa e de desculpa (talvez de mau pagador), repetirei o que no princípio disse: apesar de tudo, o que acabamos de, mentalmente bocejando, ouvir será um modesto parágrafo, interessante à cultura geral, qual seja o conhecimento de uma recente possibilidade de se aumentar

o número de falantes de português e, assim, aumentar-se a importância política do nosso idioma.

E, para mim, tem um sabor a mais: o reencontro de dois irmãos, que se separaram há cerca de seiscentos anos.

(In *Carta Mensal*, Rio de Janeiro, n. 305, ago. 1980, pp. 33-44.)

O AUTOR E A INTEGRIDADE DOS SEUS TEXTOS.

Carta ao Chefe da Revisão do *Diário de Notícias* de Lisboa.

Lisboa, 25 de junho de 1973.

Excelentíssimo Senhor:

A razão desta é perguntar-lhe se lhe posso pedir um favor. Como sabe, venho colaborando no jornal semanalmente, aos domingos, há mais de três meses. E tem acontecido, com maior ou menor freqüência, que os meus artigos saem alterados. Então, no caso de resposta afirmativa a minha pergunta, o favor seria este: interferir Vossa Excelência junto a quem de direito, para que deixem de modificar-me os textos. Não se trata, é claro, de acidentes tipográficos, de "gralhas", porque isso é normal e, até, proporcionalmente são muito raros no *Diário*. O que há são modificações. Sei bem que a intenção é louvável, que o intuito é livrar o autor de sair à rua mal vestido, ostentando cacografias, barbarismos e solecismos. Mas, por infelicidade minha, as retificações que tenho sofrido não são desse gênero.

Permita-me Vossa Excelência dizer-lhe que ponho todo o empenho na elaboração das crônicas, na sua transliteração, e que quase sempre as torno a ler na hora mesma de expedi-las.

Muitas das alterações são opções por *uma* solução vernácula, quando de fato optei, por outra, também vernácula. E fi-lo por motivo estilístico válido e justificável. Portanto, consciente. Não decorre a eleição de ignorância ou desleixo.

Exemplifiquemos com o artigo de ontem (numero os pontos, para facilitar a identificação).

1. Página 12, 1ª coluna – Está "aguardar muito de sua cultura", caso típico de gralha, porque só o verbo que lá estava – *guardar* – faz sentido. E, conseqüentemente o leitor repõe o original.

2. 2ª col., 1º § aberto aí. Vem *sanzala*, quando escrevi *senzala*. As duas formas da palavra, de origem africana, são portuguesas, mas *senzala* é a mais corrente, sendo a outra considerada variante, como se pode ver no chamado *Dicionário de Aulete*, excelente e português de Portugal (valho-me da 3ª ed., que é a melhor). Além disso, "casa grande e senzala", como eu disse, lembra, e de propósito, um famoso livro de Gilberto Freyre, que tem precisamente esse título (e não *Sanzala*).

3. *Eod. loc.,* linhas abaixo. Está "nas *pampas* do Sul", quando eu escrevi "nos pampas do sul". A palavra, de origem quíchua, é feminina em espanhol e *masculina* em nossa língua. V. o citado *Dicionário*, *s.v.* O termo é familiar aos meus patrícios (sempre masculino), porque caracteriza geográfica e culturalmente uma região brasileira. Dizemos "um homem dos pampas", "o conhecido político dos pampas", "isto é coisa lá dos pampas" etc.

4. Mesma coluna, § aberto por "Mas...". Saiu "*Esta* vida besta, meu Deus!" (fecho de um poema de Carlos Drummond de Andrade). Estava no meu original e está no poema: "*Eta* vida besta". *Eta* é uma exclamação usadíssima para exprimir surpresa, aplauso, estranheza. Será como um *oh*, porém mais forte. Realmente, no caso, todo o teor poético do texto está ali, naquele *eta* (diz-se com fechado). Como quem dissesse "Vejam só que vida insípida, afogada na mesmice!", num contexto prosaico, discursivo e destituído de cor local. "*Esta* vida besta..." é que não tem sentido, nem mesmo lógico. A menos que se entendesse a expressão com mentalidade lingüística francesa.

5. *Eod. loc.,* linhas abaixo. Está "na sua cidade e no colégio"; e estava "na sua cidade e no *seu* colégio". A iteração do possessivo está aí exatamente para enfatizar o subjetivismo, a polarização no eu. Eliminando-se a anáfora, desaparece essa tonalidade, essencial, na intenção do autor, e tem-se uma diluição, um enfraquecimento, que realmente desfigura e trivializa.

Permito-me agora comentar algumas alterações feitas à crônica anterior, prosseguindo na numeração para mais facilmente identificar-se o passo.

6. ("Coronel e coronéis", *DN*, 17-6-73) Página 16, 2ª coluna, em cima. Saiu "troço homogêneo *do* sertão a que dá o nome", e estava "*de* sertão". No caso, o artigo alterou o sentido, porque sugere que o sertão se chama "sertão do Salgueiro", quando não é assim. Há um trecho de sertão (do Cariri), onde os geógrafos modernos delineiam, entre outras, a "micro-região do Salgueiro". Portanto, a micro-região, sertaneja, é que tem por epônimo a cidade do Salgueiro.

7. Mesma coluna, 2º § nela aberto. Lê-se "Aparecera, assim, pobre no sertão", quando o original tem "Aparecera assim pobre no sertão". Posto entre vírgulas, o advérbio torna-se enfático e refere-se ao verbo, quando na minha intenção ele modifica *pobre*: aparecera pobre como era de prever, pobre como quem fugiu, pobre como quem saiu sem nada, para tentar a vida noutra parte. A virgulação acrescentada mudou a referência sintática.

8. *Eod. loc.*,linhas abaixo. Escrevi *clarineta*; substituíram por *clarinete*. Existem na língua as duas formas (cf. Aulete, *s.v.*). Prefiro, no entanto, a forma em *-a*, porque me toa a melhor vernáculo. A palavra é empréstimo do francês - *clarinette*. Ora, outros vocábulos congêneres aportuguesamo-los com

transposição do sufixo, como, *v.g.*, *bicicleta* (de *bicyclette*), ou *raineta* (de *rainette*). Vêm das origens da língua as formas em *-eta*, como se vê, por exemplo, no rimance do Amadis: "Leonoreta, fin roseta..." E aí estão *violeta* (diminutivo de *viola*, flor, que aparece em *Lus.*, IX, 61: "As violas da cor dos amadores, / O lírio roxo, a fresca rosa bela"), *trombeta*, *caneta* (diminutivo de *cana*), *caderneta*, etc.

9. Mesma coluna 3º §. Saiu "o rei do Cangaço", mas eu escrevera "o Rei do Cangaço", porque a expressão toda, o sintagma todo é que era o cognome de Lampião. É, pois, um nome próprio; se fora nome comum, então o coerente seria "rei do cangaço", os dois termos com minúsculas. Como quem dissesse: "Lampião foi o rei do cangaço no Nordeste brasileiro".

10. Mesma coluna, 5º §. Está *morubixava* e o original tinha *morubixaba*. Que eu saiba, é esta, com *b*, a única forma da palavra, de origem tupi, que significa "chefe indígena", como se lê no Aulete; e, por extensão, qualquer chefe político. No Brasil assim se chamavam os maiorais do P.S.D., cujo protótipo era, precisamente, Benedito Valadares, a quem se refere o texto.

11. Página 12, 2ª coluna, §§ 6 e 7. Reúno dois casos análogos: puseram-me vírgula onde não estava, a qual veio, contra uma regra fundamental, interromper seqüência sintática. Lê-se: "ora louvam, ora veementemente atacam, o *coronel*".... "Delegado, não seria um mole". Estava sem vírgula depois de *atacam* e depois de *Delegado* (este é texto alheio, de José Lins do Rego). Ora, a primeira vírgula, acrescentada, está separando o verbo do seu complemento direto; e a segunda, também acrescentada, separa o predicativo (ou atributo) do verbo de ligação (ou liame verbal), o que não faço e que, na minha *Gramática Fundamental* (p. 383 da 2ª ed.), insto para que não se faça, por ser erro. Ficaria eu, pois, contraditório comigo mesmo e dando margem a que me lançassem em rosto o "de ore tuo te iudico".

12. Mesma coluna, § 11. Saiu "lembremos que os Exércitos Brasileiro e Português têm um coronel comum"; e eu escrevera "lembremos que o Exército Português e o Brasileiro têm..." Ora, não há dúvida sobre a vernaculidade da construção que substituiu a minha. É até camoniana: "O quarto e quinto Afonsos e o terceiro" (*Lus.*, I, 13). Porém, estilisticamente há diferença entre uma e outra forma de dizer. O substantivo no plural, como o puseram, solidariza, coloca em pé de igualdade. E eu quis, precisamente, distinguir, separar um exército do outro. Fazer sentir que são dois, cada um dos quais tem por coronel a Santo Antônio. Daí porque lembrei o ato do Ministro da Guerra, já na República, a ratificar, a convalidar o decreto de D. João VI, tido por bom no Primeiro e no Segundo Império (ou Impérios, como poderia ser, se eu não quisesse agora separar o governo de D. Pedro I e da Regência do governo de D. Pedro II).

Poderia prosseguir, mas o que aí fica é bastante para mostrar a Vossa Excelência (e dar-lhe instrumentos para que Vossa Excelência advogue minha causa junto à pessoa competente) que ponho tento no que escrevo, que tenho em máxima conta a vernaculidade e a pureza da língua e que, nos casos gramaticalmente facultativos, faço opções conscientes e rigorosamente defensáveis. Noutras palavras: prefiro esta ou aquela expressão, porque é a que vem ao meu caso, a que fica mais adequada (quando não é a única conveniente) ao contexto.

Espero que Vossa Excelência receba este arrazoado com o mesmo espírito com que foi redigido: defesa de uma coisa objetiva e louvável - a estrita correção gramatical e a necessária liberdade estilística dentro dos padrões da *coiné*.

Aproveito a oportunidade para apresentar, junto com os agradecimentos, as expressões da consideração e apreço com que me subscrevo

De Vossa Excelência

Gládstone Chaves de Melo.

[Texto inédito.]

QUEM DEVE ENSINAR LITERATURA BRASILEIRA?

(1966)

A questão do ensino da literatura foi levantada e agitada no Brasil em 1963 pelo crítico, ensaísta e filólogo português Rodrigues Lapa. Ao ensejo de denunciar o que considerava irregularidade no concurso para provimento da cátedra de Literatura Portuguesa na Faculdade de Filosofia da Universidade de Minas Gerais, chamou Rodrigues Lapa a atenção das autoridades portuguesas para o fato, a seu ver inaceitável, de ser a literatura portuguesa ensinada no Brasil por brasileiros, o que constituiria um perigo para a cultura lusa e talvez uma usurpação dos legítimos direitos dos nossos irmãos de além-mar.

Estava eu então em Portugal, como Adido Cultural de nossa Embaixada, e pude verificar a má repercussão que teve a tese entre os melhores intelectuais portugueses (o artigo de Rodrigues Lapa foi publicado na revista *Seara Nova*, de Lisboa). Não podiam concordar com o exclusivismo, injusto e antipático.

Realmente, insuportável é a posição de Rodrigues Lapa, homem, aliás, digno de admiração pelos seus trabalhos relativos à literatura medieval e aos árcades do nosso "grupo mineiro". Ninguém pode negar a Rodrigues Lapa a homenagem da contestação formal de sua tese.

A vingar essa estranha colocação do problema, no ensino da literatura teríamos desde logo de nos privar das luzes de Thiers Martins Moreira e

Cleonice Berardinelli, ou de Antônio Soares Amora e Segismundo Spina, para não sair do chamado eixo Rio - São Paulo e para ficar nos ótimos e indiscutíveis. Todos somos devedores do trabalho e do magistério desses mestres, estimados também e aplaudidos em Portugal, como não podia deixar de ser.

E, deixando de considerar a língua comum, que evidentemente facilita ao máximo o tráfego livre nas duas literaturas, vamos encontrar especialistas estrangeiros, cujas pesquisas, estudos e reflexões contribuíram de maneira decisiva para o progresso da ciência.

Já não quero falar na sábia Dra. Carolina de Vasconcelos, alemã de nascimento, que se tornou a maior autoridade em português medieval, nomeadamente com seu *opus magnum*, o *Cancioneiro da Ajuda* (Halle a. S., I, 1904; II, 1908), que limpou o caminho para o estabelecimento da verdadeira lírica de Camões e que ofereceu dados importantíssimos para o entendimento do genial e dificílimo Gil Vicente, isto sem mencionar outros trabalhos do mais alto valor.

Lembro um Wilhelm Storck, também alemão cuja *Vida e Obra de Luís de Camões* (traduzida e anotada por Carolina Michäelis de Vasconcelos, Lisboa, 1897) é um marco definitivo nos estudos camonianos de orientação científica.

Trago à colação ainda um Aubrey Bell, apaixonado lusitanista inglês, que largamente contribuiu para melhorar os conhecimentos sobre Gil Vicente, Fernão Lopes, Jerônimo Osório, Camões, Diogo do Couto, Gaspar Correia, Jorge Ferreira de Vasconcelos, e que escreveu um grande ensaio, *A Literatura Portuguesa* (traduzida do inglês por Agostinho de Campos e J. G. de Barros e Cunha, Coimbra, 1931, 506 p.), de leitura obrigatória para quantos se interessam pela história da literatura irmã.

Seria muito fornida a lista, em que figuraria um Oskar Nobling, um Henry Carter, um William Entwistle e tantos outros, mas não podemos deixar de mencionar que uma das maiores autoridades atuais em Gil Vicente é o francês I. S. Révah, e que o melhor estudo sobre o P^e^. Antônio Vieira se deve a Raymond Cantel (*Les Sermons de Vieira - Etude du Style*, Paris, 1959).

Seria facílimo prosseguir, mas seria covarde, tão grande e tão importante é a contribuição estrangeira para a investigação, o conhecimento e a difusão da literatura portuguesa em países de outra língua.

Durante o tempo em que servi em Portugal fui testemunha da alta proficiência e do comovente carinho com que ensinava (e ensina) literatura brasileira na Faculdade de Letras de Lisboa um Vitorino Nemésio, homem de escala européia, poeta, romancista, filólogo e ensaísta.

Todos sabemos quanto deve a literatura brasileira aos acurados e longos esforços dos portugueses José Osório de Oliveira e João Gaspar Simões, o

primeiro autor de uma bela síntese de nossa história literária, o segundo incansável divulgador e intérprete de várias figuras do nosso modernismo e pós-modernismo, em artigos de crítica na imprensa lisboeta e portuense.

O principal impugnador da tese de Rodrigues Lapa, é o bom senso, hoje em dia tantas vezes posto de lado ou esmagado pelos preconceitos de escola, ou pelo eruditismo, ou pelos exclusivismos, entre os quais avulta o nacionalismo.

Estamos em plena época do universal, da ONU, do "um mundo só", do ecumenismo, da *Pacem in terris* ("por imposição da mesma ordem moral, é necessário constituir uma autoridade pública geral"), da chamada "sociologia da unidade", do solidarismo, enfim. Neste mundo de Deus, "nous sommes embarqués", como dizia Pascal, e não só no que se refere à vida sobrenatural e ao destino de além-túmulo, mas também no que diz à sorte temporal da humanidade. Nada há mais contrário ao sadio espírito de nossa época do que as estreitezas nacionalistas, filhas quase sempre do ressentimento e do complexo de inferioridade.

Imagine-se o que sucederia, a prevalecer a doutrina e o apelo de Rodrigues Lapa. Aqui no Brasil, por exemplo, teria de ser defenestrado um professor consciencioso como José Carlos Lisboa, que há tantos anos ensina Literatura Espanhola na FNF. O mesmo destino aguardariam uma Aíla de Oliveira Gomes, admirável catedrática de Literatura Inglesa na mesma Faculdade, professora cujos conhecimentos sobre Shakespeare deixaram rendida a banca que a examinou no concurso, e fariam sucesso grande na própria Inglaterra. Igualmente, teria sido despejado da mesma casa o poeta Manuel Bandeira, que lá por tanto tempo se encarregou da Literatura Hispano-Americana, com aquela invejável seriedade que põe em todos os seus trabalhos.

E, se fosse verdade que só um nacional pudesse validamente ensinar literatura, quem ensinaria aqui e por aí fora literatura latina ou literatura grega?

Fazendo apelo, não às autoridades políticas mas ao velho e às vezes esquecido bom-senso, diremos, com ares acacianos, que deve ensinar literatura, portuguesa, brasileira, italiana ou chinesa, quem conheça a matéria e saiba transmiti-la. Competência e boa didática são o bastante para qualificar tecnicamente um professor.

Portugueses e brasileiros só motivo de alegria têm de ver sua respectiva literatura ensinada por outro nacional da língua comum. Nenhum estrangeiro está mais aparelhado a "sentir" a literatura portuguesa do que um brasileiro, do mesmo modo que, fora do Brasil, ninguém melhor compreenderá a literatura brasileira do que um português. A rigor, nem sabe, no caso, falar em "estrangeiro", palavra em que figura a idéia de "estranho". Portugueses e

brasileiros não são estranhos um ao outro, são realmente irmãos, infelizmente ainda mal conhecidos uns dos outros.

No que se refere à literatura, então, mais sem sentido fica a separação. Camões é tão nosso como de Portugal; Vieira será mais nosso do que português; Gil Vicente ou Fernando Pessoa pertencem ao patrimônio comum. Está consagrada a expressão "Literatura de Língua Portuguesa", que figura até no currículo do Curso de Jornalismo das Faculdades de Filosofia. "Biblioteca Luso-Brasileira" é o nome de uma vitoriosa coleção, que a Editora Aguilar lançou há alguns anos sob a direção de Afrânio Coutinho, e onde Fernando Pessoa é chamado "poeta luso-brasileiro não só pela receptividade alcançada em ambos os lados do Atlântico pela sua mensagem na língua comum, senão, ainda, pelo simbólico e voluntário exílio de Reis no Brasil". Isto é o certo; o resto terá explicações na psicologia do inconsciente.

(In *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 26-5-1966.)

O PROBLEMA DA TRADUÇÃO [I]

(1954)

Dos trabalhos literários nenhum certamente é mais difícil que este de traduzir um texto de uma língua para outra. E no entanto, nenhum trabalho literário é enfrentado com tamanha despreocupação e desempeno como o de traduzir um texto de uma língua para outra. Qualquer pessoa se julga apta para fazê-lo, prontifica-se a isso e executa a obra, que no fim é aceita sem protesto e às vezes até com agrado e elogios por parte do chamado público ledor. No Brasil a coisa assume profundidade e proporções assustadoras, de tal arte que se tem a impressão que vivemos no país onde pior se traduz no mundo.

Quanto a mim confesso que muito poucas vezes agüento uma tradução brasileira: o mal-estar e a irritação que me vão invadindo produzem rapidamente a saturação, que me obriga parar na página 10, na página 20 e raramente na página 30, a não ser que, por dever de ofício, eu esteja recolhendo documentação para fazer um trabalho como este, por exemplo.

Por que é tão difícil tarefa o traduzir? Porque se trata de uma complexa operação do espírito. Dizer ou escrever é dar forma verbal, é dar corpo a uma idéia, a um sentimento, a uma vivência. Estabelece-se aquela espécie de círculo vicioso, aquela causalidade recíproca, em que a idéia gera a palavra e a palavra vai aclarando as idéias, e cujo resultado é um todo solidário e coerente a que chamamos *expressão*.

Ora, no caso da tradução, o mecanismo é muito mais complicado. Temos realizada, em língua estrangeira, uma expressão, que, como toda expressão,

forma um todo com a idéia de que é veículo. O tradutor tem de, num esforço difícil, libertar-se da expressão, voltar à idéia e em seguida encarná-la numa outra forma lingüística. É força concluir que a maior parte das pessoas não consegue realizar essa operação mental, não consegue libertar-se da expressão estrangeira, e então efetua uma tradução-pantógrafo, isto é, vai com os olhos acompanhando as palavras do texto estrangeiro e com a pena desenhando as palavras correspondentes no texto supostamente vernáculo.

Ora, a conseqüência fatal será uma expressão falsa, uma sintaxe bifronte, um vocabulário bárbaro, um ritmo defeituoso e manco, uma ou muitas traições ao pensamento e à intenção do autor.

Tradução ideal seria aquela que representasse a expressão do autor na segunda língua, se esta fosse a sua língua materna. Aliás, é este o conceito de Santo Tomás, que a propósito diz o seguinte:

"Um bom tradutor deve, preservando embora rigorosamente o sentido das verdades que traduz, adaptar o estilo ao gênio da língua em que se exprime" (*Prólogo* do Opúsculo *contra os erros dos gregos,* cit. na folha-do-rosto de todos os volumes da tradução da *Suma* da *Révue des Jeunes*).

Em geral só se presta atenção à infidelidade digamos doutrinária da tradução, à infidelidade do tradutor que altera o pensamento do autor, mas não se dá importância às outras infidelidades ao estilo, ao ritmo, ao modo-de-ser do que concebeu a obra. Não se atribui gravidade, por exemplo, ao fato de se fazer um primoroso escritor francês escrever em mau português. Ao fato de um autor sensível e fino aparecer quadrado e pesadão, vertido em outra língua.

Para que alguém possa abalançar-se a empreender uma tradução, é preciso que ele reúna uma série de condições indispensáveis, sem o que sua tradução sairá necessariamente defeituosa. O tradutor deve ser escritor; deve conhecer, razoavelmente ao menos, as duas línguas; deve conhecer a sintaxe diferencial dos dois idiomas; deve ter simpatia com o texto.

O tradutor deve ser escritor. Parece-nos evidente, pois se traduzir é escrever e escrever em segunda instância, solicitado pela forma da outra língua, se traduzir é mais difícil do que escrever diretamente... Não se compreende nem se justifica que seja promovido a tradutor um cidadão que nunca escreveu, que nunca manifestou vocação literária, que nunca se mostrou bem dotado para a arte de dizer. Como exigir de alguém a realização do mais, se ele até então não provou ser capaz de fazer o menos? Só porque conhece ou diz conhecer ou supõe que conhece a língua do texto original? Ainda que a conhecesse: resta verificar, se ele é capaz de manejar a sua, se consegue exprimir com clareza e precisão o próprio pensamento, se está senhor dos recursos do *seu* instrumento lingüístico materno, se sabe arrumar as palavras na frase e se

sabe arrumar as frases no período. Nada disso se indaga. Fulano entende inglês: então dê-se-lhe este livro a traduzir. Mas ele nunca escreveu, não conhece o autor, nunca leu o livro, não tem afinidades com aquele nem entusiasmo por este. Não importa: sabe inglês, pode traduzir.

O tradutor deve possuir, ao menos mediocremente, as duas línguas. É óbvio. Se ele tem de retornar da expressão à idéia na língua original, e passar da idéia à expressão na sua língua, não pode deixar de penetrar bem, de compreender bem, de interpretar bem, de sentir bem os dois idiomas. Do contrário, ele vai fazer uma obra de adivinhação e de palpite.

Mas não basta conhecer razoavelmente as duas línguas: urge que conheça bem, conscientemente, as diferenças que as separam, principalmente na sintaxe. Se não estiver assim armado, o tradutor inevitavelmente se deixará levar pela sintaxe estrangeira. Ainda que seja escritor na sua língua, ainda que seja bom escritor. A presença da forma estrangeira, da expressão alheia, é tão poderosa, exerce tão forte influência que obnubila o espírito do escritor, e lhe perturba o senso idiomático. O homem começa a construir frases que nunca sairiam assim de sua pena livre e pessoal. Tenho a esse respeito inúmeras observações colhidas e anotadas. Posso dar, entre mil, um exemplo. O Sr. Rubem Braga. É um escritor de classe, ninguém pode negá-lo. Sabe manejar sua língua com maestria e arte. Percebe-se bem que ele sofre o drama da expressão, que ele cultiva a nobre arte de dizer, que atenta, que estuda, que lê e ouve com interesse lingüístico.

Pois bem: tenho em mãos uma tradução do excelente cronista, uma tradução que decepciona, uma tradução em que ninguém encontra o escritor leve, próprio e gracioso. Trata-se de *Terra dos Homens,* de Saint-Exupéry. Vou respigando:

> Vivíamos no temor das montanhas de Espanha, que não conhecíamos ainda, e no respeito aos veteranos (*op. cit.*, Livraria José Olympio Editora, Rio, 1940, p. 15).
>
> Esses veteranos entretinham sabiamente nosso respeito. Mas de vez em quando, respeitável para a eternidade, um deles deixava de voltar (p. 16).
>
> Curvara-me, sem achar os ensinamentos que me interessavam, sobre a aridez dos mapas" (p. 19).
>
> E aquele casal perdido no espaço a quinhentos quilômetros de nós assumia uma importância desmensurada (p. 20).
>
> No paraíso do campo de emergência, estendida sob a erva, ela (a serpente) me esperava, a dois mil quilômetros de distância, pronta, na primeira ocasião, a me transformar em uma tocha flamejante... E aqueles trinta carneiros, dispostos para o combate no flanco de uma colina, prontos a avançar (p. 21).

Como se está a ver, são frases mancas, mal resolvidas, com as palavras desarrumadas, os membros deslocados; impropriedade de termos, pobreza de expressão, falta de liberdade e leveza. O texto francês desnorteou e várias vezes frustrou o escritor.

Por fim, a última condição essencial ao tradutor é a simpatia com o texto. Só se escreve bem aquilo que se sente, aquilo que nos faz vibrar, aquilo que está muito dentro de nós, muito afagado, muito nosso, muito conatural conosco. Do contrário, não se escreve, ordenam-se frases, alinham-se orações, combinam-se palavras. Ora, como traduzir aquilo que nem sequer compreendemos, no sentido profundo e pleno da palavra? Aquilo que não nos faz mossa? Aquilo que nunca foi objeto do nosso interesse e do nosso amor?

***

Eu dividiria as traduções em duas grandes classes. Traduções *técnicas* e traduções *literárias*. As primeiras, de textos doutrinárias ou científicos, textos dirigidos diretamente e principalmente à inteligência. As segundas, de textos elaborados com intenção artística, de textos onde a maneira de dizer é fundamental, onde o autor se esmerou na escolha das palavras, no boleio da frase e no ritmo da expressão.

Tem cabimento ainda subdividir as traduções literárias em *prosaicas* e *poéticas*, distinguindo nestas as *homeométricas* das *heterométricas*.

Ocioso é acrescentar que as traduções literárias são mais difíceis, muito mais difíceis de fazer que as traduções técnicas. Também não é preciso insistir que para realizar uma boa tradução poética é necessário ser poeta.

As traduções homeométricas costumam limitar de tal jeito o poeta-tradutor que muitas vezes ele se perde na homeometria, deixando de lado a poesia. Talvez seja esta a razão por que muitas traduções deste tipo hajam sido realizadas por eruditos destituídos de inspiração, meros "virtuoses" do verso. Caso típico é a tradução da *Eneida* de Vergílio, feita por Odorico Mendes, tradução que é um prodígio de paciência, de conhecimento da língua e de seus recursos, um portento de erudição, mas que não convence como poesia e que por vezes é tão rebuscada que Carlos de Laet pôde dela dizer que era bem mais fácil entender o original.

As traduções heterométricas em versos tradicionais oferecem também perigosos escolhos ao tradutor, que não raro tem de tornar-se difuso, prolixo e arredondado para satisfazer o metro escolhido, com prejuízo da expressão poética que ficou desfigurada na tradução.

É o que acontece, por exemplo, com a conhecida versão portuguesa do Salmo 136, feita por Machado de Assis, em que o tradutor por vezes dilui a poesia, com redundâncias e demasias verbais, para ficar fiel ao decassílabo escolhido.

Exemplificando:

"In salicibus in medio eius, suspendimus organa nostra", literalmente: "Nos salgueiros lá existentes penduramos as nossas citaras".

Machado:

As harpas nos salgueiros penduramos,
E ao relembrarmos os extintos dias
As lágrimas dos olhos desatamos.
(*Poesias Completas*, 1901, p. 222)

"Si oblitus fuero tui, Hierusalem, oblivioni detur dextera mea", literalmente: "Se eu me esquecer de ti, Jerusalém, seja entregue a esquecimento minha mão direita".

Machado:

Jerusalém, se inda num sol futuro
Eu desviar de ti meu pensamento
E teu nome entregar a olvido escuro,
A minha dextra a frio esquecimento
Votada seja .... *(eod. loc.)*

"Exinanite, exinanite usque ad fundamentum in ea,", literalmente: "Derribai, derribai até aos fundamentos".

Machado:

Arruinai-a, arruinai-a; os muros
Arrasemo-los todos; só lhe baste
Um montão de destroços mal seguros. (p. 223.)

"Beatus, qui tenebit, et allidet parvulos tuos ad petram", literalmente: "Bem-aventurado aquele que pegar os teus filhinhos e os atirar contra uma pedra".

Machado:

Abençoado o bárbaro inimigo
Que os tenros filhos teus às mãos tomando,
Os for, por teu justíssimo castigo,
Contra um duro penedo esmigalhando. (p. 223.)

***

Em geral, porque há por aí uma falsa noção do que seja traduzir, a única coisa que interessa ou preocupa a muitas pessoas doutas é a chamada fidelidade, ou seja, a exação, a perfeita obediência ao pensamento do autor, de modo que ele não venha a dizer em outra língua o contrário do que pregou na sua língua, de modo que ele não seja, por exemplo, ortodoxo em francês e herético em português.

Mas não basta isso, nem deve ser esse o teste da boa tradução. A prova da boa tradução convém que seja outra: a leitura simples e desprevenida do

texto, sem cotejo com o original. Se dessa leitura concluirmos que estamos diante de um texto vernáculo, de um texto escrito em português autêntico, um texto limpo e desanuviado, então vamos compará-lo com o original, porque aí já apuramos que a tradução como escrito, como composição, como redação, está boa. Pelo contrário, se, lendo a versão, nos sentirmos diante de um texto mascado, bilíngüe, mal escrito, sem vernaculidade, pior ainda, um texto que permita reconstituir o original, - então está acabado, nada mais temos que examinar, porque faltou o essencial, faltou uma redação pelo menos decente, no exato sentido da palavra.

Em artigos subseqüentes, examinaremos, se Deus quiser, outros aspectos do problema da tradução, considerando com alguma detença a faceta da vernaculidade, quando entraremos em alguns detalhes importantes, principalmente quanto às traduções do francês, geralmente as piores. Pretendemos também examinar a questão sob o prisma das *exigências* da boa tradução e da *técnica* a empregar na difícil empresa para chegar a um resultado satisfatório.

Assim, o meu pensamento é elaborar nas páginas de *A Ordem*, das quais tenho andado ausente a pesar meu, um pequeno ensaio sobre a tradução, ensaio que traga realmente alguma contribuição nova e - quem sabe! aproveitável.

(In *A Ordem*, Rio de Janeiro, set. 1954, pp. 150-157.)

A VERNACULIDADE DA TRADUÇÃO [II]

Neste segundo artigo da série sobre o problema da tradução vamos tratar da vernaculidade, conforme tínhamos programado.

Realmente aqui reside o mais sensível e insuportável defeito das versões que andam por aí. O leitor que tenha um medíocre sentimento de sua língua materna necessariamente se aborrece ao encontrar uns sobre outros períodos escritos com palavras portuguesas mas com sintaxe estranha, às vezes decalcada na língua estrangeira, outras vezes situada num meio caminho informe, que não é carne nem peixe. E a multiplicação desse mal-estar vai ao ponto de tornar impossível a continuação da leitura.

A coisa se manifesta pela ordem das palavras, pelo regime das preposições, pela impropriedade dos verbos, pela ausência das expressões idiomáticas, em suma, pela deformação da língua, que perdeu o ar e os trajes nacionais para tornar-se cosmopolita e inexpressiva.

Nas observações que aqui farei, concretas, vou reportar-me particularmente ao francês, por várias razões. Primeiro, porque é a língua de onde pior se traduz; segundo, porque creio que ainda é a língua de onde mais

se traduz; terceiro, porque, sendo língua românica, de sintaxe paralela portanto, mais escolhos oferece aos navegantes imperitos; quarto, porque é dos idiomas estrangeiro o que menos ignoro.

O imperfeito conhecimento do francês e a total ignorância do português têm sido causa de graves deturpações da nossa língua literária aqui no Brasil, deturpações cuja conseqüência, como apontei acima, é a destruição do sentimento da vernaculidade. Hoje em dia constituem, legião, as pessoas que não distinguem entre uma página de romance mal traduzido do francês e uma página de Machado de Assis, e não é preciso insistir na trágica importância que isso tem para a cultura de um país.

É quase impossível que as traduções do francês não apresentem frases e mais frases, períodos e mais períodos invariavelmente na ordem direta, pejados de pronomes pessoais-sujeitos, carregados de possessivos, vícios grosseiros que denunciam, no tradutor, a mais perfeita e córnea insensibilidade lingüística.

Por outro lado, tenho por certo que, se não for alertado o tradutor, se não tomar consciência das divergências que separam a sintaxe da língua original da sintaxe da nossa língua, infalivelmente ele cairá nas armadilhas do texto.

Por isso, proponho-me aqui a chamar a atenção para alguns pontos e fazer algumas indicações bibliográficas, na esperança de que isso possa servir de subsídio a uma campanha que urge fazer em prol da recuperação de nossa língua literária.

***

Começarei pelas observações de caráter mais geral.

No que diz ao francês, não se deve perder de vista que, em razão mesmo de ser ele uma língua neolatina, maiores dificuldades oferece à boa tradução, por causa da semelhança de estrutura sintática. Se, por um lado, bastante parecida com a portuguesa é a construção francesa, por outro lado muitos são os pontos de divergência e afastamento.

Assim, enquanto a frase francesa se apresenta quase sempre em ordem direta - sujeito, verbo, complementos -, a frase portuguesa se dispõe numa ordem muito mais livre, e em certos casos e situações tende francamente para a ordem inversa. O francês língua lógica, não dispensa a atribuição de posse, ao passo que o português só a explicita quando a clareza o exige ou quando a ênfase o reclama. Ao francês " l'enfant a perdu sa mère" corresponde o português "o menino perdeu a mãe"; a "il est venu avec son parrain et son cousin", contrapomos "veio com o padrinho e o primo", e assim por diante.

[.....]

Creio, no entanto, que é prestar serviço aos interessados indicar-lhes aqui algumas fontes de estudo da matéria, embora todas sejam livros esgotados,

alguns há muitos anos já. Além do tantas vezes citado de Roquete, *Gramática Elementar da Língua Francesa e Arte de Traduzir o Idioma Francês em Português* (Paris, 1887); dois livros de Mário Barreto, *Novos Estudos da Língua Portuguesa* (2ª edição, corrigida e aumentada, Alves, Rio, 1921), capítulos "Um Punhado de Barbarismos" (pp. 337-374) e "Do Francês ao Português" (pp. 483-551) e *De Gramática e de Linguagem*, tomo I, Rio, 1922, capítulo "Das Traduções" (pp. 9-43); e a "Sintaxe" francesa, de Epifânio Dias, terceira parte da *Gramática Francesa*, para uso das escolas, por J. Eduard von Hafe e A. Epifânio da Silva Dias (9ª edição, Porto, s/d - a 1ª tem prefácio datado de 1875). As duas primeiras partes são de von Hafe e a terceira, "Sintaxe", a mais extensa, é de Epifânio (pp. 118-376). Também utilíssimo é o livro de João Chèze *Seleta de Autores Franceses*, acompanhada de notas por A. R. Gonçalves Viana (Paris-Lisboa, 1897), por causa das copiosas e prestantes observações deste filólogo, todas relativas à maneira de bem traduzir em português os trechos seletos que se vão lendo em francês. Não há página que não apresente seis, sete ou mais notas do grande foneticista.

Mudando um pouco do assunto que me tem prendido, mas dentro do título do artigo, quero observar que particularmente difíceis de traduzir são os textos latinos, por causa da muita concisão da língua, sobretudo na fase clássica. É óbvio que é muito mais fácil entender latim, ler latim do que traduzir latim. E já que toquei de raspão neste ponto, não quero deixar de dizer que um grande tradutor é o Padre Antônio Vieira. Atentem para os textos latinos que ele vai citando e traduzindo nos seus sermões, textos da vulgata, textos dos padres, textos de teólogos, textos clássicos, textos da decadência, sempre com uma grande propriedade, vernaculidade e principalmente liberdade: ele consegue a perfeita correspondência literária sem escravizar-se à forma estrangeira, demonstrando em todos os casos uma grande capacidade de recriar a expressão portuguesa.

Muito de propósito não quis fazer referência aos vícios de tradução relativos ao vocabulário, porque é matéria mais simples, mais tratada e realmente de menor importância. Está claro que merece cuidado, está claro que o desprezo desta parte pode prejudicar muito a tradução e às vezes torná-la até ridícula, como aquela onde se fala em "jogar um rolo" em vez de "desempenhar um papel", ou aquela onde se lê "empréstimo de interesse" em vez de "empréstimo a juros", esta perpetrada pelo Sr. Afrânio Coutinho (Jacques Maritain, *Humanismo Integral*, tradução de...., Cia. Editora Nacional, S. Paulo).

[.....]

(Ibidem, out. 1954, pp. 213-222.)

EXIGÊNCIAS E TÉCNICA DA BOA TRADUÇÃO [III]

Trataremos hoje dos requisitos da boa tradução e da técnica que se deve empregar no verter um texto de alheia para a própria língua.

De alguns de tais requisitos já falamos no primeiro artigo desta série, mas não será demais aqui recordá-los, agora mais a compasso.

Eu diria que são os seguintes os requisitos essenciais da boa tradução: *simpatia, conhecimento efetivo das duas línguas, ser escritor na própria língua, fidelidade, vernaculidade, consonância.*

1. SIMPATIA. Para que alguém traduza razoavelmente um texto, necessário é que goste desse texto, que tenha afinidade com o autor, que compreenda o autor. Numa palavra, a boa tradução supõe amor pelo que se vai traduzir. Aqui, como em tudo o mais, é preciso pôr a alma.

Quando, há uns quinze anos, esteve no Rio o maestro Stokowsky com sua orquestra, o espírito carioca inventou um caso absurdo, mas que tem grande aplicação nos nossos absurdos dias. Haveria, entre os violinistas do grande regente, um que executava com grande perfeição e limpeza, porém, ao invés de apoiar o violino no queixo, como manda o figurino, segurava-o de braço esquerdo estendido, com o instrumento afastado, e tangia-o com visível desdém Perguntado porque assim procedia, respondeu o artista, muito enfadado: "Eu não gosto de música!".

Se hoje tanta coisa sai mal feita, desde o pão e o vinho até o governo das repúblicas, é exatamente porque os executantes não gostam dos respectivos misteres. E este defeito figura nas traduções como regra. Chama-se um sujeito, um pobre mercenário, e encomenda-se-lhe a tradução de um livro que ele nunca viu e que, quando conhecer, não vai gostar. Mas o infeliz tem família, sofre aperturas financeiras, é vítima crescente da inflação e aceita o trabalho. Trabalho o mais mal pago do mundo, porque a remuneração ainda é muito mais baixa do que a do autor.

Trabalho feito sem amor, por necessidade material e mal retribuído, só pode ser trabalho de péssima qualidade. O que fugir daí é exceção, que não conta, como no caso do violinista de Stokowsky.

Portanto, a tradução deveria ser ou espontânea, ou solicitada com fino critério e discernimento. Pode-se encomendar a Gustavo Corção uma tradução de Chesterton, mas seria um desatino pedir a Mesquita Pimentel uma versão de Léon Bloy.

2. CONHECIMENTO EFETIVO DAS DUAS LÍNGUAS. Já toquei neste ponto, de clareza meridiana, mas talvez seja preciso insistir. Não basta que fulano,

adivinhe inglês ou decifre alemão: é necessário que ele conheça a língua, penetre seus segredos, sinta suas modulações vocabulares e sintáticas, seja senhor de seus modismos e idiomatismos, tenha, em suma, verdadeira *inteligência* da língua. Além disso, ele há de conhecer a própria, sua gramática, seus recursos, suas possibilidades, seu ar de família, seu gênio particularíssimo. Se a língua literária materna não lhe for instrumento dócil e fácil, de nada lhe valerá, ao tradutor, penetrar com segurança e finura o idioma alheio: fatalmente a tradução lhe sairá torcida e manca.

3. SER ESCRITOR NA PRÓPRIA LÍNGUA. Este requisito é uma extensão da segunda parte do precedente. Quem nunca se abalançou a redigir em vernáculo e nunca mostrou nesse exercício destreza e arte, não se espere dele que possa traduzir, tarefa mais difícil do que escrever, conforme já acentuamos em outro lugar. Pois se o oficial ainda não se mostrou capaz do menos, como exigir-lhe o mais? Nada me provou que alguém seja homem de manejar com desempeno a própria língua: poderei, sem insensatez, pedir-lhe que a maneje em circunstâncias mais desfavoráveis, tendo diante dos olhos e atuante na memória, uma forma estrangeira?

Ninguém se lembra de me chamar para jogar de ponta-esquerda no selecionado brasileiro, e isto com muito bons motivos. Mas há muitos editores e animadores de supostos talentos escondidos, que acham a coisa mais natural do mundo encomendar a um fulano que nunca escreveu, que não manifestou qualquer vocação literária, a tradução de uma novela de Maupassant.

4. FIDELIDADE. Este requisito costuma ser posto em primeiro lugar, e razão assiste aos que assim doutrinam. Traduzir é escrever na segunda língua como o autor escreveria se nela se expressasse. Portanto, exação, fidelidade perfeita ao pensamento do autor.

No entanto, não coloco esta exigência em primeiro lugar, porque entendo que ela fica desatendida e fatalmente prejudicada, se faltarem as três primeiras.

Noutras palavras: não é possível fidelidade sem simpatia com o autor e a obra, e sem uma certa habilidade na arte de escrever. Faltariam, as garantias preliminares.

Estou-me lembrando, sem conseguir identificá-la, de uma tradução de Maritain onde há várias frases sem sentido e algumas com sentido diverso da intenção do autor. E seria ofensa ao meu leitor acrescentar que no caso não se trata de tradução, mas de traição, para não repetir literalmente o surradíssimo e desprezado prolóquio italiano.

Muitas vezes ocorre infidelidade numa tradução por falta de seguro conhecimento da língua original: o tradutor toma gato por lebre e transporta a lebre para a segunda língua.

Requisito necessário à garantia da fidelidade é também que o tradutor seja familiar ao assunto da tradução. O tradutor de um texto jurídico deve ser um homem afeito às letras jurídicas; o tradutor de um filósofo deve ser conhecedor de filosofia; o que se propõe trazer para vernáculo um livro técnico deve conhecer a especialidade e usar com espontaneidade adquirida o vocabulário próprio; o que empreendeu uma tradução de livro literário tem de ser hábil manejador das boas letras.

5. VERNACULIDADE. Deste requisito já nos ocupamos mais detidamente no artigo anterior, quando focalizamos principalmente os tropeços que podem falsear o passo do tradutor do francês.

O princípio de apreciação no presente item é que a tradução figure para o leitor como um texto vernáculo. Que não lhe dê o mal-estar de sentir o original por trás da tradução, ou o permanente incômodo de ler uma língua internacional construída com pontos de encontro, em busca constante do denominador comum.

A propósito gostaria de lembrar aqui a excelente tradução que de *Il Cuore* de D'Amicis fez João Ribeiro, que, sem embargo de ser gramático, foi notável escritor, próprio, elegante e leve. Quem tem senso da língua e sabe apreciar as coisas bem escritas lê em *O Coração* um livro nacional com personagens e paisagens estrangeiras. Nada há nele que denuncie uma versão: a frase é sempre límpida, solta, ritmada, adequada e vernácula. É pena, é grande pena, que as histórias em quadrinhos tenham afastado a adolescência de hoje daquele livro que constituiu o encanto de todos nós, que nos comoveu tantas vezes até às lágrimas e cuja releitura é ainda uma volta à infância e à pureza despreocupada dos primeiros anos. Foi certamente pensando nesse primoroso livro que Gustavo Corção disse ter aprendido patriotismo num livro estrangeiro.

[.....]

Particularmente dura de traduzir é uma língua como o latim, densa, sintética, com as palavras arrumadas na frase de maneira mui diversa da nossa, razão por que é muito mais fácil ler do que verter um texto latino.

No entanto, os grandes seiscentistas foram exímios na arte de pôr em linguagem passagens e trechos de autores latinos. Tal é o caso sobretudo de Vieira e Bernardes, que a três por dois citam Padres ou as Escrituras e imediatamente os traduzem com agilidade, graça e principalmente liberdade.

[.....]

Por curiosidade e instrução, vou encerrar este item com o traslado de umas normas para bem traduzir, formuladas há cinco séculos pelo maior humanista de quatrocentos, el-rei D. Duarte, normas que se contam entre as mais antigas páginas portuguesas sobre vernaculidade, e que formulam uma lição que continua ainda desatendida.

> Da maneira de tornar algũa leitura em nossa linguagem
>
> Primeiro, conhecer bem a sentença do que há de tornar [=traduzir], e poê-la [=pô-la] enteiramente, non mudando, acrescentando nem minguando algũa cousa do que está escrito. O segundo, que non ponha palavras latinadas nem doutra linguagem, mas todo seja em nossa linguagem escrito, mais achegadamente ao geeral bõo custume de nosso falar que se pode fazer. O terceiro, que sempre se ponham palavras que sejam dereita linguagem, respondentes ao latim, non mudando ũas por outras, assi que onde el desser per latim "escorregar" non ponha "afastar", e assi em outras semelhantes, entendendo que tanto monta ũa como a outra, porque grande deferença faz pera se bem entender seerem estas palavras propriamente escritas. O quarto, que non ponha palavras que, segundo o nosso custume de falar, sejam havidas por desonestas. O quinto, que guarde aquela ordem que igualmente deve guardar em qualquer outra cousa que se escrever deva, *scilicet*, que escrevam cousas de boa sustância claramente pera se bem poder entender, e fremoso o mais que ele poder, e curtamente, quando for necessário, e pera esto aproveita muito paragrafar e apontar [=pontuar] bem. Se ũu razoar, tornando de latim em linguagem [=traduzindo do latim ao português], e outro escrever, achará melhoria de todo [=tudo] juntamente per ũu seer feito". (Do *Leal Conselheiro,* ed. de Roquete, cap. 98, apud Leite de Vasconcelos. *Opúsculos, vol. IV, Filologia, parte II*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1929, pp. 863-864).

6. CONSONÂNCIA. Sob este nome quero significar a correspondência estilística, já entrevista por D. Duarte, no trecho que acabamos de transcrever.

Não basta a fidelidade ao pensamento, não é suficiente a decência da linguagem: é necessário haver simetria estilística. Assim, se o original é vazado em linguagem leve e espirituosa, pontilhada de expressões finas de "humour", a tradução não pode ser pesada, desgraciosa e quadrada. Se o original é de prosa eloqüente e numerosa, a tradução não pode ser arrítmica e plana. Se o original é grave e solene, a tradução não pode ser airosa e travessa. Se o original é em linguagem poética, a tradução não pode ser prosaica, ainda que em prosa muito vernácula, como é o caso da tradução do novo saltério feita por Leonel Franca. A tradução é fiel e correta mas faltava ao saudoso jesuíta o senso e a expressão poética, que lhe impediram de realizar uma tradução com consonância.

Resta observar que, se dermos à palavra "fidelidade" a sua mais completa e profunda significação, poderemos afirmar que só há um requisito para a boa tradução: basta que ela seja "fiel".

***

Vejamos por fim qual deva ser, no meu entender, a *técnica* da boa tradução, ou melhor, o processo mais adequado a produzir o fim proposto, uma tradução ao menos decente.

Suposta a capacidade do sujeito, a primeira operação é a leitura atenta e integral do texto. Só depois é que se deve meter mãos à obra.

No executar a tradução nunca se há de verter palavra por palavra, mas frase por frase, período por período. Lê-se a oração completa ou o período todo e escreve-se ele em português, com a preocupação de redigir em português e no mesmo tom do original, isto é, com vernaculidade e consonância. Assim, até o fim do trabalho.

Isto feito, parece-me imprescindível encostar a tradução por vinte dias ou um mês, a fim de *esquecer* o texto original, a fim de libertar-se dele. Passado esse período, retoma-se a versão para trabalhá-la como se fora um texto próprio e vernáculo mal acabado, para então resolver os problemas de expressão, de ritmo, de adjetivação, exatamente como faz um escritor cuidadoso antes de dar a público um texto seu.

Só depois disso é que se poderá buscar o original para desfazer as dúvidas por ventura remanescentes quanto à fidelidade ao pensamento do autor.

Creio que só assim se poderão evitar os perigosos e fatais escolhos que nos oferece a dificílima empresa da tradução. Creio que só assim se poderá conseguir uma tradução como a de *As Minas de Salomão,* realizada primorosamente por Eça de Queirós, onde se tem, de fio a pavio, a impressão de um livro original.

(Idem, dez. 1954, pp. 364-374)

N.º 22 – 2.º semestre de 2001 – Rio de Janeiro

COLABORADORES DESTE NÚMERO

ANÍBAL PINTO DE CASTRO. Professor catedrático de Literatura Portuguesa e Diretor da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra. É autor de numerosos trabalhos sobre cultura e literatura portuguesa.

ANTÔNIO GOMES DA COSTA. Presidente da Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras e Presidente do Real Gabinete Português de Leitura.

EVANILDO BECHARA. Professor Emérito pela Universidade Federal Fluminense e pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Professor Titular aposentado dos cursos de graduação e pós-graduação dos Institutos de Letras da UERJ e UFF. Vice-Presidente da Academia Brasileira de Filologia. Membro da Academia Brasileira de Letras.

LEODEGÁRIO A. DE AZEVEDO FILHO. Professor Emérito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Professor Titular aposentado Universidade Federal do Rio de Janeiro. Presidente da Academia Brasileira de Filologia.

MAXIMIANO DE CARVALHO E SILVA. Professor Emérito pela Universidade Federal Fluminense. Aposentado como Titular de Filologia (Crítica Textual) da Universidade Federal Fluminense. Membro da Academia Brasileira de Filologia.

ROSALVO DO VALLE. Professor Emérito pela Universidade Federal Fluminense. Aposentado como Titular de Língua Latina da Universidade Federal Fluminense. Membro da Academia Brasileira de Filologia.